

ÍNDICE

Introdução p.14

Capítulo 1 p.20

**Uma perspectiva sobre o trajecto das
Mulheres no Espaço Público / Político**

- 1 A Emergência da Sociedade Moderna e a participação feminina p.23
 - 1.1 Um breve olhar panorâmico p.24
 - 1.2 A razão cartesiana e o fascínio das Luzes p.25
 - 1.3 Do outro lado iluminista: algumas vozes dissonantes p.27
 - 1.4 Os salões – *Les Salons* – da sociedade francesa p.31
 - 1.5 Em Portugal: as Assembleias p.32
 - Leitura(s) síntese p.35

- 2 Movimentos Sufragistas: p.36
 - Millicent Fawcett e Emmeline Pankhurst

- 3 O roteiro da igualdade via cimeiras mundiais e alguma da discussão sobre a paridade
 - 3.1 O palco da ONU p.41
 - 3.2 A problemática da subrepresentatividade p.46
 - 3.3 Cotas e paridade p.48
 - 3.4 Os exemplos, os desafios dos números p.56

Capítulo 2

Considerações Metodológicas

1. Apresentação e legitimação da metodologia utilizada
 - 1.1 Da Linguística Crítica à Análise Crítica do Discurso p.61
 - 1.2 A Linguagem e as Ciências Sociais e Humanas
 - a) A importância da Linguagem: traços de algumas influências teóricas p.68
 - b) A importância de um estudo reflexivo crítico sobre a linguagem p.72
 - 1.3 Ideias Essenciais da Análise Crítica do Discurso Justificadoras da sua Escolha p.74
2. Processo de construção e análise do *corpus*
 - 2.1 Constituição do *Corpus* p.78
 - 2.1.2 O *Expresso* : o número um p.80
 - 2.1.3 O *Jornal*: o número um p.84
 - 2.2 Explicitação do processo analítico p.90

Capítulo 3

Perspectivas Analíticas sobre o Discurso Jornalístico referente ao *Corpus*

1. Preâmbulos contextuais
 - 1.1 Trajectos de Maria de Lourdes Pintasilgo no Espaço Público p.90
 - 1.2 Enquadramento da Indigitação p.98

2. Perspectivas analíticas p.100

Maria de Lourdes Pintasilgo: 1ª Ministra do V Governo Constitucional
As vésperas e a indigitação. Os primeiros ecos
Expresso, 14, 21 de Julho
O Jornal, 20 de Julho
As Primeiras Páginas

 - 2.1.1 Um olhar descritivo p.101
 - 2.1.2 Um olhar analítico p.104
 - 2.1.3 O interior de ambos os semanários
 - 2.1.3.1 Os editoriais p.106
"Golpes baixos", *O Jornal*
"A abertura da caça", *Expresso*
 - 2.1.3.2 As entrevistas p.109
 - 2.1.3.3 Artigos p.114
Expresso, 14, 21 Julho
 - 2.1.4.1 Um olhar global p.120

2.1.4.2 Um olhar analítico	p.122
2.1.4.3 Artigos	p.123
Traços interessantes a reter	p.134
2.2 Continuação do retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo	p.135
Ampliação de qualidades versus expansão de receios	
<i>O Jornal</i> , 27 de Julho	
<i>Expresso</i> , 28 de Julho	
Possíveis leituras analíticas	
As Primeiras Páginas	
2.2.1. Um olhar descritivo	p.135
2.2.1.2 Um olhar analítico	p.137
2.2.2 O Interior de ambos os semanários	p.141
2.2.2.1 Dimensão religiosa	p.141
2.2.2.2 O olhar de <i>O Jornal</i>	p.142
2.2.2.3 O olhar de o <i>Expresso</i>	p.147
2.2.3 Os editoriais:	
"A direita perdeu a vergonha?" <i>O Jornal</i>	
"Radicalização indesejável" <i>Expresso</i>	p.148
2.2.4 Artigos	p.153
2.2.5 Lacunas no discurso que espelham a ideologia dominante	
A dúvida: 'Primeira-ministra' ? ou 'Primeiro-ministro' ?	p.155
2.2.6 Discurso Directo	p.159
2.3 A "marcha dos cem dias" Ecos e Silêncios	
<i>O Jornal</i> , 3 Agosto	
<i>Expresso</i> , 4 Agosto	

Possíveis leituras analíticas

As Primeiras Páginas

2.3.1.2 Um olhar descritivo p.162

2.3.1.3 Um olhar analítico p.164

2.3.2 O interior de ambos os semanários p.169

2.3.2.1 Os editoriais: "O Governo e a responsabilidade dos Partidos", *O Jornal* p.170

2.3.2.2 Artigos p.172

2.4 As vésperas da Apresentação Parlamentar do Programa do Governo p.181

O Jornal, 10 Agosto

Expresso, 11 Agosto

Possíveis leituras analíticas

As Primeiras Páginas

2.4.1.1 Um olhar descritivo p.181

2.4.1.2 Um olhar analítico p.182

2.4.2 O interior de ambos os semanários p.183

2.4.2.1 Os editoriais:

"A quem interessa «chumbar» este Governo?", *O Jornal*

"Terceiro mundismo Portugal e a Europa", *Expresso* p.185

2.4.2.2."...ista " p.187

2.4.2.3 Artigos p.192

2.4.2.4 Cartas dos leitores p.193

CONCLUSÃO: Leituras transversais p.195

Bibliografia p.200

Índice *corpus* p.212

INTRODUÇÃO

No âmbito de um curso de mestrado em Educação dedicado à temática: "Questões de Género e Educação para a Cidadania", a área de estudos Mulheres e Espaço Público/Político proporciona diversas linhas de investigação, das quais se pode extrair o exemplo de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) como interventora no espaço público. Não obstante a pluralidade de contributos reflexivos e acções, desde as sócio-políticas, económicas, religiosas às ambientais, o que aparentemente se constata é a existência de uma quase total opacidade da sua intervenção, na nossa memória colectiva.

Sem nenhum suporte empírico e, ainda, a encetar os primeiros passos de pesquisa, a percepção inicial que me ia chegando era a de uma imagem, quiçá, distorcida pela passagem do tempo. Sobre esta figura pública feminina parece existirem equívocos, lacunas ou preconceitos que acabaram por se plasmar nas memórias das gerações mais próximas do *25 de Abril de 1974*, tanto a montante como, ainda mais preocupante, a jusante. De onde se poderá suscitar a questão da visibilidade, ou melhor, da invisibilidade do papel das mulheres no espaço público da política e das áreas da tomada de decisão.

Hoje, para além de consensual, é racional que o desenvolvimento sustentável¹, para o ser de facto, terá de incluir a participação activa da mulher, perspectiva esta que tem sofrido várias transformações ao longo dos tempos. As sinergias das ideias feministas, a par da epistemologia alcançada pela investigação nos diversos ramos das ciências sociais e humanas têm vindo a alargar as suas interacções. Verifica-se a necessidade de uma verdadeira capacitação das mulheres, ou de qualquer outro grupo menos protegido, dos instrumentos de poder e de decisão, para que se possa conseguir um nivelamento das

¹ Conceito criado no *Brundtland Report*, 1987, pela 1ª Ministra norueguesa: Gro Harlem Brundtland. Esta ideia baseia-se em três pilares: desenvolvimento económico, ambiental e social.

assimetrias, que têm caracterizado a desigualdade de oportunidades no acesso e no usufruto do desenvolvimento em todas as suas acepções.

Daí que, seja possível constatar-se no mais recente conceito *Human Rights Based Approach* uma visão mais holística das questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável e o ser humano. Para além da presença óbvia da defesa dos direitos humanos universais, continua-se a observar princípios como a não discriminação, a participação e o empoderamento como forma de vencer a barreira da pobreza. As questões de género permitem estudar, entre um vasto espectro de assuntos, a afinidade entre a evolução dos conceitos de cidadania e de direitos humanos.

As noções de cidadania e ou de direitos humanos, tal como hoje são conceptualizadas, têm evoluído sob diversas influências vindouras de diversos enquadramentos, nomeadamente temporal, social, filosófico, político e geográfico. Entre muitas das influências, constata-se os movimentos primórdios da emancipação das mulheres, contribuindo para o acesso ao direito cívico de votar e serem elegíveis, assim como os actuais conceitos de paridade e de capacitação ou empoderamento feminino. De acordo com a autora Lynn Davies, “os movimentos feministas trouxeram conteúdos significativos para aprofundar e ampliar o debate em torno da cidadania”².

Cidadania e género acolhem nos dias de hoje novas perspectivas, nomeadamente a ideia da investigadora Ruth Lister, que propõe uma cidadania regenerada.³ Isto é, repensar o conceito de cidadania tendo em mente a identidade de género, uma vez que, “[...] um ideal de universalismo que, ao pressupor a inclusão de todos os indivíduos, cria a ilusão de igualdade, mantendo invisíveis ou marginalizados grupos ou indivíduos, desvalorizando diferenças e subjectividades pessoais.”⁴

Penoso e lento, tem sido o caminho percorrido por todo/as defensor/as dos direitos universais humanos. Os estudos na área das questões de género têm tido contributos valiosos desde a, sempre presente, Filosofia passando pela Literatura e História à Sociologia, Antropologia e Economia. Daí, a amplitude holística que tem vindo a

² GOMES, Lúcia, “Cidadania na Escola – Fazeres e Dizeres de Raparigas e Rapazes”, in *Ex equo n°15*, Org. Helena Costa Araújo, Edições Afrontamento, Porto, 2007, p.120.

³ GOMES, Lúcia, “Cidadania na Escola...” *op. cit.* p.119.

⁴ *ibidem*, p.120.

caracterizar os estudos de e sobre mulheres: por exemplo, assimetrias de género presentes em facetas menos observáveis na sociedade ocidental.

Por seu lado, a actuação do Estado português, aquando do falecimento de Maria de Lourdes Pintasilgo, deixa um espaço a interrogações. É que embora tivesse protagonizado cargos de índole de serviço público, como foi o de Ministra dos Assuntos Sociais e primeira e única mulher portuguesa Primeira-ministra, a verdade é que não lhe foi concedido um funeral com todas as exéquias protocolares de Estado. Obviamente, que no âmbito deste projecto de estudo, a questão ultrapassa os efémeros contornos das cerimónias fúnebres, mas não deixa de ficar para a história portuguesa esse facto simbólico.

As datas seguidas nesta pesquisa incorporam-se na linha temporal dos acontecimentos espelhados nos jornais consultados: *O Jornal* e o *Expresso*, porque não é finalidade deste projecto historiografar o percurso de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto Primeira-ministra. Esta clarificação prende-se com o facto da consulta realizada a este espaço histórico, a vigência do V Governo Constitucional, revela datas não coincidentes com o decorrer dos acontecimentos, como se não existisse acordo sobre o período que balizou o mandato do V Governo Constitucional. Repare-se nos exemplos:

- No portal oficial do Governo de Portugal lê-se, tão só, a data: 1979-80.
- Na obra de Jose Mattoso⁵, *Portugal em transe 1974-1985. VIII Volume*, disponibiliza-se uma cronologia que indica 14 de Agosto de 1979 como a data da tomada de posse do V Governo, que é coincidente com a discussão parlamentar do Programa do Executivo. Sublinhe-se, particularmente, que o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo não consta nesta obra, como prova o índice onomástico.
- No trabalho de José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, aponta-se a data de 7 de Julho, uma vez que foi nesta que se dissolveu o IV Governo.

Em 1980, Eduardo Lourenço no prefácio do livro de Maria de Lourdes Pintasilgo, *Sulcos do Nosso Querer Comum. Recortes de Entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, recorda o carácter político, potencialmente inovador enquanto Primeira-ministra:

⁵ Cf. MATTOSO, José, *História de Portugal, Portugal em Transe*, VIII volume. Autor, coordenação e colaboração: José Medeiros Ferreira. Cronologia: Maria de Lurdes Rosa. Índices: Leonel de Oliveira. Editorial Estampa.

Pela primeira vez, com a sua passagem pelo Poder, apesar da conjuntura desfavorável e o tempo contado, se desenhou entre nós a imagem de uma “outra política”, cujo perfil não se definiu apenas por ser “diferente” daquelas que a haviam precedido, mas por ser ou conter em germe uma outra ideia da Política.⁶

Perante tal indefinição de contornos, emergiu a curiosidade e interesse em viajar no tempo e visitar testemunhos oculares, como a imprensa, no sentido de descobrir que imagem, ou imagens, poderão ter sido retratadas nos jornais à época da sua nomeação para Primeira-ministra. As perspectivas gravadas na imprensa são, por isso, uma inegável atraente investigação. Como foi Maria de Lourdes Pintasilgo reproduzida pelos jornalistas, cronistas e analistas da altura? Como foi feita a recensão das suas ideias e acções? Que traços no seu perfil foram evidenciados, menorizados ou desvalorizados?

A partir destas questões, iniciou-se a consulta a vários exemplares de semanários e de diários que reportaram os eventos de então. A decisão final recaiu sobre: *O Jornal*, com tiragem à sexta-feira e o *Expresso*, com tiragem aos sábados, porque, desde logo, se constatou a abundante diversidade, em ambos, de textos jornalísticos de índole interpretativa, analítica e opinativa. Seguidamente, demarcou-se o espaço temporal que esta investigação teria que se reportar.

Tendo em conta que se procurava, essencialmente, escrutinar as primeiras ondas de reacção à indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo, isto porque, acredita-se que serão tão melhores e espontâneas, quanto mais próximas dos eventos, balizou-se o período entre 13 de Julho a 11 de Agosto de 1979. Como se poderá consultar no segundo capítulo, especificamente, no ponto que relata todo o processo de construção e análise ao presente *corpus*, esclarece-se, neste momento, rapidamente que estes marcos correspondem, em primeiro lugar, ao dia em que o Presidente da República, General António Ramalho Eanes, deu a conhecer ao país a decisão de dissolver a vigente Assembleia da República e o dia 11 porque coincide com as vésperas da apresentação parlamentar do Programa do Governo.

Durante estes cinco fins-de-semana regista-se uma vasta produção textual sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, que foi diminuindo, à medida que se entrava no período de

⁶ PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do Nosso Querer Comum, Recortes de Entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, Prefácio de Eduardo Lourenço, Porto, Edições Afrontamento, 1980, p.10.

férias de verão e, ao mesmo tempo, de preparação da campanha eleitoral, para as intercalares de 2 de Dezembro.

Relativamente ao desenho estrutural deste projecto, este encontra-se organizado em quatro capítulos, naturalmente, interligados entre si. Na forma de anexos encontra-se a totalidade do *corpus* que serviu de análise. O primeiro capítulo: "Uma perspectiva sobre o trajecto das mulheres no espaço público/político", parte do pressuposto que a chegada das mulheres ao espaço público da política e da governação foi, ou continua a ser, um percurso lento, não linear, uma constante luta de superação de preconceitos. E, daí, irá percorrer, algumas, das muitas, etapas entendidas como, possivelmente, as mais directamente ligadas à evolução e transformação de conceitos que têm contribuído para a desconstrução de todo um quadro conceptual vigente e, a partir daí, para uma abertura às reivindicações de emancipação, de reconhecimento no usufruto igualitário dos direitos humanos.

O segundo capítulo:"Considerações Metodológicas" abarca dois momentos. Como primeiro, legitima-se a escolha da Análise Crítica do Discurso, como a metodologia teórico-prática que suporta este estudo. Trata-se de uma abordagem analítica quantitativa crítica do discurso que procura desvelar, desocultar formas enviesadas no relatar de eventos, na descrição dos outros, ou seja por exemplo, na forma discursiva de tratamento dos sujeitos: 'nós' e 'os outros'. É possível encontrar nessas narrativas textuais a omnipresença de particularidades da ideologia dominante em termos macro-proposicionais, com a ajuda do contexto, por exemplo, como também através da análise semântica.

No caso deste trabalho, tratou-se de escrutinar e analisar o discurso jornalístico que acompanhou a indigitação, para chefe do Governo, de uma figura feminina do domínio público. Como foi Maria de Lourdes Pintasilgo apresentada ao público leitor? Haverá uma imagem para cada um dos semanários? Até que ponto, o facto de ser mulher poderá ter influenciado a sua descrição? Como foi representada a interveniente pública Maria de Lourdes Pintasilgo? Estas são, em essência, as perguntas que guiaram a investigação.

Verificou-se que esta metodologia encontra-se, também, presente na literatura consultada no âmbito da problemática da sub-representatividade feminina em cargos políticos, como são os exemplos dos parlamentos nacionais. As abordagens discursivas aos debates, sobre a introdução de medidas como as cotas e o princípio da paridade, são, preferencialmente, apontadas como os instrumentos que podem analisar e trazer à superfície

a variedade de conceptualizações sobre, por exemplo, diferença sexual e desigualdade de género.

Ainda neste capítulo sobre as considerações metodológicas, relata-se e explicita-se todo o processo de construção e de análise ao *corpus*, que representa o segundo momento. É lavada a cabo uma apresentação de ambos os jornais, começando-se pelos respectivos números inaugurais e seus editoriais, seguindo-se uma descrição da estrutura organizacional, referente ao corte temporal consultado. Uma vez que o *Expresso* nasce antes do 25 de Abril, considerou-se pertinente actualizar a sua posição editorial no pós-revolução. Foi, também, possível acrescentar considerações feitas pelo fundador, Francisco Pinto Balsemão, no âmbito do trigésimo quinto aniversário da revolução, relativamente aos tempos que o jornal vivenciou no antigo regime.

O processo analítico encontra-se no terceiro capítulo "Perspectivas Analíticas sobre o Discurso Jornalístico referente ao *Corpus*", contendo dois pontos principais. Em primeiro lugar, realizam-se os enquadramentos necessários: o trajecto de Maria de Lourdes Pintasilgo no espaço público, até ao verão de 1979, e uma breve contextualização do ambiente político de então. Como segundo ponto: a análise. Em linha cronológica, começa com uma primeira leitura descritiva das primeiras páginas seguindo-se um olhar analítico, tanto às primeiras páginas como ao interior dos periódicos, que pretende explorar e conjecturar sobre as possibilidades que os textos permitam. O primeiro momento de análise reporta as três seguintes datas e jornais: *Expresso*: 14 e 21; *O Jornal*: 20 de Julho, enquanto os restantes momentos analíticos dizem respeito a duas edições, de cada vez. Por outras palavras, estes periódicos serão analisados de acordo com a sua data de edição, de modo a seguir uma linha condutora, neste caso cronológica. Com tiragens à sexta-feira e sábado, agruparam-se as datas: 20 e 21; 27 e 28 de Julho; 3 e 4; 10 e 11 de Agosto, com excepção dos números referentes a 14, 21 e 21 de Julho. Isto porque, em termos de conteúdo analítico concluiu-se fazer sentido ligar as referências plasmadas no dia 14 ao fim de semana seguinte e não ser alvo de análise apartada. Como conclusão, são assinaladas, na forma de leituras transversais, características que se demarcaram pela sua constância e que contribuíram para a construção do perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Capítulo 1

Uma Perspectiva sobre o Trajecto das Mulheres no Espaço Público/Político

A chegada das mulheres ao espaço público da política e da governação foi, ou continua a ser, um percurso lento, doloroso, não linear, enfim, uma constante luta de superação de preconceitos.

De um ponto de vista global e naturalmente parcial que momentos de charneira, referentes à evolução da conquista feminina do espaço público da política, podem ser localizados? Uma vez assinalados que conjecturas poderão originar? Que ligação poderá ser estabelecida entre esses pontos? Vejamos, então, o que pode ser suscitado no âmbito destas questões.

A problemática da subrepresentatividade do sexo feminino nas áreas políticas, sobretudo do lado do poder da tomada de decisões, tem vindo a ocupar as agendas de instituições internacionais, nacionais, governamentais, não-governamentais, associações e movimentos da sociedade civil e tantas outras entidades.

Nos dias de hoje, em diversas democracias, constata-se a introdução de medidas legais que promovem a entrada de sujeitos femininos no espaço ainda acentuadamente monocromático masculino da política, especificamente, nas vertentes políticas da governação. A adopção de medidas, como as cotas e o reconhecimento da importância da paridade, poderá configurar uma nova onda reivindicativa sobre igualdade e usufruto de

direitos políticos entre cidadãs e cidadãos. E se na actualidade é este o registo vindicativo essencial, tempos houve em que se debateu o reconhecimento às mulheres de uma racionalidade da mesma natureza que a da ratificada aos homens.

Do vasto espectro de influências e heranças culturais poder-se-ia destacar a Revolução Francesa (1789), da qual emerge a proclamação da igualdade. Mas que, na realidade, não abarcou de modo igualitário mulheres e homens. A condenação à morte de Olympe de Gouges, em 1793, representa possivelmente a melhor das evidências das forças adversas aos movimentos sociais adeptos da emancipação das mulheres e sua entrada no espaço público.

Outros passos tiveram ainda que ser dados no sentido de legitimar direitos de cidadania, entre eles, o acesso livre à educação e, porventura o mais simbólico, o direito ao voto, já que representa um dos mais significativos pontos de viragem no percurso do acesso à igualdade. O direito ao sufrágio consagra às mulheres a condição, simultânea, de eleitoras e a possibilidade de serem elegíveis, no início do século XX. Os movimentos sufragistas retratam, certamente, o marco de maior visibilidade na História da escalada íngreme que é a chegada de sujeitos femininos ao espaço público, nomeadamente, da política.

Legitimada esta reivindicação poder-se-ia, nesse caso, esperar como efeito da abertura à presença feminina nesta esfera, a sua visibilidade e participação efectiva nas áreas dos poderes da governação e da tomada de decisões. Poder-se-ia registar uma consequência, uma transformação, no seguimento de uma causa prévia. Ora, os dados estatísticos aí estão para confirmar que parte das reivindicações do passado continua ainda por se realizar, à escala planetária. Por exemplo, o acentuado desequilíbrio na representatividade parlamentar entre ambos os sexos é mesmo considerado, pela investigadora Lea Sgier⁷, um fenómeno universal.

Entidades internacionais, como principalmente a Organização das Nações Unidas – O.N.U. –, têm vindo a denunciar a assimetria na representatividade de ambos os sexos nas diversas áreas e a alertar para o facto de qualquer sociedade assim estruturada estará longe de um desenvolvimento sustentável, como relembra Maria Regina Tavares da Silva,

⁷ Cf. SGIER, Lea, "Gender quota debates as discourses on the public sphere". Artigo apresentado no workshop intitulado *Working With Ideology in a Post-Ideological Age*, Suécia, 2004, pp.1-23. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/uppsala/ws3/Sgier.pdf> (Consultado em Novembro, 2009).

investigadora e consultora das Nações Unidas, a frase emblemática: "development that is not engendered is endangered"⁸, presente no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995, incluído no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Perspectiva-se, deste modo, a importância do equilíbrio da representatividade de género como factor de desenvolvimento. Ou seja, torna a participação igualitária de ambos os sexos, na diversidade de campos de acção humana, factor imprescindível na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Já não é só ao nível dos direitos que se defende a participação feminina, é já ao nível do progresso bem sucedido.

Indo, portanto, ao encontro de respostas a interrogações sobre que marcos podem ser ampliados, que conjecturas proporcionam e que ligações poderão ser feitas, este capítulo irá percorrer, algumas, das muitas, etapas entendidas como, possivelmente, as mais directamente ligadas à evolução e transformação de conceitos que têm contribuído para a desconstrução de todo um quadro conceptual vigente e, a partir daí, para uma abertura às reivindicações de emancipação, de reconhecimento no usufruto igualitário dos direitos humanos. A saber: os horizontes proporcionados pelo Iluminismo, a conquista do direito ao voto e, por fim, o debate em torno das questões das cotas e da noção de paridade. Resultam, deste modo, três momentos de charneira que provocaram grandes debates e que conseguiram, não obstante a força do *status quo*, desbravar caminhos e lançar causas de efeitos futuros.

Tomar-se-á como ponto de partida os desafios do paradigma iluminista e os primeiros passos feministas na direcção do espaço público. Todo este legado que abarca, por exemplo, a autonomia e a secularização da racionalidade humana é, por sua vez, considerado como estando na origem de concepções filosófico-políticas que conseguiram vigorar até aos nossos dias, não obstante as forças de movimentos contra-corrente. O *salon* francês dos anos sessenta do século XVIII exemplifica a emergência de uma parte das mulheres num ambiente intelectual *avant garde* propício à aceitação do sujeito feminino

⁸ SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Igualdade de Género como Factor Competitivo e de Desenvolvimento*. Comunicação apresentada na Conferência de Celebração dos trinta anos da Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE), Julho, 2009, pp.1-6, p.6.
Disponível em: http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/conf30anos/30_P1_02_Regina_Tavares.pdf (Consultado em Novembro, 2009).

como par nas discussões e acções contemporâneas. Antes de se dar entrada ao século XX, conclui-se este trecho na forma de uma leitura síntese.

Como segundo ponto apresenta-se uma narrativa sucinta dos movimentos sufragistas, de cariz britânico, já que reflectem a inauguração do processo da conquista de direitos civis: de cidadã eleitora, à elevação, lenta, a cidadã eleita, na generalidade das sociedades ocidentais.

O terceiro ponto irá abordar a temática da igualdade a partir de duas perspectivas, que se consideram interligadas, no âmbito da nossa contemporaneidade. Por um lado, o papel da Organização das Nações Unidas na promoção da defesa da igualdade, através das várias conferências internacionais, cujos resultados são revertidos, mais cedo ou mais tarde, em adequações jurídico-legais nos respectivos países signatários. Por outro lado, procurar-se-á expor alguma da discussão ocorrida em torno da introdução de medidas como as cotas e o conceito de paridade, que objectivam a representatividade, a participação efectiva de mulheres nas dimensões políticas da liderança e do poder político da tomada de decisões.

Convém esclarecer que a escolha do período iluminista, como ponto de partida, não significa que se faça tábua rasa de tudo o que ocorreu previamente. Até porque, antes de mais, acredita-se que no decorrer do tempo humano todos os acontecimentos têm causas e efeitos, sendo que as causas já são efeitos de um acontecimento anterior e os efeitos transformam-se em causas de eventos seguintes. A título de conclusão procurar-se-á encontrar, expor elos de ligação, ou uma forma de fio condutor, entre estes três momentos de charneira.

A Emergência da Sociedade Moderna e a participação feminina

Porquê o século XVIII como ponto de partida? Ou, mais especificamente, indo ao encontro da temática que aborda a emergência do sujeito feminino no espaço público, será expectável encontrar pontos de encontro entre as novas ideias emanadas do quadro conceptual da modernidade e o surgimento das primeiras reivindicações feministas? Ou seja, será que a relevância do enquadramento da modernidade, que traz consigo uma nova forma de abertura a uma racionalidade iluminada, capaz de suscitar inquietações, dúvidas, capaz

de fazer um uso livre, autónomo e público da razão, não terá lançado as sementes para o primeiro movimento reivindicativo feminino?

Um breve olhar panorâmico

Numa primeira abordagem global poder-se-á situar neste espaço temporal o início de um conjunto de transformações, tanto ao nível da organização político-social como ao nível das mentalidades, que proporcionaram o advento de novas formas de pensar o ser humano. De tão poderoso, este património continua a fazer-se sentir.

Elizabeth Badinter, filósofa e investigadora de, entre outras, questões ligadas à libertação das mulheres, considera o século das Luzes o momento onde se criaram modos de pensar que ajudam a compreender algumas das discussões actuais⁹, como é o caso do conceito de paridade dir-se-ia.

Nas palavras de Amelia Valcarcel, o século XVIII:

[...] es el origen de nuestro mundo de ideas, de gran parte de nuestro marco institucional y de bastantes modos de vida actuales, es también la fuente de nuestro horizonte político e incluso del horizonte de reformas sociales y morales en el que todavía estamos viviendo.¹⁰

Também a investigadora Maria Manuela Tavares Ribeiro sublinha a importância deste período, nomeadamente a Revolução Francesa, como marco incontornável para um entendimento das transformações que atravessaram a Europa:

Momentos históricos importantes para a definição da Europa, enquanto entidade cultural e geopolítica, tiveram lugar nos fins do século XVIII. São os anos da Revolução Francesa (1789), fundamentais e decisivos, quer como elemento de reconstrução do continente, quer pelo legado de ideais políticos: da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da democracia,

⁹ Cf. HENRIQUES, Fernanda, "Elizabeth Badinter: Racionalismo, Igualdade e Feminismo" Comunicação apresentada ao *Congresso Evocativo do Primeiro Congresso Feminista em Portugal*: Lisboa, 2005, in, Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim (org.), *O Longo Caminho das Mulheres, Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, Dom Quixote, 2007, pp.245-254.

¹⁰ VALCARCEL, Amelia, "La memoria colectiva y los retos del feminismo", in Amelia Valcárcel y Rosalia Romero, *Los desafíos del feminismo ante el siglo XXI*, Sevilla, col. Hypatia, 2000, pp.19-54, p.1.

da secularização das sociedades que pesariam no florescer económico das burguesias europeias.¹¹

Sem se pretender estabelecer uma total unicidade de posicionamentos, a verdade é que não será controverso aceitar-se uma convergência de leituras, no que diz respeito, à relevância e ao alcance do legado da modernidade.

A razão cartesiana e o fascínio das Luzes

O legado da racionalidade moderna, pela mão de René Descartes (1596-1650), proporcionou a abertura de novos horizontes quanto ao uso da *Razão*. A herança cartesiana anuncia a novidade da convicção de que todos os seres humanos são providos de razão. Ora daqui, poder-se-ia inferir que se todos os seres humanos – mulheres e homens – são dotados de razão, logo do ponto de vista da aplicação coerente de tal premissa, esperar-se-ia um fim à desigualdade valorativa ontológica entre ambos os sexos. Foi, quiçá, sob o impulso deste novo registo racional, com este horizonte em perspectiva, que se deram passos pioneiros reivindicativos do direito ao reconhecimento igualitário entre cidadãs e cidadãos.

Todavia, Genevieve Lloyd chama a atenção para o legado cartesiano mais pernicioso às mulheres que foi a *divisão sexual do trabalho mental*. Repare-se nas suas palavras:

Às mulheres foi atribuída a responsabilidade do domínio da sensibilidade que o homem de razão cartesiana deve transcender, se quiser atingir o verdadeiro conhecimento das coisas. [...] A tarefa da mulher é a de preservar a esfera da interligação entre o espírito e o corpo, a que o homem de razão recorrerá para conforto, calor e descanso. Se ele pretende exercitar a mais exaltada forma de razão, deve ter por detrás emoções suaves e sensualidade; a mulher mantê-las-á intactas para ele. Estava, então, aberto o caminho para as mulheres serem associadas não apenas a uma presença inferior da razão, mas a uma forma diferente de carácter intelectual, construída como complementar da razão masculina.¹²

¹¹ RIBEIRO, M^a Manuela Tavares, *A Ideia de Europa Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.41.

¹² LLOYD, Genevieve, *The man of reason, "male" and "female" In Western Philosophy*, London, Routledge, 1993, p.50.

Atendendo às transformações que ocorreram ao longo deste período poder-se-ia, mesmo, considerar algumas delas como rupturas. É o caso do uso da razão. Herdeiro dos movimentos renascentistas e humanistas, o sujeito iluminista acredita ser a razão e a ciência conjuntamente, os recursos pelos quais se chega a uma explicação racional do mundo. Já não se pretende encontrar respostas, somente, na teologia cristã, mas sim na ciência e no poder humano de raciocinar metódica e autonomamente mas, sobretudo, livremente.

Como enquadramento histórico poder-se-ia afirmar que a Razão da Modernidade culmina na pessoa de Immanuel Kant (1724-1804). *Sapere aude!*

Em resposta à pergunta, 'O que é o Iluminismo?', o filósofo das Luzes afirmava:

A saída do homem da sua menoridade, de que ele próprio é responsável. Menoridade, isto é, incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direcção de outrem, menoridade de que ele próprio é responsável, dado que a sua causa reside não numa falha do entendimento mas numa falta de decisão e de coragem de se servir dele... *Sapere aude!* Tem a coragem de te servir do teu próprio entendimento. Eis a divisa das luzes.¹³

Destaca-se, então, como matriz iluminista o entendimento da razão, enquanto via de análise, despida de preconceitos rumo ao progresso e à emancipação do ser humano. Imbuído da força das Luzes, este projecto audacioso acredita no prazer da aprendizagem, na experiência, na descoberta do conhecimento, na educação promotora de um novo ideal de cidadania.

Os desafios iluministas propiciaram debates entre filósofos e intelectuais encontrando na cosmopolita 'República das Letras' um meio de partilhar as novas ideias sobre conceitos como cidadania, concepções políticas, filosóficas, a importância de um modelo de ensino capaz de potencializar o uso da racionalidade humana. Nesta perspectiva, defende-se que o ser humano deve encarar a educação e a instrução como meios de explanar a razão e pensar a ciência.

A pedagogia pretende atingir novos conhecimentos através da observação e estudo metódico, mais do que da reprodução mimética. Daí a importância da realização de uma enciclopédia, encarada como o meio mais rápido e útil, para qualquer sujeito interessado em

13 VANCOURT, Raymond, *Kant*. Trad. António Pinto Ribeiro, Lisboa, Edições 70, 1ªed., 1967, p.15.

consultar e aceder ao conhecimento que normalmente era restrito a uma pequena parte da sociedade. Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) interpretaram bem os sinais do seu tempo e conseguiram levar a cabo uma extraordinária tarefa que parecia impossível à época. "Uma obra que pudesse servir de biblioteca, em todos os aspectos, a um homem de sociedade, [...] Um gesto, poucos segundos, o tempo apenas de procurar uma palavra, e os mais ignorantes tornar-se-iam os mais instruídos."¹⁴

Do outro lado iluminista: algumas vozes dissonantes

Não obstante toda a aclamação às potencialidades emancipadoras da razão e ao surgimento do debate em torno da igualdade entre seres humanos, a verdade é que este projecto não foi concretizado no que respeita às mulheres. Ainda assim, em contexto contracorrente, surgem vozes dissonantes e respectivas obras reivindicativas: François Poulain de La Barre (1647-1723), Olympe de Gouges (1748-1793), Mary Wolstonecraft (1759-1797).

É importante mencionar o contributo de François Poulain de La Barre, uma vez que este discípulo de René Descartes aplicou criteriosamente a filosofia cartesiana na desconstrução dos pré-juízos vigentes acerca da superioridade racional masculina sobre a feminina.

Da diversidade da sua obra e no âmbito da natureza deste contexto destacam-se, a título de exemplo, *De l'Egalite des deux Sexes* (1673) e *De l'Education des Dames pour la conduite de l'esprit dans les sciences et dans les moeurs* (1674), em cujos trabalhos La Barre expõe o seu corpo argumentativo em favor da existência de uma racionalidade igual na mulher e no homem.

La Barre segue a premissa cartesiana do duvidar. Se é pela dúvida, metódica (porque enquanto instrumento de conhecimento a sua meta é atingir a verdade), universal (porque num processo de conhecimento a tudo deve ser aplicado o critério da dúvida) e provisória (já que deixa de existir logo que a verdade é alcançada) que se chega ao conhecimento, então, deve-se aplicar estes requisitos questionando tudo o que aparenta ser dados adquiridos como certos. Pois, como postula o cartesianismo, aquele que duvida, que

¹⁴ HAZARD, Paul, *O Pensamento Europeu no século XVIII*, Trad. Carlos Grifo Babo, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p.196.

pensa, que reflecte, tem que existir e daí *cogito ergo sum*. Nesta perspectiva filosófica, La Barre toma o *cogito* cartesiano como alavanca, de maneira, a "articular a dúvida com o agir e não apenas com o pensar. Para ele, existimos, porque o que duvida age e o que age existe." ¹⁵

Sobre as obras de La Barre acima referidas, Fernanda Henriques expõe a denúncia deste pensador acerca da origem e manutenção da noção de desigualdade entre mulher e homem. Fica, então, claro que a sua existência – a desigualdade – deve-se ao forte enraizamento de factores sociais e não naturais. É, igualmente, salientado pela autora a reflexão perspicaz de La Barre relativamente ao "preconceito sobre a desigualdade entre os sexos estar interiorizado pelas próprias mulheres, sendo, por conseguinte, um forte factor da manutenção da sua sujeição e da própria reprodução do preconceito."¹⁶ Para combater a permanência deste paradigma assente em falácias, La Barre defende uma educação descomprometida com os cânones do antigo regime.

Do ponto de vista de Celia Amorós, estudar a obra de La Barre é contribuir "para dotar o feminismo da sua própria memória crítica [...] memória filosófica feminista."¹⁷ Isto porque, como esta investigadora sublinha, é necessário resgatar o passado do nosso presente e considera que, no quadro da modernidade, a natureza emancipatória da sua agenda permite a conceptualização de um horizonte de igualdade entre Mulher e Homem. Entende, ainda, a produção escrita de François Poulain de la Barre como um "fruto ideológico do cartesianismo"¹⁸, já que trata-se de um corpo argumentativo a favor dos direitos das mulheres, erigido a partir da crítica cartesiana.

Outro autor interessado em desconstruir narrativas, que deixam no vazio histórico o papel relevante de vozes dissonantes ou minoritárias, é Siep Stuurman. Em *François Poulain de la Barre and the invention of modern equality*¹⁹, este académico holandês defende que La Barre é o primeiro pensador da Europa a edificar sua filosofia social apoiada no conceito

¹⁵ HENRIQUES, Fernanda, "Concepções Filosóficas e Representações do Feminino", Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Pessoa e Sociedade: Perspectivas para o Século XXI, Braga, 17-19 de Novembro de 2005, pp.1-12, p.8. Também disponível em: <http://home.uevora.pt/~fhenriques/textosfilegenero/confiloerepresentacoes.pdf>

¹⁶ HENRIQUES, Fernanda, "Concepções", *op. cit.*, p.9.

¹⁷ AMORÓS, Celia, *Tiempo de Feminismo*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2000, p.109.

¹⁸ AMORÓS, Celia, *Tiempo...*, *op. cit.* p.144.

¹⁹ STUURMAN, Siep, *François Poulain de la Barre and the invention of modern equality*, Harvard University Press, 2004. Leitura parcial disponível em: http://books.google.pt/books?id=y7s_ACCqg88C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (Consultado em Março, 2009).

universalista da igualdade. A ligação do cartesianismo e feminismo e a emergência de uma matriz intelectual do início do Iluminismo revela um potencial radicalmente igualitário. Segundo ainda Stuurman, o corpo argumentativo (de La Barre) sobre igualdade aborda, para além do género, questões de classe e de 'raça' e, como tal, a inter-relação destas problemáticas não será, afinal, uma invenção do século XX. Reforça a ideia de que a obra *De l'Egalite des deux Sexes* emana uma radicalidade igualitária, trabalho este publicado antes, ainda, da Revolução Francesa.

Stuurman sublinha também que, para La Barre, as diferenças ontológicas entre os sexos, tal como, outras formas de dependência humana, são consequência de "chance, power and custom"²⁰ sem qualquer fundamento na natureza. Este investigador lamenta que La Barre esteja praticamente arredado da historiografia do cartesianismo, apesar do facto de La Barre ter conseguido transformar o pensamento de Descartes numa filosofia social. Reconhece, contudo, que este nome se encontra presente na historiografia do feminismo na Era Moderna, sem, no entanto, referenciar directamente qualquer estudo realizado neste âmbito.

Portanto, a importância da voz feminista em La Barre encontra-se, também, presente nas raízes do seu conceito radicalmente universalista sobre igualdade e, por isso, Stuurman lança o desafio: "we should ask not only what Enlightenment contributed to feminism, but also what feminism contributed to the Enlightenment."²¹

Retomando os estudos de Celia Amorós, esta investigadora encara as obras de cariz dissonante já não sob uma carga de memorial de agravos, tendo em conta uma perspectiva comparativa com os testemunhos literários femininos antecedentes à idade moderna, mas sim como processos iniciáticos de reivindicações para as mulheres.

É o caso de Olympe de Gouges. No seguimento da Revolução Francesa e da proclamação da *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, em 1789, Olympe de Gouges desafia o pensamento dominante e responde com a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, em 1791. Ora, neste quadro reivindicativo, o que esta cidadã questiona, para além da ausência de qualquer referência às mulheres, é o tão aclamado lema: *Liberté, Egalité, Fraternité*. Se, de facto, se defendia uma nova sociedade mais livre, igualitária e fraterna, seria de esperar que, às mulheres, fosse definitivamente aberto o

²⁰ STUURMAN, Siep, *François ...*, op. cit. p.1-2.

²¹ *Ibidem*, p.3.

espaço da cidadania incluindo direitos político-sociais. Recorde-se as suas palavras sibilinas: "[...] a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; também deve ter o direito de subir à tribuna."²² Como se sabe, a decapitação desta voz desalinhada, em 1793, resulta na mais contundente prova de que, afinal, a cidadania político-social não fora projectada para incluir as mulheres.

Do Reino Unido chega-nos o exemplo de Mary Wollstonecraft autora de *A Vindication of the Rights of Woman*, publicado em 1792. À data da edição desta obra, Mary Wollstonecraft era já uma respeitada participante no grupo londrino '*Rational Dissenters*' que abarcava intelectuais liberais e radicais, defensores de uma filosofia político-social divergente da padronizada.

Este reconhecimento derivava da diversidade e pertinência da sua produção escrita: desde romances e tratados, que reflectiam questões como a educação e o imperativo de se promover para as mulheres um projecto de vida emancipatório, até ao seu papel de editora e tradutora da revista *Analytical review*, propriedade de Joseph Johnson, livreiro de perfil liberal e patrono de jovens aspirantes a escritores que já publicara, em 1788, o primeiro romance de Mary Wollstonecraft: *Mary, A Fiction*.²³

Influenciada pela ideologia liberal dos direitos inalienáveis, observadora apaixonada das ocorrências em França, onde o direito divino do rei fora substituído pelo direito humano, Mary Wollstonecraft integra entusiasticamente as novas correntes de pensamento que advogam pela inerência total das liberdades civis e religiosas a todos os seres humanos.

Crítica das pedagogias vigentes, delineadas maioritariamente por autores masculinos, como a própria enfatiza, cujos cânones tradicionais imobilizavam a generalidade das mulheres na sua situação de inferioridade, defende novas formas de instrução que possam permitir-lhes sair dessa menoridade. Estabelece, por isso, uma ligação directa entre educação e virtude, defendendo que uma mãe deveras instruída será sempre uma mãe melhor. Advoga, também, a autonomia financeira fora do casamento, sublinhando que "I do

²² SIMÕES, Maria da Saudade de Oliveira, *Olympe de Gouges, a mulher que inscreveu as mulheres na agência da cidadania*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2008, p.123.

²³ BRODY, Miriam, *Mary Wollstonecraft, a vindication of the rights of woman*, London, Penguin Classics, 1992. Leitura parcial disponível em: <http://books.google.pt/books?id=KuVmU4IqbBkC&printsec=frontcover&dq=wollstonecraft&ei=a8j2S9HWKpmOzqSkjM3dCg&hl=pt-BR&cd=2#v=onepage&q&f=false> (Consultado em Fevereiro, 2009).

not wish them [women] to have power over man; but over themselves."²⁴As mulheres devem lutar por serem auto-suficientes e não dependerem do marido ou de qualquer outro familiar masculino.

De uma forma arguta, associa o valor da instrução feminina ao progresso e à construção de uma sociedade mais justa. Por outras palavras, para ela, mulheres instruídas são uma mais-valia na participação activa de uma sociedade desenvolvida e moderna.

Os salões – *Les salons* – da sociedade francesa

Os estudos histórico-culturais de Dena Goodman sobre o salão francês – *Le salon* – nos anos sessenta do século XVIII revelam a emergência do contributo feminino na comunidade parisiense e as transformações que acarretaram para a sociedade europeia em geral. No seu texto, "*Enlightenment Salons: The Convergence of Female and Philosophic Ambitions*"²⁵, é abordado sobretudo o significado do *Le salon* no enquadramento iluminista e sua importância na educação da mulher.

Este trabalho expõe, por um lado, uma descrição detalhada das famosas *salonnières* que, ao promoverem nos seus salões encontros entre os denominados filósofos da época, os homens da 'República das Letras', estas mulheres puderam iniciar todo um percurso de instrução e educação em seu próprio benefício, uma vez que os ideais de cidadania defendidos nesta moldura iluminista acabavam por ir ao encontro das necessidades de direitos inexistentes para as mulheres. Consegue, por outro lado, estabelecer uma nova interpretação histórica e valorizar a actividade feminina, no seguimento destes convívios intelectuais.

É, portanto, no âmbito deste caldo cultural que emerge um protagonismo feminino, com características inovadoras, à época. Isto é, um conjunto de mulheres, especificamente

²⁴ WOLLSTONECRAFT, Mary, *A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects*, London, third edition, 1796, p.134. Visualização completa disponível em: http://books.google.pt/books?id=qhcFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=mary+wollstonecraft&hl=pt-BR&ei=iq_2S8WgPNCrsAb2lun0BQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCQO6AEwAA#v=onepage&q=power%20over%20themselves&f=false (Consultado em Fevereiro, 2008).

²⁵ GOODMAN, Dena, "Enlightenment Salons: the converge of female and philosophic ambitions", in, *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 22, No. 3, Special Issue: The French Revolution in Culture, 1989, pp.329-350. Disponível em: <http://web.leedstrinity.ac.uk/histcourse/suffrage/document/goodmana.htm> (Consultado em: Fevereiro, 2008).

uma nova geração da alta burguesia e nobreza, com maior interesse na educação, passa a poder estar presente nos debates e discussões entre os grandes intelectuais. Deste modo, conseguiram aceder a todo um universo educativo, do qual estiveram sistematicamente impedidas de aceder livremente.

Le salon passa, então, a ser o local de encontro de intelectuais ávidos de novas ideias, interessados no debate e na discussão racional entre os presentes, que são, antes de mais, encarados como seres pensantes, mais do que os seus respectivos títulos de hierarquias sociais. De igual modo, torna-se no lugar de eleição para algumas destas mulheres que o encaram como o possível percurso educativo e de instrução.

Tendo elas acesso a todo um vasto conhecimento, usaram a correspondência como meio de divulgar e partilhar os recém-discutidos ideais. Este recurso epistolar permitiu-lhes iniciarem-se na escrita, chegando mesmo a publicar livros. É a partir deste espólio que Dena Goodman desoculta o interesse destas *salonnières* em propagar os conteúdos dos debates. Desta forma, deram um importante passo, inevitavelmente, em frente na sua instrução e assumiram o seu próprio processo emancipador.

[...] the salonnières of the Enlightenment must be viewed as intelligent, self-educated, and educating women who reshaped the social forms of their day to their own social, intellectual and educational needs. The initial and primary purpose behind salons was to satisfy the self determined educational needs of the woman who started them. In an age when women did not have or aspire to careers, the salon was just that: a career based on a long apprenticeship and careful study, resulting in the independence of a mastership.²⁶

Em Portugal: as Assembleias

No âmbito das influências iluministas que atravessaram o decurso das histórias nacionais, Portugal também não ficou nas sombras das Luzes que se propagaram pela Europa ocidental. No caso português, Lisboa foi o palco geográfico, por excelência, onde fenómenos de mudanças sócio-culturais ocorreram.

²⁶ GOODMAN, "Enlightenment Salons...", *op. cit.*, p. 3.

O estudo de Maria Antónia Lopes, *Espaço e Sociabilidade*²⁷, aponta para uma intervenção activa por parte das mulheres da alta sociedade lisboeta na transformação sócio-cultural dos espaços de convívio. A autora assume a mulher como categoria social de análise válida e, deste modo, a respectiva investigação tem um conjunto de premissas, das quais se destacam as que visam um estudo que apreenda os papéis sociais das mulheres, que encare a mulher como ser social na relação com o homem e a mulher e suas representações.

À época, homem e mulher não partilhavam a mesma relevância epistemológica e, como tal, o desempenho de papéis e os espaços ocupados por cada sexo patenteavam o mesmo valor hierárquico desigual. Diz-nos a autora:

[...] as mulheres são confinadas a dois espaços ambos claustrais: a casa familiar e o convento, que na realidade se correspondem perfeitamente. Num e noutro se exigiam os mesmos papéis: a dedicação exclusiva ao esposo (divino ou terreno) a quem se entregava totalmente a vontade própria, [...].²⁸

Verifica-se, portanto, que o profundo enraizamento destas normas dificultava, do ponto de vista de uma alta burguesia, a existência de áreas de sociabilidade, onde fosse possível encontrar pontos de intersecção entre homens e mulheres. As esferas ocupadas por ambos os sexos encontravam-se bem clarificadas: à rua e afins domínios públicos, os homens; no recato da casa, as senhoras de bem, ocupadas com as tarefas de bem cuidar dos seus maridos e crianças.

Todavia, o crescendo de uma burguesia muito mais sensível aos ventos da mudança e da inovação acabaria por iniciar o processo de esbatimento dessas fronteiras tão enraizadas. "As mulheres não estavam fora do seu tempo"²⁹, como, certamente, não estariam imunes às novidades iluministas que facilitavam os encontros sociais entre homens e mulheres nos *salons* parisienses.

Em Lisboa surgiam as 'Assembleias'. Se às mulheres era obstaculizado as saídas à rua, a partilha de espaços de sociabilidade com os seus pares masculinos, estas acabaram por trazer a rua para dentro de casa. Isto é, transformaram o recato da casa em espaço

²⁷ LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

²⁸ LOPES, *Mulheres, Espaço...*, *op. cit.*, p.37.

²⁹ *Ibidem*, p.195.

aberto ao convívio entre ambos os sexos. E atente-se ao reconhecimento social que estas anfitriãs alcançam, conseguindo secundarizar o nome de seus maridos:

Sem abandonarem o lar transformaram-no, de tal forma que passa a ser conhecido pelo nome da mulher da casa e já não do homem, como até aí. [...] Serão o «pivot» da sociabilidade urbana, doravante heterossexual.³⁰

No seguimento do usufruto destes espaços inéditos, as mulheres começam a trilhar novos papéis sociais e, conseqüentemente, verificam-se mudanças nas representações de si próprias. Por um lado, a importância da educação. Adeptas da noção de igual capacidade intelectual encaram, no entanto, a educação imbuídas do espírito utilitarista da época, ou seja, a educação como meio de proporcionar aos seus maridos uma companhia agradável e porque são elas as primeiras educadoras dos futuros cidadãos. Por outro lado, estas transformações, quase de cariz revolucionário poder-se-ia dizer, influenciaram a forma como algumas destas jovens se viam a si próprias. Uma vez ultrapassados alguns dos preconceitos impeditivos de desfrutarem espaços como salas de espectáculos, o Passeio Público ou os banhos de mar, estas mulheres encaravam-se como "«libertas»" (ou tendo por objectivo libertar-se), qualitativamente superiores às suas antepassadas.³¹

Todas estas transformações não ocorreram sem que se verificassem tensões entre as forças dos discursos normativos, resilientes às mudanças, e algumas vozes díssonas. Um exemplo revelado na obra aqui citada, é o de Gertrudes Margarida de Jesus. Na sua redacção de um folheto público, esta autora invoca a capacidade crítica para sublinhar que "tudo ou quase tudo o que é escrito sobre elas é de autoria masculina e por essa razão deve ser posto em causa."³² Consciente da tradicional alteridade na descrição feminina, Gertrudes Margarida de Jesus alerta para o facto de que a generalidade das narrativas sobre a mulher transporta em si um cunho masculino e, por isso, muito parcial. Do mesmo modo que se pode inferir, das suas palavras, a necessidade de desconstrução dessas exposições, verifica-se, também, a defesa de uma instrução séria que retire a mulher da ignorância, à qual vinha sendo preconceituosamente subjugada.

³⁰ *Ibidem*, p.67.

³¹ *Ibidem*, p.132.

³² *Ibidem*, p.32.

Retomando as questões suscitadas no âmbito de uma correlação entre o paradigma iluminista e o surgimento das primeiras reflexões e práticas/acções de cariz igualitário, entre seres humanos que, por sua vez, abriram caminho às reivindicações feministas, poder-se-á realizar uma leitura conducente à existência de elos de ligação entre estas temáticas.

Em primeiro lugar, a noção de que o auge da razão moderna se consubstancia nos ideais iluministas que, por sua vez, incentivaram uma atitude de questionamento radical aos seus cânones contemporâneos. Isto porque os atributos dessa racionalidade postularam noções inéditas de indivíduo, de ser humano dotado de capacidades de racionalizar autónoma e livremente, fazendo uso público da mesma e, em última instância, pensar uma cidadania pluralista. Assim sendo, a bem-vinda secularização permite ao sujeito libertar-se de uma hermenêutica teológica, demasiado constrangedora, e conseguir acreditar num projecto de uma nova utopia que incluísse igualitariamente mulheres e homens.

Como segundo ponto, destacar-se-ia a crescente relevância do papel da escolarização na promoção do ideal do novo cidadão. Ainda que para as mulheres fosse desenhado um percurso educativo baseado na necessidade de, tão só, as preparar para bem educarem seus filhos e para desempenharem graciosamente o papel de esposas, a verdade é que, contrariamente a estas correntes rousseauianas, coexistiram outras formas de pensar a educação para cidadãos e, especialmente, para cidadãs, que retirasse às mulheres o anátema de inferioridade que, grosseira e genericamente, lhes fora imposto.

Como terceiro ponto será importante sublinhar, também, a atitude reflexiva que algumas dessas mulheres demonstraram na caracterização de todo o *status quo*. Souberam descrever as causas da situação de minoridade a que, regra geral, eram submetidas e apontar caminhos alternativos. Recorde-se o valor dado ao papel da educação, que se quer igualitária e promotora do exercício racional, que em última instância trará independência, autonomia, enfim, emancipação. Chamaram a atenção para a tradicional e falaciosa alteridade nos ditos e escritos sobre mulheres e, como tal, inquinada. Deram conta de que o mundo onde viviam era todo ele construído à medida do padrão masculino e, por isso, motivo de desconstrução.

Movimentos Sufragistas de cariz britânico

Poder-se-á situar os movimentos sufragistas no período de tempo que vai desde as últimas décadas do século XIX até às primeiras do século XX.

Em 1893, a Nova Zelândia³³ é o primeiro país do mundo a conceder às mulheres o direito de voto. Kate Sheppard (1847–1934) foi a grande mentora e activista que escrevera em 1888, *Ten reasons why the women of New Zealand should vote*, como forma de promover este direito político em causa. É com orgulho que a História neo-zelandesa se refere a este objectivo alcançado, até como via de substanciar o seu avanço cultural relativamente ao peso das influências imperiais/coloniais e relativamente à emergência destes movimentos em terras norte-americanas.

A Finlândia é o primeiro país europeu a igualar o direito de voto e de elegibilidade entre mulheres e homens, em 1906. No ano seguinte, dezanove mulheres foram eleitas para o parlamento, *Eduskunta*. Daí que, em 2006 seja briosamente comemorado os cem anos da participação política, a todos os níveis, das mulheres finlandesas.³⁴

No Reino Unido³⁵, destacam-se dois nomes associados à luta sufragista: Emmeline Pankhurst (1858-1928) e Millicent Fawcett (1847-1929). Ambas pretendem alcançar o mesmo objectivo, todavia, diferem na escolha dos meios para levar a cabo esta finalidade.

³³ *New Zealand Archives, Women's Suffrage Petition* : <http://www.elections.org.nz/democracy/history/votes-for-women.html>; <http://archives.govt.nz/womens-suffrage-petition> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Dictionary of New Zealand Biography, Kate Sheppard :

http://dnzb.govt.nz/dnzb/default.asp?Find_Quick.asp?PersonEssay=2S20 (Consultado em Fevereiro, 2009).

An Encyclopedia of New Zealand : <http://www.teara.govt.nz/en/1966/sheppard-katherine-wilson/1> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Elections New Zealand, Votes for Women : <http://www.elections.org.nz/democracy/history/votes-for-women.html> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Elections New Zealand, History of the vote : <http://www.elections.org.nz/democracy/history/> (Consultado em Fevereiro, 2009).

New Zealand History online : <http://www.nzhistory.net.nz/media/photo/ten-reasons-for-vote> (Consultado em Fevereiro, 2009).

New Zealand History online, New Zealand women and the vote: <http://www.nzhistory.net.nz/Gallery/Suffragists> (Consultado em Fevereiro, 2009).

³⁴ *Centenary of womenn's full political rights in Finland*, disponível em: <http://www.aanioikeus.fi/en/index.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

³⁵ *Living Heritage, Women and the vote* :

<http://www.parliament.uk/about/livingheritage/transformingsociety/womenvote.cfm> e

British Library, The Suffragettes:

<http://www.bl.uk/learning/histcitizen/21cc/struggle/suffragettes1/suffragettes.html> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Em 1897, foi criado o *National Union of Women's Suffrage Societies – N.U.W.S.S* – como forma de agregar todos os pequenos movimentos dispersos e unir esforços tendo em vista o mesmo fim. Millicent Fawcett assume a sua presidência a partir de 1900 e, sob a sua liderança, o *N.U.W.S.S* continua a luta pela concessão do direito ao voto por parte das mulheres, assim como pela reivindicação de salários iguais por trabalho igual. Este movimento pautava as suas formas de intervenção pela moderação e respeito às leis vigentes. A ideia seria, quiçá, mudar o sistema recorrendo aos seus próprios meios.

O *N.U.W.S.S* integrava elementos masculinos, uma vez que Millicent Fawcett acreditava que, deste modo, poderia ser facilitada a luta pelo voto feminino. *Suffragists* era a palavra usada para descrever este grupo, de mulheres e homens, unido em torno de reivindicações que trouxessem às mulheres um reconhecimento social igualitário.

Emmeline Pankhurst, decepcionada com o rumo, com o escasso reconhecimento e poucos ou nenhuns ganhos do *N.U.W.S.S*, funda, em 1903, conjuntamente com as suas filhas Christabel e Sylvia, o *Women's Social and Political Union – W.S.P.U.*, que vem introduzir novas formas de intervenção com o intuito de produzir uma maior visibilidade pública às suas causas. Distingue-se do *N.U.W.S.S*, desde logo, por não integrar nas suas fileiras representantes masculinos. Absorvidas pelo lema *Deeds not words*, estas *suffragettes*³⁶ levaram a cabo acções como: a desobediência civil, acorrentaram-se a trilhos ferroviários; danificavam propriedades públicas recorrendo, por vezes, a explosivos,

Women recall their struggle to win the vote: <http://www.bbc.co.uk/archive/suffragettes/> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Emily Davidson: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/davison_emily.shtml (Consultado em Fevereiro, 2009).

SUFFRAGETTES Collection : <http://www.bbc.co.uk/archive/suffragettes/> (Consultado em Fevereiro, 2009).

The history of the suffragettes : <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk/3153388.stm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Suffragettes versus Suffragists :

<http://www.northallertoncoll.org.uk/history/Suffrage%20website%20/Suffragists%20vs.%20Suffragettes.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Millicent Garrett Fawcett : <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/WfawcettM.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Emmeline Pankhurst: <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/WpankhurstE.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Emily Davidson : <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Wdavison.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Women's Social & Political Union : <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Wwspu.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

National Union of Women's Suffrage Societies: <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Wnuwss.htm> (Consultado em Fevereiro, 2009).

National Union of Women's Suffrage Societies: <http://www.oxforddnb.com/public/themes/96/96378.html> (Consultado em Fevereiro, 2009).

³⁶ O termo *suffragettes* era de facto usado como forma de se distinguir dos movimentos *suffragists*, já que o primeiro transporta a classificação feminina das mulheres sufragistas demasiado ostensivas e ousadas nos seus actos e o segundo abarca o conjunto de mulheres e homens empenhados nesta luta.

interrompiam discursos ou intervenções públicas de membros do Parlamento e, quando presas, iniciavam greve de fome.

De todas as acções, a mais dolorosa foi certamente a morte de Emily Davison, em 1913. Durante o famoso *Epsom Derby* e no decorrer da prova onde participava o cavalo do rei, George V, esta activista militante atirou-se para debaixo do equídeo acabando por falecer uns dias depois. Os seus reais propósitos continuam pouco claros. Isto é, a pergunta que permanece é se Emily Davison se projectou conscientemente como mártir da causa que defendia, ou se pretendia obter, tão só, maior visibilidade pública colocando uma bandeira do *W.S.P.U.* no cavalo do rei, o que obviamente causaria ondas de reacções ao seu *deed*.

E eis, então, que surge a Grande Guerra (1914-1918).

O momento bélico obrigaria as diversas nações nele envolvidas, a um chamamento patriótico de união de esforços, ao qual os movimentos sufragistas não foram indiferentes. No entanto, parece ter havido alguma divergência nas posições de ambos dos movimentos, acima referidos. Por um lado, o *N.U.W.S.S.*, liderado por Millicent Fawcett, suspendeu todas as intervenções políticas, aceitou participar no esforço de guerra, mas recusou-se em alinhar nas campanhas de recrutamento.

Emmeline Pankhurst iniciou negociações com o Governo, conseguindo a libertação das suas activistas em troca de uma finalização de todas as insurreições políticas e de uma participação activa no esforço de guerra. Essa participação implicava sobretudo o recrutamento de jovens masculinos para integrarem as forças armadas. Este tipo de agenda provocou a discórdia e o afastamento de algumas das suas sufragistas, até mesmo no clã Pankhurst, como foi o caso de Sylvia.

No decorrer da guerra a participação e integração das mulheres em todas as áreas, tradicionalmente ocupadas pelos homens, provou ser um total sucesso. De repente, mulheres eram vistas a trabalhar arduamente em escritórios privados e da administração pública, nas fábricas de todo o tipo de armamento, nas áreas da engenharia, nas indústrias mineiras, a conduzir transportes públicos... Também a contribuição feminina na frente de combate se fez sentir, como por exemplo, com a criação da *Women's Royal Air Force – WRAF*. Embora não autorizadas a participar belicamente, estas mulheres tinham a seu cargo todas as tarefas necessárias ao apoio logístico no teatro de guerra.

Observa-se, assim, um elevado número, nunca antes registado, de mulheres a ocuparem os postos de trabalho tradicionalmente masculinos. Esta nova mobilidade acabou por sustentar e alargar o debate social sobre o papel e os direitos das mulheres na sociedade, algo que certamente terá mantido aceso o interesse e empenho das sufragistas.

Gail Braybon (1952-2008)³⁷, reconhecida como uma pioneira na historiografia das mulheres na Primeira Guerra, alerta para o facto de que, na realidade, as mulheres continuavam a enfrentar basicamente as mesmas barreiras sexistas. Nomeadamente, os salários femininos eram indiscutivelmente mais baixos do que os dos seus pares masculinos, sendo patente a relutância, por parte dos empregadores e por parte dos sindicatos, em alterar essa assimetria, enraizados no argumento de que sendo os homens os chefes, os provedores de família – *male breadwinner* – deveriam, por isso, usufruir de maiores salários e de serem escolhidos em primeiro lugar.³⁸

Esta investigadora alerta também para o facto de que muito do que se escrevia na imprensa, sobre os trabalhos efectuados pelas mulheres, estava naturalmente imbuído de um determinado espírito propagandista que visava manter a moral alta tanto dos combatentes nas trincheiras, como na restante população. Os relatos sobre a pujança feminina eram na generalidade centrados numa qualquer trabalhadora de rosto fotogénico e providos de tons patrióticos.

Poder-se-ia, então, retirar a seguinte leitura: apesar da suspensão das actividades sufragistas, na verdade, o cenário de guerra abriu espaço, na prática, à concretização da entrada das mulheres nos diversos espaços públicos. No entanto, esta visibilidade acabou por ser temporária. Regressados, os homens não questionavam o retomar das suas funções e cargos e esperava-se, simplesmente, que as mulheres voltassem aos lares, às suas 'naturais' funções. É verdade que no após guerra as estatísticas registam um decréscimo no número feminino nos empregos e actividades relativamente aos índices prévios. Todavia, já não era possível voltar atrás, ao que era antes de 1914.

³⁷ Dados biográficos disponíveis em: <http://www.timeshighereducation.co.uk/story.asp?storycode=403550> e <http://prod.informaworld.com/smpp/content~content=a908604215~db=all~jumptype=rss> e uma curta entrevista em http://www.pbs.org/greatwar/historian/hist_braybon_01_women.html (Consultado em Fevereiro, 2009).

³⁸ Cf. BRAYBON, Gail, *Women Workers in the First World War*, Routledge, London, 2nd ed. 1989. Leitura parcial disponível em: http://books.google.pt/books?id=rrkNAAAAQAAJ&printsec=frontcover&vq=male+breadwinner&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=male%20breadwinner&f=false (Consultado em Fevereiro, 2009).

Com a chegada do armistício, tornou-se expectável, portanto, que as reivindicações femininas fossem finalmente concedidas e reconhecidas. É neste caldo cultural que, em 1918, o governo britânico anui às mulheres maiores de trinta anos o direito de voto, mas é apenas em 1928 que as mulheres conquistam cabalmente o direito de voto, nas mesmas condições que os homens.

Em Portugal³⁹, somente no ano de 1975 é que o sufrágio universal foi, efectivamente, realizado. Um ano após a revolução de *25 de Abril*, cidadãs e cidadãos com idade superior a dezoito anos puderam exercer livremente o seu direito cívico. No entanto, a história da luta pelo voto feminino remonta o início do século XX. A queda da monarquia e a implementação da República enquadram o surgimento das primeiras reivindicações. Também, por cá, se registou a emergência de movimentos em defesa dos direitos civis para as mulheres. O exemplo de Carolina Beatriz Ângelo patenteia a audácia e inteligência necessárias para revelar as promessas falaciosas de igualdade de direitos cívicos.⁴⁰

O roteiro da igualdade via cimeiras mundiais e o conceito de paridade

3.1 O Palco da ONU

*Promote gender equality and empower women*⁴¹

Este é o texto oficial do terceiro dos oito grandes objectivos do milénio conhecidos como *The eight Millennium Development Goals*, subscritos em Assembleia das Nações Unidas, em Setembro de 2000. Essas oito metas de desenvolvimento do milénio ficaram acordadas do seguinte modo:

³⁹ *As Mulheres em Portugal. Datas e Factos Significativos*, disponível em:

<http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2008/04/17/a-republica-e-os-direitos-da-mulher/> e http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Hist_mulheres_em_portugal.htm (Consultado em Fevereiro, 2009).

Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher disponível em:

http://www2.fcsh.unl.pt/facesdeeva/eva_arquivo/revista_11/eva_arquivo_numero11_j.html (Consultado em Fevereiro, 2009).

⁴⁰ Cf., por exemplo, AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa Sousa de, *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, Dom Quixote, 2007.

⁴¹ U.N.O. disponível em: <http://www.un.org/en/MillenniumDevelopmentGoals/>

e <http://www.un.org/millenniumgoals/> e http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2008/MDG_Report_2008_En.pdf#page=18 (Consultado em Março, 2009).

1. *Eradicate extreme poverty & hunger*
2. *Achieve universal primary education*
3. *Promote gender equality and empower women*
4. *Reduce child mortality*
5. *Improve maternal health*
6. *Combat HIV/AIDS, malaria & other diseases*
7. *Ensure environmental sustainability*
8. *Develop a global partnership for development.*

Cada um destes fins é ainda desdobrado em concretizações mais específicas sendo no caso da promoção da igualdade de género conseguir "*Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015*".

Como se sabe, a Organização das Nações Unidas, O.N.U., enquanto entidade internacional, tem levado a cabo todo um conjunto de iniciativas, com fins práticos, que visam concomitantemente o reconhecimento do valor da paz, do desenvolvimento equilibrado e sustentável em todas as frentes, a defesa intransigente dos direitos humanos, a promoção do acesso facilitado à educação e cuidados de saúde, o fim da pobreza extrema, enfim, toda uma panóplia de acções apontadas para a melhoria da qualidade da vida humana em equilíbrio ecológico, ao nível planetário. Daí, a inclusão da importância do *empowerment* – empoderamento, capacitação – e da participação igualitária das mulheres, em todas as áreas de intervenção humana, defendida como factor indissociável do referido progresso sustentável. Refira-se, a propósito, algumas das palavras do Secretário-geral Ban Ki-moon no aniversário do 'Dia Internacional das Mulheres', 8 de Março de 2010:

Gender equality and women's empowerment are fundamental to the global mission of the United Nations to achieve equal rights and dignity for all. This is a matter of basic human rights, as enshrined in our founding Charter and the Universal Declaration. It is part of the Organization's very identity.⁴²

Sob o auspício da ONU muitas diligências têm sido realizadas no âmbito da defesa dos direitos das mulheres, entendidos, desde logo, como direitos humanos. Após a

⁴² Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, discurso no dia 8 de Março de 2010. Disponível em: http://www.un.org/en/events/women/iwd/2010/sg_message.shtml (Consultado em Maio, 2010).

ratificação da 'Declaração Universal de os Direitos Humanos', em 1948, pelos seus países membros, ficaram definitivamente erigidos instrumentos jurídicos de carácter internacional que contemplam, de uma forma inequívoca, a igualdade entre os seres humanos, sem que o sexo, ou qualquer outro traço característico, possa ser motivo de discriminação.

Até à actualidade poder-se-á destacar a realização de fóruns e conferências internacionais que tiveram o mérito de introduzir, nas agendas políticas, problemáticas transversais sobre a condição feminina ao nível planetário. Permitiram dar voz a toda uma sub-representatividade e, deste modo, denunciar a precariedade do usufruto de direitos e liberdades, assim como a frequente inexistência de meios a uma vida condigna.

Os anos setenta poderão ter sido a fase temporal mais frutífera, já que foram estabelecidas medidas futuras de acção concretas. Repare-se: 1975 é proclamado o 'Ano Internacional das Mulheres'; o dia de 8 de Março fica registado como o 'Dia Internacional das Mulheres'; é realizada a 'Primeira Conferência Internacional das Mulheres' – *World Conference of the International Women's Year*⁴³ – na cidade do México. Deste encontro são emanados os seguintes objectivos primordiais a alcançar: a igualdade plena e a eliminação de todas as formas de discriminação entre mulheres e homens; a participação total das mulheres no desenvolvimento, em todos os sentidos, especificamente, uma maior contribuição das mulheres para a paz mundial. Fica, portanto, clara a ideia de que não se conseguirá atingir um desenvolvimento pleno sem a plena participação das mulheres.

Estabelece-se, ainda, o decénio seguinte, até 1985, como a 'Década das Nações Unidas para as Mulheres'. Todas estas sinergias culminam, em 1979, com a aprovação da 'Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres' (CEDAW, na sigla em língua inglesa) documento este descrito, frequentemente, como o quadro de referência internacional sobre os direitos das mulheres, ou "*bill of rights for women.*"⁴⁴

Em 1980 a cidade de Copenhaga é a anfitriã da II Conferência Mundial – *World Conference of the United Nations Decade for Women: Quality, Development and Peace.*

⁴³ *Global Issues*. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/women/> (Consultado em Março, 2009).

⁴⁴ *CEDAW*, Disponível em : <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/> e <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/history.htm> (Consultado em Março, 2009).

Deste encontro retiram-se as seguintes ideias: aferição do cumprimento dos objectivos de 1975; tomada de consciência da distância entre a teoria dos direitos e a real prática, ou seja, até que ponto as mulheres estão, ainda, longe de uma participação em exercício activo dos seus direitos em plena igualdade de oportunidades, com os seus pares masculinos. De novo, foi reiterado o imperativo da igualdade, especificamente, no acesso à educação, nas oportunidades de emprego e nos cuidados de saúde. Importantes, também, foram as reflexões que apontaram algumas das causas para a situação vigente: A fraca implicação e participação dos homens no processo da igualdade; uma vontade política ainda diminuta por parte dos Estados; o pouco reconhecimento da contribuição das mulheres na sociedade; um número reduzido de mulheres em cargos de poder e de tomada de decisões; pouco empenho por parte das autoridades em providenciar financiamento em estruturas capazes da mudança e, não menos relevante, a pouca sensibilização entre as próprias mulheres.

A III Conferência Mundial – *World Conference to review and appraise the achievements of the United Nations Decade for Women: Quality, Development and Peace* – teve lugar na cidade africana de Nairobi, em 1985. Dez anos após a primeira cimeira foi, por isso e como sempre, efectuada a respectiva avaliação reflexiva sobre o impacto das medidas que vinham sendo implementadas. Os dados reunidos mostraram que, embora tenha havido algum avanço no combate à discriminação, apenas uma parte das mulheres ao nível planetário (i.e. do mundo desenvolvido) beneficiou, na realidade, dessa melhoria. A contribuição feminina é, uma vez mais, reiterada como indispensável em todas as áreas humanas. Já não é apenas a defesa da legitimidade ao acesso integral a todas as vertentes sócio-humanas, mas também, a perspectiva de que é uma necessidade das próprias sociedades fazerem uso da parceria das mulheres, entendida como contributo de riqueza incontornável. Reforça-se o imperativo da introdução de medidas que objectivem a igualdade na participação sócio-política nomeadamente nos cargos públicos do poder da tomada de decisões.

Em 1995 celebra-se a IV Conferência Mundial – *Fourth World Conference on Women. Action for Equality, Development and Peace* – em Pequim. De novo, reforça-se a necessidade para a existência de uma verdadeira igualdade, tanto nas oportunidades como nos resultados, e, em tom inovador, alerta-se para o facto de não se tomar as mulheres como um grupo unísono de traços e aspirações genericamente iguais, mas sim para o reconhecimento da diversidade de realidades que rodeiam os seres humanos e, como tal,

não circunscrever as mulheres em pressupostos conceptuais unânimes, sem espaço para as diferenças.

Questões levantadas em relação ao conceito de género levaram a uma nova reflexão sobre os papéis sociais tradicionalmente enraizados e que, por sua vez, têm funcionado como obstáculos a uma verdadeira vivência de igualdade tanto na esfera pública como na privada. É apontada a necessidade de uma reavaliação das estruturas sociais, já que, só deste modo, poderá ocorrer a verdadeira capacitação, empoderamento ou *empowerment* das mulheres e da sua posição na sociedade como pares iguais relativamente aos homens.

Embora os resultados estatísticos, referentes à década 1975-85, mostrem uma melhoria generalizada nas condições de vida das mulheres, a verdade é que os mesmos dados revelam também um desenvolvimento ainda bastante desequilibrado, ocorrendo mesmo algum agravamento em certas situações. Neste encontro é também denunciada a terrível situação das meninas, em particular, relativamente a situações de ausência de protecção em todos os sentidos, desde cuidados primários de saúde até ao acesso a alguma instrução e educação básicas. É explicitamente afirmada a intolerância e o combate a todas as formas de exploração sexual, assim como, não se reconhece nenhum valor de cariz cultural na mutilação genital.

Por conseguinte, a denominada 'Plataforma de Acção de Pequim' apresentou no seu relatório as áreas de maior preocupação. Reforça a necessidade da presença das mulheres, em termos de avanço igualitário nos direitos e oportunidades entre mulheres e homens, como forma de debelar estas problemáticas globais, que são:

Strategic objectives and actions

- A. Women and poverty
- B. Education and training of women
- C. Women and health
- D. Violence against women
- E. Women and armed conflict
- F. Women and the economy
- G. Women in power and decision-making
- H. Institutional mechanisms for the advancement of women
- I. Human rights of women

- J. Women and the media
- K. Women and the environment
- L. The girl child ⁴⁵

Após todas estas conferências, a Assembleia Geral das Nações Unidas continua empenhada na monitorização do percurso e no alcance efectivo dos objectivos delineados. A entidade responsável pela organização e aferição dos resultados das conferências mundiais sobre as mulheres, '*The Commission on the Status of Women*', tem vindo a elaborar relatórios conhecidos como: '*Beijing + 5*'; '*Beijing + 10*'; '*Beijing + 15*'. Ou seja, de cinco em cinco anos efectuam-se as respectivas análises sobre a implementação das metas aceites pelas nações signatárias.

Em essência, todos esses relatórios sublinham a existência de objectivos ainda não totalmente concretizados, situações de assimetrias em termos de igualdade de oportunidades, tal como de resultados, a baixa representatividade percentual de mulheres em cargos públicos e nas áreas políticas da tomada de decisão. Se assim não fosse, então as palavras do Secretário-geral, Ban Ki-moo, em Março de 2010 não fariam sentido.

Repare-se:

The landmark Beijing Declaration has had a deep and wide-ranging impact. It has guided policy making and inspired new national laws. It has sent a clear message to women and girls around the world that equality and opportunity are their inalienable rights. [...].

Nonetheless, much work remains. [...].

The Beijing Declaration remains as relevant today as when it was adopted. The third Millennium Development Goal – to achieve gender equality and women's empowerment – is central to all the rest. When women are denied the opportunity to better themselves and their societies, we all lose. On this International Women's Day, let us look critically at the achievements of the past 15 years so we can build on what has worked, and correct what has not. Let us work with renewed determination for a future of equal rights, equal opportunities and progress for all. ⁴⁶

⁴⁵ *Report of the Fourth World Conference on Women*, Beijing, 4-15 September 1995, pp. 1-218, p.16,17.

Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf> (Consultado em Abril, 2009)

⁴⁶ Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, Discurso no dia 8 de Março de 2010.

Disponível em: http://www.un.org/en/events/women/iwd/2010/sg_message.shtml (Consultado em Maio, 2010).

À luz de todo este enquadramento internacional é difícil não escutar a interrogação que naturalmente emerge: Para quando então uma mulher como Secretária-geral da Organização das Nações Unidas? Se, na verdade, esta entidade de reconhecimento e de representatividade mundial nasce com todo os esforços e mérito em defesa da paz, sob o lema da defesa da igualdade de direitos, que tem vindo a debater-se por causas de nobreza variada, que se orgulha em ser um exemplo nas práticas da igualdade integrando homens e mulheres na sua panóplia de delegações, que consegue trazer para a agenda temáticas complexas e leva a que os seus países membros adotem princípios jurídico-legais, pergunta-se, não existirá uma mulher neste planeta com currículo e perfil capaz para ocupar tal cargo?

3.2 A problemática da sub-representatividade

Verifica-se, portanto, que a O.N.U., enquanto *locus* de debates e tomada de decisões políticas de maior ressonância ao nível planetário, consegue reunir os seus respectivos estados membros em torno de agendas temáticas complexas e, não obstante a diversidade de dificuldades, alcançar um acordo genérico, forte nas suas intenções e com fins práticos que, por sua vez, será adaptado por cada país, nas suas singularidades.

Ainda na fase a montante das cimeiras internacionais, refira-se na questão da igualdade de direitos, seja ela em termos de igualdade de acesso, de oportunidades, como de resultados, a pressão da sociedade civil, de uma forma geral, e o contributo da investigação epistemológica nas áreas dos estudos das questões de género, de uma forma em particular. Estas duas forças têm conseguido dar visibilidade a problemáticas sociais, de modo a poderem ser discutidas e a serem encontrados caminhos para as superar.

No âmbito do poder de agendar problemáticas complexas, discuti-las, ser capaz de as nomear e de as classificar, a investigadora Carol Lee Bacchi é frequentemente referenciada devido à sua investigação nas áreas do poder do discurso e na capacidade de se agendar problemáticas sociais. De acordo com as suas palavras, há uma importância subjacente no processo de apresentação de um determinado problema, significando que este já foi previamente equacionado, ou melhor representado e, como tal, essa formatação

prévia irá influenciar o modo como este será percebido, pensado, no decorrer de debates em busca de soluções ou consensos: *Any description of an issue or a 'problem' is an interpretation, and interpretations involve judgement and choices.*⁴⁷ É, por isso, necessário ter em conta as discussões e o agendamento de problemáticas relacionadas, entre outras, como a conceptualização de género, a noção de paridade e de cotas para mulheres, de maneira a que haja uma discussão mais consciente e liberta de constrangimentos ideológico-políticos. Sublinha, ainda, exemplificando com o surgimento da legislação contra o assédio sexual, que só começou por ser um problema social depois de ser nomeado de facto, porque antes, não obstante a sua ocorrência, não era sequer pensado como um grave problema a ser debelado. E o mesmo se aplica à sub-representatividade das mulheres na generalidade dos cargos públicos da política.⁴⁸

É um facto a diminuta representatividade de mulheres nos diversos cargos de alta categoria hierárquica e órgãos políticos nas áreas do poder da tomada de decisões. Tal situação tem vindo a originar um conjunto de interrogações, sobretudo, no seio das democracias representativas ocidentais, onde as mulheres viram consignados todos os direitos sociais e políticos, onde se tornou irreversível a sua entrada massiva no mercado de trabalho, onde usufruíram da melhoria das medidas interventivas de protecção ou de segurança social e continua relevante a sua ascendência nos percursos educacionais. Deste modo, questiona-se: porquê então as mulheres, sendo metade da população eleitoral, mantêm uma sub-representatividade incontornável, do mesmo modo que os denominados grupos sociais minoritários?

As investigadoras Bérengère Marques-Pereira e Birte Siim afirmam que a representatividade não é um conceito pacífico na teoria política e na investigação feminista e as abordagens liberais, republicanas e as deliberativas ou participatórias "have not been able to explain why women's exclusion from politics has been reproduced in modern democracies

⁴⁷ BACCHI, Carol Lee, *Women, Policy and Politics. The construction of policy problems*, Londres, Sage, 1999, p.2. Leitura parcial disponível em: <http://books.google.com/books?id=iBOEtI4PClAC&printsec=frontcover&dq=BACCHI&ei=ccgtTIb5J5TilAT087jzBA&hl=pt-BR&cd=1#v=onepage&q&f=false> (Consultado em Janeiro, 2010).

⁴⁸ Cf. SGIER, Lea, "Gender quota debates as discourses on the public sphere", artigo apresentado no workshop dedicado ao tema: *Working With Ideology in a Post-Ideological Age*, 13-18 Abril 2004, Uppsala, Suécia, pp.1-23. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/upsala/ws3/Sgier.pdf> (Consultado em Setembro, 2009).

after women have gained the vote."⁴⁹ Referem-se às recentes abordagens e paradigmas propostos pela investigação feminista para uma cidadania mais inclusiva, como um desafio aos falaciosos modelos universalistas de cidadania democrática baseados na norma masculina que, por sua vez, não têm reflectido sobre a exclusão das mulheres e de grupos sociais marginalizados das instituições democráticas.

Assim, considera-se, fundamental, a introdução de medidas políticas, como cotas eleitorais e o princípio da paridade, tendo em vista uma representatividade igualitária entre mulheres e homens, enquadrada com o terceiro objectivo de desenvolvimento do milénio. Porém, os debates em torno da adopção destas iniciativas têm suscitado muitas questões, nomeadamente no que diz respeito a concepções sobre representatividade, cidadania, esfera privada e pública e, quiçá a mais controversa, sobre as mulheres como categoria social. No decorrer de um percurso que, pretende expor o entendimento sobre cotas e paridade, verifica-se que estas questões encontram-se interligadas entre si.

3.3 Cotas e paridade

Cotas são um recurso habitual para promover a representatividade equilibrada das partes de um todo. A generalidade dos sistemas eleitorais incorpora cotas baseadas nos índices demográficos e regionais: Portugal, enquanto membro da União Europeia, tem direito a determinado número de lugares no Parlamento Europeu. No sistema eleitoral suíço, por exemplo, coexistem cotas destinadas a representar as diversas comunidades culturais e linguísticas. E os exemplos poderiam continuar em áreas tão diversas como a representatividade de etnias, as políticas de cotas na agricultura e pescas, nos mercados globais, etc.

As cotas eleitorais para igualar a representatividade política de ambos os sexos podem enquadrar-se em termos constitucionais, legislativos ou em partidos políticos. Existem, também, na forma de lugares reservados, nos diferentes tipos de assembleias representativas. Cotas e paridade, dir-se-ia, desempenham duas formas de concretização do

⁴⁹MARQUES-PEREIRA Bérengère, SIIM, Birte, *Representation, Agency and Empowerment*, pp. 1-21, p.7. Disponível em: <http://www2.ihis.aau.dk/gep/dokumenter%20til%20hjemmesiden/Birte%20Siim/Birte%20Siim%20og%20B%e9reng%e8re%20M.pdf> (Consultado em Março, 2010).

mesmo objectivo: alcançar uma representatividade justa e equilibrada do conjunto do universo eleitoral.

Todavia, as cotas defendidas para facilitar a superação de obstáculos e acelerar a entrada de mulheres em cargos elegíveis da política suscitam a pertinente observação de que as mulheres não são um grupo, ou categoria de carácter específico ou, muito menos, qualquer tipo minoritário. Elas são simplesmente metade da população mundial. Como tal, merecedora de uma representatividade verdadeiramente proporcional e real.

Aqui reside uma das questões conceptuais mais controversas sobre as mulheres. Dever-se-á entender as mulheres como uma categoria política? Como pertencente a um grupo social, do tipo minoritário e, por isso, necessitado de medidas especiais com fins de representatividade? Se se considerar as mulheres uma categoria, qual será então a norma? E os homens, serão eles também uma categoria? E nos denominados grupos sociais minoritários de cariz étnico-cultural, linguístico, ou qualquer outro, não existem mulheres? É, por isso, que Drude Dahlerup alerta: "The relationship between gender quotas and quotas for other social groupings is complicated, since there are women in all (other) social groups."⁵⁰

A paridade é o conceito da igualdade entre pares. Almeja o objectivo de reconhecer às mulheres e aos homens igual oportunidade e participação activa em todas as áreas de intervenção da esfera pública das políticas e do poder da tomada de decisão. Aparentemente, não parece existir confronto polémico entre cotas e paridade.

No entanto, como sublinham Bérengère Marques-Pereira e Birte Siim, os princípios basilares das cotas e paridade representam perspectivas diferentes e argumentos com implicações diferentes. Por paridade, e não cotas, entende-se o princípio de diferenciação do eleitorado baseado no reconhecimento da distinção da humanidade em dois exemplares, i.e., homens e mulheres.⁵¹ Como se poderá verificar nas suas próprias palavras, através da paridade mantém-se a visão universalista abstracta sobre o sujeito ser humano, consegue-se

⁵⁰ DAHLERUP, Drude, "Quotas — A Jump to Equality? The Need for International Comparisons of the Use of Electoral Quotas to obtain Equal Political Citizenship for Women", artigo apresentado no *Regional Workshop on The Implementation of Quotas: Asian Experiences*, promovido pelo International Institute for Democracy and Electoral

Assistance (IDEA)', Setembro, 2002, Jacarta, Indonésia, pp.1-9, p.4.

Disponível em: http://www.quotaproject.org/CS/CS_Comparative.pdf. (Consultado em Março, 2010).

⁵¹ Cf. MARQUES-PEREIRA Bérengère, SIIM, Birte, *Representation, Agency... op.cit.*

fraccionar o domínio masculino e supera-se os condicionalismos da representatividade de grupo.

The parity claim intends to remain in the universalist perspective but contrasts the two meanings of the individual which are specific to this viewpoint: the abstract individual and the singular individual. In his/her singularity, the individual is necessarily a man or a woman. By emphasising the duality of human gender, parity seeks to break with the logic of male assimilation. In this way, parity transcends representation by group, because all the socio-legal categories such as minorities or language groups without exception consists of individuals of one sex or the other, placed in a dynamic gender relations.⁵²

Também se pode constatar no texto informativo produzido pela 'Comissão Para A Igualdade E Para Os Direitos Das Mulheres' que, sendo o objectivo da paridade reconhecer igualitariamente o valor das mulheres e dos homens, interessa de igual modo:

[...] renovar a organização social de modo a que Homens e Mulheres partilhem, *de facto*, direitos e responsabilidades, não reduzidos a espaços e funções pré-determinados por hábitos e preconceitos, mas usufruindo de plena igualdade e liberdade na participação a todos os níveis e em todas as esferas.⁵³

Como se vê, a introdução deste conceito leva, uma vez mais, a uma redefinição sobre os papéis e os lugares tradicionalmente expectáveis em relação às mulheres e aos homens e a um apuramento do que se entende sobre direitos humanos e democracias representativas, que afinal se pretendem paritárias. Daí que, preferencialmente, "é a paridade, não apenas as cotas, que dá resposta às exigências do princípio da igualdade, enquanto requisito democrático e elemento integrante dos direitos fundamentais da Pessoa Humana." ⁵⁴

O princípio da paridade parece, assim, conseguir transcender o conceito inerente ao de cotas que é o da representatividade de grupos. Drude Dahlerup destaca, ainda, a introdução da paridade como uma reformulação do pacto social e, repare-se no potencial

⁵² MARQUES-PEREIRA, Bérengère, SIIM, Birte, *Representation, Agency...*, *op. cit.* p.7.

⁵³ *Afinal o que é a Democracia Paritária?* Texto elaborado por: Ana Coucello, José Gabriel Trindade Santos, Margarida Marcelino Marques, Maria Alzira Lemos, Maria Regina Tavares da Silva, Maria Reynolds de Souza. Comissão Para A Igualdade E Para Os Direitos Das Mulheres, Coleção Informar As Mulheres Nº 20, 3ª edição revista e actualizada, 2003, p.28.

⁵⁴ *Afinal o que é ...*, *op.cit.* p.28.

inovador, desafiador, capaz de tornar as mulheres em "representatives of the universal"⁵⁵ e não apenas como representantes exclusivas do eleitorado feminino. Constata-se, também, em defesa da paridade o argumento de que esta emerge de uma compreensão republicana evoluída de cidadania.⁵⁶ Lea Sgier observou que o recurso francês à paridade foi defendido não como um instrumento delineado para promover qualquer um grupo em particular, mas, sim como a realização dos ideais universalistas da Revolução Francesa.⁵⁷ Portanto ao lema *Liberté, Egalité, Fraternité*, junta-se o conceito de *Parité*. Esta é uma leitura que se pode fazer, por exemplo, à luz das palavras da Ministra da Justiça, Elisabeth Guigou, em defesa da paridade aquando do debate parlamentar francês.⁵⁸

Nessas discussões, a assimetria entre cidadãos e cidadãs na representatividade política foi também interpretada como uma disfunção do sistema democrático francês, cujo ideal republicano universalista permitira a exclusão das mulheres⁵⁹ e, daí, o argumento que classifica de republicanismo patriarcal este ideal, supostamente, neutro. Como diz Elisabeth Guigou: "By defending universalism, one erases history and reality. Women have been excluded from citizenship because they were women [...] Neutrality has supported male domination..."⁶⁰

Os argumentos contra a introdução destas medidas basearam-se sobretudo no receio de uma fragmentação do sistema eleitoral francês, vendo nelas uma violação do conceito republicano que afirma e encara todos os cidadãos iguais, sem os distinguir com base em qualquer característica. Uma vez que, na sua interpretação, as mulheres são entendidas como um grupo, temem o denominado efeito "*slippery slope*", i.e., hoje são as mulheres o grupo beneficiado, amanhã terá que haver cotas para agradarem qualquer outro grupo, por exemplo: funcionários públicos; funcionários do sector privado...⁶¹

⁵⁵ DAHELERUP, Drude, "Quotas — A Jump to Equality? The Need for..." *op.cit.* p.4.

⁵⁶ Cf. MARQUES-PEREIRA Bérengère, SIIM, Birte, *Representation, Agency... op.cit.* ; SGIER, Lea, "Gender quota debates...", *op.cit.* ; RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality, Acting for Change: Conceptualisations of Gender Equality in Parliamentary Debates in Finland and France", artigo apresentado na *2nd Conference of the European Consortium for Political Research*, Marburg, 18-21 Setembro, 2003, pp.1-15. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/generalconference/marburg/papers/2/2/Raevaara.pdf> (Consultado em Setembro, 2009).

⁵⁷ Cf. Sgier, Lea, "Gender quota debates...", *op.cit.*

⁵⁸ Cf. *Ibidem* ; DAHELERUP, Drude, "Quotas — A Jump to Equality? The Need for..." *op.cit.* ; RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality ..." *op.cit.*

⁵⁹ Cf. Sgier, Lea, "Gender quota debates...", *op.cit.* ; RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality ..." *op.cit.*

⁶⁰ SGIER, Lea, "Gender quota debates...", *op.cit.*, p.14.

⁶¹ Cf. *Ibidem* e RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality ..." *op.cit.*

Neste contexto entende-se a perspectiva de Lea Sgier⁶² que encara, as cotas ou a paridade, como um desafio à esfera pública enquanto espaço normativo. Trata-se de procurar renegociar este domínio, público da política e do poder, em termos mais igualitários, já que nele os homens têm sido privilegiados em detrimento das mulheres, incorporando, por isso, formas de desigualdade social.

Tal como a questão da subrepresentação política das mulheres teve que ocupar as agendas políticas e ser elevada a problemática social, a dicotomia esfera privada *versus* pública sofreu, igualmente, a atenção da crítica feminista de modo a inserir no domínio público determinados problemas como, por exemplo, a violência doméstica.⁶³ Desde o *slogan* dos anos setenta, 'o pessoal é político', que a epistemologia feminista tem evidenciado esforços em alertar para o facto de ser impossível distinguir clara e permanentemente o público do privado. Isto porque, o significado de cada um é entendido e definido por oposição ao outro e, no entanto, cada um destes domínios contém aspectos do outro.⁶⁴ Ou seja, esbater esta oposição significa conseguir agendar politicamente e reenquadrar conceitos, antes não pensados como problemáticas sociais, nomeadamente os direitos das mulheres.

Sendo, assim, um desafio à esfera pública, as cotas e o princípio de paridade são também um contributo imprescindível para a evolução do afinamento do conceito de políticas de igualdade e, não menos importante, para a justiça social, ou seja, uma reformulação discursiva sobre conceitos e categorias, enfim, transformações ontológicas da esfera pública. É neste acto de reformular que entra em jogo o poder do discurso.

O conceito de discurso, a sua função e poder de formular e de reformular a realidade tem sido, poder-se-ia afirmar, um denominador comum, muito frequente, na generalidade da investigação dedicada à adopção de cotas e da paridade. São disso exemplo os debates parlamentares que centram a atenção numa perspectiva comparativa analítica. Essa análise, para além das conceptualizações discursivas e tudo o que as abordagens discursivas trazem à superfície, colocam a nu muitas das lacunas conceptuais, ou a diversidade conceptual, sobre a Mulher.

⁶² Cf. SGIER, Lea, "Gender quota debates as ...", *op.cit.*

⁶³ Cf. *Ibidem.*

⁶⁴ Cf. *Ibidem.*

Drude Dahlerup, defensora de estudos comparativos, sobretudo qualitativos, nota que os debates são conceitualmente confusos no que diz respeito às mulheres e prevê que só quando se escrutinar, ou, dir-se-ia, desocultar as assumpções escondidas acerca das mulheres e seus posicionamentos sociais é que se compreenderá melhor o que está em jogo nestes debates.⁶⁵

Estudos como os de Lea Sgier, ("Gender quota debates as discourses on the public sphere")⁶⁶, que compara os casos francês e suíço e o de Eeva Raevaara ("Talking about Equality Acting for Change: conceptualizations of Gender Equality in Parliamentary Debates in Finland and France")⁶⁷ que compara os casos finlandês e francês, recorrem a metodologias de análise discursiva para examinar os argumentos esgrimidos pelas facções a favor e contra a implementação de cotas.

Autores como Teun van Dijk, Margaret Wetherell e Jonathan Potter são citados no âmbito das metodologias usadas na análise discursiva dos debates parlamentares, como é a análise crítica do discurso. Reconhecendo que o poder de definir não se encontra distribuído igualitariamente pela diversidade de vozes dos grupos sociais, ou individualmente, a análise crítica do discurso pretende abordar os conflitos sociais que, assim, advêm. Por exemplo, a forma como os sujeitos migrantes são apresentados na comunicação social, ou alvo de medidas políticas, pode conter em si olhares racistas, mais ou menos visíveis e perceptíveis para a generalidade do público, ou, no caso destes estudos, as formas como se conceptualizam políticas de igualdade.

Por isso, a análise crítica entende o discurso como um meio que poderá servir a manutenção da realidade vigente, ou como uma via de desafio à mesma. No fundo, discurso produz ideologia e as relações de poder são discursivas.⁶⁸

⁶⁵ Cf. DEHALERUPE, Drude, *Comparative Studies of Electoral...*, *op. cit.*

⁶⁶ SGIER, Lea, *Gender quota debates as discourses on the public sphere*. Artigo apresentado no Workshop intitulado "Working With Ideology in a Post-Ideological Age", 13-18 Abril, Uppsala, Suécia, 2004, pp.1-23. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/upsala/ws3/Sgier.pdf> (Consultado em Setembro, 2009).

⁶⁷ RAEVAARA, Eeva, *Talking about Equality Acting for Change: conceptualizations of Gender Equality in Parliamentary Debates in Finland and France*. Artigo apresentado na 2ª Conferência do Consórcio Europeu para a Investigação Política, Marburgo, 18-21 Setembro, 2003, pp.1-15. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/generalconference/marburg/papers/2/2/Raevaara.pdf> (Consultado Setembro, 2009).

⁶⁸ Cf. DIJK, Teun A. van, "Critical Discourse Analyses", in D. Tannen, D. Schiffrin & H. Hamilton (Eds.), *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford, Blackwell, 2001.

Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Critical%20discourse%20analysis.pdf>

Lea Sgier alarga a sua reflexão sobre o poder do discurso às correntes contemporâneas, como é o caso da análise crítica do discurso, que tendo raízes no denominado *linguistic turn* encaram a linguagem como um meio, não neutro, pelo qual o mundo é espelhado e construído⁶⁹. Por outras palavras, a linguagem não serve apenas ao ser humano a possibilidade de transcrever significados, nomear a realidade. Ela é, concomitantemente, capaz de registar novos significados e de criar novas realidades.

Esta investigadora, da Universidade de Genebra, classifica como surpreendente a ausência, dos debates parlamentares (francês e suíço), de um entendimento sociológico claro sobre, por exemplo, sexo, género, diferença sexual e desigualdade de género.⁷⁰ Eles revelaram, antes, pré-compreensões sobre género, certamente, um pouco desactualizadas. Por isso, esta autora descreve a evolução da natureza do conceito de género. Recorda os primeiros objectivos da investigação feminista que assentou na distinção entre sexo, como matéria da biologia e, género, como construção social e cultural, uma vez que, se pretendia ultrapassar a enraizada visão determinista sobre as mulheres. Acrescenta que, nos dias de hoje, encontra-se em fase de questionamento a ideia de que o factor biológico exista antes do cultural, ou seja, o sexo será, também ele, entendido cada vez mais como um fruto da construção social. Por isso, o binário homem/mulher suportado biologicamente tende a esbater-se e as transformações, que a investigação tem vindo a observar, indicam que o entendimento conceptual é, cada vez mais, no sentido das relações de poder, sempre que estejam em jogo concepções sobre género, igualdade, diferença ou desigualdade.

No estudo de Eeva Raevara⁷¹, investigadora da Universidade de Helsínquia, defende-se a tese de que as estratégias de legitimação da igualdade de género estão fortemente relacionadas com as ontologias políticas francesas e finlandesas. É, por isso, colocado um forte ênfase nos contextos dos debates e, igualmente, na premissa de que o discurso é também uma via para a acção e, porquanto, há que prestar atenção aos efeitos das práticas discursivas.

Desde logo, é possível constatar tal a partir do levantamento dos recursos argumentativos usados ao longo dos debates parlamentares. No caso finlandês, a defesa da

⁶⁹ Cf. SGIER, Lea, "Gender quota debates ...", *op.cit.*

⁷⁰ Cf. SGIER, Lea, "Political Representation and Gender Quotas", artigo apresentado na *ECPR Joint Sessions*, Março 28 - Abril 2, 2003, Edimburgo, pp.1-27.

Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/edinburgh/ws14/Sgier.pdf> (Consultado em Setembro, 2009).

⁷¹ Cf. RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality ...", *op.cit.*

igualdade na representatividade política de ambos os sexos foi facilmente enquadrada, visto ser uma sociedade que se entende ela própria como enraizada na tradição de construção de políticas de consenso e na cooperação harmoniosa entre mulheres e homens. Partindo da ideia assente de que a competência é o melhor critério para assegurar a qualidade do sistema finlandês, os argumentos a favor das cotas sublinharam os altos níveis de formação, de instrução e de peritagem das mulheres finlandesas, motivo aliás de orgulho nacional, e, como tal, a sua presença na área do poder político da tomada de decisões só contribuiria para a elevação da qualidade das mesmas. Daí a igualdade de género ser entendida como um bem comum para toda a sociedade e, não apenas, como via de fortalecer exclusivamente as mulheres. A sociedade só perderia caso não fizesse uso dos seus melhores recursos humanos.

Também do ponto de vista dos defensores da paridade, no caso francês, esteve presente o argumento da igualdade, da participação equilibrada entre homens e mulheres, como via de melhorar o bem comum e, ainda, como o critério essencial para a realização verdadeira da democracia. A igualdade de género foi, inclusivamente, conceptualizada a partir do pronome pessoal, 'nós', ou seja, enquanto matéria que diz respeito à 'nossa' democracia. A inclusão do conceito da paridade foi transmitida como contributo francês inovador para a construção de uma democracia mais genuína.

Como mencionado previamente no ponto cotas e paridade, os argumentos contra este tipo de medidas podem ser circunscritos, em essência, à volta do argumento da incompatibilidade com o princípio da universalidade, isto é, uma representatividade que não diferencia, sob qualquer aspecto, o conjunto do eleitorado. Na Suíça, país onde coexistem cotas do tipo territoriais-linguísticas, foi rejeitada a introdução de cotas para mulheres. No corpo argumentativo destaca-se também o receio do efeito "*slippery slope*", para além de adjectivos como: "*arbitrary*", "*perverse*", "*rigid*", "*heresy*" e, ainda, a comparação a um "*step backward to pré-democratic times*"⁷²

Em Portugal, a 'Lei da Paridade' entrou em vigor, após promulgação presidencial a 7 de Agosto de 2006. De acordo com o próprio texto, a lei estabelece que as listas para "a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são

⁷² SGIER, Lea, "Gender quota debates ..." *op.cit.* p.16.

compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos."⁷³ E reforça, ainda, no Artigo 2.º, especificamente, no ponto 2, que "as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista."⁷⁴ Nas eleições legislativas de 2009, as mulheres deputadas ocuparam 63 dos 230 lugares parlamentares, perfazendo 27%,⁷⁵ ficando ainda aquém da meta estabelecida.

3.4 Os exemplos, os desafios dos números

Recorde-se a observação da investigadora Lea Sgier que classifica a sub-representatividade feminina na generalidade dos parlamentos mundiais como um fenómeno universal.⁷⁶ Mesmo que não se saiba da observação desta investigadora, a verdade é que a sua aferição é também corroborada pela existência na internet de um sítio dedicado exclusivamente às questões da representatividade feminina em todos os sistemas eleitorais do mundo. Trata-se da *Global Database of Quotas for Women* em www.quotaproject.org.⁷⁷ Aqui são divulgadas informações sobre percentagens e metas relativamente aos países que tenham introduzido estas medidas nos seus sistemas eleitorais e que, obviamente, disponibilizam essa informação.

A história deste projecto remonta ao ano de 2003, quando a Universidade de Estocolmo e a *International IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance* – iniciaram em parceria um programa de pesquisa e de recolha de dados, de conhecimento comparativo e de fontes sobre tudo o que estivesse relacionado com a implementação e impacto de cotas para mulheres. Mais tarde, em 2009, esta parceria estende-se à inclusão da *I.P.U – Inter-Parliamentary Union*. Para além de se disponibilizar todas as informações estatísticas, encontra-se, também, acessível um vasto conjunto de artigos no âmbito da literatura especializada importante a ser consultado.

⁷³ Diário da República electrónico, p.5896, disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16000/58965897.pdf> (Consultado, em Março, 2009).

⁷⁴ *Ibidem*, p.5896.

⁷⁵ *Global Database of Quotas for Women*, disponível em: <http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?country=184> (Consultado, em Março, 2009).

⁷⁶ Cf. SGIER, Lea, *Gender quota debates as discourses...*, *op.cit.*

⁷⁷ *Global Database of Quotas for Women*: <http://www.quotaproject.org/index.cfm> (Consultado em Setembro, 2009).

Na página de abertura, a primeira frase dá conta, imediatamente, da percentagem global de lugares ocupados por mulheres em parlamentos nacionais: 18,4%. Daí que, conseguir elevar este número a um equilíbrio de 50% entre mulheres e homens, ou não inferior a 40% de representatividade de cada um dos sexos, ou, ainda, a adopção do princípio da paridade, seja o grande objectivo do sistema de cotas eleitorais e do conceito de paridade e que, como tal, vai ao encontro do terceiro objectivo do milénio.

A título ilustrativo apresenta-se o seguinte quadro, retirado do sítio *Inter-Parliamentary Union*⁷⁸, com informações referentes às percentagens alcançadas por mulheres nos respectivos parlamentos, em diferentes sistemas eleitorais, até 31 Agosto, 2009.

Esta tabela sofreu uma simplificação na apresentação em termos de Câmaras Representativas, de modo, a realçar apenas as informações de uma das Câmaras. Escolheu-se somente os primeiros dez países, classificados em ordem decrescente de acordo com a percentagem de lugares ocupados por mulheres, que tal como a fonte explica, os dados correspondem ao número de lugares ocupados nos respectivos Parlamentos, nessas datas. Procedeu-se, também, às respectivas traduções.

⁷⁸ I.P.U., disponível em <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif310809.htm> (Consultado em Outubro, 2009).

Quanto à legenda 1, África do Sul, informa-se que os dados sobre a distribuição dos lugares não incluem os 36 delegados especiais rotativos designados numa base *ad hoc*; todas as percentagens são, portanto, calculadas com base nos 54 lugares permanentes.

Rank	País	Câmara baixa ou única			
		Data Eleição	Lugares *	Mulheres	%Mulheres
1	Ruanda	9/2008	80	45	56.3%
2	Suécia	9/ 2006	349	164	47.0%
3	África Sul ¹	4/ 2009	400	178	44.5%
4	Cuba	1/ 2008	614	265	43.2%
5	Islândia	4 /2009	63	27	42.9%
6	Argentina	6 /2009	257	107	41.6%
7	Finlândia	3 /2007	200	83	41.5%
8	Holanda	11/ 2006	150	62	41.3%
9	Dinamarca	11/ 2007	179	68	38.0%
10	Angola	9 /2008	220	82	37.3%

Quadro 1

A dezena de nações aqui representada abarca: 3 países africanos; 5 países do norte da Europa; 2 países do continente americano, especificamente, da América-central e da América do Sul.

A partir de perspectivas comparativas, nota-se a ausência de países europeus não nórdicos, em contraste com a presença de três países africanos, mesmo tendo estes sistemas eleitorais e regimes políticos diferentes entre si. No continente americano, também

sob regimes políticos opostos, Cuba situa-se na quarta posição, à frente de quatro países europeus e a Argentina, em sexto lugar, deixa três países europeus para trás.

Da leitura deste quadro confirma-se a observação de Drude Dahlerup, investigadora da Universidade de Estocolmo, relativamente ao facto de não ser mais um dos países escandinavos a liderar a maior percentagem de mulheres a ocuparem lugares nos respectivos parlamentos nacionais. Na sua perspectiva, tal deve-se ao facto de as mulheres, do mundo de hoje, revelarem uma maior impaciência em aguardar pela abertura do espaço político do poder, em contraste com as gerações anteriores que tiveram que esperar várias décadas.

Capítulo 2

Considerações Metodológicas

Este estudo tem como suporte teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso, por se considerar que, quer o seu contexto e emergência, quer as diferentes linhas do seu desenvolvimento, contribuem para pôr a descoberto o modo como a linguagem e os discursos empoderam ou marginalizam perspectivas, valores e pessoas. Nesse sentido, este capítulo pretende dar conta das ideias essenciais que a A.C.D. proporcionou no âmbito de um estudo da linguagem, que visa desvelar a presença de assimetrias e desigualdades de exposição e tratamento de assuntos e ou sujeitos, que acabam por ficar na sombra dos discursos dominantes.

Realizar-se-á uma aproximação cronológica, não linear, de forma a percorrer os marcos mais destacados e expor as ideias subjacentes à génese da A.C.D. e, também, reflectir sobre a mudança de perspectivas sobre o papel da linguagem, no âmbito de estudos realizados nas Ciências Sociais e Humanas, como é o caso das Questões de Género.

Como primeiro ponto e restantes subpontos, procurar-se-á identificar alguns dos contributos conceptuais de maior relevância da Linguística Crítica, presentes no desenho teórico-metodológico desta nova perspectiva investigativa que é a A.C.D. Em segundo lugar, tendo em conta a reflexão sobre a crescente atenção dada ao papel fundamental da linguagem, procurar-se-á inseri-la no contexto mais vasto das perspectivas epistemológicas de investigação em Ciências Sociais e Humanas. Os novos horizontes proporcionados pelo *giro linguístico*, *linguistic turn* ou viragem para a linguagem, que, no fundo, explicitam uma revolução de perspectivas sobre a linguagem, são, por isso, incontornáveis num estudo de

análise de discurso. O terceiro suponto irá abordar o essencial da A.C.D., tendo como suporte teórico-epistemológico, sobretudo, as concepções avançadas por Teun van Dijk e Ruth Wodak. Conclui-se este percurso reforçando a escolha teórico-metodológica.

Inserir-se como segundo ponto e restantes subpontos, tudo o que diz respeito ao processo de construção e análise do respectivo *corpus*. É nesta fase que se apresentam os jornais seleccionados: o número um, uma breve descrição da estrutura organizativa, referente ao período do escrutínio, e um comentário sucinto relativo ao posicionamento de cada semanário. Conclui-se, este segundo ponto, com a explicitação do processo analítico.

Apresentação e legitimação da metodologia utilizada Da Linguística Crítica à Análise Crítica do Discurso

Indo ao encontro da interrogação: O que é a A.C.D.?, encontrou-se um conjunto essencial de tópicos, vértices conceptuais presentes nesta abordagem analítica, identificados pelos investigadores e pelas investigadoras que têm vindo a realizar diversos estudos na área. Verifica-se que é uma abordagem qualitativa no campo dos estudos discursivos encarando os textos, falados ou escritos e até imagens, como objectos de investigação. Talvez por ser uma abordagem relativamente recente, o seu desenho teórico-metodológico ainda se encontra por terminar, tal como é reconhecido, por exemplo, por Ruth Wodak e Teun van Dijk, dois dos nomes ligados à emergência da A.C.D.

Começar por um olhar cronológico como início de estudo à A.C.D. levanta de imediato o problema da precisão temporal. Não é a minúcia de datas que se pretende, mas sim um referencial que contribua sobretudo para uma contextualização desses marcos temporais. No caso da A.C.D., esta é apontada como a herdeira da Linguística Crítica, que por sua vez evoluiu da denominada Linguística tradicional ou formal, que por sua vez descendeu da emergência das primeiras Ciências Sociais Humanas.

Ruth Wodak, em entrevista, destaca o ano de 1991 como a data que marca o início, "*the*" *formal and institutionalised beginning*⁷⁹ da mesma, por ter sido num encontro

⁷⁹ KENDALL, Gavin, "What is Critical Discourse Analyses? Ruth Wodak in Conversation with Gavin Kendall", in *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 2007, página electrónica sem paginação. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/viewArticle/255/561> (Consultado em Janeiro, 2009).

promovido por Teun van Dijk que vários investigadores (Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e a própria Ruth Wodak) levaram a cabo uma longa reflexão sobre as concepções teórico-metodológicas no âmbito de uma análise crítica do discurso.⁸⁰ A diversidade de pontos de vista foi por si profícua e levou a que este grupo conseguisse estabelecer fronteiras, entre a A.C.D. e outras áreas, que já realizavam investigação na análise do discurso, como é o caso da Linguística Crítica, por exemplo. Ao mesmo tempo, contribuiu para encontrar pontos em comum que, em última instância, levaram à elaboração de um quadro conceptual, cujos parâmetros essenciais reflectiam a convergência dos elementos deste grupo de estudo.

Sobre este e outros encontros, e, no fundo, todo o conjunto de investigadores/as interessados/as em chegar a acordo sobre os princípios fundamentais da A.C.D., Carlos Gouveia refere-o como uma "rede" de estudiosos que:

[...] incluía inicialmente participantes do Reino Unido (Norman Fairclough, Gunther Kress e Theo Van Leeuwen), da Áustria (Ruth Wodak), da Holanda (Teun Van Dijk), da Itália (Paul Thibault) e da Suécia (Per Linell). No ano seguinte foi alargada a participantes da Grécia (Bessie Dendrinis), Portugal (Emília Ribeiro Pedro) e Espanha (Luisa Martín Rojo).⁸¹

Mas antes ainda, na década de setenta, foi possível detectar o interesse numa forma nova de estudar discurso e texto que identificava na linguagem um papel fundamental "na estruturação de relações de poder na sociedade."⁸²

Com primeira formação na área da sócio-linguística, Ruth Wodak esclarece que à época, os principais objectivos dos estudos linguísticos ocupavam-se com a descrição e explicação das estruturas linguísticas. Daí que o interesse em atender aos textos, enquanto produtos, enquanto espaços de interpretação, de maneira a conseguir discernir uma relação com estruturas sociais detentoras de poderes, entre eles, o de conseguir produzir discursos ideologicamente dominantes passava a ser uma proposta para uma nova e distanciada forma crítica de analisar a linguagem

⁸⁰ WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos", in *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004, página electrónica sem paginação. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm> (Consultado em Janeiro, 2009).

⁸¹ GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico", pp.1-18, p.15. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

⁸² WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD... ", *op. cit.*

Em 1979, é publicado *Language and Control*, da autoria de Roger Fowler, Gunther Kress e Tony Trew, entendido, pela investigadora Izabel Magalhães, como representativo de uma nova linguística crítica, cujos estudiosos revelavam interesse na "relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e de ideologia."⁸³

Diz-nos Carlos Gouveia que a terminologia 'Linguística Crítica' foi usada pela primeira vez por Gunther Kress e Roger Fowler como título de um dos capítulos de sua autoria. A finalidade destes autores foi a de comprovar que "os grupos e as relações sociais influenciam o comportamento linguístico e não-linguístico dos sujeitos, incluindo a sua actividade cognitiva."⁸⁴ Expõe também a ideia destes investigadores, sublinhando que "se o significado linguístico é inseparável da ideologia"⁸⁵ uma vez que, significado e ideologia encontram-se "dependentes da estrutura social, então a análise linguística deverá ser um instrumento precioso para o estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e de controlo."⁸⁶ Para além de salientar a importância deste livro, este autor, acrescenta ainda uma outra obra, *Language as Ideology* da autoria de Kress & Hodge (referenciando as edições de 1979, 1993) para distinguir a sua influência naquilo que se começava a desenhar como uma nova linguística crítica que "a actual análise crítica do discurso é herdeira"⁸⁷

A ideia de que a A.C.D. evoluiu a partir da Linguística Crítica é também sustentada por Ruth Wodak, que encontra nos estudos levados a cabo por investigadores (sendo os mais referenciados: Roger Fowler Tony Trew e Gunther Kress) da Universidade de *East Anglia*, uma mudança de perspectivas de análise quanto ao entendimento de que "os discursos são ideológicos, e que os signos não são arbitrários."⁸⁸

Como relatado por Ruth Wodak, a investigação na área da sócio-linguística não tomava ainda as questões sociais das hierarquias e do poder, como centrais. Daí que o enfoque na produção textual, a sua interpretação e a sua relação com as estruturas sociais,

⁸³ MAGALHÃES, Izabel, "Introdução: a análise de discurso crítica", in *DELTA* vol.21, Universidade de Brasília, 2005, página electrónica sem paginação.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502005000300002&script=sci_arttext&tlng=pt (Consultado em Janeiro, 2009).

⁸⁴ GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso...", *op. cit.* p.1.

⁸⁵ *Ibidem*, p.2.

⁸⁶ *Ibidem*, p.2.

⁸⁷ *Ibidem*, p.1.

⁸⁸ WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD...", *op. cit.* A este propósito Ruth Wodak referencia o trabalho de: Halliday, *Language as social semiotic*, Londres, Arnold, 1978, que serviu de base à análise textual efectuada no âmbito da L. C.

assinhalasse uma perspectiva inevitavelmente diferente, dos estudos linguísticos objectivados na descrição, explicação e mudanças observadas nas "estruturas de interacção comunicativa."⁸⁹ É também citado o trabalho de Gunther Kress para sustentar a ideia de que a A.C.D. estava "emergindo como uma teoria distinta sobre a linguagem, uma forma radicalmente diferente de linguística."⁹⁰

Ruth Wodak refere ainda a influência que a *Escola de Frankfurt* operou em si mesma, sobretudo através dos trabalhos de Jürgen Habermas no campo da Teoria Crítica (sem deixar de mencionar Basil Bernstein e Aaron Cicourel) que apontavam para um estudo da "*language in use*."⁹¹ Em artigo de 2004, esta investigadora clarificou a importância de Jürgen Habermas a partir da obra *Erkenntnis und interesse*, de 1977, de modo a evidenciar o papel da linguagem também como "um meio de dominação e força social que serve para legitimar relações de poder organizado, na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica."⁹²

Izabel Magalhães explicita que essa área de estudos começava a abranger a utilidade de conceitos de ideologia e de poder, enfatizando a perspectiva social em detrimento de uma análise exclusivamente linguística. Avança também com a origem desta terminologia. Fica-se então a saber que Norman Fairclough a usou pela primeira vez, num artigo no *Journal of Pragmatics*, em 1985.⁹³

Carlos Gouveia faz uma alusão mais completa à expressão utilizada por Norman Fairclough, como título do seu artigo, "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis", destacando-o como "o primeiro momento de uma linha de investigação que tem o seu momento de auge em 1992, com a publicação de *Discourse and Social Change*."⁹⁴ Insere também uma citação desse artigo, de maneira a evidenciar a posição do seu autor face à linguística crítica:

In using the term 'critical' I am also signalling a connection (though by no means an identity of views) between my objectives in this paper and the

⁸⁹ WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD... ", *op. cit.*

⁹⁰ *Ibidem.*

⁹¹ KENDALL, Gavin, "What is Critical Discourse Analyses?..." *op.cit.*

⁹² *Ibidem.*

⁹³ MAGALHÃES, Izabel, "Introdução: a análise de...", *op.cit.*

⁹⁴ GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso...", *op. cit.*

'critical linguistics' of a group of linguists and sociologists associated with Roger Fowler (Fowler et al. (1979), Kress and Hodge (1979)).⁹⁵

Segundo Carlos Gouveia, neste artigo, Norman Fairclough reconhece a importância da investigação realizada na área da linguística crítica, sem contudo pretender assumir a total identificação com o grupo de trabalho mencionado. Gouveia explicita esta atitude de Fairclough, no sentido em que este começava a denotar uma influência de origem francesa na investigação discursiva, dando o exemplo de Foucault. Daí que Gouveia afirme que Fairclough está "a separar dois tipos diferentes de análise do discurso, identificáveis em função dos objectivos de análise."⁹⁶

Sobre o termo *critical*, Ruth Wodak ao esclarecer, em entrevista, o entendimento sobre esta palavra, deixa manifesta a importância capital deste conceito no campo de acção do projecto da A.C.D.:

"Critical" means not taking things for granted, opening up complexity, challenging reductionism, dogmatism and dichotomies, being self-reflective in my research, and through these processes, making opaque structures of power relations and ideologies manifest. "Critical", thus, does not imply the common sense meaning of "being negative"—rather "skeptical". Proposing alternatives is also part of being "critical".⁹⁷

E é neste âmbito que Ruth Wodak cita Norman Fairclough para alertar que tudo o que diz respeito ao ser humano e suas relações, "as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão. Assim, a actividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas."⁹⁸ Sobre esta perspectiva crítica Teun van Dijk⁹⁹ encontra igualmente na *Escola de Frankfurt* a origem de alguns dos princípios teóricos presentes na A.C.D., contra o domínio formal dos paradigmas das décadas de sessenta e setenta do séc. XX. O próprio Roger Fowler, em artigo intitulado

⁹⁵ FAIRCLOUGH, Norman, "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis", in *Journal of Pragmatics*, 1985, n.9, 1985, pp. 739-763, in Carlos Gouveia, "Análise Crítica do Discurso...", *op. cit.* p.8.

⁹⁶ GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso...", *op. cit.* p.7.

⁹⁷ KENDALL, Gavin, "What is Critical Discourse ..." *op.cit.*

⁹⁸ FAIRCLOUGH, Norman, "Critical and descriptive goals...", *op.cit.* p.747, in Ruth Wodak, "Do que trata a ACD...", *op.cit.*

⁹⁹ Cf. DIJK, Teun van, "Critical Discourse Analyses", in D. Tannen, D. Schiffrin & H. Hamilton (Eds.), *Handbook of Discourse Analysis*, Oxford, Blackwell, 2001, pp.1-20.

Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Critical%20discourse%20analysis.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

"*On critical linguistics*", sublinha também ele que esta atitude crítica "*seeks to remove distortion and thereby to make possible the liberation of what has been distorted*" e acentua a consequente "*conception of emancipation*"¹⁰⁰, princípio teórico-epistemológico muito caro à A.C.D.

Ao longo da década de oitenta são publicados vários trabalhos na área dos estudos discursivos que, em última instância, contribuíram, pelo menos para o reconhecimento da necessidade de estudos relativos ao uso da linguagem em sociedade. O reconhecimento da linguagem enquanto prática social abriu espaço ao interesse de várias disciplinas sociais e humanas e, daí, uma crescente procura de um cariz interdisciplinar no estudo e análise dos discursos. Ruth Wodak não deixa também de salientar a importância da publicação dos trabalhos de Teun van Dijk, *Prejudice in Discourse*, em 1984, e de Norman Fairclough, *Language and Power*, em 1989, assim como, da revista editada por Dijk, *Discourse and Society*, em 1990, na origem da A.C.D..

Observadas genericamente as ideias essenciais da Linguística Crítica, destacam-se, agora, em jeito de breve sumário, alguns dos seus tópicos que marcaram a emergência desta perspectiva, interessada em alargar os estudos linguísticos. A edição das obras: *Language and Control* (Fowler *et al.*, 1979) e *Language as Ideology* (Kress & Hodge, 1979; Hodge & Kress, 1993) são apontadas como representativas de uma nova linguística, a Linguística Crítica.

Os estudos levados a cabo por estes investigadores colocam em causa o dualismo presente na teoria linguística, isto é, o entendimento de que o 'significado' está separado do estilo e o reconhecimento da separação entre estrutura e o uso linguístico. Ou seja, a linguística trazia consigo uma abordagem dicotómica que opunha significado e significante na tradição de Ferdinand Saussure, ou de *competence* e *performance* no paradigma de Noam Chomsky.

Posições opostas assumem os autores de *Language and Control* e de *Language as Ideology*, uma vez que entendem significado e ideologia como inseparáveis; significado linguístico e ideologia encontram-se dependentes da estrutura social, logo a análise

¹⁰⁰ FOWLER, Roger, "On Critical Linguistics", in , Carmen Rosa Caldas-Coulthard, Malcom Coulthard, *Texts and practices: readings in critical discourse analyses*, Routledge, 1996, p.4.
Leitura parcial disponível em: http://www.google.com/books?id=PolqvFwrrMYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q=&f=false (Consultado em Janeiro, 2009).

linguística será o meio mais apropriado para o estudo dos processos ideológicos que intervêm nas relações de poder e de controlo.¹⁰¹ Reconhecem-se igualmente na premissa de que a sintaxe é capaz de codificar uma visão particular do mundo, ou seja, ao aceitar uma correlação entre estruturas linguísticas e estruturas sociais, então é de se admitir que grupos e relações sociais possam interferir nos comportamentos linguísticos, não linguísticos e na actividade cognitiva dos sujeitos falantes.

Neste sentido, é adoptado o conceito de crítica que, para além do que já foi descrito, pretende sublinhar a atitude de distanciamento e constante questionamento que deve estar sempre presente nos sujeitos que levam a cabo qualquer tipo de pesquisa. Refira-se, que a Crítica Teórica argumenta com o facto de que toda a investigação está longe da aclamada neutralidade, uma vez que os sujeitos investigadores estão, eles próprios, imbuídos de valores socialmente construídos e, por isso, também presentes na sua linguagem e prática.

Roger Fowler¹⁰², um dos estudiosos precursores de uma linguística crítica, refere a importância da investigação realizada por M. Halliday que deixara já em aberto o interesse em aprofundar o estudo da linguagem, já não apenas no sentido restrito e isolado das estruturas linguísticas, mas sim com o objectivo de encarar a linguagem como o espaço onde se concentra toda uma diversidade de representações sociais, que deverão ser desveladas à luz de uma análise linguística crítica. Sobre o livro *Language and Control*, R. Fowler reforça a ideia presente no seio dos seus autores, que era a de teorizar a linguagem como prática social¹⁰³ como um dos grandes propósitos desta nova perspectiva e contrariar a suposição positivista de objectividade científica e de neutralidade, procurando expor "que aquilo que surge como "natural" e "eterno" são apenas meras produções sociais"¹⁰⁴ apontando mesmo aos cientistas a capacidade de criar "realidades" científicas."¹⁰⁵

¹⁰¹ Cf. GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso...", *op. cit.*

¹⁰² Cf. FOWLER, Roger, "Sobre a Linguística Crítica", pp.1-16.

Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10%20art%209.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

¹⁰³ FOWLER, Roger, "Sobre a Linguística...", *op. cit.* p.2.

¹⁰⁴ NOGUEIRA, Conceição, "Análise de Discurso", in, Eugénia M. Fernandes Almeida, S. Leandro, *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*, Universidade do Minho, Centro de Estudos Educação e Psicologia, Braga, 2001, pp.1-51, p.10.

Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355> (Consultado em Janeiro, 2009).

¹⁰⁵ NOGUEIRA, Conceição, "Análise de...", *op. cit.* p.10.

Indo ao encontro destas falácias, isto é, pressupor-se que o olhar do ser humano é neutro e inócuo, Dijk¹⁰⁶ reforça a ideia de que os investigadores na área da A.C.D. devem assumir explicitamente que ciência e discurso académico são partes interligadas e sofrem, naturalmente, influência da estrutura social existente, produzindo e reproduzindo interacção social. Por outras palavras, poder-se-ia dizer que cada investigador/a é um/a cidadão/cidadã que carrega consigo toda uma carga cultural, histórica e política que, inevitavelmente, influenciará o seu trabalho.

Também a premissa positivista de que a ciência é capaz de alcançar um conhecimento objectivo, uno e de aplicação universal suscita contestação por parte dos precursores da teoria crítica. Estes acentuam o carácter pluralista na coexistência de uma larga variedade de factores (históricos, no sentido contextual, e políticos por exemplo) que levam a uma atitude céptica, face à assunção positivista de ser capaz de chegar a uma explicação objectiva e imutável.¹⁰⁷

Os precursores da Linguística Crítica suscitam a ideia de interdisciplinaridade, já que reconhecem a importação de conceitos de disciplinas próximas da Linguística, o que leva a uma redefinição do seu próprio objecto de estudo. Desvia-se, portanto, das concepções instaladas na linguística tradicional e propõe uma abordagem crítica que tome em conta a noção de que a linguagem é muito mais que uma estrutura inflexível de signos. A análise a textos, orais e escritos, será a via pela qual poder-se-á estudar e evidenciar o papel da linguagem na construção e manutenção das estruturas sociais ideológicas.

A Linguagem e as Ciências Sociais e Humanas

a) A importância da Linguagem: traços de algumas influências teóricas

Os novos horizontes proporcionados por uma revolução de perspectivas sobre a linguagem que acentuam o reconhecimento do papel activo que a linguagem exerce nos nossos comportamentos linguísticos e não-linguísticos e, em última instância, na nossa maneira de pensar e de agir são, por isso, incontornáveis num estudo discursivo. Sobre a

¹⁰⁶ Cf. DIJK, Teun van, "Critical Discourse ...", *op. cit.*

¹⁰⁷ Cf. NOGUEIRA, Conceição, "Análise de ...", *op.cit.*

importância da linguagem como campo de investigação, Conceição Nogueira¹⁰⁸ disponibiliza um detalhado enquadramento da evolução da análise do discurso e suas repercussões, sobretudo nas Ciências Sociais e, especificamente, na Psicologia Discursiva e na A.C.D. Utiliza a terminologia Análise do Discurso para se referir ao conjunto de práticas investigativas em diversas áreas das Ciências Sociais, que concebem a noção de discurso e de análise do discurso como formas de localizar e interpretar problemas. O aprofundamento da abordagem A.C.D. encontra-se no capítulo "Definições e diferentes concepções da análise crítica do discurso".

Aí, a autora aceita a existência de quatro concepções, (avançadas pelos autores Margaret Wetherell, Stephanie Taylor & Simeon Yates) relativamente à pesquisa discursiva, que são: a Sociolinguística, a Análise Conversacional, a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso. Faz, também, uma explanação sobre cada uma destas abordagens e, finalmente, assume o seu alinhamento com as propostas conceptuais e metodológicas contidas na A.C.D.

No âmbito da A.C.D. discurso é entendido como "sinónimo de todo o sistema social, no qual os Discursos constituem literalmente o mundo social e político como é o caso [...] da Análise Crítica do Discurso." ¹⁰⁹ Neste trabalho, Conceição Nogueira aponta duas circunstâncias que dão conta do incremento conceptual sobre 'discurso' e 'análise do discurso', no sentido de "definir e interpretar problemas"¹¹⁰ nos vários domínios das Ciências Sociais:

- O descontentamento derivado das abordagens positivistas, tradicionalmente instaladas nas C. S., que, por sua vez, levou a um decréscimo da sua presença hegemónica;
- Um resultado da denominada 'viragem linguística' nas Ciências Sociais proveniente de um maior interesse pelas panorâmicas teóricas críticas, tais como, o Pós-modernismo, a Teoria Crítica, a Crítica Social e o Pós-estruturalismo.

Sobre as influências teóricas no campo da Análise do Discurso, Conceição Nogueira suporta os traços pós-modernistas na autora Pauline Marie Rosenau¹¹¹, destacando:

¹⁰⁸ Cf. NOGUEIRA, Conceição, "Análise de...", *op.cit.*

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.3. Conceição Nogueira sustenta a sua afirmação no trabalho de: S. Taylor, "Evaluating and applying Discourse Analytic research", in M. Wetherell, S. Taylor & J. S. Yates (Eds), *Discourse as Data*, Londres, Sage Publications, 2001, pp. 311-330.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.3.

¹¹¹ Cf. ROSENAU, P. M., *Post-modernism and the social sciences. Insights, inroads and intrusions*, Princeton University Press, New Jersey, 1992, in Conceição Nogueira,

- A renúncia de suposições epistemológicas
- A contestação às convenções metodológicas
- A resistência às aspirações do conhecimento

Jane Flax¹¹² é uma outra autora a que Conceição Nogueira recorre para caracterizar os discursos pós-modernos como cépticos e desconstrutivos face as assunções de verdade, conhecimento e poder, por exemplo. Isto é, sabendo que a A.C.D. tem origem, não só mas também, na insatisfação das explicações que as Ciências Sociais, de uma forma geral, vinham dando num quadro conceptual positivista, entende-se esta atitude desconstrucionista como forma de questionar as suposições (positivistas) de verdade e de conhecimento plasmadas numa linguagem promotora de legitimação e de uniformização de toda a nossa herança cultural ocidental

O desagrado face às respostas preconizadas pelo paradigma positivista abriu espaço a uma nova discussão conceptual. O pós-modernismo é o movimento impulsionador de questões que colocam em causa as noções de objectividade, de verdade e de aplicação universal que a ciência tomava como certa e, sobretudo, neutra de valores. Acentua, por isso, "a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações"¹¹³ que devem ser tomadas em conta na investigação social. A teoria crítica, enquanto influência á análise do discurso, aproxima-se da posição pós-modernista, na medida em que aspira " "por a descoberto" os enviesamentos valorativos subjacentes às reivindicações de verdade e razão."¹¹⁴ Ou seja, a tradição positivista presente na prática científica é a de que esta consegue alcançar uma verdade objectiva, sem qualquer intromissão valorativa. Como se o sujeito investigador transportasse em si uma carga cultural, ética, política e ou ideológica inócua, que não interferisse de modo algum no apuramento de respostas às questões de investigações.

No âmbito da crítica social, Conceição Nogueira destaca o trabalho de Michel Foucault no estudo das relações entre poder e saber. Tomando como referência o livro do investigador francês, *The Archaeology of Knowledge*, de 1972, é explicado que "o saber (a

¹¹² Cf. FLAX, J., *Thinking fragments: Psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley, University of California Press, 1990, in Conceição Nogueira, "Análise de...", *op.cit.*

¹¹³ NOGUEIRA, Conceição, "Análise de...", *op.cit.* p.8.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.8.

visão particular do senso comum acerca do mundo, prevalecente numa cultura, num dado momento) está intimamente associado com poder." ¹¹⁵

Daí que se entenda a dependência dos imperativos do poder (na acção, no controlo, no domínio) dos "saberes" preponderantes numa sociedade. É que, em qualquer relato de eventos e acontecimentos existe a possibilidade, ou até melhor, a potencialidade para a uniformização de uma determinada narrativa, abrindo assim, por outro lado, espaço à marginalização de tudo o que não aparece na linguagem, dessas narrativas.

Neste sentido, Conceição Nogueira referencia um outro livro de Foucault, *The History of sexuality*, de 1979, para sublinhar o conceito de poder como "um efeito do Discurso. [...] Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira [...] é exercer poder."¹¹⁶ É igualmente nomeada a noção foucaultiana de "resistência", já que, para este investigador, poder e resistência são manifestações presentes na sociedade. "Para Foucault, o poder e a resistência são dois lados da mesma moeda. O poder implícito num Discurso é apenas manifesto devido à resistência de outro." ¹¹⁷ Conclui Nogueira, este tópico, afirmando que: "Uma das implicações disto, é que algum poder está disponível para ser exercitado por cada pessoa, e pode ser usado na mudança social assim como na mudança pessoal. Esta perspectiva permite às pessoas a possibilidade de mudar através da resistência."¹¹⁸

O leque das influências teóricas na área da análise do discurso abarca, também, esta evolução do estruturalismo para o pós-estruturalismo. Repare-se nesta citação que clarifica o entendimento sobre a questão da linguagem, que deixa de ser um objecto de estudo no âmbito da produção individual, para integrar o campo do público, do social, onde a linguagem será reveladora de todo o tipo de interacções humanas.

Através da insistência na linguagem como fonte para o significado da experiência, estruturalistas e pós-estruturalistas deslocaram o centro de atenção, da pessoa individual para a esfera social. Isto quer dizer que se se procuram explicações para o mundo social (seja em termos do que o indivíduo pensa ou sente ou em termos de grupos, classes ou sociedades) deve-se olhar, não para "dentro" dos indivíduos, mas para o espaço linguístico que eles partilham com as outras pessoas.

O ponto de partida do estruturalismo para o pós-estruturalismo é a ideia de que o significado não é fixo.¹¹⁹

¹¹⁵ *Ibidem*, p.11.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 11.

¹¹⁷ *Ibidem*, p.11.

¹¹⁸ *Ibidem*, p.13.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 14,15.

b) A importância de um estudo reflexivo crítico sobre a linguagem

De maneira a reforçar a importância do papel da linguagem no contexto mais vasto das perspectivas epistemológicas de investigação nas Ciências Sociais e Humanas, poder-se-á aludir, ainda, ao livro de Lupicinio Iñiguez Rueda¹²⁰, *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*, (2ª Ed. 2006) que pretende reflectir sobre o facto de as Ciências Sociais revelarem, cada vez mais, um maior interesse de estudo nas dimensões metodológicas, epistemológicas e políticas da linguagem.

A temática essencial abordada ao longo deste livro é a mudança de perspectiva sobre o papel primordial da linguagem na construção e constituição das estruturas sociais. *Giro lingüístico* é o termo castelhano para designar a viragem de ângulo nos estudos das diferentes disciplinas das Ciências Sociais Humanas

Teun van Dijk, autor do prólogo, para além de apontar os campos da Filosofia e das Ciências Sociais como as origens desta alteração, afirma que o *giro lingüístico* traduziu para a linguística o desviar da atenção das estruturas sintácticas abstractas, para focalizar-se no uso da língua, dos textos, dos actos discursivos, das interacções e da cognição. Sendo a relação entre linguagem e cognição um dos grandes motivos de investigação por parte deste autor.

Na longa reflexão de Lupicinio Iñiguez Rueda dedicada ao significado do *giro lingüístico*, destacam-se os seguintes tópicos. A centralidade na análise do papel dado à linguagem proporcionou um maior desenvolvimento das diferentes disciplinas das Ciências Sociais Humanas e paralelamente a formação dos objectos que essas disciplinas deparam-se para estudar. Assim, é também alterada a maneira como se concebe e se desenvolve o conhecimento, verificando-se mudanças no estatuto epistemológico e metodológico das

¹²⁰ RUEDA, Lupicinio, Iñiguez, *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*, editado por Lupicinio Iñiguez Rueda, Universitat Oberta de Catalunya, 2ª Ed. 2006.
Leitura parcial disponível em: http://books.google.pt/books?id=qmo9npQn510C&source=gbs_navlinks_s (Consultado em Janeiro, 2009).

Ciências Sociais Humanas, abrindo, desde logo, a hipótese de diferentes concepções, narrativas do mundo.

De uma forma geral, o aprofundamento dos estudos, quer da Linguística, quer da Filosofia Analítica, ao colocarem a linguagem no centro da investigação e do debate, puseram em evidência que a linguagem não é apenas um veículo para expressar ideias, nem uma vestimenta exterior delas. Pelo contrário, a linguagem é a condição do nosso próprio pensamento. Como Iñiguez afirma, tendo em mente as investigações de Frege, Russel e Wittgenstein, o nosso conhecimento do mundo não está radicado nas ideias que dele fazemos, esse conhecimento encontra-se sim nos "enunciados" que a linguagem nos possibilita construir para representar o mundo. Neste âmbito são referenciadas as novas concepções emanadas da corrente analítica centrada na linguagem quotidiana, associadas à escola de Oxford. A crítica profunda à noção redutora da linguagem como mera função representativa ou designativa, obriga por sua vez ao questionar sobre o próprio conceito de realidade e de verdade. Aceitando a ideia de que a linguagem não é só uma via de representação, os pensadores desta corrente acreditam que a linguagem é capaz de agir, ou seja, faz, produz coisas com as palavras. A ideia sagaz é a de que a palavra não é apenas acerca do mundo, a palavra é igualmente acção sobre o nosso mundo.

Modifica-se, deste modo, a tradicional correlação de ideias – mundo, pela de linguagem – mundo. Iñiguez deixa bem claro que o *giro linguístico* promoveu uma atenção na linguagem, já não apenas como instrumento para expor o pensamento, mas, simultaneamente, capaz de constituir e construir a nossa realidade. Esta mudança de perspectiva leva a que se examine os nossos discursos, que a nossa linguagem seja alvo de um escrutínio analítico e crítico, para que se chegue ao interior dos nossos pensamentos. O ser humano pode então conhecer-se, analisando o seu discurso e paralelamente entender melhor a realidade, construída a partir da linguagem.

Também é possível encontrar em Dijk¹²¹ uma reflexão sobre o papel da linguagem nas diferentes disciplinas das Ciências Sociais. A propósito do "giro linguístico e discursivo", este investigador holandês partilha o reconhecimento do papel fundamental do discurso na construção da sociedade e das nossas cognições sociais. Interessado em estudar o uso "real"

¹²¹ Entrevista a Teun van Dijk publicada sob o título: "El análisis crítico del discurso y el pensamiento social", in, Teun Van Dijk y Athenea Digital Universitat Pompeu Fabra, Athenea Digital, nº1, 2002, pp.18-24. Disponível em: <http://antalya.uab.es/athenea/num1/vandijk.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

da linguagem por utilizadores concretos, em situações concretas, Dijk aponta três áreas interligadas na relação entre discurso e sociedade.

- i. As estruturas sociais são espaços para o uso da linguagem, ou seja, para a sua produção, construção e compreensão do discurso
- ii. O discurso, de inúmeras formas, constrói, constitui, altera, define e contribui para as estruturas sociais
- iii. Dijk chama a esta terceira área "representativa" ou "indexical", já que entende que as estruturas do discurso falam sobre, denotam ou representam partes da sociedade.

Para concluir este momento, sublinhe-se, ainda, algumas das considerações de Dijk sobre a problemática das representações sociais. Sendo estas formas de cognição social, é necessário, por isso, levar a cabo uma análise cognitiva e social que consiga explicitar as estruturas mentais das tais representações sociais. Recorda-nos Dijk alguns dos seus trabalhos realizados no âmbito de uma análise às representações sociais de emigrantes e ou minorias. As suas investigações sobre a imprensa revelaram tratamentos discriminatórios e a presença de estereótipos.

Ideias Essenciais da Análise Crítica do Discurso Justificadoras da sua Escolha

Seguindo de perto as palavras de Dijk¹²² a A.C.D. engloba as seguintes características:

- Uma forma de investigação, de pesquisa analítica discursiva com perspectivas diferentes em teorizar, analisar e aplicar esses estudos.
- Estuda principalmente a forma como o abuso do poder social, o domínio e a desigualdade são activados, reproduzidos e fortalecidos pela linguagem no contexto social e político.
- Assume posição explícita quanto à inexistência de neutralidade na investigação e, deste modo, pretende desocultar, denunciar e, em última instância, resistir e lutar contra a desigualdade social. Igualmente marcante é a tomada de consciência, crítica, do papel do sujeito investigador na sociedade.
- Rejeita a ideia de uma ciência despida de valores; ciência e discurso académico são partes interligadas integradas na sociedade e por isso sofrem influência da estrutura social e causam efeito nessa mesma estrutura, a interacção social.

¹²² Cf. DIJK, Teun van, "Critical Discourse...", *op. cit.* p.

- É também vista como uma reacção contra o domínio formal – acrítico e associal – dos paradigmas dos anos sessenta e setenta, do séc. XX.

Enquanto grande impulsionador de uma abordagem crítica do discurso, Dijk alerta para o facto de que, uma investigação crítica sobre o discurso necessita de satisfazer alguns requisitos, de modo a realizar os seus objectivos.

- A A.C.D. tem de ser melhor do que as outras abordagens, de forma a ser reconhecida e aceite.
- Deverá focalizar-se em problemáticas sociais e políticas.
- Ser multidisciplinar.
- Em vez de meramente descrever, tentar explicar as estruturas discursivas em termos de propriedades de interacção social.
- Dar atenção às formas como as estruturas discursivas confirmam, legitimam, reproduzem, ou desafiam as relações de poder e de domínio na sociedade.

Recorrendo aos trabalhos de Ruth Wodak e Norman Fairclough, Dijk subscreve os seguintes princípios doutrinários:

- A.C.D. aborda problemas sociais.¹²³
- As relações de poder são discursivas.
- Discurso constitui e é constitutivo da sociedade e cultura.
- Discurso produz ideologia.
- Discurso é histórico / contextual.
- O elo entre texto e sociedade é mediado.
- Análise discursiva é interpretativa e explicativa.
- Discurso é uma forma de acção social.

É igualmente possível encontrar em Ruth Wodak uma ênfase nos tópicos entendidos como essenciais no âmbito da A.C.D., nomeadamente os conceitos de Poder, de História e de Ideologia. Ligado ao conceito de poder verifica-se a presença da ideologia, uma vez que, esta desempenha um forte papel na promoção e manutenção de relações desiguais de poder e seus efeitos nas estruturas sociais. Repare-se nas suas palavras:

¹²³ Como se pode verificar na sua página pessoal: Website Teun A. van Dijk "Discourse in Society - Research in Critical Discourse Studies", em : <http://www.discourses.org/> (Consultada em Janeiro, 2009). Dijk, entre outros, já publicou trabalhos cujo cerne foi o de expor e denunciar o tratamento diferenciado que emigrantes sofrem na linguagem noticiosa da imprensa. Ruth Wodak tem percorrido áreas desde o estudo da linguagem em situações de tribunais, passando pela linguagem entre pacientes e pessoal médico; discriminação e temáticas de género, entre os campos mais citados

A unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas.¹²⁴

Na verdade estes três conceitos encontram-se interligados entre eles. Se o poder é exercido de maneira a consolidar ideologias, estas serão sempre melhor integradas pelos sujeitos ou grupos quando contextualizadas. Sabendo que a A.C.D. encara como objectos de investigação os textos, falados ou escritos, logo um olhar crítico, sobre estes mesmos, terá que levar em conta, tanto os processos e estruturas sociais que contribuem para a construção de qualquer um texto, como para os sujeitos (indivíduos ou grupos) contextualizados no seu meio sócio-histórico, que criam, que dão significado a todas as suas interacções com os textos.

Emília Ribeiro Pedro sublinha, ainda, a relevância do contexto e da ligação entre sujeito e ideologia:

A Análise Crítica do Discurso opera, necessariamente, com uma abordagem de discurso em que o contexto é uma dimensão fundamental. Mas, ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito não como uma agente processual com graus relativos de autonomia, mas como o sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de actor ideológico [...].É, de alguma maneira, essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por consequência, na constituição do discurso que fundamentam as diferenças da Análise Crítica do Discurso relativamente a outras abordagens.¹²⁵

Também para Ruth Wodak, cada discurso "é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço"; as estruturas de "dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder", pelo que a A.C.D. assume

¹²⁴ WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD...", *op.cit.*

¹²⁵ PEDRO, Emília Ribeiro, (org.) *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, 1998, p.20.

como objectivo analisar a presença de "pressões verticalizadas" e da capacidade de "resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais".¹²⁶

Observadas as características de maior relevância desta abordagem, verifica-se que este suporte teórico-metodológico é o mais pertinente para estudar que imagem ou imagens de Maria de Lourdes Pintasilgo poderão ter ficado plasmadas nos textos jornalísticos que acompanharam e relataram a sua indigitação para Primeira-ministra.

No cerne da A.C.D. encontra-se a importância da linguagem, como esta é capaz, a um tempo, de construir e de constituir a realidade que se conhece como tal, aliada à capacidade de naturalização de diversos fenómenos sociais. Ou seja, a linguagem é entendida não só como um meio de representação do mundo, mas também como, uma maneira capaz de criar aquilo que se entende como o nosso mundo.

O ser humano conhece-se na linguagem partilhada com os outros, assim como, apreende e constrói a realidade através da linguagem. É, como tal, um dos organismos pelos quais a sociedade é criada e regulada. A A.C.D. toma este posicionamento conceptual como plataforma para desenvolver uma abordagem teórico-metodológica baseada nos estudos discursivos, que tenha como objectivos primordiais:

- o de expor tratamentos assimétricos, entre 'nós' e 'os outros' como, por exemplo, Dijk propõe;
- o de revelar formas, mais ou menos, veladas de todo o tipo de discriminações sociais: género, raça, classe, como Ruth Wodak e Norman Fairclough defendem em termos de vértices doutrinários;
- o de atender ao discurso como meio capaz de produzir ideologia, e daí, o imperativo de denunciar todas as formas de coacção e, interligado a este propósito, sob a influência de Michel Foucault, encarar os discursos como formas de exercer poder e de criar conhecimento, mas também como possibilidades de resistências aos discursos prevaletentes ou dominantes.

Ora, sendo a prática investigativa das questões de género, entre outras, uma forma de desconstruir ideologias, estereótipos e representações sociais associadas à cultura hegemónica dominante, acredita-se deste modo, ser a A.C.D. o suporte teórico-metodológico

¹²⁶ Ibidem, *op.cit.*

mais adequado para estudar o perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo traçado na imprensa aquando da sua indigitação a Primeira-ministra.

Como relembra Conceição Nogueira reportando-se ao trabalho de Margot Pujal Llombart, é na linguagem que:

[...] estão potencialmente disponíveis uma multiplicidade de versões alternativas de acontecimentos, então, sobre qualquer objecto, acontecimento ou pessoa, podem existir também uma variedade de Discursos, cada um com uma maneira diferente de se representar para o mundo. Cada Discurso fornece a um objecto uma "natureza" diferente daquela que outro Discurso forneceria, isto é, reivindica para si ser considerado "verdade".¹²⁷

E no que diz respeito a Maria de Lourdes Pintasilgo? Será possível observar a presença de discursos distintos sobre o mesmo objecto? De que forma é que essa diferença discursiva se faz sentir? Terá o mesmo objecto naturezas diferentes? Por isso, entende-se que uma análise crítica ao discurso jornalístico, referente a este *corpus*, permite desvelar traços, quiçá, menos visíveis que marcaram a apresentação de Maria de Lourdes Pintasilgo, ao público leitor.

2 Processo de construção e análise do *corpus*

2.1. Constituição do *Corpus*: textos jornalísticos de dois semanários nacionais, *O Jornal* e o *Expresso*, entre 13 de Julho e 11 e Agosto de 1979

Assumida a escolha sobre a vertente em estudar a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, o primeiro passo foi o de ir ao encontro dos jornais da altura. Nesta fase preliminar de buscas, sem se ter uma noção exacta sobre o que nos irá mostrar a imprensa,

¹²⁷Cf. LOMBART, M., "Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade", in, *Revista de psicología Social Aplicada*, 5,165-184, 1995, in Conceição Nogueira, "Análise de ...", *op.cit.* p.29.

consultaram-se diversos exemplares dos seguintes diários e semanários: *Capital*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Expresso*, *O Jornal* e *O Tempo*.

Cumprida esta tarefa, constatou-se que os semanários *O Jornal* e o *Expresso* eram os que revelavam a existência, tanto de maior diversidade, como de maior número de peças jornalísticas: desde os artigos ditos de fundo, de opinião, de análise, passando por editoriais, por crónicas, até a entrevistas à própria Maria de Lourdes Pintasilgo, como a outras personalidades relacionadas com os eventos políticos da altura. Previsível, portanto, no segmento dos semanários a existência de textos com cariz interpretativo e opinativo, a par de um corpo noticioso que possa denotar algum distanciamento temporal das ocorrências, possibilitando-se, deste modo, uma leitura dos acontecimentos menos imediatista, menos repentina.

Finalmente, a escolha destes periódicos teve também em conta o facto de, na altura, ambos serem entendidos como jornais de referência e com linhas editoriais divergentes. À partida será mesmo essa discordância, esse desencontro de ângulos o motivo de interesse presente neste estudo.

Decidido o período de escrutínio: de 13 de Julho a 11 de Agosto, procedeu-se à localização de todas as referências à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo e respectiva transcrição, tanto quanto possível vasta e exaustiva. Isto porque acreditou-se que para melhor entender, as muitas e variadas alusões, todo o contexto contribuiria, certamente, para uma compreensão mais ampla e, ao mesmo tempo, particularizada. Os marcos cronológicos reportam duas breves fases: a 13 de Julho, Ramalho Eanes informa o país das decisões políticas: dissolução da vigente Assembleia da República, marcação de eleições legislativas intercalares e nomeação de uma personalidade para chefiar este executivo e proceder à preparação do acto eleitoral. O dia de 11 de Agosto coincide com as vésperas da apresentação e discussão do Programa do Governo. Este período de cinco fins de semana, abarca, por isso, as vésperas e os primeiros ecos à indignação, assim como é notória a gradual diminuição da atenção da imprensa, já que se entrava no período de férias de verão e ao mesmo tempo de preparação das campanhas eleitorais.

O presente *corpus* resulta, portanto, desse levantamento, acompanhado de algumas considerações contextuais e, ou, de conteúdo. Ao longo deste trabalho, o *corpus* foi sendo alvo de diversos olhares analíticos, de aproximação e de distanciamento, procurando-se

entender o todo pelas partes e vice-versa. Segue-se uma apresentação comentada dos jornais escolhidos, em ordem cronológica.

2.1 2 O *EXPRESSO*: o número um

Fundado por Francisco Pinto Balsemão, então deputado da Ala Liberal na Assembleia Nacional, o primeiro número de o *Expresso* é publicado a 6 de Janeiro de 1973. Este semanário apresentava o formato *broadsheet* (52 cm de acordo com a descrição física apresentada no primeiro número) inserindo-se no modelo britânico de jornais de referência. A revista é, desde então, o seu primeiro caderno adicional. Nascido antes do *25 de Abril de 1974*, destacam-se obviamente na sua escrita estratégias de clarificar a sua oposição ao regime vigente, sem que com isso sujeitassem os conteúdos a uma total obscuridade imposta pelos censores do governo.

Em 1973, Portugal ainda não tinha vivido a experiência do sufrágio livre e universal. No entanto, o Estado Novo possibilitava pretensos actos eleitorais e nesse ano aguardava-se a eleição de deputados para a denominada Assembleia Nacional. Por isso, se entenderá a escolha para manchete de 1ª página que o *Expresso* avança no seu número inaugural, "63 por cento dos portugueses nunca votaram". Este título diz respeito a uma sondagem realizada "pela SERTE¹²⁸ em exclusivo para o nosso jornal" e cujo texto examina os números resultantes desse inquérito. A análise é focalizada em aspectos de distribuição etária, geográfica e situação profissional dos eleitores e ainda traz para estudo a possível "concessão do direito de voto a partir dos dezoito anos", o que naturalmente seria alvo de atenção preferida da oposição, em relação à qual se sente o *Expresso* muito próximo.

Na actualidade, onde o ideal de Liberdade encontra-se impregnado nas nossas mentalidades e práticas, é deveras um exercício de hermenêutica ler o que os textos dizem, e, ao mesmo tempo desocultar, nas suas entrelinhas, as mensagens que os seus autores pretendiam passar, escapando ao lápis azul da Censura do regime. Resumidamente, poder-se-ia destacar os seguintes pontos defendidos no seu Editorial inaugural:

- Um jornalismo em relação dialéctica com a Europa, demarcando-se do «orgulhosamente sós» vigente

¹²⁸ Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas.

- Uma imprensa distante de pressões adversárias ou amigas, em defesa da colectividade
- Uma imprensa livre e independente.

Na verdade, no cerne do Editorial, regista-se uma posição que aponta sobretudo para a defesa de uma imprensa livre, porque de facto é a Liberdade, ou melhor a sua ausência na sociedade portuguesa, que se encontra na base deste projecto jornalístico. Expostos os seus princípios editoriais, o *Expresso* assume ousadamente a sua matriz de jornalismo independente e coloca-se à margem de outras atitudes mais alinhadas com o sistema dominante.

Editorial pós-25 de Abril

Todavia, a apresentação deste semanário não ficaria de facto completa, se não se mostrasse a sua linha editorial no pós *25 de Abril*. Por isso, a 27 de Abril de 1974, o *Expresso* clarificava o seu posicionamento em Editorial na 1ª página (com continuação na pág.10) Este texto está, sem surpresas, afastado das contingências e restrições na linguagem do Editorial referente ao primeiro número. Ainda assim, observa-se alguma cautela na forma como se inicia o mesmo e na escolha dessas palavras, talvez devido ao facto de apenas quarenta e oito horas se terem passado sobre o dia da revolução.

Realizada, como primeira parte, uma explanação sobre as causas do fim do regime, o artigo faz então referência ao MFA, à sua acção libertadora, e seu Programa. Se por um lado, é perceptível uma saudação ao feito militar, poder-se-á subentender, das suas palavras, algum recato relativamente à acção futura em termos de apropriação do poder e o estabelecimento da liberdade, do denominado "pronunciamento militar":

[...] no plano militar. As Forças Armadas demonstraram muito claramente que são eles quem detém o poder neste País. Usaram-no no momento em que consideraram que «a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria». Deverão a todo o custo resistir à tentação de abusar.

[...] A liberdade é um bem demasiado precioso para provocarmos propositadamente a sua limitação. Por mais que a ela não estejamos habituados, por mais que a desejemos gozar e respirar a plenos pulmões, será

útil não esquecermos que não a conquistámos e que quem, de um dia para o outro, no-la deu a pode retirar ainda mais rapidamente.

O próprio responsável fundador de o *Expresso*, Francisco Pinto Balsemão faria referência a esses tempos num artigo publicado na revista *Visão*, a 23 de Abril de 2009 (p.10) e do qual se cita:

O 25 de Abril salvou o Expresso

Tenho dito, e mantenho, que se não fosse o 25 de Abril, o EXPRESSO teria muito provavelmente acabado.

Breve Apresentação

O *Expresso* encontra-se organizado de acordo com três grandes separadores temáticos: Nacional; Internacional; Economia. Para além destes, outros assuntos são abordados, tais como: Desporto, Artes, Literatura, Cinema e Teatro; também é exposto, no âmbito da rubrica Dizes tu....darei eu, as cartas dos leitores e repostas do jornal e a coluna Consultório Jurídico onde é possível ler as dúvidas dos leitores e respectivas respostas.

Regra geral, apresenta dezasseis páginas, podendo, ocasionalmente, ultrapassar as vinte. Normalmente, dedica as primeiras oito a dez a questões políticas e actualidade nacional, sendo as restantes destinadas a cobrir todos os outros assuntos. Os artigos de opinião, assinados pelos respectivos autores, encontram-se espacialmente diferenciados das zonas dos textos de índole noticiosa. Isto é, de acordo com o seu design editorial, os espaços dedicados à expressão de opinião, de comentário, de reflexão encontram-se visivelmente discernidos, dos campos das reportagens noticiosas, as quais na sua maioria não são assinadas.

A primeira página apresenta sempre uma coluna denominada 24 horas em notícia que é constituída por uma conjunto de seis a oito breves notícias, destacando situações de última hora. Para além da coluna 24 horas, o espaço nobre é preenchido com as manchetes sob a forma de títulos e antetítulos, e as primeiras partes dos textos noticiosos que são

concluídos, ou nas páginas interiores ou, regra geral, na última. Tanto o espaço dedicado a fotografias, como a sua dimensão na primeira página é habitualmente reduzido.

Na página dois existe a coluna Semana Nacional que, como o próprio nome indica, destaca em pequenos resumos os acontecimentos nacionais de maior relevância, na perspectiva do jornal. As segunda e terceira páginas são dedicadas, sobretudo, à apreciação política dos acontecimentos correntes. As colunas: Análise Política e A Figura da Semana são da responsabilidade do sub-director, Marcelo Rebelo de Sousa. A página onde se pode ler o Editorial é também dedicada a assuntos de reflexão de natureza variada, desde a actualidade nacional a acontecimentos internacionais, passando por artigos de fundo que abrangem o comentário, a análise sobre temas sociais, políticos, históricos, económicos, religiosos etc.

As notícias que se reportam a actualidade internacional ocupam, habitualmente, a página nove. Aí pode-se ler a coluna Mala Diplomática da responsabilidade de Eduardo Vaz Ferreira, que expõe os seus pontos de vista relativamente a assuntos internacionais e também quanto à política externa portuguesa.

Os assuntos económicos situam-se, normalmente, a partir da página treze. Aí encontra-se, sempre, a coluna Semana Económica na qual se faz resumidamente uma descrição dos assuntos económico financeiros nacionais, que ocorreram na semana anterior. Inserida nas questões económicas encontra-se a coluna A Temperatura do País de Francisco Sarsfield Cabral. Na última página, para além de se concluir os textos noticiosos da primeira, Vasco Pulido Valente assina o seu habitual artigo.

A revista: o primeiro caderno adicional

A *revista* pode ir de vinte e oito a trinta e duas páginas. Neste caderno são desenvolvidos os tópicos previamente lançados na primeira página do jornal. Habitualmente, a sua capa proporciona fotografias e imagens de maior dimensão, comparativamente à primeira página do jornal. É um espaço dedicado a um maior desenvolvimento, seja em termos de entrevistas a personalidades da actualidade nacional ou internacional, seja em termos de aprofundamento de assuntos pertinentes, no enquadramento temporal.

A sua 1ª Página apresenta como que uma continuação do exposto na correspondente página do jornal, assim como, pode introduzir novos títulos aos assuntos a desenvolver. Pontualmente, são adicionados suplementos temáticos, enquadrados nos interesses contemporâneos. A última página, intitulada Gente, é dedicada a *fait divers*, a ocorrências de natureza humorística e mundana, no seio das pessoas que se encontram sob os olhares da sociedade.

2.1.1 *O Jornal*: o número um

No dia 2 de Maio de 1975 é publicado o número um de *O Jornal*, tendo como primeiro director, o jornalista Joaquim Letria. Ao longo da sua existência José Carlos Vasconcelos e José Silva Pinto viriam, também, a ocupar o cargo de director. Foi um semanário com tiragem à sexta-feira até ao seu último número, a 27 de Novembro de 1992.

O nascimento de *O Jornal* reflecte o ambiente de conquista da liberdade de expressão e de pluralidade de perspectivas ideológicas que marcaram a sociedade portuguesa, nos tempos seguintes ao *25 de Abril de 1974*.

Recorde-se que na semana prévia ao lançamento deste semanário, pela primeira vez na História de Portugal, cidadãos e cidadãs, maiores de dezoito anos, (sem mais qualquer outra restrição) exerciam livremente o seu direito de voto. Daí que, seja natural e facilmente entendível verificar que os conteúdos deste primeiro número façam eco da campanha eleitoral, dos partidos, das eleições e dos seus resultados. A título de uma breve contextualização, diga-se que o sufrágio ocorrido a 25 de Abril de 1975 tinha como finalidade a eleição da Assembleia Constituinte, assim denominada, uma vez que o seu primordial objectivo era o de elaborar a primeira Constituição de um Portugal livre e democrático.

Os resultados, aqui transcritos, revelam o desfecho respeitante à distribuição de lugares no hemiciclo de S. Bento:

- Partido Socialista, PS, com 37,87% e 115 deputados;
- Partido Popular Democrático, PPD, com 26,38% e 80 deputados;
- Partido Comunista Português, PCP, com 12,53% e 30 deputados;
- Centro Democrático Social, CDS, com 7,65% e 16 deputados;

- Movimento Democrático Popular/Centro Democrático de Esquerda, MDP/CDE, com 4,12% e 5 deputados
- União Democrática Popular, UDP, com 0,79% e 1 deputado.

Repare-se que a estreia de *O Jornal* ocorre no dia seguinte ao feriado do *1º de Maio*, daí que na sua 1ª Página se realcem:

- Os festejos do *1º de Maio*, com fotografia, acompanhada do título, "Capitães de Abril na festa de Maio", que relata a presença de "Os mais proeminentes oficiais do Movimento das Forças Armadas" nas diversas comemorações espalhadas pelo país.
- Enquadrada nesta temática política, é também salientada a notícia "O Conselho da Revolução decidiu: A Intersindical já é Confederação".
- A situação em Luanda após conflitos ocorridos nesse país e que reflecte o processo de pós descolonização. As ocorrências são noticiadas sob o título "Luanda: Recolher obrigatório e luta nas ruas, e cujo texto relata as confrontações ocorridas [...] entre tropas da E.L.N.A. (forças armadas da F.N.L.A.) e elementos fiéis ao M.P.L.A."

Para além dos destaques mencionados, *O Jornal* informa, ainda, sobre outros conteúdos tratados nas páginas interiores:

- Uma entrevista a Rosa Coutinho com o título "Rosa Coutinho analisa as eleições".
- Artigos de personalidades convidadas com o título "Colaboração especial José Gomes Ferreira, Miller Guerra, César Oliveira, Mário Murteira".
- Em termos internacionais menciona-se a conjuntura no Vietname, com o título, "Vietnam Finalmente a Paz".

Observada a contextualização em que nasce *O Jornal*, auscultam-se agora os seus motivos, assim como os seus objectivos jornalísticos. O texto "Porquê O Jornal" (p.11) sustenta as suas razões e finalidades. Daqui retiraram-se um conjunto de linhas condutoras que denotam uma adesão ao *25 de Abril*, ao MFA e seu Programa; uma defesa apaixonada de um jornalismo livre e crítico, encarado também como obra colectiva e uma vontade em participar activamente na conjuntura histórica.

Em termos de Editorial:"Interpretes da vontade colectiva"(p.12) encontram-se igualmente explanados os pontos cardeais que irão marcar a actuação jornalística. Sobre a posição editorial, clarificada pelos seus fundadores, poder-se-iam nomear sucintamente os seguintes tópicos:

- Elogio ao fim do "regime totalitário";
- Empatia com o "processo de descolonização" em curso;
- Aceitação de "uma sociedade sem classes" no palco social;
- Entendimento das circunstâncias socio-económicas, geográficas e demográficas que marcaram a revolução de *25 de Abril de 1974*;
- Reforço das ideias de independência da Imprensa e demarcação de quaisquer constrangimentos dos poderes constituídos.

De igual modo, são explicitados os "Estatutos da redacção" (p.12) que posicionam a importância de se ser, de facto, jornalista para empreender a tarefa de informar, de maneira objectiva, crítica e independente, sem descurar a ética e a deontologia que se querem presentes nesta actividade profissional.

Cumprido este escrutínio aos textos que *O Jornal* usa para se apresentar ao público ("Porquê «O Jornal»", o "Editorial" e "Estatutos da Redacção") poder-se-á afirmar que se consubstanciam três tópicos essenciais interligados entre si:

- Aclamação da Liberdade traduzida num prazer valorizado concomitantemente pelos cidadãos e jornalistas;
- Elogio ao MFA e seu Programa;
- Defesa de um jornalismo independente, como também de intervenção na sociedade portuguesa.

Repare-se, os textos revelam uma indiscutível saudação energética ao usufruto da Liberdade enquanto jornalistas e cidadãos de uma recente democracia, assim como, explicitam a adesão entusiástica ao MFA e seu Programa. Interligada encontra-se igualmente a determinação na defesa de uma linha jornalística livre e imune a pressões.

Enquanto jornalistas que aplaudem o MFA e a sua "proposta socialista", não deixam, no entanto, de explicitar claramente a sua resistência a pressões oriundas dos vários

espectros do Poder. O Editorial, por exemplo, refere o poder militar, que trouxe a libertação do regime totalitário, o poder da imprensa, que escuta e é escutada pelo povo, e o poder "mesmo que encarne a vontade colectiva". Mais se acrescenta ainda que, *O Jornal* sublinha claramente as suas coordenadas de isenção e de espírito crítico.

Poder-se-ia até vislumbrar na sua argumentação alguma influência orwelliana. Vejamos os seguintes exemplos retirados respectivamente dos diferentes textos citados:

Porquê «O Jornal»

[...] as pressões de vária ordem exercida contra a independência necessária a quem quer contribuir livremente (como jornalista e, por isso, profissional da Informação e da Verdade), para a revolução portuguesa e não aviltar-se em servilismos de qualquer género, as intromissões na orientação dos jornais e no trabalho dos jornalistas (...) de grupos a quem não se reconhece representatividade, nem competência e, por isso, legitimidade para o fazerem.

[...] ou mesmo fraternidade, que desaparece quando a indispensável consciência e militância política é substituída pelo fervor partidário, o qual leva a lutas e quizílias lamentáveis.

do

Editorial: Interpretes da vontade colectiva

[...] É com a certeza de que nenhum Poder, mesmo por mais que encarne uma vontade colectiva, pode estar ao abrigo de falhar e, por isso, tem de contar com a colaboração sempre presente de um espírito crítico, auxílio dos reflexos de uma consciência comum na tarefa de que ninguém foi excluído.

e dos

Estatutos da Redacção

[...] decididos a trabalhar por uma informação objectiva e esclarecedora, desligada das pressões de sectores económicos e da influência de quaisquer forças políticas, culturais ou religiosas, adoptando perante os acontecimentos uma posição crítica progressista, norteadas pelos princípios de isenção e de defesa do interesse público, que entendem ser impostos à sua função pelas regras deontológicas da Imprensa e pela sua ética profissional.

A observação da presença orwelliana prende-se com o facto de os jornalistas deixarem bem explícito que qualquer tipo de Poder, mesmo o que "encarna uma vontade colectiva", por exemplo, não terá a capacidade de impedir uma voz contra-corrente, que aponte criticamente os eventuais defeitos ou desvios de uma prática que possa vir a substituir uma tirania por outra. É por isto que se sugere a analogia a George Orwell. Mas, se se quiser questionar esta ponte com a influência do autor britânico, o que é evidente é a presença de um enorme regozijo face ao fim do "regime totalitário" no Editorial, um sentido desejo de uma "Pátria livre da tirania e da exploração do homem pelo homem" no texto "Porquê «O Jornal»", e também se podem retirar dos Estatutos da Redacção expressões exemplificativas da sua "posição crítica progressista, norteada pelos princípios de isenção e de defesa do interesse público". Esta ideia é, aliás, reforçada pela informação sobre o processo democrático de eleição anual do cargo de Director e chefia da Redacção, descrito no ponto quatro dos seus estatutos.

Como já foi apontado, a posição jornalística assumida por *O Jornal* é clara no seu alinhamento com o "processo revolucionário" e "apoio à proposta socialista do MFA e partidos progressistas". Observa-se o que poderia ser considerado como um certo despudor ou saudação em usar uma linguagem inegavelmente conotada com uma mundividência socialista.

Repare-se por exemplo nas expressões retiradas do texto "Porquê «O Jornal»":

- "[...] jornalistas amordaçados por uma censura brutal; e, assim, amordaçados, tiveram um duplo motivo para entusiasticamente aderir a um 25 de Abril [...]"
- "[...]participar activamente na consolidação e desenvolvimento do processo democrático e revolucionário [...]"
- "[...]pátria livre da tirania e da exploração do homem pelo homem [...]",
- "[...]jornal que se adequue ao ritmo e à respiração do novo processo revolucionário[...]"
- "[...]o seu apoio à proposta socialista do M. F. A. e dos partidos progressistas[...]"
- "[...]que participe nesta apaixonante tarefa de ajudar a construir a nossa revolução democrática, socialista e portuguesa [...]"

Ou exemplos retirados do Editorial, inclusivamente, desde logo, o seu título "Intérpretes da vontade colectiva", mas igualmente:

- "[...] Acaba de cumprir-se um ano sobre a data que nos libertou do regime totalitário[...]"

- "[...]muitas vitórias foram alcançadas, no caminho hoje indesmentivelmente aceite, para uma sociedade sem classes, onde não existam exploradores e explorados [...]".

Este levantamento de exemplos serve para ilustrar e alicerçar a interpretação relativamente ao alinhamento de *O Jornal* num ideal político e ideológico socialista.

Breve Apresentação

O Jornal ocupa o maior número de páginas com assuntos nacionais. Habitualmente, as primeiras vinte páginas são dedicadas a questões domésticas, abarcando as notícias sobre a situação política, social, económica e cultural e os artigos de cariz analítico. Se as notícias não são assinadas, pelo contrário, todos as colunas de opinião, análise ou comentário contêm o nome do respectivo autor.

Em termos de artigos de análise e de opinião, observam-se diversos tipos de textos. Cáceres Monteiro e Carneiro Jacinto focalizam-se, sobretudo, nos assuntos da política nacional. Existe uma crónica semanal assinada por Augusto Abelaira que aborda questões correntes, a par da sua própria reflexão e ponto de vista pessoal. Também, Pedro Remy assina um artigo semanal.

Com menor número de páginas, os assuntos internacionais são, no entanto, desenvolvidos em forma de dossiers temáticos, como por exemplo, destacadas em 1ª página, as reportagens: "Vietnam: o novo holocausto", de 6.07.1979; "Nicarágua: não basta dizer-se que a luta continua", "Pedro Rafael dos Santos, enviado especial", de 24.08.1979; "Andrew Young vítima dos serviços secretos de Israel Entrevista com o representante da OLP na ONU", "Reportagem de Josette Alia em Nova Iorque", de 31.08.1979.

No âmbito da repercussão do que foi afirmado ao longo da semana, existe a rubrica Discurso Directo, onde é possível ler o que e quem o disse. A título de *fait divers*, existe uma página denominada Periscópio dedicada essencialmente a assuntos mundanos. Relativamente a cadernos adicionais, pelo menos no espaço temporal do segundo semestre de 1979, *O Jornal* não apresenta um modelo fixo, ou seja, este semanário optou por

incorporar suplementos temáticos, cuja pertinência vai ao encontro da contemporaneidade da altura. É o caso de assuntos relacionados com a emergência da ciência informática.

Em jeito de apreciação conclusiva, constata-se que ambos os periódicos almejam uma prática jornalística independente. *O Jornal*, nos seus editoriais, por exemplo, revela, sem margens para dúvidas, um posicionamento na área de uma "esquerda democrática independente", deixando claro, no entanto, que a sua visão dos factos será sempre levada a cabo criticamente sem ceder a pressões quaisquer que sejam as suas origens. *O Expresso*, por sua vez, reitera o seu posicionamento num jornalismo livre

2.2 Explicitação do processo analítico

A pergunta: 'Que imagem, ou imagens, poderão ter sido suscitadas directamente, ou induzidas indirectamente, através dos textos jornalísticos que levaram a cabo a apresentação de Maria de Lourdes Pintasilgo, aquando da sua nomeação para Primeira-ministra do V Governo Constitucional?' encontra-se no cerne deste trabalho investigativo. Ao longo desta pesquisa, o *corpus* foi sendo alvo de diversos olhares analíticos, de aproximação e de distanciamento, procurando-se entender o todo pelas partes e vice-versa.

No âmbito dos olhares analíticos seguintes, agora, mais direccionados e centralizados na totalidade, ou partes dos textos, dedicados, exclusivamente, à descrição e construção do perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo, sujeitou-se o *corpus* a uma análise minuciosa, de modo, a conseguir joeirar e apurar os discursos directamente relacionados com a configuração do retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo.

A análise que se segue reporta-se, substancialmente, às áreas textuais que discursivamente contribuíram para a construção da identidade, ou de identidades, do objecto central do estudo: Maria de Lourdes Pintasilgo. Os textos jornalísticos irão ser abordados, analisados, observados à luz das sugestões metodológicas avançadas por Teun van Dijk, Emília Ribeiro Pedro e Theo van Leeuwen.

Procurar-se-á descortinar, aquilo que van Dijk denomina por tópicos: macro-estruturas semânticas.¹²⁹ Uma vez que estes tópicos do discurso não se encontram

¹²⁹ Cf. DIJK, *Discurso, Notícia... op.cit.*

explicitamente visíveis, eles representam, na sua globalidade, aquilo sobre o que versa o texto. Deste modo, poder-se-á alcançar qual a grande finalidade (ou finalidades) que o texto pretende veicular, aquilo que virá a ser melhor recordado pelo público leitor. Observando as sugestões metodológicas de Theo van Leeuwen¹³⁰, procurar-se-á responder às questões: como é que, Maria de Lourdes Pintasilgo, figura social e pública é representada no discurso jornalístico? Em que contextos se verifica uma representação enquanto agente, ou o oposto? Será possível descortinar algum tipo de padrão de inclusão ou de exclusão?

A análise segue a cronologia do espaço temporal escolhido. Como primeira etapa, encontram-se agrupadas três datas: 14, 20 e 21 de Julho (*Expresso*: 14 e 21; *O Jornal*: 20) Isto porque, embora o escrutínio analítico tenha como ponto de partida o dia 13, por motivos já explicados, na realidade, não se regista conteúdo a analisar, nesta data. Seguem-se os pares de datas: *O Jornal*, 27 e o *Expresso* 28 de Julho; *O Jornal*, 3 e o *Expresso* 4 de Agosto e, por fim, *O Jornal*, 10 e o *Expresso* 11 de Agosto.

Inicia-se a análise às primeiras páginas com um olhar descritivo seguido de um olhar analítico. Quanto ao interior de ambos os semanários, o escrutínio analítico agrupa itens que possam ser comuns, nos dois periódicos. É o caso das entrevistas (20 e 21 de Julho), dos editoriais e dos artigos de análise e de opinião. Em cada etapa amplia-se uma determinada temática que se destaca pela sua pertinência, ou, até mesmo, no âmbito dos olhares mais focalizados dos jornais. Conclui-se o processo analítico com leituras transversais, ou seja, procura-se evidenciar a existência ou inexistência dos posicionamentos paradigmáticos de cada uma das perspectivas jornalísticas.

¹³⁰ Cf. LEEUWEN, Theo van, "A representação dos actores", *op.cit.*

Capítulo 3

Perspectivas analíticas sobre o discurso jornalístico referente ao *corpus*

1. Preâmbulos contextuais

1.1 Trajectos de Maria de Lourdes Pintasilgo no espaço público

De modo a contextualizar a figura pública de Maria de Lourdes Pintasilgo, realiza-se uma breve narrativa sobre algumas das suas mais destacadas etapas nesse domínio. Embora, possa ser a um primeiro tempo associada ao facto de ter ocupado o cargo de Primeira-ministra, na verdade, a sua intervenção cívica, a sua militância começara ainda no tempo do Estado Novo.

A respectiva acção no espaço público caracterizou-se por uma diversidade de áreas, desde, por exemplo, a vertente religiosa, da qual se destaca a fundação, em Portugal, do movimento internacional de mulheres cristãs: *Graal* ; a defesa de uma relação sustentável entre o ser humano, a tecnologia, o ambiente e igualmente todas as componentes sócio-culturais e políticas. Após uma primeira abordagem, a característica, imediatamente,

observável, foi a sua capacidade de integrar todas as formas de acção sob um desígnio humanista de defesa dos Direitos Humanos (civis, culturais; auto-determinação; acesso aos recursos pelos seus próprios países de maneira a garantir a sua subsistência e desenvolvimento, não dependência de outros países mais industrializados; constituição de esquemas regionais de segurança; construção de uma nova ordem mundial). Por outras palavras, nota-se nas suas intervenções públicas, preocupações, reflexões e propostas em torno da grande problemática que é a questão da discriminação em todas as suas formas, mais ou menos visíveis, para o cidadão comum. Em todas as suas participações existe um cuidado, uma atenção especial em integrar ou mesmo superar as diferenças, entendidas como assimetrias, sobretudo no que diz respeito a todos os grupos sociais com maiores carências e menores capacidades de recursos, nomeadamente as suas chamadas de atenção para a crescente distância entre os hemisfério norte e sul. Daí a perspectiva reducionista e em tom pejorativo de a caracterizar como terceiro-mundista.

A sete de Julho de 2009, em entrevista ao Rádio Clube Português, o General Ramalho Eanes apresentava três razões primordiais por ter escolhido de Maria de Lourdes Pintasilgo para liderar o V Governo. Em primeiro lugar, nos termos da Constituição, o Presidente da República necessitava da concordância do Conselho da Revolução para dissolver a Assembleia da República. Para alcançar esse acordo Ramalho Eanes teria que apresentar uma personalidade que fosse aceite pelo Conselho da Revolução, como foi o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo. Sobre as seguintes razões, explicou o General Eanes que se deveu ao seu:

[...] alto perfil ético e seria com certeza, indiscutivelmente, correcta na condução das eleições fazendo com que houvesse uma imparcialidade no tratamento dos diferentes partidos.

Em terceiro lugar, sendo uma mulher extremamente determinada poderia levar a cabo as medidas de governação necessárias, sem se deixar intimidar com a guerrilha partidária, que é própria dos períodos pré-eleitorais. Foram estas, fundamentalmente, as três razões que me levaram a escolhe-la.¹³¹

De nome completo Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, licenciada em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, é a personalidade

¹³¹ General Ramalho Eanes in Rádio Clube Português, Programa 'Minuto a Minuto', Entrevista do dia: Ramalho Eanes. Disponível em: <http://radioclube.clix.pt/> (Consultado em Julho, 2009).

indigitada para desempenhar a função de Chefe de Governo, num contexto político conturbado.

Vejamos o seu percurso prévio, em diversas áreas no domínio público, de forma a compreender o que a terá levado a distinguir-se e a concentrar a atenção do poder político ao ponto de a nomear para ocupar lugar no topo da política governativa.

Nasce em Abrantes a 18 de Janeiro de 1930. Conclui, já em Lisboa, no Liceu D. Filipa de Lencastre, os respectivos estudos liceais e ingressa, com dezassete anos, o Instituto Superior Técnico, instituição que era um pórtico de acesso a uma elite estudantil, maioritariamente masculina (no seu curso contavam-se apenas três mulheres num total de duzentos e cinquenta alunos¹³²) e, já, com ressonâncias de qualidade e de prestígio além fronteiras.

Para além do "desafio que representava para uma mulher seguir tal caminho"¹³³, a escolha de um curso desta natureza irá ao encontro das suas expectativas mais intimistas: colocar em prática os exemplos que lhe chegavam dos "padres operários em França, e pela experiência pessoal da filósofa Simone Weil"¹³⁴ que fomentam em si própria [MLP] "o desejo de melhorar a condição operária (a classe verdadeiramente desfavorecida do princípio da industrialização)".¹³⁵ A partir das suas palavras, os autores Luísa Beltrão e Barry Hatton conferem à escolha de uma área de engenharia o ímpeto em Maria de Lourdes de desenvolver, eficientemente, a aprendizagem do cuidar. Na realidade esta é uma leitura que fica demonstrada à luz da própria vivência e dedicação de Maria de Lourdes Pintasilgo ao conceito do 'cuidar', ao longo da sua vida.

Ainda como estudante universitária, a sua dedicada *praxis* religiosa distingui-a e, em 1952, é escolhida para Presidente Nacional da Juventude Universitária Católica Feminina, JUCF, cargo que ocupará até 1956. Rapidamente, empenha-se na preparação do congresso de estudantes católicos, subordinado ao tema "O Pensamento Católico e a Universidade", com a colaboração do seu congénere da JUC masculina, Adérito Sedas Nunes, (1928-91, que

¹³² Informação disponível em: <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/Categoria2.aspx?cat=33> (Consultado em Setembro, 2008).

¹³³ BELTRÃO, Luísa, HATTON Barry, *Uma História para o Futuro Maria de Lourdes Pintasilgo*, Tribuna da História, Lisboa, 2007, p.66.

¹³⁴ *Ibidem*, p.66.

¹³⁵ *Ibidem*, p.66.

viria a ser um reconhecido investigador nas ciências sociais e humanas e pioneiro na introdução da Sociologia na academia portuguesa). Este, primeiro, congresso decorrido dentro dos cânones político-sociais da época haveria de, ainda assim, suscitar algum incómodo por parte do poder político vigente, especificamente na pessoa do Ministro da Educação Nacional por um lado¹³⁶, e, por outro, conseguir um número de presenças de estudantes, que terá ultrapassado as melhores e mais ousadas expectativas, à época. "Pela primeira vez, estudantes e jovens licenciados dissertam em público, ao lado dos mestres, sobre os problemas universitários."¹³⁷

A importância deste congresso e suas repercussões na vida de Maria de Lourdes Pintasilgo são também motivo de estudo na dissertação de mestrado: *Maria de Lourdes Pintasilgo - Os anos da JUC (1952-1956)*, de Ana Filomena Amaral, defendida na Universidade de Coimbra. A autora, em declarações à agência Lusa, realçava a "importância do congresso para a discussão da situação no ensino superior em Portugal e ainda as suas consequências na vida de Maria de Lourdes Pintasilgo, que, logo no ano de 1956, assume a presidência do movimento *Pax Romana* [...], lançando assim a sua carreira internacional".¹³⁸

De facto, Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto presidente nacional da JUCF, participa em vários encontros do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (movimento este também conhecido como *Pax Romana*) do qual virá a ser "eleita por aclamação"¹³⁹, ocupando o cargo entre 1956/58.¹⁴⁰

Em Portugal dos anos cinquenta, à luz do respectivo Código Civil, as mulheres não tinham liberdade de viajar para o estrangeiro sem autorização do marido, entre muitas outras restrições totalmente anacrónicas.¹⁴¹ Terá suscitado por isso, pelo menos, alguma curiosidade, por parte das autoridades encarregues de emitir o seu passaporte constatar que

¹³⁶ Cf. *Ibidem*.

¹³⁷GOMES, Adelino, *A JUC, o jornal ENCONTRO e os Primeiros Inquéritos à Juventude Universitária: Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal*, pp.1-21, p.9.

Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a06.pdf> (Consultado em Maio, 2010).

¹³⁸ Informação disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/coimbra-tese-de-mestrado-revela-primeiros-anos-de-vida-publica-de-maria-de-lourdes-pintasilgo=f340130> (Consultado em Agosto, 2010).

¹³⁹ SOUZA, Maria Reynolds de, "Cronologia da vida e obra de Maria de Lourdes Pintasilgo", in *ex aequo, Um legado de cidadania. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, nº12, 2005, p.45-57, p.46.

¹⁴⁰ Informação disponível em: *IMCS-Pax Romana-MIEC*: http://www.imcs-miec.org/Past_IT-English,s,59 (Consultado em Agosto, 2010).

¹⁴¹Cf. PIMENTEL, Maria Irene, *A situação das mulheres no século XX em Portugal* (1), disponível em: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/07/07/a-situacao-das-mulheres-no-seculo-xx-em-portugal-1/> (Consultado em Setembro, 2008).

Maria de Lourdes Pintasilgo era uma jovem, solteira, com o propósito de sair do país. Em 1953, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) abre um cadastro individual em nome de Maria de Lourdes de Matos Pintasilgo, onde são registados os dados sobre a sua morada, estado civil e idade, juntamente com o comentário de ser pouco conhecida na cidade de Abrantes. Um mês depois, mais precisamente a 9 de Dezembro, assinala-se o facto de ser activista católica, presidente da JUC, tendo desempenhado "neste cargo grande acção junto aos estudantes universitários: politicamente, é afecta ao Estado Novo".¹⁴²

Importante mesmo virá a ser a conclusão da sua licenciatura, em 1953, e os primeiros passos dados na sua vida profissional. Em 1954 torna-se a primeira engenheira a integrar os quadros técnicos da CUF (Companhia União Fabril), onde, entre outras actividades, "edita a revista *Indústria*, e organiza colóquios de actualização científica destinados aos quadros técnicos daquela empresa."¹⁴³ Refira-se que, à época, esta grande empresa contava com 40.000 funcionários nos seus postos¹⁴⁴ e representava o meio de sustento, primordial, para o grande número de famílias imigrantes que ali acabaram por estabelecer as suas vidas. Maria de Lourdes Pintasilgo referir-se-ia à sua entrada nas fábricas do Barreiro e nos Centros de Investigação de Sacavém e de Lisboa como o seu "verdadeiro baptismo profissional".¹⁴⁵

Na década de sessenta assinala-se a sua entrada no mundo da política, com os seguintes destaques:

- 1964 – Vice-Presidente Internacional do *Graal*, movimento que conseguiu fundar em Portugal.
- 1969 – "Procuradora à Câmara Corporativa nas X e XI Legislaturas do Estado Novo", a convite de Marcello Caetano. Acreditando que o sistema de então poderia ser transformado a partir de dentro, aceita o convite de Marcello Caetano que reconhecidamente admirava nesta jovem mulher a sua força e inteligência para o cargo de 'Procuradora à Câmara Corporativa'. E será o próprio Presidente do Conselho que a indicará, em 1971, para ocupar o cargo de Representante de Portugal na Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da ONU.
- 1970 – "*Preside ao 'Grupo de Trabalho para a participação da Mulher na Vida Económica e Social'*".

¹⁴² BELTRÃO, Luísa, HATTON, Barry, *Uma História...*, *op. cit.* p.87.

¹⁴³ SOUZA, Maria Reynolds de, "Cronologia da vida...", *op.cit.* p.46

¹⁴⁴ Cf. BELTRÃO, Luísa, HATTON, Barry, *Uma História...*, *op. cit.* p.93.

¹⁴⁵ SOUZA, Maria Reynolds de, "Cronologia da vida...", *op.cit.* p.46.

- 1971 – Integra a Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da ONU. De novo a primeira mulher portuguesa a conseguir intervir num espaço, habitualmente fechado às mulheres, chegando a ser nomeada 'Delegada Permanente de Portugal junto da UNESCO', em Julho de 1975.
- 1974 – Integra o 1º Governo Provisório, como Secretária de Estado da Segurança Social. Em Julho do mesmo ano ascende a Ministra dos Assuntos Sociais do 2º Governo Provisório.
- 1979 – "*Chefia o V Governo Constitucional de iniciativa presidencial*".

Evitando rótulos de feminista desta ou daquela corrente, provavelmente devido à própria idiossincrasia cultural da altura e porque a personalidade de Maria de Lourdes Pintasilgo revelava-se incapaz de ficar manietada a quaisquer correntes demasiado estanques, a verdade é que no conjunto das suas intervenções encontram-se referências e ou denúncias a situações de precariedade das mulheres, tanto das portuguesas como de todas as partes do mundo. Como sublinha Maria do Céu da Cunha Rêgo, "E para fazer as mulheres tomarem consciência de que há mais no mundo para além do que lhes disserem ser o delas"¹⁴⁶

A dez de Julho de 2004 morre Maria de Lourdes Pintasilgo. Dias antes, aquela que fora a primeira mulher Primeira-ministra de Portugal, cumpria o seu último acto no plano político numa audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, para que este a pudesse escutar no âmbito da crise política que então se vivia. No final dessa reunião oficial, a curta declaração relatada pela TSF revela, ainda assim, um dos seus grandes ideais: a união e conjugação de esforços aliada à imaginação na resolução dos problemas das pessoas.

[...] estamos perante a maior crise desde o dia 25 de Abril. São 30 anos e esses 30 anos colocam-nos neste momento perante uma crise em que somos todos poucos, para dar um pouquinho daquilo que podemos imaginar que será necessário.¹⁴⁷

O Presidente da República, Jorge Sampaio, em nota emitida no dia da morte de Maria de Lourdes Pintasilgo, destacava as causas e algumas das características desta figura:

¹⁴⁶ RÊGO, Maria do Céu da Cunha, "Um pensamento novo", in *ex aequo, Um legado de cidadania. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, nº12, 2005, p.139-148.

¹⁴⁷ TSF, http://tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=769162 (Consultado Julho, 2009).

[...] cidadã notável, que serviu Portugal nos mais altos cargos e funções, sempre com grande talento, dedicação inextinguível e numa atitude permanentemente inovadora.

[...] como primeira-ministra, embaixadora, deputada ao Parlamento Europeu, marcou a sua acção por um sentido ímpar de serviço à comunidade, pela energia contagiante e mobilizadora, pela originalidade de propostas e métodos de trabalho, que sacudiam as rotinas do pensamento e os hábitos instalados, pela militância nas grandes causas emancipadoras e solidárias do nosso tempo.

Militante católica, intelectual universalista, mulher de reflexão e de acção, a sua palavra foi, muitas vezes, pioneira e abriu novos horizontes.¹⁴⁸

1.2 Enquadramento da indigitação

Recorde-se que o Presidente da República, General António Ramalho Eanes, indigitou, pela primeira vez, uma figura por si escolhida, Nobre da Costa, para assumir o cargo de Primeiro-ministro, na sequência da falta de acordos parlamentares, que em última instância, levaram à queda dos I e II Governos Constitucionais liderados pelo então secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares. Nobre da Costa não conseguindo obter o apoio partidário necessário à aprovação do seu Programa, que acabou por ser rejeitado na Assembleia da República, viria a afastar-se do cargo de Primeiro-ministro do III Governo Constitucional.

O seguinte Governo Constitucional seria ele identicamente de nomeação presidencial. Ramalho Eanes designa Mota Pinto para liderar o novo Executivo. Porém, de igual modo, viu rejeitada na Assembleia da República, não o seu Programa, mas uma moção de confiança. Terminava assim o IV Governo Constitucional.

¹⁴⁸ Disponível em: http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Lourdes_Pintasilgo.htm

Colateralmente, assiste-se a um gradual desmantelamento do apoio político dos partidos da direita a Ramalho Eanes, que começara, também, a ser alvo de críticas do PS. Até que a treze de Julho de 1979, o Presidente da República transmita ao país, numa comunicação televisiva, a sua decisão de dissolver a então vigente Assembleia da República; de marcação de eleições legislativas intercalares e de indigitação de uma personalidade para chefiar o próximo Governo, com o objectivo primordial de preparar esse mesmo acto eleitoral.

O semanário *O Jornal*, na sua edição de sexta-feira, 13 de Julho, consegue apenas uma chamada de atenção, na zona de notícias de última hora, para a comunicação que o Presidente da República faria nessa noite.

De acordo com o que noticia o *Expresso* (14 Julho) qualquer destas personalidades: Maria de Lourdes Pintasilgo, Barbosa de Melo e Jacinto Nunes, não provocaria nenhum antagonismo crível, por parte dos partidos da esquerda. Sobre a perspectiva dos partidos da direita face a estes nomes, nada é noticiado. No entanto, Maria de Lourdes Pintasilgo é, desde logo, apontada como: "Melo-antunista".

Na semana seguinte, a 19 de Julho, fica-se a saber quem é a personalidade escolhida por Ramalho Eanes, para liderar o novo executivo até às eleições legislativas intercalares. Maria de Lourdes Pintasilgo é, então, a figura escolhida para Primeira-ministra do V Governo Constitucional. Enquadrado num contexto singular de dissolução da Assembleia da República, o objectivo essencial será o de preparar o processo das eleições legislativas intercalares, a par dos assuntos decorrentes de gestão governativa e de estado.

De acordo com os trâmites constitucionais, o Presidente da República, em concordância com o Conselho da Revolução, estabelece que o executivo do V Governo apresente para discussão o seu Programa à Assembleia da República. Concluído este debate parlamentar, a Assembleia é dissolvida e marcada a data das eleições.

2. Perspectivas analíticas

2.1 Maria de Lourdes Pintasilgo
1ª Ministra do V Governo Constitucional
As vésperas e a indigitação. Os primeiros ecos
Expresso, 14, 21 de Julho,
O Jornal, 20 de Julho

2.2 Continuação do retrato de
Maria de Lourdes Pintasilgo
Ampliação de qualidades *versus* expansão de receios
O Jornal, 27 de Julho
Expresso, 28 de Julho

2.3 "A marcha dos cem dias" Ecos e Silêncios
O Jornal, 3 Agosto
Expresso, 4 Agosto

2.4 As vésperas da Apresentação Parlamentar do Programa do Governo
O Jornal, 10 Agosto
Expresso, 11 Agosto

Maria de Lourdes Pintasilgo
1ª Ministra do V Governo Constitucional
As vésperas e a indigitação: os primeiros ecos
14, 20 e 21 de Julho de 1979.

Expresso, 14, 21 de Julho,
O Jornal, 20 de Julho

Possíveis leituras analíticas
As Primeiras Páginas
Um olhar descritivo

Quem aceita ser 1.º Min. do Governo de gestão?

MARIA de Lourdes Pintasilgo, Barbosa de Melo e Jacinto Nunes são os três nomes mais insistentemente falados para o cargo de primeiro-ministro do Governo que deverá apresentar o seu Programa à Assembleia da República, antes de esta ser dissolvida. Sobre tudo Maria de Lourdes Pintasilgo poderia suscitar uma "ponte" no Conselho da Revolução com o chamado "sector melo-antunista" não suscitando também objecções do PS e do PCP. Qualquer dos outros nomes não teria oposição provável de socialistas e comunistas.

O novo Governo, muito pro-

Se o novo Governo, de exclusiva iniciativa presidencial, vir o seu programa rejeitado pela Assembleia da República, o Presidente da República terá que reapresentá-lo mais duas vezes (ou em alternativa, formar mais dois Governos) para que, de acordo com a Constituição possa estar em condições de exercer vinculativamente o poder de dissolução da Assembleia da República. O Presidente Eanes recordou na sua comunicação ao País o respeito intransigente da Constituição.

As diligências para indigitação do novo primeiro-ministro que deverão ser extremamente curtas

Cerca de uma semana antes de o Presidente da República dar a conhecer, oficial e publicamente, o nome da personalidade indigitada, o *Expresso* (14 de Julho) apontava três nomes possíveis: Maria de Lourdes Pintasilgo, Barbosa de Melo e Jacinto Nunes. De acordo com o que noticia o *Expresso*, qualquer das três individualidades não acarretaria uma recusa explícita por parte dos partidos da esquerda.

Sobre a perspectiva dos partidos da direita face a estes nomes, nada é noticiado. Contudo, a classificação de

Maria de Lourdes Pintasilgo como "Melo-antunista" abre espaço a leituras menos pacíficas oriundas dessa área política, cuja perspectiva não seria propriamente uma vitória política a escolha de uma figura próxima do "sector Melo-antunista".

Deste modo, o *Expresso* introduz Maria de Lourdes Pintasilgo como alguém que se encontra dentro da concordância da política portuguesa de esquerda, e, pela omissão, permite configurar a ideia de que a política portuguesa de direita estará ausente desta concordância.



No dia seguinte à divulgação da escolha presidencial, *O Jornal* (20 Julho) dedica dois terços, do total da 1ª Página, a uma grande foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, destacando em manchete: "Lurdes Pintasilgo: "Quero dialogar com o povo" ". O antetítulo "A primeira (grande) entrevista do novo chefe do Governo", funciona como chamada à entrevista conduzida pelo jornalista Carneiro Jacinto, (pp. 2, 3 e 4). Nesta são abordadas essencialmente três áreas temáticas: a indignação e os assuntos do foro governativo, a perspectiva de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre Portugal cinco anos após o 25 de

Abril e o trabalho de Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO.



O Expresso (21 Julho) ocupa dois terços da 1ª Página com matérias relacionadas com o termo e reacções oriundas do IV Governo e, em forma de questões, perspectiva o porquê e o para quê do próximo Executivo. No primeiro terço na zona central, sobressai o título: "Muitos membros do Governo cessante poem [sic] sérias reticências à aceitação de convites para o V Governo constitucional". O respectivo texto encontra-se completo na primeira página, onde, por exemplo, se lê sobre as alegadas "reticências" de

"membros do Governo cessante" em integrar o Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, assim como, as reacções de "perplexidade" que "vários membros do Governo" tiveram em pleno Conselho de Ministros: "Alguns deles, [...] não se coibiram mesmo de, em voz alta,

afirmarem aos colegas junto dos quais se sentavam que não alinhariam num Governo presidido por Lourdes Pintassilgo.”

Sobre o entendimento próximo de Ramalho Eanes com Maria de Lourdes Pintasilgo, é entendido como: “uma preocupação [...] nesta fase de constituição de Governo” e “revelador do empenho posto pelo general Ramalho Eanes naquele que poderá vir a ser o V Governo Constitucional e III de inspiração presidencial.”

Publica ainda uma curta entrevista de três perguntas a Maria de Lourdes Pintasilgo, destacada com o título: " "Diferença de Governo traduzirá diferença de personalidades".” Esta breve peça jornalística indicia um tom de desvalorização relativamente à real capacidade de acção de um Governo limitado temporalmente e na ausência do funcionamento da Assembleia da República. Desvaloriza-se o papel, inferioriza-se a pessoa que o desempenha. Fica, ainda, clara a existência de um desagrado total assumido pelos partidos da direita.



Localizada no canto superior direito observa-se uma coluna, com uma pequena foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, que evidencia em títulos as matérias que serão desenvolvidas no caderno adicional *Expresso – revista*. Esses títulos manchete são:

PORQUÊ E PARA QUÊ?

O GOVERNO DOS 100 (ou mais?) DIAS E O SEU PRIMEIRO-MINISTRO

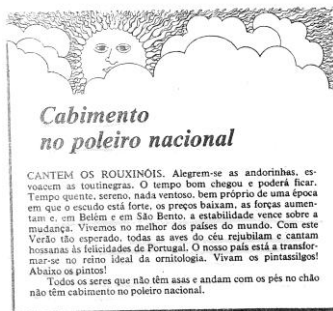
Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?

Dúvidas quanto ao Executivo antes e depois da discussão do Programa na AR

HISTÓRIA BREVE DE UMA INTELIGÊNCIA (PERIGOSA?)

Do «Gaal» à UNESCO

De Marcello Caetano a Eanes



Na zona do rodapé, onde habitualmente são noticiados os prognósticos meteorológicos, por vezes, acompanhados de comentários humorísticos, encontra-se um texto que procura ironizar com o fim de uma equipa ministerial e a chegada de uma nova equipa, tendo como *leitmotiv* os apelidos das respectivas personalidades: a cessante – Pinto; e a anunciada – Pintasilgo.

revista

OPORTUNIDADES INVESTIÇÃO NAVEGAÇÃO TRANSACCÕES INTERNACIONAIS
 SERVIÇOS A SERVIÇOS GLOBAIS - LÍNGUAS - MONETARIZAÇÃO
 AGENTES DE NAVEGAÇÃO

O GOVERNO DOS 100 (ou mais?) DIAS E O SEU PRIMEIRO-MINISTRO

PARA UNS, é a decisão mais enigmática de Ramalho Eanes. Para outros, é a confirmação de uma estratégia presidencial de desertificação progressiva da vida política portuguesa. Para outros ainda, é a prova do perigoso isolamento de um Presidente que já se vê obrigado a recorrer aos amigos e só a eles. Em qualquer caso, a indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo para Primeiro-Ministro de um Governo de 100 dias, que poderá durar mais e não se sabe bem com que poderes, é um facto político que abalou as estruturas já conturbadas do nosso confuso quotidiano. Nesta página e nas seguintes, o EXPRESSO procura, uma vez mais, ir mais longe, averiguar os motivos e as finalidades da indigitação de Pintasilgo, estudar os problemas levantados pela constituição do seu futuro Governo, descrever a vida e a obra da primeira mulher portuguesa que ascende à chefia do Executivo.

Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?

Na capa do caderno adicional – revista – o título temático e respectivos subtítulos promovem, indubitavelmente, um cenário carregado de suspeição, dúvida e desconfiança em redor de Maria de Lourdes Pintasilgo. Aliado a este ecoar receoso percebe-se, de igual modo, incredibilidade perante a escolha presidencial. O *Expresso* lançava assim os indícios da sua interpretação acerca dos posicionamentos políticos do Presidente da República e de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Um olhar analítico

O Jornal é bastante generoso quanto aos dois terços da capa dedicados a uma foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, acompanhada do título: "Quero dialogar com o povo", que sustenta, de imediato, o carácter intencional do compromisso assumido. Através da forma como é apresentada a personalidade em questão, é na imagem que o olhar se concentra. De onde se poderia interpretar como, pelo menos, uma forma descomplexada de dar visibilidade à personalidade que se prepara para conduzir o país. Do ponto de vista da linha editorial de *O Jornal*, tal título poderá ser revelador da sua aclamação e expectativas sobre a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Esclareça-se que este título não é, na sua totalidade, uma citação *ipsis verbis* das palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo. É antes uma criação, bem conseguida, de *O Jornal* a partir das respostas da entrevistada, em relação ao seu mote governativo, ao seu desejo de proximidade junto das populações, durante o mandato.

Ora, poder-se-ia entender como um transmissor da vertente ideológica, tanto da pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo, como do próprio semanário junto do seu público. Na verdade, há que reconhecer neste acto de fala exclamativo, acompanhado do sujeito interlocutor "povo", uma vasta gama de possibilidades de leituras. Por exemplo, o contexto semântico ligado a 'diálogo' e a verbalização do desígnio "dialogar com o povo", sobretudo no âmbito do clima político da altura, causariam ressonâncias político-ideológicas de fácil identificação junto de um público, entendido *a priori* como de esquerda. Capta-se uma mensagem de disponibilidade e abertura, indo ao encontro do sujeito anónimo desprovido de meios de se fazer ouvir facilmente, uma vez que no acto de dialogar terá que ocorrer o de escutar, o de ouvir e, certamente, deixar-se interpelar por posições diferentes. É, também, uma forma de enquadrar o aparecimento de Maria de Lourdes Pintasilgo no palco da alta governação com uma aura positiva, inovadora em relação à herança anterior ao 25 de Abril e tranquilizadora no quadro da efervescência política que então se vivia. Em qualquer dos casos, "Quero dialogar com o povo" parece ser uma apresentação extremamente positiva da figura da nova chefe do Governo.

Em termos imagéticos, e tendo como mote esta afirmação de Brassai: "Para mim, a fotografia deve sugerir mais do que insistir ou explicar"¹⁴⁹, levar-se-á a cabo uma breve explanação de dois pontos de vista, quiçá, ambivalentes.

A curiosidade da imagem e a sua possível apreciação dual poderá residir no seu dedo indicador levantado, no momento em que discursa. Como se de uma postura de estadista se tratasse, plena de intenção, que pretende avocar a atenção para o que está a afirmar. Por outro lado, o dedo indicador levantado poderia dar azo a algum género de desconfiança face a alguém que nos quer impor algo. Reformulando, a imagem de alguém que nos aborda com o dedo indicador levantado poderia suscitar, no inconsciente colectivo, imagens de figuras parentais ou de tutoria, por exemplo, carregadas do poder de nos impor algo. Desta forma, poder-se-ia especular sobre a existência de um sentimento latente de dúvida e daí uma conjecturável reacção, por parte do público, de renitência perante o Poder.

O *Expresso* revela uma opção editorial notoriamente diferente. Desde logo, a 1ª Página é ocupada sobretudo com texto. Os destaques são feitos recorrendo a grandes títulos

¹⁴⁹ GAUTRAND, Jean-Claude, *Brassai o Universal, Paris, 1899-1984*, Taschen, p.24.

e subtítulos, reservando um espaço mínimo a imagens.¹⁵⁰ Da leitura destes títulos manchete retira-se uma visão pouco, ou mesmo nada, empática com a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, sendo audível o tom duvidoso relacionado com a natureza do Governo, que se avizinha.

O grande destaque de o *Expresso* é direccionado para as reacções oriundas do Executivo em fim de mandato. É noticiada e comentada a reacção de elementos do Governo cessante, num discurso que permite inferir, sem dificuldades, um global desacordo e descontentamento face à escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo para Primeira-ministra. Desta profusão de conteúdo textual observa-se a questão do anunciado novo Executivo, de nomeação presidencial, e suas consequências envoltas na indeterminação para o futuro, dos ganhos políticos desta resolução.

O interior de ambos os semanários Possíveis leituras analíticas

Os editoriais

"Golpes baixos", *O Jornal* (20, Julho)

"A abertura da caça", *Expresso* (21, Julho)

Através destes títulos augura-se um ambiente agressivo e ameaçador. Parece que, neste quadro político de início de "caça", de perseguição, alguém não estará a jogar em conformidade com as normas, supostamente, conhecidas pelos seus participantes. A expressão "golpes baixos" indicia que algum dos jogadores, ou equipa, estará a recorrer a estratégias grosseiras e desonestas, ou mesmo, inaceitáveis. A "abertura da caça" configura um jogo entre predador e presa, no qual poder-se-á questionar a existência, a prática de um jogo equitativo.

¹⁵⁰ Note-se que esta postura de o *Expresso*, em termos de 1ª Página, poder-se-á entender na medida em que este semanário transporta para a capa do seu caderno adicional – revista – a opção de publicar, ou não, fotos, de maior ou menor dimensão, de acordo com a sua escolha editorial.

Do ponto de vista de cada um dos editoriais, a responsabilidade de tal situação é dos 'outros'. Deste modo, configura-se uma polarização de perspectivas entre 'Nós' e os 'Outros'¹⁵¹.

Na génese dessa apreciação discordante, encontram-se leituras e interpretações políticas díspares acerca da actuação do Presidente da República, no seguimento dos sucessivos malogros político-partidários dos anteriores governos de designação presidencialista. Por um lado, a decisão de dissolver a vigente Assembleia da República e marcação de eleições legislativas intercalares suscitou leituras político-ideológicas divergentes no seio dos diferentes quadrantes partidários; por outro, a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo provocou um acolhimento claramente antagónico vindo das denominadas áreas da esquerda e da direita.

Enquanto *O Jornal* não esconde a sua decepção política em Ramalho Eanes, não deixa, todavia, de evidenciar uma indubitável aclamação à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, sem lhe inculir nenhum ónus relativamente aos erros presidenciais. Isto é, do que se apreende em *O Jornal*, a esquerda não extravasa o seu desapontamento com Eanes à pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo. Reflecte, sim, o posicionamento de satisfação e de reconhecimento elogioso a tal figura e, ao mesmo tempo, revela-se escandalizado com a recepção feita pelos seus opositores.

Pelo contrário, o *Expresso* atribui, explicitamente, à escolha presidencial o ónus da tensão política que se vive. ("Mais do que a decisão presidencial de dissolver a Assembleia da República, foi a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo para Primeiro-Ministro que desencadeou a abertura plena das hostilidades, [...]").

No seguimento da sua posição, poder-se-ia dizer que, caso tivesse sido outra figura a ser indicada, então, não haveria motivo para o actual estado de contenda, entre facções. Por isso, deve-se, exclusivamente, aos 'Outros' o facto de 'Nós' termos sido provocados a entrar neste conflito, nesta "caça" ao voto, a partir deste momento. "As hostilidades" ficam assim legitimadas no quadro legal da caça.

¹⁵¹ Cf DIJK, Teun, *Discurso Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*, trad. Zara Pinto-Coelho, Campo das Letras, Porto, 2005 e WODAK, Ruth, " «Círculos específicos» e discurso anti-semita: a construção do discurso do «Outro»", in Emília Ribeiro Pedro, (org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Caminho, 1998, pp.377-396.

O grupo lexical usado pelo *O Jornal*, por exemplo: "desmiolados", "demagógicos", "(certa) direita e extrema-direita", "irrompido", "vis", "insinuações", "torpes", "pasquins" e "entidades fascistas", caracteriza a forma como os oponentes à nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo, isto é, 'os outros', são entendidos, por este periódico.

Poderá ser interessante referir que a caça é uma actividade que implica um campo dicotómico entre predador e presa. Habitualmente são os caçadores os vencedores, já que é pressuposto estarem melhor equipados para capturar as suas presas. Embora, estas não deixem de ter os seus próprios recursos para evitarem a captura. Será que para o *Expresso*, a pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo configura-se como a vítima? E os seus opositores, o predador? Será Maria de Lourdes Pintasilgo a presa que os caçadores, i.e, partidos da direita, pretendem capturar? Os dados estão lançados.

Em termos especificamente orientados para a construção do perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo, constata-se, no editorial de *O Jornal*, como também ao longo da sua produção textual desta edição, um indubitável reconhecimento laudatório nas afirmações claras: "[...] uma figura com a craveira intelectual e autoridade moral de Maria de Lourdes Pintasilgo, personalidade de indiscutível honestidade, isenção e independência partidária [...]".

Parece tratar-se de uma listagem de características que qualifica em termos argumentativos o reconhecimento nas suas capacidades e aptidões. A sequência frásica: "craveira intelectual e autoridade moral" e "personalidade de indiscutível honestidade, isenção e independência partidária" incute uma leitura ritmada, através do elo de ligação "e... e", como se estivesse a acrescentar, sempre a somar.

O vasto espectro semântico, presente nos substantivos e adjectivos, aponta para uma figura de inquestionável rectidão ética. Poderá permitir ao público a construção de uma figura que é, alguém, não só independente como militante da liberdade; competente e de uma lisura íntegra. Uma das mensagens potencialmente implícitas no texto, através do substantivo "craveira", poderia ser, por exemplo, a ideia de que é a própria Maria de Lourdes Pintasilgo que serve de bitola, não é ela que é comparada com os outros; os outros é que devem ver nela a verdadeira medida.

Os outros chamam-lhe «melo-antunista», mas afinal parecem ignorar que esse epíteto fora lançado "sobretudo por certa extrema esquerda de então" sobre os denominados "«moderados»".

As entrevistas

Sobre este item, importa esclarecer que a abordagem analítica irá incidir, particularmente, sobre o conjunto das perguntas colocadas pelos respectivos jornais. Deste modo, procurar-se-á entender se estas permitem à entrevistada expor o seu pensamento, ou se tentam condicionar as respostas. Será que as questões podem ser consideradas abertas ou fechadas? Serão facilitadoras de uma explanação clara e não condicionada? Ou pelo contrário, serão demasiado fechadas? É alcançada a finalidade da informação? Ou seja, as interpelações cumprem a função de levar a interlocutora a fornecer informações, ou novidades relevantes? Será possível inferir algum tipo de condução, por parte do entrevistador, demasiado constringente ou globalmente lassa? De que formas é que as entrevistas são promovidas em cada jornal? Os textos introdutórios, ou *lead*, permitem algum esclarecimento, ou contextualização prévia?

Esclareça-se que as entrevistas, levadas a cabo por ambos os jornais, distinguem-se, de imediato, na quantidade de perguntas, de assuntos abordados e no modo como configuram a figura da entrevistada. Esta diferença pode ser entendida na medida em que *O Jornal* dera início à elaboração desta peça jornalística onze dias antes da indigitação. O *Expresso* por sua vez publica três respostas obtidas no dia anterior, ou seja, no dia da divulgação pública da escolha presidencial.

O texto introdutório de *O Jornal* cumpre com as regras elementares de enquadramento e, sobretudo, o que será pertinente realçar é o facto de apresentar Maria de Lourdes Pintasilgo como alguém, não só competente, atendendo ao extenso e relevante currículo, como também altruísta na atitude de encarar o exercício de tão alto cargo. Já que neste contexto político, conseguir convencer alguém a assumir, a dar a face por um projecto balizado à partida não seria, efectivamente, atractivo para qualquer individualidade da cena política.

Esta conjectura advém das, aparentemente, discretas informações que sugerem que Maria de Lourdes Pintasilgo leva um estilo de vida despretensioso: "Sentada numa sóbria mesa de trabalho do exíguo e simples apartamento [...] onde desde há longos anos vive" e informa-se, ainda o público leitor, que Maria de Lourdes Pintasilgo encontrava-se ocupada nas suas funções no âmbito da UNESCO, em Paris, num espaço de trabalho, à partida, mais cómodo ou menos frugal do que o de Lisboa: "no seu confortável gabinete da Missão Portuguesa junto da UNESCO, no 6º andar do nº1 da villa de Segur".

Ora, de acordo com *O Jornal*, esta figura aceitou levar a cabo tal empreendimento complexo e acarretar, com isso, os riscos políticos, em vez de continuar com o seu apazível exercício junto da UNESCO. Daí que, poderá inferir-se a ideia de esta ser uma personalidade abnegada e desinteressada dos holofotes do palco político.

O primeiro grupo temático de perguntas aborda sobretudo o momento da indigitação, procurando expor a perspectiva de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a sua nomeação e sobre a continuação ou não de elementos do Governo cessante através de perguntas como: "«O Jornal» – Porque aceitou a incumbência de formar o Governo de gestão?"; "Pensa convidar muitos dos actuais responsáveis do IV Governo para integrar o seu executivo?". Maria de Lourdes Pintasilgo manifesta o seu claro entendimento acerca da natureza singular deste mandato, (dissolução da Assembleia da República e organização do processo eleitoral) o que levará a uma composição ministerial de cariz diferente, relativamente a um Governo oriundo de plebiscito universal.

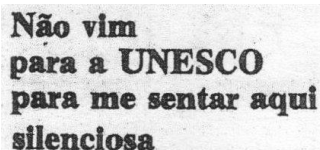
É-lhe, também, proporcionado espaço para revelar a sua atitude intrínseca face ao desafio governativo, que *O Jornal* amplia recorrendo a citações da entrevistada, como por exemplo:

**Quero contactar directamente
com o povo português**

e, obviamente, sobre o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo ser a primeira mulher a ocupar tal cargo político:

**Quero realizar a minha tarefa
na solidariedade com as outras mulheres**

É, igualmente, possibilitado ao público leitor tomar conhecimento sobre as perspectivas sócio-políticas da futura 1ª Ministra em áreas como a evolução portuguesa desde o *25 de Abril* ("P – Passados cinco anos sobre o 25 de Abril, que leitura faz da actual situação [...] O que se fez de positivo e o que pensa que podia e devia ter sido feito?") e o lugar de Portugal a nível de políticas externas e respectivo papel da diplomacia portuguesa ("P – Poderíamos agora falar da sua actividade na UNESCO [...]?"). Nesta temática destaca-se o sentido peremptório de Maria de Lourdes Pintasilgo:



**Não vim
para a UNESCO
para me sentar aqui
silenciosa**

Da parte de este semanário constata-se o tratamento protocolar e o respeito institucional, presentes no uso do léxico que discrimina sem ambiguidades o cargo político para o qual Maria de Lourdes Pintasilgo fora indicada. ("[...]novo chefe do Governo"; "Primeiro-Ministro indigitado"; "Hoje [...] é, portanto, [...] o Primeiro-Ministro indigitado que fala a «O Jornal» [...]").

Comparativamente, o *Expresso* não produz nenhuma afirmação que ligue directa e inequivocamente o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo ao cargo de Primeiro-ministro. Diz sim que, a cidadã, Maria de Lourdes Pintasilgo, "está, por motivos vários, na ordem do dia", sem se referir explicitamente a que "motivos vários", como se tratasse de assuntos de menor importância.

A partir da presença e da ausência da terminologia titular poder-se-á entender estas como formas opostas de favorecer e de minimizar a visibilidade política e consequentes repercussões mediáticas desta figura. *O Jornal* repete a designação de "Primeiro-Ministro indigitado" colada ao nome da recém-nomeada Primeira-ministra e esta duplicação poderá funcionar como marcador na memória colectiva do público leitor, significando, deste modo, uma estratégia para amplificar, não só, o facto, como também o regozijo, de a nomeação para tão importante cargo político ter recaído precisamente na pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Contrariamente, a ausência (da terminologia titular) poderá ser entendida e apreendida como uma forma de minorar, ou até de impedir, o prolongamento da visibilidade e da relevância política de tal facto. Neste caso, a função do texto poderá ser a de refrear

quaisquer possíveis expectativas benignas relativamente à personalidade nomeada e à sua equipa ministerial.

Detecta-se, por exemplo, na primeira das três perguntas, ("[...]Acredita que vale a pena [...] por um tão curto período de tempo?") um teor carregado de desvalorização. É possível captar a existência de um certo tom de desvalorização face à utilidade de uma grande ou total reestruturação do próximo executivo, por tão breve tempo de actuação. Isto porque, à partida, parece querer dizer que, no enquadramento singular deste Governo, não haverá espaço de manobra para encetar mudanças e novidades que façam a diferença, ou que deixem a marca do sucesso.

A segunda ("[...]consta nos bastidores políticos, que poucos ministros do actual Executivo terão possibilidade de passar para o seu. É verdade?") parece manifestar algum lamento, ou dúvida, na não continuidade de elementos do Governo cessante.

Na terceira questão ("Como é que se sente perante a hostilidade manifestada pelos partidos da «Aliança democrática»?) é perceptível um tom céptico em relação à futura equipa ministerial e seus recursos executivos. Sendo, porventura, a mais directa não coloca em dúvida e existência de hostilidade oriunda dos partidos que se inserem na Aliança Democrática; pressupõe, desde logo, a presença desse antagonismo.

Uma das ideias que o leitor público poderá fixar é a de que, na realidade, este será apenas mais um Governo de transição, arquitectado para preparar o antecipado acto eleitoral, não sendo muito relevante, até do ponto de vista dos ganhos políticos, quem estará à frente do Executivo.

**“para além dos “ismos”
com que tenho sido
rotulada”**

Nesta entrevista o *Expresso* destaca, ainda, sob o título: "para além dos «ismos» com que tenho sido rotulada", a ideia de que esta é uma figura pública, mulher, já conhecida pejorativamente pelos seus idealismos, poder-se-ia, assim, dizer. E, mais ainda, se estes "ismos" fossem associados a socialismos ou comunismos. No âmbito desta estratégia, o texto apela para o que seria ideologicamente partilhado entre o público leitor. Neste sentido, interessa aos produtores textuais lançar sementes da suspeição e da desconfiança no imaginário dos consumidores textuais e que, por sua vez, estes identifiquem a mensagem implicitamente veiculada. Ora, daqui se poderá inferir, com uma boa dose de razoabilidade,

a posição distante que o *Expresso* manifesta relativamente a Maria de Lourdes Pintasilgo e ao seu compromisso.

Especificamente, as perguntas de *O Jornal* facilitam à interlocutora expor claramente as suas ideias e posicionamentos face a uma diversidade de temáticas, como por exemplo: o projecto governativo, a política portuguesa, a participação das mulheres na sociedade, a política externa, i.e., o plano traçado nos assuntos dos negócios estrangeiros. Não existe por parte do entrevistador uma condução cerrada ao longo da interacção comunicativa permitindo, deste modo, à entrevistada discorrer sobre os assuntos que vão sendo introduzidos, não se observando interrupções abruptas enquanto Maria de Lourdes Pintasilgo toma a palavra.

Permite-se à figura entrevistada explanar, livremente, os seus pensamentos e objectivos, de modo a que estes tragam informações novas e pertinentes ao público leitor sem que, ao mesmo tempo, se sinta, permanentemente, colocada em causa ou levada a refutar os posicionamentos dos seus opositores. Todavia, sem adoptar uma atitude lassa, o jornalista disponibiliza à interlocutora a ocasião para esta rebater algumas das notícias, ou rumores, que têm enevoado a cena política nos últimos tempos. É o caso de: "Não pensa que com essa ideia poderá vir a ser acusada de pretender fazer carreira política? Foi com essa ideia que aceitou ser Primeiro-Ministro?" e de "Assusta-a [...] existirem certas forças que não vêem com bons olhos a sua escolha para Primeiro-Ministro do Governo de gestão?"

Pode-se, como tal, conjecturar que o conjunto de perguntas levadas a cabo pelo *O Jornal* apresenta uma estrutura e uma coesão, cujo intuito poderá ter sido o de fomentar, junto dos seus leitores, pontos de encontro de empatia política e pessoal com Maria de Lourdes Pintasilgo. É disso exemplificativo, as afirmações que o próprio periódico faz sobressair na forma de subtítulos (ou no glossário jornalístico "olho"): «Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve»; «Quero contactar directamente com o povo português»; «Quero realizar a minha tarefa na solidariedade com as outras mulheres» e, ainda, a legenda à foto, na página três: «O único diálogo de que sou capaz é o da procura da franqueza total.»

No acto de seleccionar estas proposições, tendo em conta as imagináveis ressonâncias semânticas, *O Jornal* propicia, ao público leitor, a construção (sobre Maria de Lourdes Pintasilgo) de marcas identitárias como, por exemplo: uma mulher política próxima

de nós; uma mulher política dialogante neste contexto de relacionamentos políticos tensos; uma política cuja demanda é o encontro connosco; uma mulher que apoiar-nos-á; uma política cumpridora da sua palavra. Ou seja, esta interveniente política está do nosso lado e as suas características pessoais e políticas são referências que geram confiança.

Artigos

O Jornal (20 Julho)

"Figura da semana: Maria de Lourdes Pintasilgo" (Carneiro Jacinto, p.4,5).

"Um candidato verdadeiro e seis a fingir" (Carneiro Jacinto, p.5).

"Governo de gestão levanta novos ventos" (Cáceres Monteiro, p.5).

Criadas a partir destes três títulos, as seguintes macroproposições poderão funcionar como portais dos respectivos textos.

M1 Maria de Lourdes Pintasilgo: a primeira opção sem concorrência à sua altura.

M2 Maria de Lourdes Pintasilgo: a real escolha. Os outros apenas ruído.

M3 A figura de Maria de Lourdes Pintasilgo desencadeia ondas de nervosismo nos seus oponentes.

M4 A primeira escolha com a qual os partidos da direita não se conformam.

Neste quadro poder-se-á desocultar duas mensagens implícitas. A primeira: Maria de Lourdes Pintasilgo representara, desde logo, a efectiva vontade presidencial. Com nomes mais ou menos conhecidos da opinião pública a serem alvitados no jogo político, Maria de Lourdes Pintasilgo parece suplantar todos sem dificuldades. Motivo de regozijo, perceptível, por parte de *O Jornal*. Maria de Lourdes Pintasilgo a certeza, os outros a fabulação. Os outros nomes (os outros putativos seleccionáveis) nada mais serão do que o ruído habitualmente presente no que é dito, por um lado, e o que se diz, por outro. Ou seja, a informação e a contra-informação; o factual *versus* a ficção; o importante *versus* o insignificante.

Como segunda, a imagem suscitada a partir de uma expressão como 'levantar ventos'. Quando se fazem sentir rajadas fortes de vento, muita atenção é precisa para acautelar a navegação. Neste caso, embora não afirmado claramente, subentende-se que a

origem destas contra correntes será o cerne da proposição, isto é, os 'outros'. Do ponto de vista de *O Jornal* dir-se-ia: São os partidos da direita que pretendem dificultar a tarefa à nossa timoneira.

Quanto ao interior dos textos, acima referidos, apresenta-se uma lista analítica de macroproposições que poderão revelar os intuitos dos textos, auscultados a partir das estratégias discursivas neles presentes. Tendo em mente a pergunta: Quem é Maria de Lourdes Pintasilgo? Os textos dizem-nos o seguinte:

Texto 1) ***Figura da semana: Maria de Lourdes Pintasilgo***

- M1 Humanista oriunda da engenharia química.
- M2 Humanista porque militante das causas para a ajuda emancipatória do outro.
- M3 Católica activa, empreendedora, independente da oligarquia católica tradicional.
- M4 Mulher viajada, mulher moderna, apreciada e reconhecida pelos seus pares na ONU.
- M5 Mulher, das primeiras, a distinguir-se no espaço público da política, tradicionalmente masculino.
- M6 *Graal*, o movimento de mulheres cristãs cuja matriz só podia ter atraído Maria de Lourdes Pintasilgo.
- M7 É apartidária, mas não apolítica.
- M8 É poliglota. Os "homens da informação" que o digam.
- M9 Consegue até alvoraçar a atenção mais desacautelada dos "homens da informação", habituados a tudo ver, tudo saber. Apanhados desprevenidos, no "primeiro embate".

Texto 2) ***A escolha do Primeiro-Ministro. Um candidato verdadeiro e seis a fingir***

- M1 Na realidade, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, já decidira que Maria de Lourdes Pintasilgo seria efectivamente a personalidade a nomear.
- M2 Maria de Lourdes Pintasilgo, a nossa mais-valia; os outros a desvalorização, a menoridade.

Texto 3) ***Governo de gestão levanta novos ventos***

- M1 Os outros preparam-se para dificultar a navegação à nossa timoneira.
- M2 Os «ventos» estão disponíveis para impossibilitar o sucesso desta tarefa.
- M3 Os outros reagem como crianças caprichosas, nós somos os adultos.
- M4 Nós representamos a maturidade democrática, os outros a imaturidade.
- M5 A vinda desta mulher abrirá espaço à renovação; com ela substitui-se a inépcia pela acção, o cinzentismo pela cor.
- M6 Impossível ficar indiferente a esta figura.
- M7 Maria de Lourdes Pintasilgo tomou a palavra e superou as expectativas dos profissionais da informação.

Sobre o conjunto destas (macroproposições) poder-se-á agrupá-las, ainda, em macroproposições matriciais. Isto é, procurar expor as possíveis matrizes ideológicas patentes na construção das identidades da individualidade em estudo.

Tendo como ponto de partida a demarcação do 'Nós' *versus* os 'Outros', o posicionamento de *O Jornal* é o de ampliar, tanto quanto possível, o que considera serem atributos e qualidades de Maria de Lourdes Pintasilgo e, paralelamente, empolar o que considera serem as deformidades, as carências, as limitações de os 'outros'. Daí que, para *O Jornal*, Maria de Lourdes Pintasilgo transforma-se na 'nossa' bandeira. Na defesa desta insígnia, poder-se-á apontar as matrizes: política, religiosa e as características pessoais.

Sabendo que a descrição e apresentação de Maria de Lourdes Pintasilgo não se esgota neste trio de jornais (14, 20 e 21 de Julho) as leituras analíticas seguintes irão ter como fio condutor a matriz política presente no retrato da personalidade em estudo.

Sem mencionar, repetidamente, léxicos claramente associados a partidos políticos e suas convenções ideológicas, com excepção desta caracterização generalista, mas bastante indutora: "personalidade de uma área progressista moderada", *O Jornal* promove o enquadramento político de Maria de Lourdes Pintasilgo no espaço de uma esquerda denotada, sem dúvidas para a grande maioria do público leitor, com a figura de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista. Porquê?

De entre as muitas possíveis respostas, acredita-se que, no contexto sociopolítico português de 1979 e do ponto de vista deste semanário, seria importante ajudar, induzir o público a sentir-se clarificado quanto ao lugar ideológico que, a apartidária, Maria de Lourdes Pintasilgo ocuparia. Neste sentido, observam-se pistas de conexão entre Maria de Lourdes Pintasilgo e o secretário-geral do P.S. São o caso de:

[...] é quase certo que o novo Primeiro-Ministro, antes de aceitar o cargo, se terá certificado, junto de Mário Soares, com o qual, de há muito, mantém boas relações, que o PS não o deixaria isolado, entregue à complacência apenas do PCP. [...] Mário Soares diria que Maria de Lourdes Pintasilgo «corresponde ao perfil de independência que o PS define, mas o grupo parlamentar decidirá.» Maria de Lourdes Pintasilgo [...] é uma pessoa com quem o dr. Mário Soares há muito mantém relações de amizade [...] aliás, não tomou a decisão da aceitação antes de visitar Mário Soares na sede da Rua da Emenda (visita que não acontecia, de resto, pela primeira vez).

E se o mais desatento leitor não tivesse ainda inferido *O Jornal* proporcionava a respectiva afinidade, na sua rubrica humorística:

Bochechas ao poder

Mal Maria de Lurdes Pintasilgo foi indigitada Primeiro-Ministro, logo um redactor de «O Jornal», concluiu que o PS teve uma aproximação...

É que o novo Primeiro-Ministro, eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, embora não tenha filiação partidária, e seja de facto independente tem uma certa semelhança com o secretário-geral do PS, Mário Soares: «as bochechas»...

Como estudado por Theo van Leeuwen¹⁵², a identificação física retrata os actores sociais em termos de traços característicos que os distinguem num determinado contexto e essas atribuições físicas nem sempre são inocentes. Neste caso o que terá sido relevante para o produtor textual foi ressaltar um pormenor físico e estabelecer-lhe uma conotação política com uma determinada personalidade política, Mário Soares, que para lá da subjectiva semelhança, não deixaria espaço a qualquer dúvida no campo político-ideológico.

Observe-se o que é reiterado nos excertos acima apresentados. Primeiro: Já há bastante tempo, já não é de agora, que Maria de Lourdes Pintasilgo e Mário Soares partilham uma amizade próxima. Não é totalmente transparente se esta amizade se situa ao nível pessoal ou se extravasa para o espaço político. No entanto, a pista da antiga morada da sede do P.S., local de vários encontros entre estas duas personalidades, induz naturalmente à existência de uma ligação de cariz ideológico e não somente ao nível pessoal. Segundo: conferenciou em privado com o secretário-geral do P.S. antes da sua indigitação ser do conhecimento público. É sublinhado o facto de Maria de Lourdes Pintasilgo não ter aceite tal incumbência sem conversar previamente com Mário Soares.

No âmbito das questões de género poderá ser interessante prestar mais atenção a estas estratégias discursivas. Repare-se, o esquema de *O Jornal* passa por mapear a figura política de Maria de Lourdes Pintasilgo na área de uma determinada esquerda. Aquela que a maioria do público congregaria, sem dificuldades, na pessoa do secretário-geral do P.S., Mário Soares. Certamente, de quem já se teria escutado, várias vezes, qualquer uma expressão como: "progressismo moderado" e outras tais, tendo em conta o clima de liberdade e criatividade semântica do pós *25 de Abril*. Ideologicamente interessa, portanto, a

¹⁵² Cf. LEEUWEN, Theo van, "A representação dos actores sociais", in Emília Ribeiro Pedro, *Análise Crítica do Discurso*, Caminho, Lisboa, 1998, pp.169-222.

este semanário afastar Maria de Lourdes Pintasilgo do beneplácito discreto e, por isso, incomodativo do Partido Comunista Português, que poderia de certa forma confundir alguma opinião pública.

Possivelmente, não teria sido rápido nem fácil para *O Jornal* dar a conhecer ao público esta figura política. Mulher, com um percurso político de difícil caracterização, já que Maria de Lourdes Pintasilgo movia-se no espaço público desde os seus tempos universitários quando escolhida para Presidente da JUCF (Juventude Universitária Católica Feminina) e, sem fazer parte de *entourages* partidárias, integrou os primeiros Governos Provisórios: secretária de Estado da Segurança Social (I) e Ministra dos Assuntos Sociais (II e III).

A solução, poder-se-ia conjecturar, passou por estabelecer uma ligação política de Maria de Lourdes Pintasilgo a Mário Soares, na necessidade de se recorrer às referências comuns, facilmente identificáveis pela maioria do público. Ou seja, todo um património socialmente partilhado entre os produtores e consumidores textuais, de modo a que a mensagem veiculada pudesse ser recebida, compreendida e assimilada.

Maria de Lourdes Pintasilgo pode até ser independente e apartidária, católica e progressista, mas, no que toca a mapas ou marcadores políticos, tudo isto parece não chegar. Na necessidade de a situar com clareza é localizada numa zona específica. O agente 'nós' situa-la nesta área em redor do dirigente máximo do Partido Socialista, com a finalidade de desvanecer qualquer ambivalência sociopolítica de cariz ideológico, que pudesse pairar sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, já que esta começara a ser o alvo das chamadas de atenção alarmistas por banda de os 'outros'.

Contempla-se, na apresentação ao público, aquilo que poderia ser denominado como uma presença paternalista política. Isto é, o sujeito político feminino Maria de Lourdes Pintasilgo, por muito livre, autónoma, competente e íntegra, teve que sofrer uma visível condescendência política do simbólico *Pater familias* de uma esquerda democrática e pluralista. ("[...] Soares diria que Maria de Lourdes Pintasilgo «corresponde ao perfil de independência que o PS define» [...]"). Caso contrário, apoiada somente nas forças políticas oriundas do PCP, enfrentaria uma vaga de contestação sociopolítica de gestão difícil ou, mesmo, impossível. ("[...]que o PS não o deixaria isolado[Maria de Lourdes Pintasilgo], entregue à complacência apenas do PCP. [...]").

Ficam as interrogações: Seria possível a este sujeito feminino consubstanciar uma bandeira, sem a ajuda de uma bússola capaz de decifrar uma cartografia previamente elaborada sob um determinado ponto de vista sexista e parcial? E nos dias de hoje, como seria feita a descrição ideológica e político-social de uma cidadã apartidária, nomeada para tal cargo?

Ainda neste quadro de desocultação de tratamentos enviesados por ideologias recorde-se as seguintes macroproposições, atrás mencionadas:

M) Maria de Lourdes Pintasilgo tomou a palavra e superou as expectativas dos profissionais da informação.

M) É poliglota. Os "homens da informação" que o digam.

M) Consegue até alvoraçar a atenção mais precavida dos "homens da informação", habituados a tudo ver, tudo saber. Apanhados desprevenidos, no "primeiro embate".

A ideologia sexista, presente nestes três exemplos, pode ainda ser resumida na forma da seguinte macroproposição: 'Nós', os homens da informação, reconhecemos a nossa surpresa relativamente às 'nossas' expectativas face a esta mulher, que afinal de contas pertence aos 'outros', às mulheres.

O que poderia ser, neste caso, o socialmente partilhado? (entre produtores e consumidores textuais) Poder-se-ia responder na forma de macroproposições que veiculam expoentes de ideologia sexista. Reformulando, procurar-se-á traduzir a informação implícita, o significado subentendido no seio da comunidade, uma vez que os significados implícitos fazem parte dos modelos mentais, da partilha de crenças e pressuposições e, como tal, raramente são abordadas ou referidas directa e explicitamente.

- O acto de informar é realizado, maioritariamente, pelos homens, os jornalistas.
- 'Nós, os actores da informação estamos habituados a lidar com os 'nossos' pares, os políticos.
- Jornalistas e políticos somos 'nós', os homens.
- As conferências de imprensa são os 'nossos' momentos de confronto e de desafio de poderes entre guerreiros.
- Somos 'nós' quem habitualmente toma a palavra.
- Disparar perguntas, lançar armadilhas de retórica, argumentativas e discursivas, que provoquem deslizos, contradições ou uma boa frase para título, são as armas dos senhores da informação.
- Neste quadro uma mulher, dificilmente, vencerá. Porém, Maria de Lourdes Pintasilgo passou na prova de fogo.

No texto de Cáceres Monteiro ("Governo de gestão levanta novos ventos") poder-se-ia destacar a seguinte frase, de modo a descortinar formas de tratamento da cidadã, da mulher Maria de Lourdes Pintasilgo. "O facto «refrescante» de se tratar de uma mulher, e de uma mulher inteligente, energética e convincente [...]". Assinalando com aspas a palavra «refrescante», o autor poderia estar a apelar para o seu sentido figurado, isto é, a ideia de reforço, socorro, substituição.

Entre várias, a imagem transmitida pelo léxico "refrescante" poderá suscitar a ideia causal: a entrada de esta mulher nos salões políticos abafados, abrirá espaço à renovação; à substituição do cinzentismo pela cor, a acção em vez da inércia. Aparentemente, a entrada de mulheres no espaço da política é entendida como impulsionadora de mudanças que se desejam, e esta mulher, em particular, transporta em si a inteligência, a energia e a liderança, atributos que parecem faltar aos actuais actores políticos.

Talvez, pretendendo fazer eco à *vox populi*, o jornalista parece deixar transparecer a sua excelente expectativa relativamente a este sujeito feminino, assim como a influência que esta já terá conseguido exercer nele próprio, "[...] permeável ao impacto de uma personalidade forte e comunicativa".

Acresce, ainda, o constante recurso à adjectivação e o seu respectivo leque semântico reiterando a ideia, tal como no editorial, de uma mulher lúcida, detentora de uma variada gama de competências, desinteressada do poder pelo poder. Logo, não há que recear.

Expresso (14, 21 Julho)

Um olhar global

O conjunto das peças jornalísticas publicados em o *Expresso* (14 e 21, Julho) tem como função principal evidenciar a macroproposição dominante: 'Os partidos P.S.D. e C.D.S. receiam que o Presidente da República tenha a intenção de perpetuar-se no poder com a conivência de Maria de Lourdes Pintasilgo', sem que com isso signifique uma exposição linear e directa à vista de todo/as.

À partida, a estratégia conceptual de o *Expresso* passa por não negar os qualificativos de Maria de Lourdes Pintasilgo. Reconhecidos transversalmente pelos intervenientes do espaço público, tal exercício poderia significar um esforço inútil de remar contra corrente. O que é observável, na verdade, é um profundo investimento numa longa exposição argumentativa e retórica, procurando incitar, promover, a construção de imagens de suspeição, dúvida, do receio do desconhecido na mente do público leitor, relativamente à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo e à agenda política de Ramalho Eanes.

Minuciosamente, as peças jornalísticas operam em dois níveis. Num, é levada a cabo uma leitura interpretativa dos acontecimentos políticos. Aí a actuação do Presidente da República, General Ramalho Eanes, é apresentada no âmbito de todo um leque semântico à volta de expressões como: "decisão enigmática"; "confirmação de uma estratégia presidencial de desertificação progressiva da vida política portuguesa"; "prova do perigoso isolamento de um presidente que já se vê obrigado a recorrer aos amigos e só a eles"; "um Governo de 100 dias, que poderá durar mais e não se sabe bem com que poderes"; "explicar uma escolha em princípio inexplicável"; "Quais as intenções do PR?"; "Os mesmos desígnios de modo menos ostensivo"; "simultaneamente recomeça a tomar corpo a ideia do partido presidencial, em cujo crescimento o Governo dos 100 (ou mais) dias poderia ter papel fundamental".

Segundo o *Expresso*, Ramalho Eanes é o primeiro ponto de um intrincado rendilhado de grupos de pressão e respectivos objectivos de protagonismo no cenário político. Pretende-se induzir a perspectiva de que está a ser construída uma qualquer solução, não democrática, para perpetuar o Presidente da República no poder, ou para estabelecer um qualquer sistema essencialmente presidencialista, no qual a figura de Chefe de Governo não seria mais do que um mero juguete às mãos do Presidente. Para que este plano resulte Ramalho Eanes escolheu a personalidade que será cúmplice deste golpe palaciano: Maria de Lourdes Pintasilgo. Sem o escrutínio da Assembleia da República, Ramalho Eanes e o seu peão sentir-se-iam desobrigados de conceder quaisquer esclarecimentos do foro executivo e político.

Neste quadro, a apresentação de Maria de Lourdes Pintasilgo operacionaliza o outro nível de leitura e interpretação elaborado por este periódico. De que trata este nível? É ao longo deste que o *Expresso* faz a sua caracterização do perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo

e, deste modo, regista o seu ponto de vista. Interessa, por isso, ir ao encontro das estratégias discursivas utilizadas na descrição da primeira mulher Primeira-ministra.

Um olhar analítico

Antes de a nomeação ser pública, já este semanário (14 de Julho), em 1ª Página, rotulava Maria de Lourdes Pintasilgo como «Melo-antunista» repetindo o mesmo na semana seguinte, ao longo da sua produção textual. O *Expresso* promovia, desde logo, a colagem desta conotação à recém-escolhida figura para Primeira-ministra. O que poderia ser subentendido a partir desta classificação? A constatação mais imediata é a reprodução, a multiplicação repetida deste epíteto, a par das explicações e leituras, ao longo da edição de 21 de Julho. Logo, a constante ressonância pela opinião pública poderia ter sido, certamente, um dos objectivos jornalísticos.

Nesta altura, aos olhos dos partidos da direita, o tenente-coronel Melo Antunes (1933-99), seria um dos Oficiais ideólogos do Movimento das Forças Armadas (M.F.A.); principal co-redactor de documentos como o Programa do M.F.A.; coordenador primordial de um plano económico-social conhecido como 'Plano Melo Antunes'; responsável máximo do 'Documento dos Nove'; Ministro sem Pasta nos primeiros Governos Provisórios; Membro do Conselho da Revolução; próximo de Ramalho Eanes, enfim, uma personalidade da esquerda com capacidades de liderança ideológica. Ao mesmo tempo, alguém com quem Maria de Lourdes Pintasilgo já trabalhara em conjunto em muitos assuntos de cariz político-social, nacional e mundial. Daí que, para os partidos da direita, a forma mais rápida, carregada de conotação esquerdista, foi a de situar Maria de Lourdes Pintasilgo no raio de acção ideológica de Melo Antunes. Tal como o colunista Marcelo Rebelo de Sousa deixaria bem claro: "Por último, a "Aliança Democrática" não esconde a jogada táctica de identificar o novo Governo com a área política da "Maioria de Esquerda", e em particular do PS", (*Expresso*, 21 Julho)

É esta, também, mais uma forma de retirar à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo qualquer originalidade e protagonismo central. Ou seja, Maria de Lourdes Pintasilgo é apresentada como alguém seguidora de outrem: Melo-antunista. Não é uma personalidade

com um ponto de vista próprio, mas sim alguém que encara a realidade a partir de uma visão já pré-formatada e, mais preocupante, esquerdista.

Artigos

Expresso, (21 Julho)

"Do terceiro Governo presidencial às opções da "Aliança Democrática" ", Marcelo Rebelo de Sousa, (p.2).

Neste artigo, observa-se a presença de Ramalho Eanes como figura tutelar, política, de Maria de Lourdes Pintasilgo: "o mais presidencial de todos os Executivos presidenciais."; "O Governo deverá ter em lugares-chave elementos da confiança e da escolha pessoal do Presidente da República" e, de novo, a "identificação do novo Primeiro-Ministro com algumas das teses de política externa perfilhadas pelo conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes."

À luz das sugestões metodológicas de van Leeuwen¹⁵³, a representação destes actores sociais: Ramalho Eanes, Maria de Lourdes Pintasilgo e Melo Antunes é lavada a cabo através da categoria 'Distribuição de papéis'. Isto é, cada actor social pode ser representado como agente ou paciente. Reformulando: há que prestar atenção às formas discursivas que distribuem os papéis que, por sua vez, repercutem os modelos mentais, os contextos existentes.

Neste caso, Ramalho Eanes e Melo Antunes são representados como os sujeitos da acção (o agente) e Maria de Lourdes Pintasilgo como o sujeito que sofre a acção (o paciente). A partir desta atribuição de papéis, Maria de Lourdes Pintasilgo é representada como alguém cuja função é passiva, logo ela é não é mais do que um receptor, alguém que está em segundo plano. Ao contrário, Ramalho Eanes e Melo Antunes são, desde logo, entendidos como os reais detentores do poder de decisão, do poder de influenciar. Sendo, na verdade, ambos oficiais de carreira, poderia ser expectável associar o seu perfil militar ao papel de comandar, tendo também em conta o facto de, à época, as mulheres ainda não

¹⁵³ Cf. PEDRO, Emília, *Análise... op.cit.*

poderem incorporar as Forças Armadas. Como tal, estas funções eram apenas realizadas por homens.

Ainda neste número é possível retirar mais exemplos de formas de representação dos actores sociais. Para já, continuar-se-á a leitura analítica do presente artigo.

Como mencionado previamente, o *Expresso* tem como ideia base a tese de que, o Presidente da República tem uma possível agenda política, nada transparente, e Maria de Lourdes Pintasilgo é o seu braço direito para executar tais objectivos. Neste âmbito, a finalidade do *Expresso* é a de alertar a opinião pública para os eventuais perigos que a democracia portuguesa está a atravessar.

Dai que, o autor deste artigo recorra a estratégias discursivas que provocam, em essência, muita desconfiança no público leitor. Por exemplo, a sucessão das expressões: "Não admiraria nada que"; "Não será assim de estranhar que"; "não admirará a ninguém que"; "Não admirará igualmente a ninguém que". Observa-se a mudança dos tempos verbais do condicional, "admiraria", para o futuro, "admirará". Ou seja, passa-se da hipótese para a certeza de que este Executivo incorpora uma boa dose de dúvidas quanto aos seus reais objectivos e duração. Não é explícito quem são os sujeitos que esperam, sem surpresas, qualquer anormalidade política, mas a ideia veiculada na expressão, "Não admirará igualmente a ninguém", anima a inclusão de todos, sem se recorrer à determinação de um pronome pessoal, como: 'nós'.

Acresce a este horizonte, assustadoramente, pouco definido, a invocação camoniana em "vil tristeza"¹⁵⁴. No contexto da pena do grande poeta, este revela o seu profundo desalento acerca do rumo que a sua querida Pátria vinha tomando, nos últimos tempos. Sobretudo, a altas hierarquias, detentoras dos poderes de decisão e de governação, que empurravam, impiedosamente, o país para o deleite da "cobiça", da "rudeza" e de uma "austera e apagada vil tristeza".

Ora, o que o autor, Marcelo Rebelo de Sousa, afirma é que: "Maria de Lourdes Pintassilgo representa um ensejo único. [...] Único porque Maria de Lourdes Pintassilgo não tem perfil de um Primeiro-Ministro de apagada gestão e vil tristeza." Ou seja, esta figura será precisamente o oposto à ausência de chama, que tem caracterizado as políticas governativas dos últimos executivos (representativos das altas hierarquias comparativamente

¹⁵⁴ CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, canto X, estrofe 145.

às de Camões). Há, por isso, que ter em atenção a sua capacidade de galvanizar os espíritos mais cépticos, conjugar esforços, fazer a diferença e conseguir colocar em prática, com sucesso, os intuitos de Ramalho Eanes: "a resposta da eficácia, da homogeneidade, da estabilidade". Ou, por outras palavras, 'nós' devemos alertar o público para o perigo de uma certa unanimidade, de esquerda, que poderá estar a ser cogitada.

Expresso – revista

A vasta diversidade discursiva, presente neste número, possibilita inúmeras abordagens analíticas. A análise crítica do discurso a esta produção textual irá percorrer várias fases, todas elas interligadas entre si. Uma das fases passa por prestar atenção às formas de discurso local de modo a ser possível inferir e conjecturar sobre os seus potenciais objectivos. Pretende-se analisar os diferentes recursos como o uso dos parênteses e dos travessões. Isto é, que conteúdos são adicionados, directa ou indirectamente, através destes mecanismos linguísticos. O significado de uma extensa presença de interrogações ao longo dos títulos, subtítulos e corpo textual. O emprego de aspas revelará algum critério padronizado? Qual? E o que se poderá inferir daí? De que formas é que a voz activa e passiva encontram-se presentes no retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo?

Ao longo de uma outra fase, realiza-se um olhar analítico ao conjunto dos títulos e subtítulos uma vez que estes direccionam a leitura para a totalidade do texto. Que títulos o *Expresso* realça? Que significado, ou o que poderá ser conjecturado sobre essas escolhas? Verifica-se, com bastante frequência, que estes cabeçalhos acabam por ser plasmados nos textos. Em alguns casos apresentando uma estrutura oposta. Exemplificando: observa-se o título contendo a interrogação: "[...] 100 (ou mais?) dias", passar a afirmação no corpo textual: "100 (ou mais) dias". O que será possível inferir e conjecturar a partir de todas estas estratégias discursivas, de maneira a desocultar possíveis narrativas enviesadas?

As interrogações

No âmbito de uma análise crítica ao discurso, dir-se-ia que a visível presença de interrogações, entre muitas leituras, pode suscitar o mote confucionista: 'Não procuro saber as respostas, procuro compreender as perguntas'.

Questionar é também uma forma de induzir na pessoa nossa interlocutora a construção da sua própria resposta. Neste caso, o *Expresso* faz uso, não só das perguntas como também, do contexto local em que estas são lançadas para promover a réplica implícita, embrionária, mas não verbalizada, ou melhor, neste caso escrita. Mais do que interrogar, inocente ou assertivamente, as perguntas induzem *a priori* à construção pré-formatada da resposta.

A manifesta presença de todo um conjunto de interrogações (em títulos, subtítulos, ao longo do texto, início e fim de parágrafo) sugere, por um lado, as intenções menos claras de Ramalho Eanes e, por outro, a desconfiança, a suspeição sobre Maria de Lourdes Pintasilgo. Repare-se:

PORQUÊ?

PARA QUÊ?

100 (ou mais?) DIAS

Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?

PORQUÊ, então, Maria de Lourdes Pintasilgo?

Que poderes?

Quais as intenções do PR?

Serão de facto os anunciados 100 dias ou o objectivo verdadeiro será prolongar a permanência do Governo durante o máximo tempo possível: 5 ou 6 meses?

[...] a indigitação teria de recair obrigatoriamente sobre Pintasilgo?

[...] não haveria outros que pudessem servir os mesmos desígnios de modo menos ostensivo?

[...] Perante a negativa do PSD e do CDS, o à vontade apenas relativo do PS e o suporte do PCP, porque recaiu sobre Maria de Lourdes Pintasilgo a escolha de Ramalho Eanes?

[...] Porquê, concretamente, foi ela a pessoa indigitada para Primeiro-Ministro?

[...] da esperança frustrada à fé convicta?

[...] Esta mulher com este perfil será apenas um Primeiro-Ministro de transição para as eleições, de um intervalo sem Parlamento?

[...] Conseguirá esta "força da natureza", que apostou em Marcello Caetano – e perdeu –, que governou com Vasco Gonçalves – e saiu –, ganhar agora com Eanes?

[...] Fá-lo-á com êxito?

"António Ramalho Eanes – Quais as intenções reais?" (Legenda foto)

Com estas perguntas, carregadas de segundos sentidos, constrói-se a descrença, a suspeição. Uma forma de inculcar respostas, interpretações e conclusões, retirando à entidade produtora da pergunta (*Expresso*) a autoria explícita da produção das réplicas. Antecipam-se, deste modo, respostas já carregadas de juízos de valor para sustentar as macroproposições:

M1 Não será óbvia a parcialidade deste Governo que se prepara para organizar o processo do próximo acto eleitoral?

M2 Não será preocupante que apenas os partidos da direita manifestem dúvidas relativamente à imparcialidade deste Executivo?

M3 Espantará a alguém que Maria de Lourdes Pintasilgo fosse a escolha exactamente por ser uma pupila de Eanes e de Melo Antunes?

M4 Não deveremos nós rezear esta dupla: Eanes / Pintasilgo?

M5 Podemos nós confiar nesta dupla: Eanes / Pintasilgo?

Parênteses, interrogações e outros recursos

Nestes dois exemplos: "Inteligência (perigosa?)" e "100 (ou mais?) DIAS", observa-se um duplo recurso para adicionar o que quer que tenha sido a finalidade do produtor textual. Como regra formal, os parênteses e travessões são recursos gráficos para adicionar, actualizar, ou até condimentar, informações pertinentes mas nem por isso indispensáveis.

A propósito do título/interrogação "100 (ou mais?) DIAS" poder-se-ia conjecturar o seguinte. A estratégia é a de associar o expectável prolongamento temporal, para lá dos cem dias, à ideia de que este atraso serve os intuits de Ramalho Eanes. ("[...] um Governo de 100 dias, que poderá durar mais e não se sabe bem com que poderes, é um facto político que abalou as estruturas já conturbadas do nosso confuso quotidiano.") Por outras palavras, é do interesse de Ramalho Eanes que este Governo de nomeação presidencial possa demorar mais, já que essa extensão temporal (consequente, até, dos trâmites constitucionais) facilitaria ao Executivo, sobretudo à sua líder, condições de bem suceder. Deste modo, esse êxito acabaria por reverter para Ramalho Eanes vários dividendos políticos.

Também a estratégia usada em "Inteligência (perigosa?)" parece querer assegurar, sub-repticiamente, a aferição de que Maria de Lourdes Pintasilgo é alguém perigosamente

inteligência (perigosa?) inteligente. O que poderia representar, para o espectro político da direita, tal ameaça? De acordo

com o que o *Expresso* espelha, esta figura domina com perfeição o acto de tomar a palavra, a arte de bem comunicar e, por isso, tem conseguido persuadir vários tipos de interlocutores. Personalidades do poder do antigo regime, Marcello Caetano, e intervenientes

que se distinguiram, de imediato, no *pós-25 de Abril*, por exemplo, Vasco Gonçalves e Melo Antunes.

É, assim, uma figura sempre próxima do poder, seja este caracterizado por ideologias tão opostas como a montante ou a jusante do período revolucionário. Sem se verbalizar ficam vestígios de que Maria de Lourdes Pintasilgo é uma individualidade de questionável ética política. Uma vez que parece indiciar-se a sua contínua proximidade de facções político-ideológicas dissonantes e a sua facilidade de adaptação às mesmas, consoante as circunstâncias. Poder-se-ia temer a sua inteligência se esta fosse associada a uma profunda ambição de protagonismo no espaço público da política, como parece dar a crer o *Expresso*. ("[...]Já o era nos tempos do marcelismo. Não mudou também aí com o tempo. [...] Lourdes Pintasilgo manteve sempre profunda admiração por Marcello Caetano [...]"; "A partir de 1971, o próprio Presidente do Conselho, que tudo indica reconhecia a inteligência e a vivacidade de Maria de Lourdes Pintasilgo, indicou-a para a delegação de Portugal à Assembleia Geral da ONU.").

E é neste sentido que se apreende a informação anexada entre parênteses, nos travessões e nas aspas. Pode-se mesmo questionar o valor informativo dessas adendas. Ou seja, será que se pretende informar ou condimentar? Repare-se nos exemplos:

"[...] (PS que, apesar da sua componente ex-GIS, talvez não tenha sobre Maria de Lourdes Pintasilgo o controlo que muita gente julga.) [...]"

"[...] o hábil jogo antetítulo/título do "Diário de Lisboa" na passada quarta-feira (antes, portanto, da indigitação): «Maria de Lourdes Pintasilgo está em Lisboa – Eanes já escolheu Primeiro-Ministro». [...]"

"[...] como foi o caso de Manuela Silva (constando no momento da sua saída a existência de alguns atritos de personalidades com Maria de Lourdes Pintasilgo e com Teresa Santa Clara Gomes).

"[...] (são conhecidas as ligações entre Melo Antunes e Lourdes Pintasilgo). [...]"

"[...] e quando Vasco Gonçalves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro Lourdes Pintasilgo que fora secretário de Estado da Segurança Social (departamento que conhecia desde que vinha trabalhando no anterior Ministério das Corporações e da Previdência Social), ascendeu a ministro dos Assuntos Sociais."

"[...] Seja qual for a tese verdadeira – e outras existirão – uma sombra começa a pairar, derivada da escolha presidencial [...]"

"[...] Inteligente e arguta – alguns dirão «perigosamente inteligente» - com a presença obsessiva de um sentido de missão que a torna utópica aos olhos de muitos.

"[...] Lourdes Pintasilgo não mudara – apenas manifestara porventura de forma mais agressiva uma propensão socializante [...]"

"[...] Socializante para não dizer de perfil socialista, desenvolvimentista preocupada pelo "social" e defensora da participação comunitária intensa.

Marcello Caetano com quem "[...] tinha já há muitos anos (quase desde a Faculdade) mantido laços de amizade com o novo Presidente do Conselho decidiu "apostar" a fundo na liberalização que ele prometia."

"[...] A par de uma funda preocupação pelo "social" (subalternizando as questões político-institucionais de superfície) [...]"

"[...] O seu particular interesse era a nova ordem económica internacional (esforços para ajudar o equilíbrio do poder económico entre os países industrializados e o Terceiro Mundo), [...]"

"[...] Lutadora por uma nova "ordem internacional" que transforme a produção e o trabalho, e a opinião pública através de uma "insurreição total das consciências do Ocidente".

"Um vulto da «catolaica» "

"[...] "catolaica" (sectores laicos de católicos progressistas, com ampla actividade nas décadas de 50 e de 60) [...]"

"[...] A par de uma funda preocupação pelo "social" (subalternizando as questões político-institucionais de superfície) o do desenvolvimento participado e descentralizado marcou até hoje a carreira humana (e política) de Pintassilgo." [...]"

"A aposta no "marcelismo" "

"[...] o trabalho de base que dela fez uma figura "adorada" pelas suas pupilas do "Graal". [...]"

"[...] Uma "força da natureza" como muitos a consideravam – solteirona, "de pelo na venta", rapidíssima a equacionar problemas e a propor-se resolvê-los – Lourdes Pintassilgo é um nome logo apresentado para o elenco do 1º Governo Constitucional. [...]"

"[...] É bom não subestimar o "élan" criativo de Lourdes Pintassilgo [...]"

Ao longo da produção textual de o *Expresso*, a construção de Maria de Lourdes Pintassilgo é sempre feita nas sombras dos outros actores sociais. Excepção feita à sua actividade que percorrerá o período antecedente às eleições. Induz-se o receio de que a sua acção governativa possa ser partidariamente parcial. Os partidos da direita temem que com Maria de Lourdes Pintassilgo a exercer o seu poder executivo possa beneficiar, ou facilitar o percurso eleitoral aos partidos da esquerda.

Ainda no que diz respeito à respectiva produção textual jornalística presente na *Expresso – revista*, esta encontra-se agrupada sob o título temático: "O GOVERNO DOS 100 (ou mais?) DIAS E O SEU PRIMEIRO- MINISTRO – PORQUÊ? PARA QUÊ? ", desde a primeira à página sete. O conjunto de títulos, antetítulos e subtítulos enquadra, desde logo, um panorama indutor da dúvida, da suspeição, da incerteza. É, portanto, nesta moldura de

estranheza que o *Expresso* define a operacionalização das suas interpretações. Propõe-se a "ir mais longe", "averiguar", "estudar" e "descrever" os acontecimentos políticos e sujeitos intervenientes.

Repare-se nos seguintes títulos:

"Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?" (1ªPág.).

"Exclusão de partes não chega para explicar" (p.2,3).

A repetição do fonema consonântico nas palavras: "exclusão chega ... explicar" amplifica os respectivos sons, provocando a retenção da mensagem: "Exclusão ... não chega ... explicar". Qual será a ideia inerente?

De maneira a responder a este primeiro título ("Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?") o *Expresso* pressupõe que Maria de Lourdes Pintasilgo encontrar-se-ia indicada numa lista de nomes ministráveis. A sua posição nunca seria das primeiras. A ideia subjacente, poder-se-ia inferir, é que encontrando-se Maria de Lourdes Pintasilgo numa hipotética lista, ordenada preferencialmente, o seu nome não estaria em primeiro lugar. A ideia subliminar é que esta não é uma figura de proa, não ocupa os lugares dianteiros da política, partindo do pressuposto, induzido pelo *Expresso*, que Ramalho Eanes terá exercido a sua decisão baseado num critério de exclusão de partes. Deste modo, contribui-se para a desvalorização sobre a personalidade escolhida, já que a sua emergência terá surgido, por consequência das recusas de outros actores sociais.

Subtítulo: "As posições e as razões dos partidos"

Uma vez explanada a posição de cada um dos partidos (P.S.D.; C.D.S.; P.S. e P.C.P.), a ideia mais interessante a salientar é a de que apenas os partidos da direita estão interessados em assegurar a "imparcialidade". Aparentemente, de acordo com o texto, é muito mais relevante para a direita bater-se por um processo eleitoral imparcial do que para os 'outros', os partidos da esquerda. Parece, portanto, que só o P.S.D. e o C.D.S. estão preocupados com o risco da parcialidade deste futuro Executivo na preparação das eleições.

[...] necessidade de assegurarem um Governo que, durante a fase que antecede as eleições, lhes ofereça garantias de imparcialidade. Para eles, Maria de Lourdes Pintasilgo representa, em termos de opinião pública, um determinado esquerdismo independente que não corresponde à neutralidade exigida pelo PSD e pelo CDS.

Neste sentido poder-se-ia questionar se a inferida falta de preocupação por parte dos partidos da esquerda não sugere que estes sintam, à partida, algum tipo de benefício ou favorecimento político? Tendo em conta, nomeadamente, a referência que o *Expresso* faz de um título do *Diário de Lisboa* :

No que respeita ao PCP, o apoio à indigitação de Pintassilgo não tem sido escondido. Elucidativo de tal apoio era, por exemplo, o hábil jogo antetítulo/título do "Diário de Lisboa" na passada quarta-feira (antes, portanto, da indigitação): «Maria de Lourdes Pintassilgo está em Lisboa – Eanes já escolheu Primeiro-Ministro».

O cenário que o texto induz é o de que os partidos da direita preparam-se para uma batalha eleitoral em desigualdade posicional. Ou seja, partem sem nenhum favorecimento político, comparativamente aos partidos da esquerda.

Subtítulo: "Três teses de bastidor"

"[...] explicar em principio uma escolha inexplicável [...]". De novo a aliteração para reforço da depreciação, da estranheza. Maria de Lourdes Pintasilgo afigura-se como a escolha incompreensível e, por isso, suscita uma onda de interpretações e de análises políticas. De acordo com as estratégias discursivas do texto, a autoria das "teses" encontra-se diluída no anonimato de expressões como: "De um lado, fala-se..."; "Outros sectores admitem..." e " Uma terceira tese é a dos que defendem que...". A mensagem que se pretende passar, não será tanto quem, mas que se diz. Fica explícita a existência de várias correntes de opinião discordantes da solução presidencial, de modo a enfraquecer quaisquer ímpetos de unanimidade de esquerda, que aos olhos dos sectores da direita, se fazem sentir desde que o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo passou a ocupar a ordem do dia. É ainda possível detectar o receio dos partidos da direita na análise que defende que:

[...] há uma tendência clara para, em caso de dúvida, se votar com o poder, poder que, no momento eleitoral será o Executivo presidido por Maria de Lourdes Pintassilgo. Além disso, o Governo não deixará de ter influência em certos sectores, como o da Comunicação Social ou o da Administração Interna e a utilização que fizer dessa influência poderá ser decisiva antes e durante a campanha eleitoral.

Subtítulo: "Os mesmos desígnios de modo menos ostensivo"

Na sequência do pressuposto que Ramalho Eanes teria objectivos políticos pouco claros, este subtítulo é transformado em interrogação, enquadrada pelo *Expresso* desta forma: "[...] não haveria outros que pudessem servir os mesmos desígnios de modo menos ostensivo?" Ou seja, esta pergunta, tal como as restantes, impõe-se muito mais como comprovação do que como indagação, ou incerteza. Do ponto de vista do produtor textual, é visível a meta de Ramalho Eanes, a partir do momento que escolhe Maria de Lourdes Pintasilgo para liderar um Governo sem Assembleia da República.

Subtítulo: "Encontro de dois misticismos"

Maria de Lourdes Pintasilgo é retratada, em traços visíveis, na sombra da voz passiva. ("[...] não foi escolhida [...] por mera exclusão de partes."; "Tem sido inúmeras vezes chamada a Lisboa pelo Presidente da República [...]"; "[...] foi solicitada para se deslocar ao país[...]"). Sendo a estratégia desta estrutura gramatical desviar a atenção para quem exerce a acção, engrandece-se o sujeito que desempenha o exercício, a actuação. Manifesta-se, deste modo, uma assimetria na representação dos actores sociais. Neste caso, Ramalho Eanes é o sujeito detentor do poder de agir, de intervir, de se fazer ouvir. Inversamente, Maria de Lourdes Pintasilgo é caracterizada em plano secundário como a figura que presta contas, o agente passivo.

De acordo com o texto, acredita-se "ser interessante notar [...] uma das razões" apresentadas por Ramalho Eanes relativamente à escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo, que foi: "[...] optar por uma pessoa que da justiça não tivesse apenas uma interpretação e uma razão jurídica, mas também uma vivência religiosa." Pese embora, o potencial analítico sobre estas palavras, a atenção do público leitor é dirigida para o facto de Ramalho Eanes e Maria de Lourdes Pintasilgo distinguirem-se na forma de vivenciarem as suas convicções religiosas. Admite-se que ambos sejam místicos, contudo, "[...] de génese e de características distintas [...]". A ideia que o público leitor poderia inferir tão só desta pequena adenda informativa é a de que, ainda que católicos, a proveniência de cada um diferencia-os; podem, até, ser ambos católicos, mas cada um com a sua especificidade e para 'nós' é extremamente pertinente estabelecer essa distância. Note-se que a dimensão religiosa de Maria de Lourdes Pintasilgo é sintomaticamente referida ao longo de todo este

corpus. Como tal, essa exposição é alvo de escrutínio analítico nas leituras referentes aos dias 27 e 28 de Julho.

Subtítulo: "História breve de uma inteligência (perigosa?) chamada Maria de Lourdes Pintasilgo" (p.5).

Uma vez que a estratégia do uso dos parênteses e das interrogações foi, previamente, motivo de análise, refira-se, agora, que este artigo incute, desde logo, uma legitimidade e competência na apresentação ao público de Maria de Lourdes Pintasilgo. O primeiro argumento é o da longevidade quanto ao conhecimento da figura em causa. Se naquela contemporaneidade muitas pessoas não conheciam Maria de Lourdes Pintasilgo, isso não se passava com o *Expresso*. Já que este, desde o seu número dois (13, Janeiro, 1973) contava com a "colaboração opinativa" de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Subtítulo: "Um vulto da "catolaica" "

Este subtítulo revela, de novo, o recurso à voz passiva para minimizar a visibilidade de Maria de Lourdes Pintasilgo. Acresce a indeterminação e anonimato da identidade de quem realiza tal classificação: "[...] este vulto rapidamente destacado do que muitas vezes foi denominado de "catolaica" (sectores laicos de católicos progressistas, com ampla actividade nas décadas de 50 e de 60) [...]".

Subtítulo: "Do "Gaal" à UNESCO: do micro-social ao macro-social", (p.6)

"Uma "força da natureza" como muitos a consideravam – solteirona, "de pelo na venta", [...]".

Como já referido, Theo van Leeuwen regista os traços físicos, na descrição de qualquer actor social, como uma forma de se atribuir determinados juízos de valor no que diz respeito aos pressupostos socialmente partilhados entre produtores e consumidores textuais. Neste caso a sequência classificativa: " – solteirona, "de pelo na venta" " proporciona, sem qualquer dificuldade, o despertar de imagens estereotipadas e pejorativas sobre o que é ser uma mulher não casada, de génio difícil, que não se deixa manietar por uma figura masculina.

Traços interessantes a reter

No âmbito de uma descrição e apresentação política de Maria de Lourdes Pintasilgo ao público leitor, estas três primeiras edições de ambos os semanários recorrem à seguinte estratégia: aproximar, situar, tanto quanto possível, a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo num determinado espaço ideológico claramente identificável para a generalidade da população portuguesa. A referência, potencialmente mais galvanizadora da atenção do público, é sempre um sujeito masculino: para *O Jornal*: Mário Soares; para o *Expresso*: Melo Antunes e Ramalho Eanes e até Marcello Caetano.

Sob a perspectiva de uma acentuação e de um esbatimento de determinada faceta constata-se o seguinte: O olhar acentuado de o *Expresso* às intervenções de Maria de Lourdes Pintasilgo no espaço público da política antes do *25 de Abril*, assim como ao seu envolvimento político com determinadas figuras da esquerda (Melo Antunes, Vasco Gonçalves) no pós-revolução, figuras essas que personificam claramente os receios da direita. *O Jornal*, por outro lado, contribui para uma elevação do que considera serem os atributos categóricos desta actriz social e a sua *praxis*, situando-a numa área facilmente entendida como de esquerda, entre produtores e consumidores textuais.

Este é um exemplo de estratégia inserida na dicotomia 'nós' e 'os outros'. O seu objectivo central é o de ampliar o que se encara como os 'nossos' pontos fortes e paralelamente minimizar o que pode ser entendido como as 'nossas' fragilidades ou pontos fracos. O inverso é feito relativamente às qualidades e debilidades dos 'outros'.

Continuação do retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo ampliação de qualidades *versus* expansão de receios

O Jornal, 27 de Julho

Expresso, 28 de Julho

Possíveis leituras analíticas
As Primeiras Páginas
Um olhar descritivo



O Jornal dedica, de novo, dois terços, da totalidade da 1ª Página à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Desta vez, observa-se uma fotomontagem que de imediato prende a curiosidade do olhar. Destaca-se em manchete o título: "No Graal ela é Simplesmente Maria...", seguido dos subtítulos: "Repórteres de "O Jornal" desvendam segredos de Lurdes Pintasilgo"; "A infância e juventude de uma mulher sem rótulos"; "Ataques surpreendem hierarquia católica"; "Uma crónica de Maria Velho da Costa".

Em zona de rodapé encontra-se um título citação de Gonçalo Ribeiro Teles, com pequena fotografia: "«Eanes enfiou-nos um grande barrete»". Esta frase é retirada de uma entrevista que *O Jornal* levou a cabo ao líder do PPM, na sequência de uma prévia entrevista televisiva a Maria de Lourdes Pintasilgo. Aí, sugere-se que Maria de Lourdes Pintasilgo terá suscitado alguma "coincidência de posições entre M. L. P. e o PPM sobre a sociedade pós-industrial". *O Jornal* destaca esta afirmação de Ribeiro Teles que faz referência às decisões políticas do Presidente da República, General Ramalho Eanes.



O *Expresso* dedica um terço, do total da 1ª Página, a títulos em parangonas e duas pequenas fotos de Maria de Lourdes Pintasilgo. Na zona central lê-se: "A ÚLTIMA TENTATIVA PRESIDENCIALISTA DE EANES? E, NOVO PARTIDO POLÍTICO DEPENDERÁ DO ÊXITO DO GOVERNO Pintasilgo". Sob o título, "Lurdes Pintasilgo apresenta hoje em Belém o seu Governo completo", é possível ler a totalidade do texto na 1ª Página:

a, 37-2.º, Dt.º
25 69 - 1296 Lisboa

No canto superior direito, com pequena foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, destacam-se as matérias desenvolvidas na *revista*:



- "3 depoimentos acerca de um 1º Ministro controverso"
- "Joaquim Pinto Machado"
- "Teresa Santa Clara Gomes"
- "Maria João Seixas"

O *Expresso* não deixa de referir a data do último Conselho de Ministros do Governo de Mota Pinto que será "na terça-feira que vem". E, em tom tranquilizante, conclui o texto noticioso:

[...] e, para já, a grande novidade do elenco governativo reside no facto de não se confirmar um número apreciável de mulheres na sua composição, ao contrário do que chegou a ser noticiado. Concretamente poderá mesmo não haver para além de Maria de Lourdes Pintasilgo, outra mulher a desempenhar funções ministeriais. [...].

A ÚLTIMA TENTATIVA PRESIDENCIALISTA DE EANES?

NOVO PARTIDO POLÍTICO DEPENDERÁ DO ÊXITO DO GOVERNO PINTASILGO



GOVERNO PINTASILGO" são publicadas as leituras e interpretações de o *Expresso*.

Como habitualmente, encontra-se na *revista* o desenvolvimento das matérias anunciadas na 1ª Página. Sob o antetítulo: "A ÚLTIMA TENTATIVA PRESIDENCIALISTA DE EANES?", e o título temático: "NOVO PARTIDO POLÍTICO DEPENDERÁ DO ÊXITO DO

Um olhar analítico



A fotomontagem da 1ª página de *O Jornal* é, certamente, potenciadora de diversas leituras e, de imediato, activa a curiosidade humana no espreitar. Recorrendo a esta pré disposição do ser humano em aderir com prazer ao acto de olhar, através dos nossos mecanismos *voyeuristas*, sobretudo a acção de secretamente observar por uma fechadura, *O Jornal* incita em título: "Repórteres de «O Jornal» desvendam segredos de Lourdes Pintasilgo". Perante tal mote, o de revelar mistérios ou sigilos, este periódico parece disponibilizar-se como um interlocutor, um interface que permitirá veicular informações do domínio privado para o público; dar a conhecer, aos consumidores textuais, facetas menos conhecidas, menos ampliadas de Maria de Lourdes Pintasilgo, em jeito do olhar de uma câmara oculta.

Ora, neste contexto jornalístico é de crer que existisse algum sarcasmo e ironia na forma como *O Jornal* anuncia, ou pré-apresenta a nova figura política que irá ter a seu cargo o próximo Governo. Por outras palavras, tendo em conta as estratégias sinuosas (por exemplo: o frequente uso de interrogações; informação eivada entre parênteses; uso de aspas em determinadas palavras que proporciona leituras erróneas e imaginárias) com que o *Expresso* (21 Julho) apresentou Maria de Lourdes Pintasilgo, aliadas ao desconhecimento sobre esta figura, pelo menos algum, por parte da imprensa escrita, será razoável admitir a

presença de uma espécie de jogo de zombaria. De maneira a ridicularizar os 'outros', os que têm vindo a lançar todo o género de impropérios ofensivos. Os tais "golpes baixos" a que o editorial de *O Jornal* (20 Julho) se referia.

Assumindo um exercício de leituras subjectivas, poder-se-ia, por exemplo, imaginar aquilo que aparenta ser de imediato uma fechadura, ser, quiçá, um cálice ao contrário. E cálice simboliza o *Graal*, o movimento internacional de mulheres cristãs que Maria de Lourdes Pintasilgo conseguiu fundar em Portugal e, daí, uma alusão ao mundo religioso.



Sob o antetítulo "A ÚLTIMA TENTATIVA PRESIDENCIALISTA DE EANES?" e o título "NOVO PARTIDO POLÍTICO DEPENDERÁ DO ÊXITO DO GOVERNO PINTASILGO" o *Expresso* dá continuidade à defesa argumentativa e aprofundamento da tese explanada, sobretudo, na edição de 21 de Julho: os partidos P.S.D. e C.D.S. receavam que o General Ramalho Eanes tivesse a intenção de se perpetuar no poder com a conivência de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Analogamente, a fotomontagem piramidal é eloquente quanto à forma conceptual como Maria de Lourdes Pintasilgo é projectada por este periódico. Alie-se o título: "EANES: PRESIDENTE-REI SEM PRESIDENCIALISMO" e garantir-se-á o tom real que se pretende atribuir à empresa de Ramalho Eanes e ao papel de Maria de Lourdes Pintasilgo. As análises levadas a cabo na *revista* deixam clara a noção de que: da parte de Ramalho Eanes, Maria de Lourdes Pintasilgo representa o trampolim mais apropriado para lançar o seu projecto político ambicioso, leia-se, formar um partido político, que, na hipótese de ir já nas próximas eleições intercalares, conseguiria obter resultados consideráveis.

Em termos discursivos, constata-se, de novo, o recurso à interrogação de modo a sugerir a ideia implícita: Ramalho Eanes está empenhado em manter o poder. Como? Ou criando um partido político que congregue em si o sucesso político-governativo da sua escolha pessoal, Maria de Lourdes Pintasilgo, ou conseguindo introduzir um sistema acentuadamente presidencialista, no qual o papel da Assembleia da República ficaria deveras menorizado e desvalorizado.

O alerta que o *Expresso* parece denotar é o de que no seio das altas hierarquias detentoras do poder político e governativo tudo se prefigura para uma tentativa de alteração do sistema semi-presidencialista vigente. Neste, a Assembleia da República desempenha um papel fulcral. Enquanto o sistema, essencialmente presidencialista, que Ramalho Eanes indiciava querer introduzir, retiraria, inevitavelmente, à Assembleia da República qualquer protagonismo ou capacidade de escrutínio, indispensável nos sistemas democráticos parlamentares.

Isto é, Ramalho Eanes pretende de uma forma aparentemente constitucional, suceder-se no poder. Sustenta-se tal hipótese na generalidade do corpo argumentativo (presente, desde já, nestas duas edições: 21 e 28 de Julho) e tendo em conta a análise política do colunista Marcelo Rebelo de Sousa (*Expresso*, 20 de Julho), que conjectura como intenção de Ramalho Eanes demonstrar aos partidos, em particular, e à opinião pública em geral, uma verdadeira capacidade de intervenção político-governativa contra a ineficácia que os partidos políticos tinham demonstrado: incapacidade de convergir em soluções políticas e democraticamente viáveis para a situação difícil e precária que o país vinha atravessando.

Ainda na primeira página o público leitor deparava-se com esta ressalva:

[...] e, para já, a grande novidade do elenco governativo reside no facto de não se confirmar um número apreciável de mulheres na sua composição, ao contrário do que chegou a ser noticiado. Concretamente poderá mesmo não haver para além de Maria de Lourdes Pintasilgo, outra mulher a desempenhar funções ministeriais.

Repare-se no potencial semântico. Em termos de macroproposições poder-se-ia inferir as seguintes conclusões:

M1 Não haverá outras mulheres a ocupar cargos de ministros.

M2 Para além de Maria de Lourdes Pintasilgo, não haverá mais mulheres em cargos de ministros.

M3 Afinal, a equipa executiva não integra um número considerável de mulheres.

M4 Contrariamente ao que se receava, o Governo de Lourdes Pintasilgo não abriu portas a mais mulheres.

M5 Felizmente, parece não haver mais mulheres como ministros(as).

Reconhecendo, então, a existência do receio em tal perspectiva, poder-se-á questionar de que receio se trata?

- Será algum tipo de receio no sujeito feminino Maria de Lourdes Pintasilgo?
- Será o receio na singularidade idiossincrática de Maria de Lourdes Pintasilgo?
- Será o receio de uma abertura às mulheres, 'aos outros', deste espaço concreto do poder político governativo e da tomada de decisão tradicionalmente ocupado por 'nós', os homens?

Partindo do princípio de que a resposta a todas estas questões é que sim, parece, então, razoável perceber algum tipo de sobressalto na antevisão de que, com Maria de Lourdes Pintasilgo, mais mulheres viessem a exercer aqueles cargos (os 'nossos'), que obviamente veiculam ao sujeito que ocupa tal posição o direito de exercer os poderes: governativo e de tomada de decisão. Para já, o receio parece fundamentar-se no desconhecido.

Ou seja, o desconhecimento relativamente ao pensamento e prática de Maria de Lourdes Pintasilgo, ou, no mínimo, uma percepção sobre a sua pessoa, indisfarçavelmente, enviesada. Porque, na verdade, Maria de Lourdes Pintasilgo afigura-se de difícil encaixe na ideia pré-formatada sobre o significado de ser mulher, ser cidadã interveniente, enfim, ser par política dos actores sociais, em Portugal de 1979.

Acresce a quase ausência da participação de cidadãs na condição legítima de elegíveis na esfera pública da política. A presença e a participação pública feminina era (?), ainda, uma realidade pouco verificada, sobretudo do lado do poder, pela maioria das portuguesas e dos portugueses, não obstante, a visibilidade que Maria de Lourdes Pintasilgo já protagonizava, tanto a montante como a jusante da revolução. Parece, então, que aos olhos dos seus congéneres da política, Maria de Lourdes Pintasilgo não seria alguém totalmente desconhecida, ou mesmo inexperiente, o que por si só fomentaria nos seus opositores o ímpeto do receio no sucesso político desta figura pública. Não será controverso inferir-se que, exactamente, por se reconhecerem as suas qualidades, uma certa facção política abanava a bandeira do perigo, incrementando o medo.

O Interior de ambos os semanários

O Jornal destaca sob o título temático, "Lurdes Pintasilgo: quem foi, quem é, que pode esperar-se dela", um conjunto de artigos, cujo objectivo central é o de continuar a revelar o perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo, sob um ponto de vista aclamatório. *O Jornal* assume o intuito de levar ao seu público leitor informações sob a pergunta latente: "Lurdes Pintasilgo: quem foi, quem é, que pode esperar-se dela". Embora, não se verifique a existência do respectivo ponto de interrogação, na verdade é uma pergunta implícita. Possivelmente, a finalidade desta estratégia seria a de desvanecer a carga inquisitiva, ou de suspeição, de modo a distanciar-se das perguntas retóricas e do tom ardiloso com que o *Expresso* (21 de Julho) recorreu às interrogações para apresentar esta figura pública.

O *Expresso* dá sequência ao seu registo inaugural, acentuando as imagens carregadas de dúvidas sobre a nova chefe do Governo. Assim, se a 21 de Julho, Maria de Lourdes Pintasilgo usufrui de uma "inteligência (perigosa?)", no dia 28 passa a "1º Ministro controverso", título este que antecipa os depoimentos de personalidades próximas de Maria de Lourdes Pintasilgo (Joaquim Pinto Machado, Teresa Santa Clara Gomes, Maria João Seixas). Também aqui, o adjectivo assume uma carga de suspeição, mais do que de clarificação, uma vez que nas palavras destas figuras não se encontram formas de ambiguidade ou contradição.

Dimensão religiosa

A propósito da caracterização do perfil da 1ª Ministra nomeada observa-se uma visível presença, em ambos os jornais, de textos jornalísticos, ou partes, que procuram dar a conhecer ao público a dimensão religiosa de Maria de Lourdes Pintasilgo. Neste espaço temporal sobressai a produção textual de *O Jornal* de 27 de Julho, que dedica uma atenção mais focalizada ao contexto cristão/católico que atravessa a descrição do perfil religioso de Maria de Lourdes Pintasilgo. Como, aliás, o editorial deixa claro que essa dimensão "largamente se documenta neste número de «O Jornal»." Ora, parece relevante e interessante prestar atenção às perspectivas que cada semanário expõe.

Em termos de informação factual, ambos os jornais articulam a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo com a Igreja Católica e suas organizações diversas (JUCF: Juventude Universitária Católica Feminina, JUC: Juventude Universitária Católica; *Pax Romana*: Movimento Internacional de Estudantes Católicos; Orientadora de cursos no Instituto Católico de Paris) ou, no caso da ligação ao *Graal*, com o Cristianismo em geral.

O olhar de *O Jornal*

Na perspectiva de *O Jornal* a sua produção textual reflecte um olhar positivo e elogioso sobre Maria de Lourdes Pintasilgo. Valoriza a sua formação religiosa, a segurança do seu conhecimento na área da Teologia; salienta a consistência e a coerência demonstradas ao longo do percurso de vida como também a solidez dos seus saberes: teórico-práticos. Não deixa de dar conta da proximidade existente entre personalidades, reconhecidamente, destacadas em funções nas altas instâncias da Igreja ou, em termos académicos e Maria de Lourdes Pintasilgo: Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro; D. Hélder Câmara; Leonard Bohf; Paulo Freire e Emmanuel Mounier. Procura-se, deste modo, corroborar, com admiração e apreço, a diversidade de competências presentes na pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo. Registam-se, ainda, referências à sua intervenção cívica, a sua acção pedagógica junto de comunidades mais necessitadas, menos expostas ao desenvolvimento e progresso; mais na sombra da instrução e da educação.

Desta forma, a dimensão religiosa é ampliada, não só em termos de erudição teórica, como também, em termos de *praxis*. Isto é, *O Jornal* apresenta Maria de Lourdes Pintasilgo como alguém que coloca em prática a matriz cristã. Uma mulher, intrinsecamente cristã/católica, empenhada na acção e que consegue transcender o espaço privado (restritivo à intervenção pública) e transportar para o espaço público a sua interpretação da *praxis* religiosa, vertente esta copiosamente sublinhada e valorizada. Uma cidadania em consonância com as realidades sociais.

Uma vez que é possível depreender desta construção de *O Jornal* uma concomitância com o espectro ideológico de esquerda, imagina-se alguma apreensão por parte da direita. Entende-se, por isso, o respingar mordaz detectável na crónica de Augusto Abelaira (1926 – 2003): "Regresso do Brasil". O autor faz eco a um dos rótulos lançados sobre Maria de

Lourdes Pintasilgo: "neotomista marxista". Explica, ironicamente, que tal epíteto, se engendrado para ferir, só poderá, afinal, ter leituras positivas e, por isso, a ignorância recai sobre os autores de tal legenda.

Refira-se, ainda, no âmbito desta crónica a observação premonitória do seu autor:

[...] Duas ou três entrevistas, nos jornais, na TV, com Maria de Lurdes Pintasilgo. Entrevistas que naturalmente não se destinam à História do Matoso nem lembram a tradição da sebenta coimbrã. [...].

Na verdade, a longa obra de José Mattoso, *História de Portugal*, dedica o oitavo volume à década de 1974 a 1985 com o título: *Portugal em transe (1974 – 1985)*¹⁵⁵ Aí proporciona-se a leitura de uma cronologia de todos os eventos que constituem este período, desde a revolução até à entrada de Portugal na CEE. Constata-se a, inexplicável, ausência do nome de Maria de Lourdes Pintasilgo, tanto na cronologia do ano de 1979, como no índice onomástico. Quando referidos os I e II Governos de nomeação Presidencial, é possível tomar conhecimento dos nomes dos respectivos indigitados, Nobre da Costa e Mota Pinto. No entanto, sobre o III Governo informa-se, tão só, que o mesmo tomou posse na data indicada. Ou seja, o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo, simplesmente, não faz parte da narrativa histórica aos olhos dos responsáveis por tão vasto compêndio. Resta apenas lançar a pergunta: porquê? e reflectir sobre as consequências de tal vazio, nas gerações vindouras.

O título do artigo de Maria Velho da Costa: "Salve Maria", invoca a fé católica em *Maria*. Desde logo, nas orações: "Ave Maria" e "Salve Rainha". Este culto mariano associado, ainda, ao título manchete: "Simplesmente Maria..." denota um universo do sagrado, por sua vez, facilmente, incorporado por um certo fundo popular religioso português. Enquadrado nesta cultura, *O Jornal* faz apelo ao que seria socialmente partilhado entre produtores e consumidores textuais. Isto é, não obstante alguma pluralidade de valor social atribuído ao nome de Maria, este será, provavelmente, o substantivo próprio que veicula a maior carga simbólica cultural cristã na língua portuguesa.

Acresce, ainda, que Maria de Lourdes Pintasilgo é apresentada como, afinal tão só, "Simplesmente Maria...". Em Portugal de 79, este título reportaria facilmente produtores e

¹⁵⁵ Cf. FERREIRA, José Medeiros, (coord.), Portugal em transe (1974-1985), oitavo volume, in José Mattoso, (direc.) *História de Portugal*. Editorial Estampa.

consumidores textuais para um universo comum de referências populares, das quais se poderia destacar o grande sucesso radiofónico e publicações com o mesmo título, mais direccionadas a um público feminino. Deste modo, facultava-se a associação e identificação de Maria de Lourdes Pintasilgo a uma mulher comum, em sentido, como 'nós'. E, não alguém demasiado remota e arredada dos 'nossos' problemas. Poder-se-ia conjecturar que um dos objectivos jornalísticos seria esse mesmo: o de aproximar a figura pública, Maria de Lourdes, à generalidade do perfil da mulher portuguesa; fomentar meios de identificação com a mulher que ocupava um dos mais altos cargos na cena política portuguesa e reduzir, assim, o peso protocolar e a distância que tais cargos institucionais, forçosamente, obviavam.

Refira-se que, no espaço temporal deste trabalho, apenas neste artigo de Maria Velho da Costa observa-se uma alusão, curta e directa, ao posicionamento de Maria de Lourdes Pintasilgo face à interrupção voluntária da gravidez ("[...] os que te apontam como grave senão de cristã o apoio à legalização do aborto, [...]"). Note-se que, ao longo destes quatro pares de jornais, tal assunto, isto é, qual seria a perspectiva política, pública de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre esta problemática, nunca foi abordado de uma forma clara e directa nestes semanários. Com excepção, todavia, na edição de o *Expresso* de 4 de Agosto que faz uma breve ressonância a afirmações proferidas por Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto 1ª ministra, ao *Le Monde*. Neste enquadramento político singular, esclarece a própria que:"a curta duração das minhas funções de chefia do Governo não permitirá tocar nesse assunto.". Portanto, a partir do escrutínio levado a cabo a estes periódicos não é possível concluir, sem margens para dúvidas, qual seria, na verdade, a posição de Maria de Lourdes Pintasilgo face à interrupção voluntária da gravidez.

Seja como for, a verdade é que a partir da observação de Maria Velho da Costa torna-se ainda mais transparente a desconfiança, a repulsa, oriunda do espectro político da direita, relativamente a Maria de Lourdes Pintasilgo. Pressupondo a ala da direita que Maria de Lourdes Pintasilgo, católica, pudesse ser, de alguma forma, a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, certamente, conjugar-se-iam todos os esforços desta facção para combater quaisquer indícios de popularidade e de identificação que a mulher política, Maria de Lourdes Pintasilgo, pudesse, à partida, alcançar junto das eleitoras e dos eleitores.

Dever-se-á, igualmente, sublinhar que este texto de Maria Velho da Costa é, para além de tudo, um óptimo testemunho histórico acerca da sociedade portuguesa, a partir da uma

perspectiva feminina, em Julho de 1979. Co-autora do livro "As novas cartas portuguesas" (1972), que tanto perturbou o Estado Novo que o censurou, ficaria conhecida, tal como as outras autoras: Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, como "As três Marias". Verifica-se, portanto, uma vez mais, o recurso ao que seria socialmente partilhado, entre produtores e consumidores textuais, no que diz respeito à carga simbólica, cultural e religiosa presente no substantivo Maria.

A pertinente reedição desta obra permite aceder ao prefácio de Maria de Lourdes Pintasilgo que, para além de elogiar a obra, revela uma profunda reflexão sobre a condição das mulheres. É, igualmente, possível confirmar-se a força da sua crença e esperança na capacidade humana para reduzir "a diferença que gera a opressão para deixar alargar a diferença que é afirmação da identidade."¹⁵⁶

Na perspectiva de *O Jornal*, o *Graal* é descrito, factualmente, como um movimento internacional de mulheres cristãs, empenhadas em contribuir activamente nas soluções dos problemas das comunidades, como foi dado o exemplo da acção em prol da luta contra o analfabetismo, aliada à figura do pedagogo Paulo Freire.

Diferencia-se das tradicionais características identitárias das ordens religiosas, uma vez que não obriga a votos e incorpora mulheres de todos os estados civis. Facilita a construção da ideia de que o *Graal* não é sectário, já que considerando-se cristão, inclui todas as suas vertentes. É transmitida, também, a ideia de que se trata de um movimento muito mais aberto, impelido para o exercício prático da palavra do Evangelho.

Em todos os casos, do ponto de vista deste periódico, o vínculo cristão presente em Maria de Lourdes Pintasilgo é claramente ampliado de modo a ser percepcionado como algo de político e socialmente positivo. Alguém que luta por uma verdadeira justiça social, uma cidadã empenhada em causas que promovam a melhoria das condições de vida dos menos amparados, uma cidadã comprometida com o sentido do Evangelho, isto é, fazer chegar ao próximo a 'boa nova', a esperança, a fé de que o ser humano é capaz de se transformar interiormente e, como tal, partilhar com os outros a virtude dessa vivência. Não parecerá estar-se perante uma intencionalidade de credibilização? Admitindo que sim, porquê, então?

¹⁵⁶ BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho, *Novas cartas portuguesas*. Edição anotada, org. Ana Luísa Amaral. D. Quixote, Lisboa, 2010, p.XLVIII.

Recorrendo à contextualização, os anos cinquenta e sessenta encontram-se não só mas também, inquestionavelmente, ligados à contestação universitária ao Regime de então. É aqui que *O Jornal* encontra a sua janela para evidenciar os esforços e pretensões de Maria de Lourdes Pintasilgo em introduzir mudanças no sistema moribundo. Deste modo, *O Jornal* constrói o retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo como uma cidadã católica que age, intervém no espaço público, no sentido de vivenciar, de colocar em prática a matriz cristã/católica. Estabelece uma ponte entre os princípios basilares cristãos e a ideologia entendida como de esquerda. Procura-se enfatizar esta associação tanto quanto possível de modo a enfraquecer conexões ao *pré-25 de Abril*.

Dada a colagem ao antigo regime por parte de largos sectores da Igreja portuguesa, uma relação directa com ela não poderia deixar de transportar uma marca negativa (no *pós-25 de Abril*). Neste contexto seria, decididamente, importante minimizar a ideia corrente, pouco verbalizada em termos de discurso politicamente correcto, mas amplamente difundida em linguagem mais informal, de que qualquer figura pública que se destacasse e se fosse retratada como alguém próximo da Igreja Católica acabaria, quase certa, por ganhar o anátema de contíguo ao Estado Novo. Sabendo-se que Maria de Lourdes Pintasilgo desempenhara, desde os tempos universitários, funções de grande peso nas estruturas católicas (JUC; JUCF; *Pax-Romana*) e na actualidade tinha a seu cargo a direcção do *Graal*, seria relevante para os seus apoiantes esbater qualquer associação fácil e rápida a esse regime.

Neste sentido, o texto de José Pedro Castanheira: "JUC esta presente em todos os partidos" (*O Jornal*, 27 Julho, p.4), procura passar a mensagem de que antes da revolução, o desafio público e corajoso ao regime corporativista, levado a cabo no espaço universitário, tinha, frequentemente, a plataforma religiosa como espaço para união de esforços na contestação ao regime não democrático. Daí que se possa inferir que, com esta peça jornalística, o seu autor pretendesse frisar que não seria surpreendente, dir-se-ia quase que óbvio, registar a presença em todos os partidos políticos de sujeitos que, anteriormente, fizeram parte dos movimentos de objecção ao estado vigente.

Paralelamente a esta iniciativa, *O Jornal* reflecte a presença de Sousa Franco no Executivo ("Sousa Franco no Governo reforça posição junto da Igreja", *O Jornal*, 3 Agosto, p.40) como algo que satisfaz as hierarquias católicas portuguesas e, por isso, é expectável da parte da Igreja uma atitude moderada na crítica. Recorde-se, ainda, o texto de Rui Osório

que eleva Maria de Lourdes Pintasilgo a um nível de "«Guia espiritual» da democracia" (*O Jornal*, 10 Agosto, p.4).

Verifica-se, então, que no plano político Maria de Lourdes Pintasilgo foi apresentada tendo como grandes referências figuras masculinas, enquanto na dimensão religiosa já se constata personalidades femininas, aliás, representativas de altos valores éticos, que enquadram o retrato da 1ª Ministra.

O olhar de o *Expresso*

Sem surpresas, a abordagem de o *Expresso* é oposta.

Relativamente ao *Graal* presente-se, desde logo, uma boa dose de estranheza, já que, no discurso deste periódico, este movimento abarca mulheres de todos os estados civis e não obriga aos tradicionais votos das ordens religiosas, o que por si só dava azo a que se colasse a tal movimento um estigma suspeito. Acresce, ainda, a subtil caracterização negativa associada à palavra "catalaica". Se para *O Jornal* os anos cinquenta são lembrados na óptica da contestação, bem-vinda, ao regime não democrático, para o *Expresso* este mesmo período temporal é, não só, associado à questão estudantil mas, sobretudo, à emergência de correntes laicas que procuravam discutir o *status quo* político-social. Parece querer percepcionar-se a independência de Maria de Lourdes Pintasilgo como algo de estranho, quase insólito, e, como tal, impeditivo de alguma forma de empatia ou de identificação por parte da generalidade da população feminina a esta personalidade pública.

Para o *Expresso*, ao contrário de *O Jornal*, as pontes entre a ideologia de esquerda e a vertente religiosa de Maria de Lourdes Pintasilgo são utilizadas para categorizar esta figura pública de forma pejorativa e alarmante no sentido de evidenciar uma proximidade político-ideológica representativa dos valores dos 'outros' contra os 'nossos'.

O *Expresso* faz, ainda, eco do conteúdo do comunicado do Presidente onde este teria afirmado "[...] que, na impossibilidade de escolha de um militar, haveria que optar por uma pessoa que da justiça não tivesse apenas uma interpretação e uma razão jurídica, mas também uma vivência religiosa." Embora, este semanário considere "interessante" tal argumento, na verdade, não aprofunda o argumentário presidencial.

Ora, considerando-se interessante discorrer sobre tais motivos presidenciais, o que poderia ser inferido? Embora, numa primeira reflexão, razão e sentimento possam apresentar-se em domínios afastados, na verdade, procura-se que o espaço do Direito não assente apenas numa racionalidade jurídico-legal, mas também, que seja veículo de uma humanidade e compaixão na Justiça. Por outras palavras, procura-se efectivar o conceito de Justiça no equilíbrio entre a frieza de uma assertividade jurídica e o calor humano da empatia num olhar crítico e magnânime.

Daí que, (não obstante a leitura que o *Expresso* dificulta, pela ausência de ressonâncias), a ideia com que o público leitor poderia ficar é que Maria de Lourdes Pintasilgo congrega em si esta capacidade dual: possuir o discernimento jurídico e, ao mesmo tempo, capacidade interior reflexiva que olha o outro numa perspectiva escrupulosa e respeitadora. Entende-se, deste modo, a tentativa do *Expresso* em silenciar, o mais possível, esta idoneidade de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Os editoriais

"A direita perdeu a vergonha?" *O Jornal* (27, Julho)

"Radicalização indesejável" *Expresso* (28, Julho)

O editorial de *O Jornal* evidencia, de novo, a clara assumpção dicotómica entre 'nós' e 'os outros'. Em termos de estratégias de discurso local, destacam-se, com maior registo:

- Interrogações: desde logo, o próprio título: "A direita perdeu a vergonha?", que em essência é repetido na parte final: "[...] ou terá perdido, em definitivo, a vergonha?" e ainda, por exemplo: "Ou será que aparecer-se como desejando uma efectiva transformação da sociedade, num sentido de uma mais limpa e completa liberdade, e de uma maior justiça social, [...] são pecados graves para "socialis-democratas"?".
- Travessões: "Enfim, o que se está a verificar é muito triste e desgostante – e revoltante também."

- Informação adicionada entre parênteses: "(o que aliás é legítimo e normal em democracia: o que não é, por moralmente condenável, são mentiras, difamações ou insinuações)"; "(trazendo sempre implícita a ideia de comunista...)".

Estes são alguns dos exemplos das formas de qualificar e de contra argumentar relativamente às reacções oriundas da direita e, até, de facções de "extrema-direita, fascista". Ainda que, usando as mesmas estratégias discursivas de o *Expresso* (21 Julho), agora, o objectivo de *O Jornal* é o de rebater essas mesmas insinuações, quando não leituras seguras, que o *Expresso* faz eco. Ou seja, neste editorial *O Jornal* parece estar empenhado em usar os mesmos estratagemas (interrogações; informação ou comentário entre parênteses, ou travessões) numa direcção, indubitavelmente, oposta à que se constatou no *Expresso* de 21 de Julho. Como se pretendesse recalcitrar as considerações efectuadas por membros dos partidos políticos da direita.

São colocadas em causa e procura-se reprovar, quando não ironizar, as apreciações maliciosas sobre Maria de Lourdes Pintasilgo e as metas políticas de Ramalho Eanes. Recorde-se: "[...] como pode por exemplo um partido que exactamente se reclama da democracia-cristã atacá-la ou pôr em causa da forma como alguns seus dirigentes já fizeram?"; "[...] Ou será que quando se julga colherem-se [...] dividendos eleitorais, vale tudo, e não há escrúpulos, vale tudo, incluindo o regresso ao mote do Presidente da República desejar impor um socialismo militar e presidencialista [...]"; "[...] o imbecil e desonesto rótulo de "melo-antunista" (que pelas razões aqui expostas há uma semana [...] ou não significa nada ou só pode ser, para qualquer democrata, um elogio) [...]".

Semanticamente, *O Jornal* descreve 'os outros' em redor de expressões que manifestam inquestionavelmente uma apreciação negativa, como:

- "dementada e desonesta"
- "desvios e desmandos da direita"
- "labéus"
- "mais baixa demagogia"
- "invencionices"
- "fantasmas de um passado pidesco e censório"
- "imbecil e desonesto rótulo de "melo-antunista" [...] ou de marxista"
- "lamentável, e até inqualificável, é a forma como tal direita, seguindo as pisadas neste aspecto da extrema-direita ou dos fascistas"

O Jornal entende-se como o 'nós', os que lutam por, que defendem uma cidadania democrática onde, inevitavelmente, existe espaço, liberdade e legitimidade para críticas sim, porém, não para intrigas, ou para a construção de falsos enredos cujo objectivo primordial é o de atingir e macular o perfil pessoal e político de Maria de Lourdes Pintasilgo, a par das decisões presidenciais.

Acresce a forma como, claramente, se distancia dos 'outros' quando faz referência à sua defesa intransigente de valores éticos, que estão acima de qualquer polarização de esquerda e direita ("[...] entre estes valores, estão os do patriotismo e da democracia, estão princípios morais ou éticos que gostaríamos regessem todos os domínios, mormente o político, da vida portuguesa."). Acusa, deste modo, as forças políticas da direita de se encontrarem empenhadas, basicamente, na edificação de conjecturas apócrifas sustentadas em receios de uma qualquer trama política, nada transparente, desrespeitando, por isso, princípios da democracia, da ética, da moral e do patriotismo. *O Jornal* deixa, aliás, bem claro a sua posição político-ideológica na área de uma "esquerda democrática independente e – assim o queremos e o cremos – inteligente e realista (a que alguns talvez chamem moderada)".

Sem pudores de avaliações subjectivas, *O Jornal* admite a sua parcialidade ao afirmar, que "em matéria de opinião", Maria de Lourdes Pintasilgo é uma figura destacada do espaço público devido às suas competências intelectuais e éticas, aos seus testemunhos dados na prática consistente de uma cidadania transversal, abarcando as vertentes religiosa e político-social:

[...] uma mulher de reconhecidos méritos [...]. Democrata e cristã, que fora de dúvida é, com provas dadas numa e noutra qualidade [...] a avaliar por algum passado que lhe conhecemos e pelas suas primeiras declarações, é boa de mais para isto. Quer dizer: demasiado criativa e imaginativa, talvez talentosa, desejando melhorar e moralizar as coisas neste País para um governo de 100 dias. [...].

Sublinhados que ficam os predicados desta personalidade, especialmente, através da expressão verbal "é" e dos respectivos qualificativos, *O Jornal* acentua traços que enobrecem o sujeito em questão e que, ao mesmo tempo, despertam expectativas positivas, quiçá, um pouco arredadas da cena política.

Uma vez mais, *O Jornal* deixa claro o seu desapontamento em relação à intervenção política de Ramalho Eanes, todavia, sem o extravasar à pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo: "[...] Também aqui Eanes chegou tarde ou foi atrás: uma mulher como M. L. Pintasilgo devia ter sido escolhida para o lugar não agora, mas muito mais cedo, pelo menos em vez de Mota Pinto. [...]").

Aparentemente, neste editorial, o *Expresso* indicia querer manifestar a sua equidistância relativamente aos sectores político-ideológicos da esquerda e da direita. Os pressupostos das suas análises são, maioritariamente, a partir das posições de: "Para uns..." e "Para outros...", sem querer identificar-se com qualquer um destes; sem que fique transparente a sua perspectiva, ou seja, a 'nossa'. Talvez, com esta abordagem o *Expresso* pretenda demonstrar que é capaz de levar a cabo um olhar crítico e imparcial sobre a realidade portuguesa.

Porém, é detectável a sua consideração negativa direccionada à "instabilidade" proveniente dos "governos de iniciativa presidencial". Ou seja, na perspectiva do *Expresso* o Presidente da República é o principal responsável pela "radicalização política", pela intolerância político-ideológica entre as diferentes forças partidárias que se tinha vindo a verificar, radicalização esta "indesejável" ainda que "previsível" para o *Expresso*. Ramalho Eanes parece, assim, ser imputado pela escalada de tensões político-sociais e económicas da sociedade portuguesa. A repetição da expressão "Não admirará portanto a ninguém..." (usada, igualmente, no artigo de Marcelo Rebelo de Sousa na semana anterior) vai ao encontro da estratégia discursiva para realçar e, até mesmo, legitimar o agravamento das "hostilidades" oriundas da direita, ainda que, preferencialmente, tal não deveria acontecer, já que os comentários provenientes dos sectores da esquerda e da direita têm-se revelado "excessivos na forma e imponderados no conteúdo". Ora, a partir desta ressonância fica clara a existência de críticas pouco, ou nada, assertivas procedentes de ambos os pólos ideológicos.

Dá-se conta da presença inequívoca dos "ataques da direita" e dos "panegíricos com coloração de esquerda". Isto é, o público ficava a saber que, do lado da direita vinham sendo lançadas incursões injuriosas na direcção de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Ramalho Eanes e, por outro lado, a esquerda revelava-se em perfeita consonância laudatória à figura indigitada. Este periódico entende, ironicamente, a análise e a interpretação política, de ambos os lados, (esquerda/direita) como uma "visão simplista". Já que, tradicionalmente,

cada um destes sectores aponta sempre o outro como o grande responsável ("bode expiatório") para a situação difícil e complexa.

Será, também, interessante discorrer acerca da comparação, que o editorial do *Expresso* reflecte (segundo: "Para outros, [...]") sobre a campanha eleitoral, como sendo "uma espécie de cruzada redentora". Neste quadro em que a direita manifesta a sua preocupação relativamente a um "plano maquiavélico", que estaria a ser conjurado pelas forças "perfidamente de esquerda", o *Expresso* parece querer repercutir, tal apreensão, em sentido zombeteiro. Uma vez que reúne num mesmo espaço político-ideológico personalidades veiculadoras de uma nítida diversidade de tonalidades, no que à esquerda diz respeito. Recorde-se os nomes que o *Expresso* menciona: Álvaro Cunhal [1913 – 2005, secretário-geral do P.C.P.]; Maldonado Gonelha [1935, deputado socialista à Assembleia da República entre 1976 e 1987, Ministro do Trabalho no 1º Governo Constitucional]; Melo Antunes [1933 – 1999, membro do Conselho da Revolução]; Sousa Franco [1942 – 2004, dissidente do P.S.D., viria a integrar a A.S.D.I. e mais tarde o P.S.]; Vitorino Magalhães Godinho [1918, grande académico das ciências sociais e humanas, Ministro da Educação e Cultura de Julho de 1974 a Novembro de 1974 no II Governo Provisório].

Atente-se na carga simbólica presente na expressão "cruzada redentora". Usada para denotar a atitude e a expectativa com que a generalidade das forças da direita encarava o futuro, até ao próximo acto eleitoral. Semanticamente, a palavra "cruzada" sugere uma expedição, uma demanda religiosa para uma batalha, na qual 'nós somos' os justos, os mais evoluídos, os que usufruem de Deus do seu lado, por oposição aos 'outros'. "Redentora" é o qualificativo que emana a salvação para aqueles sujeitos que embarcarem nesta busca, neste confronto perigoso. Será até potencialmente mortífero, mas será em essência libertador. Ora, parece, então, possível inferir-se que haverá redenção, ou, até mesmo, reconhecimento para as pessoas que adirem a esta causa, uma vez que está em jogo a defesa dos 'nossos' valores, do nosso modo de vida em contrapartida com 'os outros'. E, finalmente, é mais um exemplo da presença da dimensão religiosa que atravessa o contexto em que se descreve Maria de Lourdes Pintasilgo.



O artigo semanal de Marcelo Rebelo de Sousa, (p.2): "De um Governo que dá que pensar ao ataque de Mário Soares a Ramalho Eanes". As estratégias retóricas, discursivas são utilizadas, em essência, para evidenciar um grave tom de alerta. Desde logo, a multiplicação da expressão: "que dá que pensar" nas diferentes formas: "Um Governo que dá que pensar"; "dá muito que pensar"; "Dá que pensar"; "Dá finalmente que pensar". E, ainda, a retoma da expressão: "ninguém se poderá admirar" (presente no artigo da passada semana). Na perspectiva do autor, Maria de Lourdes Pintasilgo superou as expectativas, motivo de preocupação, uma vez que, conseguiu, surpreendente e rapidamente, ("em menos tempo do que Nobre da Costa e Mota Pinto.") formar a sua equipa governativa, sem ter nenhum aparelho partidário a apoiá-la.

Aliadas, a esta sua facilidade, Maria de Lourdes Pintasilgo goza de uma boa dose de capacidades pessoais que podem, em última instância, fazer a diferença, isto é, atingir o sucesso político, que a direita tanto receia. Recorde-se alguns exemplos:

- "o grau de determinação desta mulher"
- "é de esperar deste Primeiro-Ministro cheio de capacidade persuasiva e de simpatia pessoal, uma operação "charme", de efeitos muito mais profundos do que muitos pensariam duas semanas atrás."
- "enganar-se-ão os que pensam que ela não seria um "osso duro de roer".
- "novo fenómeno político que cumpre acompanhar com atenção"
- "E, para Maria de Lurdes Pintasilgo, este ensejo tem um significado pessoal porque representa uma ocasião única para dar o seu contributo num processo com o qual se sente profundamente solidária".

A pluralidade semântica registada possibilita a edificação de muitas e variadas macroproposições. Neste caso, pretende-se construir macroproposições que indiciem a existência de cumplicidades entre autor e público leitor, deste semanário.

Cumplicidades no sentido em que estas denotam alguns dos pressupostos políticos, sociais e culturais que leitore/as e autor partilhariam. Isto é, cumplicidades no sentido em

que revelam a ideologia política, cultural e social em maioria. Importa esclarecer o seguinte: entende-se como ideologia majoritária (atendendo-se, neste caso, à realidade portuguesa), a que se reflecte, fácil e rapidamente, nas representações mentais dos produtores e dos consumidores textuais.

Não será surpreendente nem estranho reconhecer que, no que concerne a este espaço temporal, a representação mental que o público leitor faria da pessoa, do sujeito interveniente no espaço público da política seria, certamente, uma figura masculina. Reformulando, nas diversas áreas da prática política, quem ocupava maioritariamente os cargos? Os homens. Nas diversas áreas da política de decisão, quem desempenhava, maioritariamente, tais funções? Os homens. Nas diversas áreas do espaço público quem tomava, maioritariamente, a palavra? Os homens. Daqui se pressupõe que o modelo mental dominante, de sujeito político, seria uma figura do tipo *pater famílias*.

Neste âmbito, procurar-se-á enunciar, na forma de macroproposições, essas tais representações socialmente partilhadas entre o autor, o *Expresso* e o seu público leitor. No que diz respeito à forma como esta mulher em particular, a ocupar tal cargo por via de uma indigitação presidencial, seria recepcionada pelo discurso jornalístico, neste caso do *Expresso*.

M1) Atenção à inteligência, à audácia, à competência desta mulher.

M2) Sem *lobbies* partidários a sustê-la, Maria de Lourdes Pintasilgo conseguiu em menos tempo o que outros não conseguiram, mesmo com partidos na rectaguada.

M3) Perante esta estadista de rara idoneidade e de inquestionável coragem, há que reunir forças para minimizar os efeitos do seu arrojo político entusiástico.

M4) Aqui entre nós, sabemos que ela não é uma política com intenções fora do jogo democrático, mas pelo facto de ter aceite este presente envenenado revela, por si só, o seu empenho no sucesso para todos, da sua intervenção; o seu desinteresse numa carreira política.

M5) Pretende, desta forma, marcar prodigamente o seu exercício político.

M6) A nossa tarefa é árdua, requer uma efectiva união de esforços perante este "osso duro de roer".

M7) Ramalho Eanes sabe muito bem quem escolheu, de forma a rentabilizar a maior percentagem de dividendos políticos.

M8) Ramalho Eanes e Lourdes Pintasilgo: unidos por uma admiração mútua, de longa data. Há que combater a manobra desta dupla. Depois não digam que não forma avisados.

Lacunas no discurso que espelham a ideologia dominante A dúvida: 'Primeira-ministra' ? ou 'Primeiro-ministro' ?

Como certamente já observado (neste corte temporal, no escrutínio a estes dois semanários) a actriz social, interveniente no espaço público, Maria de Lourdes Pintasilgo, é, predominantemente, representada no discurso jornalístico sob a forma masculina. Facto que, decididamente, provocará uma boa dose de estranheza, no público leitor dos dias de hoje. Recorde-se alguns exemplos:

"[...] entrevista **do novo** chefe do Governo [...]", *O Jornal*, 20 de Julho.

"[...] Nesse sentido, **o próprio Primeiro-Ministro** irá tentar,[...]", *O Jornal*, 20 de Julho.

"[...] Desde 1975, [...] **embaixador** de Portugal junto da UNESCO [...] **procurador** à Câmara Corporativa, na Comissão de Política e Administração Geral, [...] **secretário** de Estado [...] **ministro** dos Assuntos Sociais [...]", *O Jornal*, 20 de Julho.

"[...] Maria de Lourdes Pintasilgo não tem **perfil de um** Primeiro-Ministro [...]", *Expresso*, 21 de Julho.

"[...] o Expresso analisa [...] Governo [...] **do seu indigitado Primeiro-Ministro**, [...]", *Expresso*, 21 de Julho.

"[...] objecções levantadas [...] **à pessoa do Primeiro-Ministro indigitado** [...]", *Expresso – revista*, 21 de Julho.

"[...] que fora **secretário** de Estado [...] ascendeu a **ministro** dos Assuntos Sociais [...]", *Expresso – revista*, 21 de Julho.

"[...] Pintasilgo é, [...] **um** dos principais **conselheiros** do general Ramalho Eanes.[...]" *Expresso – revista*, 21 de Julho.

"[...] a personalidade [...] **do Primeiro-Ministro indigitado** [...]" *O Jornal*, 27 de Julho.

Todavia, ainda que pudesse ser feita a aplicação do género feminino nas palavras que denominam cargos políticos, registam-se, em número quase insignificante, formas femininas de se referir a esta figura pública. Como é o caso: "[...] ao optar pela **embaixadora** de Portugal na UNESCO[...]", *Expresso – revista*, 21 de Julho.

A este propósito, somente, *O Jornal* (27 Julho) publica um artigo intitulado: "Primeiro" ou "primeira" ? (p.6), no qual procura-se informar sobre a forma apropriada para se referir à figura pública, política, feminina indigitada. Aliada a esta finalidade informativa, manifestam-se expressões que denotam pedidos de desculpas ao público leitor por se intencionar reflectir sobre esta problemática, sobre esta maçada dir-se-ia, que: "[...] não

sendo importante, [...]"; "[...] parece estar a preocupar muita gente. [...] "; "Mas, enfim, pensando ter dado uma ajuda para resolver o problema (pouco importante),[...]".

Partindo do levantamento exploratório que este artigo menciona, retiram-se as seguintes conclusões: 1- a existência de "muita gente" que revelava cuidado e interesse em examinar esta questão; 2- quase que em tom contraditório, este assunto parece não incomodar os sujeitos utilizadores da língua; 3- literatura e especialistas na matéria parecem não ter uma ideia concreta, uníssona, ou grande preocupação num esclarecimento cabal.

A partir das formas locais de discurso poder-se-á discorrer sobre o âmbito do valor social que a ideologia dominante revelava à presença feminina no espaço público da política, sobretudo, do lado do poder governativo e da tomada de decisão.

O discurso jornalístico, aqui escrutinado, reflecte a inaptidão, ou a dificuldade, dos produtores textuais em converter para o género feminino os respectivos cargos políticos. Parece, assim, que a realidade política portuguesa não estava preparada para lidar com uma situação, quase, inaudita: a participação feminina, visível e activa, nos lugares de cimeira. Ou que, o espaço público, mormente, do lado do poder político indiciava, discursivamente, o seu embaraço em incorporar sujeitos femininos, em partilhar uma representação social de igual valor para ambos os sexos: 'O Primeiro-ministro ...'; 'A Primeira-ministra ...'; 'A Conselheira ...'; 'O Conselheiro ...'; 'As escolhas da Primeira-ministra'; 'As escolhas do Primeiro-ministro'; 'O perfil do Primeiro-ministro indigitado'; 'O perfil da Primeira-ministra indigitada', etc, etc.

Contextualmente, o discurso jornalístico, aqui examinado, raramente reporta a intervenção pública da cidadã, Maria de Lourdes Pintasilgo, como pertencente a um sujeito feminino. Por outras palavras, aos produtores textuais parece não ser essencial referir a identidade feminina da figura pública que se encontra sob os holofotes da *voz populi*. Linguisticamente, a ontologia feminina é nomeada recorrendo-se ao léxico usado pela ideologia dominante, isto é, o género masculino. Com esta leitura, não se pretende afirmar que a identidade feminina nunca é mencionada nos respectivos termos femininos. Pretende-se, tão só, ampliar o facto de que tudo o que diz respeito à intervenção desta cidadã no espaço público, a representação que o discurso faz, dessa mesma intervenção, é sempre no género masculino. Daí que, se possa inferir que as mentalidades não estavam preparadas para lidar com uma situação, considerada, à partida, inverosímil.

A ideologia dominante através do seu discurso, pouco plástico e pouco evolutivo, obstaculiza, sustentada na rigidez gramatical, a visibilidade do sujeito feminino nas várias dimensões do espaço público (o género masculino serve para representar concomitantemente o que é masculino e o que é feminino). Maria de Lourdes Pintasilgo regista, deste modo, um momento charneira na tomada de consciência da necessidade linguística de tal renovação e adaptação às novas realidades.

Neste contexto de ideologias dominantes que se plasnam no discurso jornalístico recorde-se, ainda, alguns exemplos:

- "Só que o tempo dirá como é que em Portugal dois galos podem ocupar o mesmo poleiro." (Marcelo Rebelo de Sousa, *Expresso*, 28 Julho).

O que se poderá conjecturar a partir de tal dito popular?

Desde logo, Maria de Lourdes Pintasilgo e Ramalho Eanes são comparados a dois galos, isto é, dois machos rivais. Sendo à partida "duas personalidades complexas e vigorosas", afiguram-se, por isso, adversários concorrentes a alcançar o sucesso político e reconhecimento público, individual. Isto é, cada uma destas figuras está empenhada em superar o seu rival, em colocar-se em primeiro plano no palco da política.

O primeiro plano será o "poleiro", espaço masculino, onde apenas o macho alfa poderá imperar. Deste modo, as personalidades Ramalho Eanes e Maria de Lourdes Pintasilgo são subliminarmente entendidas como dois machos alfa em disputa. O sujeito feminino, Maria de Lourdes Pintasilgo, que já começara a ser comparada fisicamente com Mário Soares: "as bochechas" (*O Jornal*, 20 Julho); a ser apontada como revelando traços viris: "de pelo na venta" (*Expresso*, 21 Julho), é, agora, elevada inequivocamente a guerreiro, masculino.

Recorde-se, também, as comparações:

- [...] é possível que o Presidente Eanes pense ter encontrado o seu Adolfo Suarez, bastante mais á esquerda e mais tecnocrata, e Maria de Lourdes Pintasilgo pensa poder realizar a missão da sua vida servindo um Juan Carlos republicano, beirão, sibilino e distante, [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, *Expresso*, 28 Julho).

E o título do artigo de José António Saraiva:

- EANES: PRESIDENTE-REI SEM PRESIDENCIALISMO (*Expresso* – revista, 28 Julho)

Cruzando-se estas duas abordagens estruturadas em visões paralelas, o *Expresso* aprofunda a ideia de que Ramalho Eanes teria como objectivo implementar um, qualquer, sistema presidencialista no qual ele desempenharia o papel de líder monarca. E a Maria de Lourdes Pintasilgo estaria guardada a função executiva de tal conluio.

Maria de Lourdes Pintasilgo é, clara e pejorativamente, situada à esquerda e considerada uma técnica, mais do que uma figura política, no sentido em que apenas os actores políticos são capazes de incutir um pensamento e uma acção resultantes de uma reflexão globalmente política e não, apenas, de uma visão tecnicista.

Subjacente encontra-se, portanto, a ideia de que a tecnocracia não representa uma mais-valia para o bem social. Em sentido negativo, é entendida como uma mentalidade excessivamente formatada em critérios técnico-científicos, onde não há espaço para a reflexão sobre o ser humano como um todo e não, somente, como um meio de viabilização da tecnologia. Embora ausente nesta perspectiva de o *Expresso*, a tecnocracia é, por outro lado, também entendida positivamente, uma vez que consegue gerir a *res pública* sem ceder a *lobbies* político-partidários.

Desvalorizando-se a componente política de Maria de Lourdes Pintasilgo e apontando-se-lhe a sua formação ou visão tecnocrática, como única, procura-se construir uma imagem de alguém que carece de competências necessárias para conduzir um Governo.

Atente-se, agora, na percepção construída sobre Maria de Lourdes Pintasilgo que passa a sujeito masculino, quando comparada a Adolfo Suarez: "[...]pensa poder realizar a missão da sua vida servindo um Juan Carlos republicano, beirão, sibilino e distante, que em seu entender encarna as qualidades essenciais de um Chefe de Estado. [...]".

Maria de Lourdes Pintasilgo, a "simplesmente Maria", chamada para assistir e obedecer a um *pater famílias*, depreciativamente caracterizado como provinciano; demasiado enigmático e ininteligível e, ainda, paradoxalmente monárquico e republicano. É este, portanto, o líder político, que na leitura do autor, preenche os requisitos necessários como Presidente da República aos olhos de Maria de Lourdes Pintasilgo. Esta é, por sua vez,

representada como se de uma missionária serviçal tratasse, que aceitara cumprir, de bom grado e com total dedicação, aquilo que outros discretamente recusaram, porque politicamente desvantajoso. Ao passo que Maria de Lourdes Pintasilgo, acreditando ser este o seu maior e ímpar "ensejo", "a missão da sua vida"¹⁵⁷, responde pronta e lealmente à chamada presidencial.

É, como tal, impossível ficar-se indiferente às palavras de Maria Velho da Costa que, despudoradamente, denunciam os pressupostos da ideologia dominante e são o melhor exemplo de uma análise crítica a esse discurso predominante, em prosa literária:

Disseste Fiat. Chama-se uma mulher para que aguente um pouco, um pouquinho, o leme da barcaça das iras e das cinzas e a faça sulcar, qual donairosa gôndola, o mar crespo de um período pré-eleitoral acaso mais rosnante que qualquer outro dos anteriores. Afastar o cinzento, a poluída bruma nacional, a poder de sorriso e instaurar o cor-de-rosa das meninas de coro como pano de fundo da batalha do voto. Às urnas, às urnas, enquanto a tua mão embalaria o berço.¹⁵⁸

Discurso Directo

Na sua rubrica semanal, *Discurso Directo*, *O Jornal* faz eco do comentário de Lucas Pires (1944 – 1998), (p.17): " «Portugal está numa fase de neogonçalvismo rococó, de saias e espartilhos»". Em jeito de dissecação semântica, repare-se:

"Portugal está numa fase", i.e., Portugal encontra-se a atravessar um período temporal intermédio; sabe-se que é um momento com início e fim, neste caso, preparar e realizar as intercalares.

"neogonçalvismo" , i.e., pressupõe-se a existência de um '...ismo' já conhecido. Neste caso refere-se à figura de Vasco Gonçalves (1921 – 2005)¹⁵⁹ e à sua actuação política enquanto Primeiro-ministro dos II, III, IV e V Governo Provisórios, que acabou por ficar conhecida como "gonçalvismo". Aos olhos da direita portuguesa, este classificativo veicula pejorativamente o que seria considerada uma fase de tentativa de introdução de sistemas políticos de cariz soviético. Logo, sob esta perspectiva 'gonçalvismo' ou 'neogonçalvismo' representaria, decerto, um conjunto de políticas a combater com toda a veemência.

¹⁵⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, *Expresso*, 21 Julho 1979, p.2.

¹⁵⁸ Maria Velho da Costa, *O Jornal*, 27 Julho, 1979, p.6

¹⁵⁹ Cf. [http://www.infopedia.pt/\\$vasco-goncalves](http://www.infopedia.pt/$vasco-goncalves) (Consultado em Junho, 2010)

Agora, a sequência: "neogonçalvismo rococó, de saias e espartilhos", aponta especificamente à pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo, que fora Ministra dos Assuntos Sociais de dois executivos de Vasco Gonçalves, uma falta de bom gosto, já que o qualificativo 'rococó' abre, também, espaço semântico ao que é excessivo e ridiculamente adornado. Alie-se a imagem cultural de "espartilhos" e obtém-se um completo retrato depreciativo de uma mulher, aqui como se de uma intrusa no tradicional reduto masculino se tratasse. Repare-se, o produtor de tal comentário, impregnado pela ideologia dominante, recorre a vocabulário de vestuário feminino que potencia mensagens preconceituosas e estereotipadas sobre as mulheres em geral e sobre esta, em particular.

Enquanto adversária política, parece ser a sua condição feminina a que suscita observações e juízos mais áridos, mas não inócuos. Quiçá, poder-se-ia escutar o receio masculino das potencialidades femininas. Se "saias e espartilhos" transportam consigo alguma conotação, não seria possível conjecturar que o sujeito mulher pode ser apreendido na bivalência da atracção e do receio? Desejada mas temida por uma mentalidade espartilhada por estereótipos.



1 A Mafaldinha

MARIA DE LURDES Pintasilgo já tem o seu qualificativo político — é a **Mafaldinha**.

Decerto, os leitores da **GENTE** recordarão a famosa figura criada por Quito, toda ela idealismo, boas intenções salvadoras da Humanidade e vivência dos pequenos grandes dramas dessa parte sobressaltada do chamado "Terceiro Mundo" que é a América Latina.

A rubrica semanal, na *Expresso – revista*, 'Gente' (p.32) e a respectiva referência:

A Mafaldinha

MARIA DE LURDES Pintasilgo já tem o seu qualificativo político – é a Mafaldinha.

O cartoonista argentino Joaquín Salvador Lavado, mundialmente conhecido por Quino, criou a *Mafalda* em 1964. Cinco anos mais tarde, Umberto Eco referia-se a esta personagem nestes termos: "uma heroína zangada que recusa o mundo tal como ele é"¹⁶⁰. Aos olhos do *Expresso*, Maria de Lourdes Pintasilgo é comparada a uma criança (entende-se, portanto, alguém com uma racionalidade ainda menor) que na inocência da sua ignorância almeja defender os mais fracos, transformar a Humanidade. O facto de o seu autor ser argentino, proporciona a este semanário incorporar a expressão "Terceiro Mundo", no modo como descreve Maria de Lourdes Pintasilgo. E esta associação, longe de inocente, repercute um dos epítetos, já conhecido do público, o de "terceiro-mundista".

¹⁶⁰ Cf. <http://biblioblogue.wordpress.com/2009/10/02/na-estante-com-quino-quando-mafalda-completa-45-anos/> e http://dn.sapo.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=1375374 (Consultado Junho, 2010).

A "marcha dos cem dias" Ecos e Silêncios

O Jornal, 3 Agosto

Expresso, 4 Agosto

Possíveis leituras analíticas As Primeiras Páginas Um olhar descritivo

O Jornal, 3 Agosto



Regista-se no segundo terço da 1ª Página uma foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, com a legenda: "A primeira foto de Lurdes Pintasilgo em São Bento. A «marcha dos cem dias» (pelo menos) começou. Em cima da sua secretária, no gabinete de Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo colocou uma velha imagem de Santa Isabel."

Na zona correspondente ao primeiro terço lê-se o antetítulo: "Entrevista/Exclusivo" e o título: "Governo fala" que introduz os

depoimentos de três membros do Executivo com as respectivas fotos e legendas: Teresa Santa Clara: "É tempo de as mulheres aparecerem"; Costa Brás: "Garantia de isenção nas eleições" e Bruto da Costa: "Dar voz a quem não a tem". Ainda, no segundo terço da página,

uma pequena foto de Maria Elisa e o título: "Jornalista da TV cuida a imagem de Lurdes Pintasilgo".

Expresso, 4 Agosto
1ª Página

Na 1ª Página deste número não se lê o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo em nenhum título, antetítulo ou subtítulo, nem existe nenhuma imagem da Primeira-ministra. Porém, detectam-se alusões nos corpos noticiosos sob os títulos: "Posse da primeira «leva» de Secretários de Estado no princípio da semana" e "Cardeal-Patriarca recebe Aliança". Embora estes títulos não referenciem a pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo, os respectivos textos dão conta da sua actuação e agenda.

No âmbito do título: "Posse da primeira «leva» de Secretários de Estado no princípio da semana", comenta-se, positivamente, a forma como Maria de Lourdes Pintasilgo liderou o primeiro Conselho de Ministros.

[...] **Estilo diferente.**

Entretanto logo no primeiro Conselho de Ministros presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo foi patente uma diferença de estilo pessoal relativamente ao seu antecessor, prof. Mota Pinto.[...] Maria de Lurdes Pintasilgo revelou um estilo muito mais dinâmico, abordando duas temáticas essenciais: a preparação do Programa do Governo e a escolha dos secretários de Estado para os vários departamentos governamentais. [...]

Sabendo-se da ligação de Maria de Lourdes Pintasilgo com a Igreja, o *Expresso* destaca em título: "Cardeal-Patriarca recebe Aliança", um texto que, também, dá conta de um encontro entre o representante máximo da hierarquia católica portuguesa e Maria de Lourdes Pintasilgo, nos seguintes termos:

[...] e no momento em que era longamente citada a audiência concedida por D. António Ribeiro ao Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, antes de esta ter aceite o seu cargo. [...] Enquanto se renovam os ataques dos principais dirigentes da Aliança Democrática ao Governo chefiado por Lurdes Pintasilgo [...].

Tal como a 1ª Página, também a capa da revista não reproduz nenhuma foto ou qualquer título sobre a Primeira-ministra indigitada. Sob o título temático condutor: "Por detrás do Governo Pintasilgo", apresentam-se vários textos de cariz analítico face a situação política vigente. O título manchete: "AS CABEÇAS DE MÁRIO SOARES E SÁ CARNEIRO – UM ALVO IMPORTANTE PARA BELÉM", dá o mote às análises e leituras políticas, onde se destacam:

- O reiterar da suspeição face ao presente Executivo, com o subtítulo: "O papel do V Governo Constitucional", em cujo texto se pode ler:

[...] Nada mais errado, em geral, do que acreditar que o V Governo Constitucional, com este primeiro-ministro e com esta composição, está apenas a fazer figura de corpo presente, à espera que os partidos o venham substituir.

- Numa caixa de texto intitulada: "Partidos reagem ao Governo", inclusão de uma foto de Álvaro Cunhal e a legenda: "Pintasilgo já há um ano era a candidata do PCP".

Um olhar analítico

As primeiras páginas revelam, uma vez mais, a divergência no modo da cobertura noticiosa relativamente aos assuntos inerentes ao V Governo Constitucional. Se, por um lado, *O Jornal* destaca depoimentos e fotografias de três elementos do Governo, dando-lhes voz sob o título: "Governo fala", tal como uma foto de Maria de Lourdes Pintasilgo acompanhada da elucidativa legenda: "A «marcha dos cem dias» (pelo menos) começou", referente à cerimónia da tomada de posse [1 de Agosto], o *Expresso*, por outro lado, nada menciona sobre este acto protocolar. Dá conta, sim, da "Posse da primeira «leva» de Secretários de Estado" agendada para a semana seguinte.

Verifica-se, portanto, que um acto protocolar como a tomada de posse de um Governo, neste caso o Executivo de Maria de Lourdes Pintasilgo, o V Governo Constitucional, não representa para o *Expresso* motivo importante de noticiabilidade, já que nada é referido. Mas, pelo contrário, a, ainda por acontecer, tomada de posse do/as Secretário/as de Estado

revela ser matéria noticiosa de 1ª Página, à luz dos critérios editoriais deste semanário. Aliada a esta estratégia da exclusão registam-se leituras depreciativas quanto ao valor e importância do Programa do Governo. Atente-se na reprodução semântica nos qualificativos: "curto" e "reduzido" a par, de novo, de informação veiculada entre parênteses:

O Programa do V Governo Constitucional deverá bater em tamanho (reduzido) os dos quatro governos anteriores. Na verdade, deverá tratar-se do Programa mais curto até agora apresentado à Assembleia da República, tal como extremamente curta deverá ser a intervenção do Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo no momento da sua apresentação parlamentar.

Em tom, dir-se-ia, paradoxal, o *Expresso*, pese embora a sua supressão total na cobertura noticiosa sobre a tomada de posse, permite um acolhimento positivo à Primeira-ministra, no que diz respeito à sua capacidade de condução executiva:

Estilo diferente. [...] logo no primeiro Conselho de Ministros presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo foi patente uma diferença de estilo pessoal [...] Maria de Lurdes Pintasilgo revelou um estilo muito mais dinâmico, [...].

Parece, assim, pairar alguma incoerência na forma como o *Expresso* leva a cabo a sua abordagem jornalística. Se, maioritariamente, Maria de Lourdes Pintasilgo tem sido descrita como uma figura que suscita mais dúvidas e desconfianças, do que acalmia, junto das hostes da direita, uma figura que não será mais do que uma marioneta no plano presidencial, agora, surpreendentemente, elogia-se a sua competência e o seu desempenho.

Sem se mencionar o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo, destaca-se em título: "Cardeal-Patriarca recebe Aliança". Esta notícia, que pretende sublinhar o encontro entre dirigentes dos partidos da «Aliança Democrática» e o máximo dignitário da Igreja Católica portuguesa, acaba por não deixar de mencionar uma reunião, que não terá passado nada despercebida, entre D. António Ribeiro e a Primeira-ministra. Discursivamente, reforça-se a ideia de que Maria de Lourdes Pintasilgo teria recorrido à anuência desta figura, previamente, à sua resposta positiva a Ramalho Eanes. Portanto, uma figura política assim descrita passará a mensagem subliminar de que se trata de alguém que, por muito livre e emancipada, aguarda a concordância de determinadas esferas hierárquicas antes de tornar pública a sua decisão. Ou seja, alguém que, em última instância, sujeita o seu livre arbítrio

ao acordo de outrem; alguém que, afinal, não é totalmente independente. E, em inteira consonância com o seu ponto de vista, o *Expresso*, uma vez mais, repercute a existência de ofensivas insultuosas oriundas "dos principais dirigentes da Aliança Democrática ao Governo chefiado por Lurdes Pintasilgo [...]."

O Jornal, sem qualquer contradição, continua a dar visibilidade à Primeira-ministra e, nesta data enquadrada com a cerimónia da tomada de posse, destaca em 1ª Página imagens e, sobretudo, citações pertinentes e elucidativas de algumas das personalidades que integram o V Governo Constitucional. Acresce a sua estratégia discursiva em anexar informação entre parênteses ("A «marcha dos cem dias» (pelo menos) começou"). Parece denotar, em réplica irónica ou provocatória (ao *Expresso*), a sua ausência de receio ou desconfiança no prolongamento temporal deste Executivo.

Na forma de legenda, à foto de Maria de Lourdes Pintasilgo, *O Jornal* releva, uma vez mais, a dimensão cristã/católica desta personalidade política. Num país que vive os primeiros cinco anos de democracia recém-conquistada, que defende o Estado laico, este semanário (que se apresenta como de "esquerda progressista moderada") parece pretender frisar, sem medos ou preconceitos, que a Primeira-ministra alia ao seu exercício do poder público governativo uma inspiração do sagrado, uma protecção divina, a partir da imagem de Santa Isabel.

Considere-se a carga simbólica desta figura: Santa Isabel (1270 – 1336), rainha consorte de Portugal, casada com D. Dinis, canonizada em 1625, ficou para a História com o cognome de 'Rainha Santa'. Entre várias, as suas intervenções mais elogiadas referem-se aos seus esforços contínuos em dissolver querelas que podiam originar confrontos bélicos e o tradicionalmente conhecido milagre das rosas. Ora, deste modo, poder-se-á inferir um elo alegórico do papel de Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto líder governativa, à reputação e créditos das intervenções de Santa Isabel: a Rainha Santa. Reformulando: poder-se-á deduzir que o objectivo de *O Jornal* poderia ter sido o de deixar em aberto, junto do seu público leitor, a sugestiva ligação entre a rainha Santa Isabel, líder destemida, convicta da sua missão e a difícil demanda conciliadora que Maria de Lourdes Pintasilgo tinha pela frente.

Sobre este propósito, são expressivas as palavras de Maria Velho da Costa no seu artigo "Salve Maria" (*O Jornal*, 27 Julho), cujo título desperta, de imediato, associações ao

sagrado religioso. Ao mesmo tempo, a autora, de forma arguta, denuncia cruamente a intenção subliminar que terá guiado a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo.

[...] Durante cem dias de poder tão relativo porque tão provisório, esperam de ti que concilies, que pacifiques, que restabeleças o crédito retirado pelo homem comum a uma democracia trémula. Que nada ou muito pouco mudes em termos de poderes e instituições, que tudo mudes em termos de atitudes. Preparar o caminho a que senhores? [...]

Verificar-se-á, ao longo desta edição, a existência de pontes alegóricas, quando não místicas e míticas, entre figuras históricas femininas e Maria de Lourdes Pintasilgo, que serão alvo da respectiva leitura analítica. Para já, dá-se continuidade ao olhar analítico das primeiras páginas.

Recorde-se os cargos e respectivas citações de cada uma destas figuras, que integram o Executivo, a quem *O Jornal* disponibiliza artigos mais alargados, no interior das suas páginas:

- Teresa Santa Clara Gomes, "secretária de Estado-adjunto do primeiro-ministro": "É tempo de as mulheres aparecerem".
- Costa Brás, "ministro adjunto para a Administração Interna": "Garantia de isenção nas eleições".
- Bruto da Costa, "ministro dos Assuntos Sociais e da Coordenação Social": "Dar voz a quem não a tem".

Dois dias após a tomada de posse, *O Jornal* destaca em 1º Página aquela que seria, em essência, a transversalidade política deste Governo. A partir das afirmações destes três membros do Executivo, *O Jornal* abre espaço à mediatização de três temáticas, que estariam na ordem do dia, a saber:

- 1) A promoção da entrada das mulheres nos altos cargos do poder político executivo. Ou seja, a discussão, no seio da sociedade portuguesa, alusiva à participação activa e visível das mulheres no espaço público e, mais propriamente, à superação de aporias sócio-culturais que as mulheres portuguesas tradicionalmente enfrentavam sempre que estivesse em causa a sua passagem da esfera privada para a pública.
- 2) As palavras do Ministro da Administração Interna reforçam a mensagem sobre a imparcialidade imperativa que delineava a preparação do acto eleitoral. Procura-se

dissipar as dúvidas e suspeições, lançadas pelos opositores a Maria de Lourdes Pintasilgo e a Ramalho Eanes, sobre a equidade e verticalidade desta equipa executiva.

- 3) "Dar voz a quem não a tem". À luz desta divisa torna-se rápida e facilmente perceptível a presença de um espírito de solidariedade social. Enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, Bruto da Costa deixa claro o lema que irá nortear a sua intervenção: facilitar aos sujeitos mais desprotegidos meios de acesso e de realização plena das suas potencialidades. Verifica-se, deste modo, a presença de perspectivas comuns entre a Primeira-ministra e o Ministro dos Assuntos Sociais, sob o olhar de *O Jornal*.

Isto é, recorde-se como este periódico realça a importância de o diálogo em Maria de Lourdes Pintasilgo, ao longo deste corte temporal, sobretudo na edição de 20 de Julho. Aí, a par da relevância dada ao diálogo, *O Jornal* evidencia, claramente, na forma de legendas, por exemplo, o elevado apreço desta figura política por uma intercomunicação próxima entre o poder executivo e as vozes anónimas, dos que à partida não dispõem de meios facilitadores de se fazerem escutar.

Nos denominados sujeitos "sem voz" encontrar-se-iam, decerto, mulheres dispersas pelos diferentes estratos sociais. Por outras palavras, atendendo-se ao contexto cultural, político e social, as mulheres representariam (quando não ainda representam), transversalmente, a diversidade de uma população mais carenciada em termos de realização efectiva de oportunidades e de direitos sociais. No âmbito desta temática, as palavras de Teresa Santa Clara Gomes, no artigo de Cáceres Monteiro:"Secretária de Estado-Adjunto do Primeiro Ministro"(p.4), fazem especial ressonância. Por isso, embora, esta matéria seja desenvolvida nas páginas interiores, considera-se pertinente concluir neste espaço a abordagem analítica a estas questões.

Como, então, já assinalado, a visibilidade mediática de Maria de Lourdes Pintasilgo suscitou, pelo menos, alguma discussão na opinião pública, sobre a emergência das mulheres nos cargos políticos. A avaliar pela repercussão semântica no léxico utilizado para caracterizar tal debate ("[...]a grande novidade do elenco governativo reside no facto de não se confirmar um número apreciável de mulheres na sua composição, ao contrário do que chegou a ser noticiado. [...]", *Expresso*, 28 Julho; "[...] muito se especulava sobre a entrada maciça de mulheres para o Governo. [...] o «alarido» que se fez a propósito deste assunto[...]", *O Jornal*, 3 Agosto), é possível acreditar na existência de dois tons opinativos dissonantes, ou, pelo menos, alguma celeuma em torno de tal questão.

Ou seja, por um lado, as vozes alarmadas com a hipótese de que com Maria de Lourdes Pintasilgo mais mulheres tomariam a seu cargo as funções executivas, previamente nas mãos dos seus pares masculinos e, por outro lado, vozes que clamariam por uma representatividade feminina substancial na esfera pública da política governativa.

Através dos ecos do *Expresso* (28 Julho) percepção-se a garantia de que afinal não haverá motivo para sobressaltos, enquanto *O Jornal* (3 Agosto) dá voz a uma mulher do Governo que, em discurso directo, manifesta explicitamente o imperativo da participação feminina nos lugares cimeiros. Teresa Santa Clara Gomes, longe de um discurso radicalista, revela em tom sensato, mas decidido, a incontornável emergência ("progressiva") pública das mulheres e que há todo um caminho a desbravar. A própria Maria de Lourdes Pintasilgo, em entrevista a *O Jornal* (20 de Julho), aludira já esta questão em termos que apontam para a necessidade de se ultrapassarem muitos dos obstáculos discriminatórios que as mulheres portuguesas tinham ainda pela frente.

Ora, em termos conclusivos, observa-se, a partir do conjunto das declarações destas figuras políticas, três vértices de suma importância na condução deste Executivo: a participação igualitária entre cidadãos e cidadãs na construção de uma sociedade mais equilibrada; a defesa intransigente da liberdade de expressão, já conquistada e consubstanciada em sufrágio universal (25 de Abril de 1975), e uma política de solidariedade social, que encara como dever cívico a defesa, a protecção e o empoderamento dos mais frágeis.

O interior de ambos os semanários

Cada periódico dá continuidade à escolha editorial visível nas primeiras páginas. Daí que se verifiquem ecos e silêncios no que diz respeito ao posicionamento dos partidos da direita face aos mais recentes trâmites que perfazem a tomada de posse. *O Jornal* noticia e comenta, não só a recusa de os dirigentes dos partidos, PSD e CDS, em reunir com a Primeira-ministra, ainda antes da sua nomeação oficial, como também a não comparência destas personalidades à cerimónia de investidura do V Governo Constitucional. Enquanto da parte de o *Expresso*, constata-se a ausência, quase, total relativamente à informação sobre o acto protocolar da tomada de posse e, por inerência, o vazio informativo quanto à agenda

do V Governo Constitucional. É impossível ficar-se indiferente ao silêncio ensurdecador ao longo desta edição.

Os editoriais ¹⁶¹

"O Governo e a responsabilidade dos Partidos", *O Jornal* (p.2)

O Jornal volta a reforçar, discursivamente, o tópico dicotómico: 'nós' *versus* 'os outros'. A partir da ausência dos partidos da direita à cerimónia protocolar da tomada de posse do V Governo, este periódico edifica todo o seu argumentário num registo de total estupefacção e condenação à actuação dos 'outros'. A falta de comparência dos líderes, desses partidos, tanto à reunião prévia com a Primeira-ministra, como ao acto formal de investidura do Executivo providencia, a este semanário, todo um conjunto de juízos negativos, como por exemplo:

"[...] a falta de educação cívica daqueles sectores[...];"

"[...] desrespeitados princípios fundamentais da democracia como os da tolerância e do diálogo.";

"[...] é a primeira vez que[...] se verifica algo de semelhante. Nem o PC, perante um governo como o de Mota Pinto, que declaradamente o tinha como seu inimigo principal, se recusou nunca a ir falar com ele [...] Nem nos momentos mais quentes e graves da fase mais agitada da Revolução ocorreu facto idêntico! Uma tristeza [...] um sinal muito evidente de imaturidade ou irresponsabilidade cívicas e democráticas.";

"[...] um sintoma nítido da gravidade desta súbita "doença infantil de direito"."

Ora, desta maneira, aprofunda-se o distanciamento político-ideológico entre 'nós', os defensores de uma plena cidadania democrática e 'os outros', os que, uma vez mais, revelam a sua menoridade cívica, a sua incapacidade democrática em lidar com situações adversas aos seus pontos de vista. Note-se que o comportamento dos partidos da direita chega, mesmo, a ser depreciado comparativamente à idiosincrasia do P.C.P. Analogia esta, no mínimo, incómoda e embaraçosa para a direita.

Em consonância com o seu posicionamento paradigmático, perceptível desde 20 de Julho, este editorial faz eco laudatório das palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo no seu discurso de tomada de posse: "[...] alto nível e de qualidade intelectual, cultural e humana, a que infelizmente estamos pouco habituados [...]", por contraste à recensão oriunda dos

¹⁶¹ Nesta data não se regista qualquer referência à 1ª Ministra, no editorial do Expresso.

"mediócras", os opositores, que rapidamente o classificaram, pejorativamente, como "[...]poética" (e como se isso fosse um estigma) [...].

Na perspectiva deste periódico, esta figura política tem sido gradualmente exaltada como a 'nossa' bandeira na defesa dos valores éticos, que devem pautar a convivência democrática entre facções ideologicamente opostas. Semanalmente, verifica-se em tom de contraditório, como que uma constante contra-alegação, aos ataques dos 'outros'.

Sob o auspício da pergunta lançada na semana passada:"A direita perdeu a vergonha?", o presente editorial retoma estratégias discursivas para contra-atacar a maledicência contínua de sectores da direita, na direcção de Maria de Lourdes Pintasilgo: "[...] afirmações que não se podem classificar de honestas – porque objectivamente falsas e/ou demagógicas, quando não difamatórias[...]; [...] democrática e civilizada, à inglesa, quando se demonstra nomeadamente tamanha falta de "fair-play"?[...]; [...] a primeira procuradora à Câmara Corporativa (onde tomou posições que não nos recordamos de serem assumidas por outros seus colegas de então, agora "leaders" partidários...) [...].

Através destes exemplos, verifica-se que, para além de se procurar rebater os *slogans* dos outros, acrescenta-se informação entre parênteses (tal como o *Expresso*) direccionada, especificamente, a algumas das suas figuras ('os outros'), sem contudo se nomear as personalidades em questão. Não será difícil de crer que, neste caso, se trataria de Sá Carneiro, líder do P.S.D.

Neste quadro argumentativo, escuta-se, uma vez mais, a presença discursiva de determinadas representações mentais, especificamente, sobre o que preconizaria a ideologia dominante acerca do confronto intelectual entre sujeitos masculinos e femininos. Ou seja, a partir da expressão:"[...] E isto para quem não é apenas mais um chefe de Governo – mas mulher, [...]", poder-se-á inferir os contornos de determinadas regras de conduta cavalheiresca que pautam a forma correcta de um homem se dirigir a uma senhora, aos olhos de *O Jornal*. Por outras palavras: um verdadeiro senhor, cavalheiro abordará a pessoa sua interlocutora, sempre, com o maior dos respeitos; no caso de ser uma senhora, esse respeito deverá ser redobrado, com toda a polidez e cortesia. Na perspectiva de *O Jornal*, os 'outros' afinal parecem revelar uma verdadeira falta de chá "à inglesa"

"Começou a «marcha dos cem dias»", Cáceres Monteiro, *O Jornal* (p.2)

Na sequência da orientação transparente de *O Jornal* em defesa de Maria de Lourdes Pintasilgo e condenação das reacções 'dos outros', também este texto reforça, em tom elogioso, a actuação política e o perfil de Maria de Lourdes Pintasilgo, assim como critica negativamente todas as estratégias intriguistas que têm pautado a oposição dos partidos da direita.

Corroboram-se a existência dos contínuos ataques, desonestos e inaceitáveis, oriundos dos sectores da direita na direcção de Maria de Lourdes Pintasilgo que, em última instância, se consubstanciaram na ausência dos dirigentes destes partidos na cerimónia protocolar da tomada de posse do V Governo Constitucional.

Através deste artigo escutam-se ecos laudatórios ao discurso da Primeira-ministra: "[...]no seu bem concebido discurso de posse, que Lurdes Pintasilgo transmitiu o maior peso da sua preparação política – e singularmente numa construção a que não faltou sensibilidade e até recorte literário, incluindo transcrições de Miguel Torga.[...]". Procura-se esbater os traços duvidosos, lançados pelos seus opositores, de que Maria de Lourdes Pintasilgo seria tão só uma tecnocrata, carecendo, por isso, das competências de estadista na condução governativa do país.

O autor transcreve excertos que ampliam, pertinentemente, a eloquência e a atitude política ousada de Maria de Lourdes Pintasilgo: "[...] dizia-se, «enquanto pessoa situada numa perspectiva de uma sociedade alternativa».[...] «Não nos detemos atavicamente nos antagonismos estéreis. Eles só podem ser ultrapassados por soluções novas. Buscamos perspectivas que sem renegarem os contributos ideológicos adquiridos libertem os problemas e a sociedade da sua carga excessiva». [...]".

Com o subtítulo "Uma dinâmica «alternativa»?", nesta forma de pergunta, o produtor textual parece sugerir a hipótese almejada de uma abertura, uma via inédita e que tudo parece crer, que desta vez, será possível realizar o que tem sido desejado há muito: construir, desbravar caminhos à margem das habituais soluções demasiado polarizadas e estanques em ideologias partidárias. Poder-se-á vislumbrar nesta ambição, neste anseio,

uma demanda apaixonada por uma real mudança, visto que, através das ressonâncias de ambos os semanários, pairava uma atmosfera descrente na sociedade portuguesa.

Uma vez mais reflecte-se em discurso arrebatado um aplauso à lucidez e sapiência com que Maria de Lourdes Pintasilgo "estilhaçava" as "setas" que lhe eram dirigidas. Em termos de um entendimento global, as "setas" é a forma como este jornalista classificou a escalada do conteúdo difamatório na direcção da Primeira-ministra. Em termos mais particularizados, seria uma resposta à teoria elaborada pelo *Expresso* de 28 de Julho. Recorde-se que nessa data, uma das finalidades da produção textual foi a de assemelhar a relação política entre Ramalho Eanes e Maria de Lourdes Pintasilgo com o binómio espanhol Rei-Primeiro-ministro. Poder-se-ia pensar, portanto, que, para o *Expresso*, a grande meta, obscura, de Ramalho Eanes seria a de conduzir o país para um tal sistema, onde ele próprio assumiria o papel de Presidente vitalício, como se de um monarca se tratasse.

Semanticamente, este "estilhaçava" passava a mensagem de que Maria de Lourdes Pintasilgo conseguira reduzir a fragmentos, a desconjuntar a configuração argumentativa e discursiva dos seus opositores, tanto neste aspecto em particular, como na generalidade das críticas negativas, na sua direcção. Recorde-se que após a primeira e formal conferência de imprensa, já *O Jornal* dera conta da centelha genial com que a Primeira-ministra indigitada enfrentou todas as questões.

"A expectativa", Augusto Abelaira, *O Jornal*, (p.9)
"O Santo Graal e a economia portuguesa", Remy Freire, *O Jornal*, (p.13)

Como referido no espaço do 'olhar analítico' às Primeiras Páginas, registam-se, ao longo desta edição de *O Jornal*, pontes alegóricas, místicas e, ou, míticas entre figuras históricas femininas e Maria de Lourdes Pintasilgo. Especificamente, na sua crónica semanal, Augusto Abelaira invoca as seguintes personalidades históricas: Joana D'Arc,¹⁶² Padeira de Aljubarrota¹⁶³ e Filipa de Vilhena¹⁶⁴. Em primeiro lugar, poder-se-ia perguntar: que

¹⁶² Cf. <http://www.joana-darc.net/index.html> (Consultado em Outubro, 2010).

¹⁶³ Cf. http://www.vidaslusofonas.pt/brites_de_almeida.htm (Consultado em Outubro, 2010).

¹⁶⁴ Cf. <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc019.htm> e <http://www.arqnet.pt/dicionario/vilhenafilipa.html> (Consultado em Outubro, 2010).

características estas mulheres, figuras histórico-lendárias, poderiam partilhar no imaginário do público português? Vejamos:

- Mulheres de fé, resilientes, indubitavelmente convictas da sua missão;
- Patrióticas, guerreiras, destemidas;
- Solteiras ou viúvas, significativo será mesmo encontrarem-se fora da alçada do poder masculino, via matrimonial.

Na direcção do *Graal*, Remy Freire recorda *Sir Galahad*¹⁶⁵, o mais puro dos cavaleiros de *Camelot*. Como tal é, simbolicamente, significativa a comparação com Maria de Lourdes Pintasilgo sobre quem o autor acredita conseguir reconduzir Portugal "numa senda de regeneração moral e de restabelecimento da justiça social". A partir do prefixo 're' apreende-se a ideia de que há a necessidade de recuperar algo que se perdeu: neste caso, a moral e a justiça social. Assim sendo neste contexto escuta-se, no mínimo, algum desapontamento relativamente ao curso político, social e ético que Portugal vinha tomando.

Maria de Lourdes Pintasilgo é, deste modo, representada num cenário alegórico e numa mundivivência mística, capaz de uma reabilitação ética na condução governativa. Símbolo da demanda do sagrado, o *Graal* ("espaço de encontro e de procura, encruzilhada de reflexão crítica" nas palavras de Teresa Santa Clara Gomes, *Expresso – revista*, 28 Julho), para além de traduzir para as mulheres o desafio de uma participação activa na construção de um mundo mais justo, personifica a vontade humana em agir, continuamente, num aperfeiçoamento pessoal e social. Augusto Abelaira chega mesmo a reflectir sobre a "expectativa de milagre" em torno da acção da Primeira-ministra. A fasquia é assim elevada ao nível do divino.

"O «abominável» homem das oito", *O Jornal* (p.18)

Através das ressonâncias de *O Jornal* constatam-se, na forma de citações, alguns exemplos de recensões desfavoráveis, que aliás se poderiam considerar como estratégias para denegrir e desacreditar o projecto político, tanto da pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo, como do seu próprio Governo. Sob o título, elucidativo, "O «abominável» homem

¹⁶⁵ Cf. <http://www.kingarthursknights.com/knights/galahad.asp> (Consultado em Outubro, 2010).

das oito" *O Jornal* reflecte o relato noticioso do jornalista Jorge Soares acerca de Maria de Lourdes Pintasilgo. É, assim, possível tomar-se conhecimento de mais um dos ângulos visto pelos seus opositores. Desta vez é considerada como:

[...] uma mulher autoritária, gostando de ostentar as suas qualidades [...] pouco aberta às críticas apesar de afirmar o contrário. [...] Uma mulher divorciada deste «jardim à beira mar plantado». O programa que o V Governo vai apresentar estará «ivado das intenções do bloco marxista-ateu»!...

Esta descrição, carregada de vocábulos que transmitem uma apreciação claramente negativa ("autoritária", "gostando de ostentar as suas qualidades", "mulher divorciada deste «jardim à beira mar plantado»", "o programa [...] estará «ivado das intenções do bloco marxista-ateu»!..."), teria tido a finalidade de contradizer aquilo que os defensores de Maria de Lourdes Pintasilgo vinham apontando essencialmente como elogios. Isto é, a sua disponibilidade franca para o diálogo, como forma de se alcançar consensos, ficaria minorizada perante os classificativos: "autoritária", "gostando de ostentar", "pouco aberta [...] apesar de afirmar o contrário". Pretender-se-ia afirmar precisamente o seguinte: Maria de Lourdes Pintasilgo é, na realidade, alguém demasiado intransigente à escuta e aceitação de teses contrárias às suas. Daí, o perigo que esta mulher possa, de alguma maneira, introduzir, no 'nosso pacato' "jardim à beira mar plantado", políticas comunistas.

Atente-se, ainda, na expressão:" Uma mulher divorciada deste «jardim à beira mar plantado»". Sabendo-se que Maria de Lourdes Pintasilgo era uma mulher solteira, o classificativo "divorciada" contribuiria, certamente, para incutir alguma estranheza e distância desta mulher daquilo que seria a ideia genérica de se ser mulher, na perspectiva dos seus opositores.

Em termos de macroproposições matriciais, poder-se-ia reproduzir a inquietação que pairaria sobre as mentes dos adversários de Maria de Lourdes Pintasilgo:

M1) 'Nós', que nunca nos separámos do 'nosso' "jardim à beira mar plantado", não acreditamos, nem sequer esperamos de uma mulher que se encontra fora do país, há já um tempo, que possa chegar aqui ver e vencer, sem mais.

M2) Esta mulher, solteira, pertencente a um pouco conhecido movimento internacional de mulheres cristãs que, por sua vez, não impõe as habituais regras e compromissos das ordens religiosas, que 'nós' conhecemos, diz-se, católica, sobretudo no sentido da emancipação dos mais fracos, que apela à "insurreição" das mentalidades, não poderá, jamais, na 'nossa' perspectiva significar, na verdade, a mudança que buscamos.

"A opção que não pode ser «mascarada»"

Marcelo Rebelo de Sousa, *Expresso* (p.2)

Neste artigo reitera-se a defesa dos pontos de vista paradigmáticos do *Expresso*: um que encara a actuação de Ramalho Eanes como uma intenção mais ou menos velada de introduzir um sistema presidencialista, onde ele seria a figura de proa, sem quaisquer outras personagens a rivalizar esse poderio; e o outro que insiste na ideia de que Maria de Lourdes Pintasilgo representa a ponte mais fácil e prática para a concretização do plano eanista. Continuando no mesmo registo, alerta-se para as potencialidades de Maria de Lourdes Pintasilgo figura que, não obstante a sua "visão Quixotesca" da política, se tem revelado, aos olhos da direita, como uma verdadeira dor de cabeça, difícil de se vencer.

Por outras palavras: sempre em discurso que pretende sobreavisar, transmite-se a mensagem de que esta mulher não é como as 'nossas mulheres'; solteira, corajosamente, tem vindo a desbravar o seu próprio caminho, a conquistar o seu espaço na vida pública e política, a lograr a consideração de diferentes espectros político-partidários, a distinguir-se com sucesso nas suas actividades de carácter internacional, a transpor diversas barreiras culturais estereotipadas, a revelar-se como líder aclamada e em tudo isto sempre leal à sua profissão de fé. Ora, seria tarefa deveras bicuda, aos seus opositores, procurar dissipar esta imagem de uma mulher pioneira e emancipada, capaz de cativar todo um público ávido de símbolos de justiça, de seriedade e de modernidade.

É neste texto que se observa a única referência à tomada de posse, que reflecte o olhar áspero de suspeição do *Expresso*:

[...] O Governo de Lurdes Pintasilgo acaba de tomar posse. [...] o "élan" político com que inicia o desempenho das suas funções. [...]. O novo primeiro-ministro explica no seu discurso de posse a importância que para o seu «Governo de 100 dias» tem a preparação das eleições, com um ar tão convincente que quase se diria acreditar que a sua missão praticamente se esgota num entreacto, à espera que os partidos a venham substituir.

É subentendido que Maria de Lourdes Pintasilgo, ocupando a chefia do V Governo, não reduziria a sua intervenção executiva apenas à preparação do acto eleitoral. E este tem sido o motivo principal de receio para os partidos de direita. Com Maria de Lourdes Pintasilgo como Primeira-ministra temia-se a introdução de mudanças contrárias aos 'nossos interesses' a favor dos interesses 'dos outros'.

"Pintasilgo tem horizontes largos", *Expresso* (p.16)

Sob o antetítulo "Aquino de Bragança ao EXPRESSO" e o título "Pintasilgo tem horizontes largos", o *Expresso* conduz a leitura sobre estes eventos no sentido de associar as políticas externas, neste caso sobre os países africanos de língua portuguesa, de Maria de Lourdes Pintasilgo com as perspectivas políticas de Ramalho Eanes. Fazendo eco de diversas manchetes, de outros jornais, o *Expresso* passa a mensagem de que haveria da parte de Maria de Lourdes Pintasilgo alguma contradição, no que diz respeito à sua apreciação política sobre, especificamente, Samora Machel.

Não obstante esta profusão de interpretações menos positivas, o *Expresso* permite alguma visibilidade positiva na reprodução do título citação: "Pintasilgo tem horizontes largos", tal como na repercussão das palavras lisonjeiras de Aquino de Bragança relativamente a Maria de Lourdes Pintasilgo e nas quais se repete o intuito característico da Primeira-ministra: o diálogo. ("[...] mentalidade descolonizada [...] atendendo a horizontes muito para lá dos anos imediatos [...] da vontade política do novo chefe do Governo português de reatar o diálogo [...]").

Expresso – revista

Como já registado, a produção textual nesta edição é levada a cabo sob o mote do título temático: "AS CABEÇAS DE MÁRIO SOARES E SÁ CARNEIRO – UM ALVO IMPORTANTE PARA BELÉM". Verifica-se a ausência informativa sobre a tomada de posse do V Governo a par de uma nítida reiteração da conjectura de suspeição relativamente a Ramalho Eanes. Este olhar paradigmático de o *Expresso* reflecte-se no subtítulo: "O papel do V Governo

Constitucional" e respectivo texto. Como também, por exemplo, na legenda de uma foto do líder do P.C.P., Álvaro Cunhal: "Pintasilgo já há um ano era a candidata do PCP".

No entanto, sem mencionar nada a respeito da cerimónia oficial, o *Expresso* salienta a posição próxima do P.C.P. a Maria de Lourdes Pintasilgo. A partir da afirmação que legenda a foto amplia-se a ligação temporal deste partido à Primeira-ministra e, deste modo, aprofunda-se o receio da direita sobre esta figura pública.

Embora a 1ª Ministra não seja objecto de referência directa, nota-se a sua presença indirecta no conjunto das leituras e interpretações do *Expresso*. Sem prestar qualquer atenção ao acto protocolar, nem à não comparência dos dirigentes dos partidos da direita, o olhar deste jornal incide sobre a composição do Governo. Em consonância com a sua perspectiva inicial, o *Expresso* encara a constituição deste Executivo como "«provocadora»" relativamente ao P.S.D. e C.D.S. e "«incómoda»" no que diz respeito ao P.S.

Segundo "as suas fontes próximas de Belém", Ramalho Eanes estaria empenhado em superar dois obstáculos: Mário Soares e Sá Carneiro. ("[...] o aparecimento público por parte de fontes consideradas próximas de Belém de uma tese segundo a qual a democracia portuguesa só pode ser duradoura e estavelmente manter-se superando esses dois obstáculos que são Mário Soares e Sá Carneiro. [...]") Ou seja, sob a capa da defesa da durabilidade e estabilidade democrática, Eanes teria que sobrelevar-se àqueles adversários. Interessado na emergência de uma "nova formação política", leia-se partido político com representação parlamentar, Eanes contaria com o sucesso político do seu III Governo presidencial e com a colaboração estreita e fiel de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Daí que para este periódico seja urgente chamar a atenção do público leitor para os perigos colados a este Governo. Em termos de macroproposições, poder-se-á ilustrar os receios socialmente partilhados, mas não explicitamente verbalizados, entre o *Expresso* e o seu público leitor:

M1) Maria de Lourdes Pintasilgo é um perigo para a Aliança Democrática. Receamos que consiga fazer crer, ao eleitorado, que as suas propostas representam de facto uma boa alternativa.

M2) O P.S. que se acautele, pois corre o risco de verificar que Maria de Lourdes Pintasilgo consegue colocar em prática uma governação esquerdista muito mais sólida e próxima de Eanes, do que o P.S. conseguiu nas suas governações. E, sublinhe-se, ela não se encontra sobre a jurisdição de nenhum partido.

M3) Uma céptica do parlamentarismo em aliança com um presidente que dá mostras de apego ao poder: Não estará a nossa, jovem, democracia parlamentar em perigo?

M4) Também junto de alguma da alta hierarquia da Igreja Católica, Maria de Lourdes Pintasilgo tem conseguido angariar admiração e reconhecimento.

M5) Aliás, até a Igreja tem reflectido um olhar condescendente sobre a actuação pública e política de Maria de Lourdes Pintasilgo. Não obstante esta benevolência, como quem não acredita que vá longe, na verdade, Maria de Lourdes Pintasilgo tem conseguido distinguir-se na sua trajectória e, quiçá, conquistado dividendos políticos para utilização futura.

Ora, não noticiando nada sobre a tomada de posse, ao mesmo tempo que se continua a alertar para o perigo que Maria de Lourdes Pintasilgo poderia representar para os partidos da direita, perguntar-se-ia, conseqüentemente, sobre os motivos que levaram este semanário a não proporcionar qualquer alusão à cerimónia oficial e respectivos discursos, nem à ausência dos partidos de direita, com representação parlamentar, nesta formalidade protocolar e simbólica. Não se regista, sequer, qualquer ressonância explicativa oriunda desses dirigentes partidários, o que poderia suscitar, por si só, matéria noticiosa.

Será que com o recurso ao mutismo este jornal esperaria anular a relevância social e política do assumir oficial deste Executivo? Sabe-se que do ponto de vista de qualquer órgão de comunicação social recorrer à opacidade e ao silenciamento cirúrgico só pode ser sintomático de uma tomada de posição próxima da censura. Do mesmo modo, poder-se-ia inferir que o facto de a cerimónia oficial da tomada de posse não representar matéria noticiosa de peso para relatar vai ao encontro do entendimento dos partidos da direita sobre o actual Executivo.

Ou seja, uma vez que para os dirigentes do P.S.D. e C.D.S. a sua ausência traduziria, claramente, o seu posicionamento, já conhecido, de total recusa e desacordo, o mesmo se poderá depreender da ausência de qualquer referência à tomada de posse nas páginas do *Expresso*. Sublinhe-se mesmo que o que esta edição releva não são ecos da tomada de posse do Governo, mas sim a futura investidura do/as respectivo/as secretário/as de Estado e o aprofundamento das teses relativamente aos dividendos políticos por parte do Presidente da República nesta sua intervenção e, também, ao papel que Maria de Lourdes Pintasilgo poderia desempenhar nesse xadrez político.

Neste quadro de estratégias de exclusão, dever-se-á recordar o recurso à estrutura gramatical da voz passiva que tem sustentado, em larga medida, a apresentação de Maria

de Lourdes Pintasilgo feita pelo *Expresso*, ao longo deste corte temporal. Recorde-se alguns exemplos:

"[...] sai apreciada pelo PS e respeitada (quando não admirada) pelo PCP, além de conceituada em diversos meios militares e independentes. [...]"

"[...] é qualificada de «excessivamente terceiro-mundista ou Melo-antunista».[...]"

"Tem sido inúmeras vezes chamada a Lisboa pelo Presidente da República [...] foi solicitada para se deslocar ao país [...]"

"Considerada de propensão "socializante e basista" pela maioria dos patriarcas da Câmara Corporativa, [...]"

"[...] é considerada pelos observadores como "infectando à esquerda", [...]"

Como estudado por Theo van Leeuwen "a exclusão deixa efectivamente vestígios"¹⁶⁶, desde logo, através do clássico apagamento proporcionado pela voz passiva. Neste caso em que se apresenta a figura pública Maria de Lourdes Pintasilgo, constata-se, sem margens de dúvidas, o uso recorrente da voz passiva no retrato da mesma. Qualquer personalidade pública assim descrita irá perder, inevitavelmente, o devido protagonismo mediático a par da supressão dos seus predicados. Sobre Maria de Lourdes Pintasilgo paira sempre uma qualquer entidade que, efectivamente, detém o poder da escolha, da tomada de decisão, enfim, a voz da autoridade. Neste contexto discursivo, procura-se diminuir ou mesmo suprimir qualidades e atributos que, na óptica de o *Expresso*, pudessem estar ligados a Maria de Lourdes Pintasilgo.

¹⁶⁶ LEEUWEN, Theo van, "A representação dos actores sociais", *op. cit.*, p.181.

As vésperas da Apresentação Parlamentar do Programa do V Governo Constitucional

O Jornal, 10 Agosto
Expresso, 11 Agosto

Possíveis leituras analíticas
As Primeiras Páginas
Um olhar descritivo

O Jornal, 10 Agosto
1ª Página

Eles chamam-lhe "Vasco Gonçalves de saias". Porquê?



A posição da Aliança pág. 5-9
O debate na Assembleia pág. 1-3, 16

Para um, Maria de Lourdes Pintasilgo não é mais do que o espelho de um antigo projecto de constituição tripartidária da Presidência da República. Para outros, ela representa o advento de um compromisso de não se repetir...

Esta é uma expressão, sempre feita em contexto pessoal no barão de São Paulo, com que alguns dirigentes das paróquias da Aliança Democrática têm alvejado o Primeiro-Ministro, não abastando de vigor com que PSD e CDS-PP, em actual período conturbado a nível governativo, na primeira semana, enfrentam o líder parlamentar. Porquê?

Embora não cheguem a este tipo de linguagem, os líderes da Aliança, mencionados por *O Jornal*, referem a sua desconfiança política em Maria de Lourdes Pintasilgo e no seu Governo e preparam-se para apresentar, em São Bento, uma moção de rejeição do programa do novo Executivo.

Esta 1ª Página é ocupada, em mais de dois terços, com uma caricatura da autoria de António, acompanhada do título manchete: "Eles chamam-lhe «Vasco Gonçalves de saias». Porquê? ". A coluna de texto, que acompanha a imagem, permite a leitura dos vários epítetos "com que diversos dirigentes dos partidos da "Aliança Democrática" têm alvejado o Primeiro-Ministro", assim como as interpretações, sobre estes rótulos, do ponto de vista de *O Jornal*.

Expresso, 11 Agosto
1ª Página

O nome de Maria de Lourdes Pintasilgo aparece no título: "EANES COM NETO (E TALVEZ MACHEL) E PINTASILGO NA ONU (E TALVEZ COM O PAPA)", situado no primeiro terço, junto a vários outros assuntos com antetítulos e títulos.

Regista-se apenas na rubrica Gente (p.28) uma breve referência a Maria de Lourdes Pintasilgo, que enquadra o período vigente na época balnear.

Um olhar analítico

Dando continuidade à estratégia de empurrar para segundo plano, ou mesmo para a invisibilidade, o *Expresso*, apenas, referencia Maria de Lourdes Pintasilgo no âmbito da sua futura ida à Assembleia Geral das Nações Unidas. Sugere-se a possibilidade de se incluir na agenda um encontro com o Papa João Paulo II. Ora, sabendo-se da raiz cristã/católica da generalidade do público português, não poderia representar esta hipótese, uma boa notícia? Por se crer que sim, é que se torna difícil não escutar-se a abordagem, em tons paradoxais e contraditórios, com que o *Expresso* tem vindo a descrever Maria de Lourdes Pintasilgo. Seja como for, o que é de facto se pode considerar tangível é a estratégia discursiva plasmada na produção textual. Como já observado, este sustentou-se essencialmente num levantar de dúvidas, na construção de uma envolvência pouco clara e definida, de maneira a que esta indefinição, incerteza, dúvida pudesse animar, na opinião pública, o típico receio humano no desconhecido.

A 1ª Página de *O Jornal* é ocupada, em mais de dois terços, com uma caricatura da autoria de António e o título manchete: "Eles chamam-lhe «Vasco Gonçalves de saias». Porquê? ". A coluna de texto, que acompanha a imagem, permite a leitura dos epítetos: "«socialismo terceiromundista» [...] «neogonçalvismo de saias e espartilho» [...] com que diversos dirigentes dos partidos da "Aliança Democrática" têm alvejado o Primeiro-Ministro [...]".

Sobre a identidade de "eles" *O Jornal* identifica-os claramente, sem todavia os nomear, como sendo "os diversos dirigentes dos partidos da «Aliança Democrática»". Registam-se, aliás, em ambos os semanários, ecos reforçados de que os partidos da direita vinham manifestando a sua oposição, à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, em termos discursivos, indubitavelmente, rudes. (Por exemplo, através dos respectivos editoriais

confirma-se a existência das "hostilidades" da direita). Curiosamente, neste aspecto, ambas as perspectivas jornalísticas são convergentes.

O Jornal reflecte, na forma de caricatura, a sua apreciação sarcástica sobre o *modus operante* dos 'outros'. A grande potencialidade da caricatura é a de causar riso através do recurso, entre outros, ao exagero, ao absurdo, à imagem distorcida. António¹⁶⁷, o jovem caricaturista ironizava assim com as reacções à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, oriundas dos dois principais partidos inseridos na Aliança Democrática: PSD e CDS.

O que poderia ser salientado neste caso é a representação dos comportamentos e dos objectivos políticos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral face à pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo. O seu apelido dá o mote: revelar os intuitos, mais ou menos, claros desses dirigentes. Representados como gatos, predadores de aves, os seus fitos seriam o de caçar Maria de Lourdes Pintasilgo, retirá-la do palco político e, assim, silenciá-la prendendo-a numa gaiola. A tal "abertura da caça", o tal plano de que o editorial de o *Expresso*, 21 de Julho, já indiciara.

Contudo, Maria de Lourdes Pintasilgo é demasiado grande para tal. Embora, o pintasilgo seja, de facto, uma ave com apenas alguns centímetros de dimensão, revela-se impossível de ser maniatada, por outros. Maria de Lourdes Pintasilgo evidenciada como figura de real porte, sorriso franco e aberto, mostra-se resoluta no sucesso da sua tarefa até ao fim e, por isso, escapa-se batendo as asas e rindo-se.

O interior de ambos os semanários

Em vésperas da apresentação parlamentar do Programa do Governo, ambos os semanários dão continuidade às suas perspectivas divergentes. *O Jornal* aborda a agendada discussão em editorial e em três textos noticiosos, enquanto o *Expresso* referencia o mesmo, tangencialmente, em 1ª Pagina e na forma de notícia breve na página dois. A partir do

¹⁶⁷ Cf. http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/antonio/ Página onde se pode ler informação sobre o caricaturista António que, nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, tornou-se no "[...] melhor caricaturista político da ainda jovem Democracia portuguesa. [...]". (Consultado em Agosto, 2009).

ângulo do *Expresso*, poder-se-á inferir a existência de uma desvalorização quanto à pertinência do debate. A atenção é focalizada no papel e poderes constitucionais do Presidente da Assembleia da República como este de elaborar a respectiva convocatória para uma reunião, cuja ordem de trabalhos é do conhecimento público. E, dir-se-ia quase por mero acaso, "nesse dia" a 1ª Ministra "deverá fazer uma intervenção para apresentar" o Programa.

O Jornal manifesta interesse em reflectir sobre alguma da indefinição político-partidária a montante da discussão parlamentar, assim como continua a rebater as teses perniciosas dos 'outros' sobre Maria de Lourdes Pintasilgo. Reforça o momento pioneiro de ser uma mulher a chefiar um executivo e é crua e nitidamente expectável que venha a ser submetida a uma forte oposição por parte dos 'outros' que "[...] irão metralhá-la, sem dó nem piedade, revesando-se [sic] no fogo nutrido [...]".

Apenas *O Jornal* dá conta da preparação cuidada do texto do Programa do Governo, levada a cabo por Teresa Santa Clara Gomes (Secretária adjunta da 1ª Ministra) e Maria de Lourdes Pintasilgo. Eleva-se, também, a sua experiência e conhecimento sobre questões de política internacional e permite-se-lhe em discurso directo defender os seus pontos de vista, de modo a refutar os argumentos e as críticas dos 'outros', nomeadamente sobre a repetida legenda de "meloantunista":

Aquilo a que aqui provincianamente se chama 'melo-antunismo' – diz Lurdes Pintasilgo – não é senão uma expressão de valores reconhecidos e aceites no contexto das Nações Unidas, como parte do movimento mundial para uma nova ordem internacional baseada no desenvolvimento endógeno de cada sociedade.

Os editoriais:
"A quem interessa «chumbar» este Governo?", *O Jornal*
"Terceiro mundismo Portugal e a Europa", *Expresso*

A pergunta lançada pelo *O Jornal* manifesta uma nebulosa de dúvidas sobre as posições que os partidos, com acento parlamentar, iriam assumir perante a discussão do Programa do Governo. Embora, mantenha um registo discursivo sem confirmações quanto às decisões partidárias, o editorial deixa transparecer a leitura de que «chumbar» este Executivo, representaria, infalivelmente, um atraso na recuperação dos muitos problemas sócio-económicos do país e, como tal, os respectivos partidos teriam que arcar com os devidos ónus políticos.

Certa será a "barragem de «fogo verbal»" por parte dos dirigentes dos partidos da direita na direcção da 1ª Ministra, na óptica deste semanário. Uma vez mais, reitera-se a existência de ataques violentos desse sector. Se hesitações existissem, as actas que reportam os debates parlamentares são perfeitamente esclarecedoras da retórica veemente com que Maria de Lourdes Pintasilgo viria a ser acometida.

De acordo com a perspectiva de o *Expresso*, deve-se ao V Governo a reentrada na moda da "palavra terceiro-mundista". Sob a autoria dos antagonistas políticos de Maria de Lourdes Pintasilgo esta expressão diligencia, indubitavelmente, uma significação em traços desonrosos e informes aos seus alvos, entenda-se, os responsáveis máximos do documento oficial "Programa de Política Económica e Social" (Coordenador: Melo Antunes; grupo de trabalho: Maria de Lourdes Pintasilgo, Rui Vilar, Silva Lopes e Victor Constâncio)¹⁶⁸.

Através da expressão "voltou a estar na moda" constata-se um retomar, um, reacender de uma discussão, alargada à opinião pública, sobre os ideais políticos e sociais subjacentes e preconizados no denominado "Plano Melo Antunes". Aprovado em Conselho de Ministros do III Governo provisório, em Fevereiro de 1975, acabaria embargado pela evolução política dos acontecimentos do *11 de Março de 1975*.

Na leitura do *Expresso*, "meloantunismo" e "terceiro mundista" são expressões utilizadas pelos críticos e oponentes, ao referido 'Programa'. Estes, diga-se localizados no

¹⁶⁸ Cf: <http://ernestomeloantunes.com.pt/painel4desenvolvimento.htm> e <http://dn.sapo.pt/especiais/interior.asponent id=1210653&especial=A%20revolu%20E7%E3o%20de%20Abril&acao=POL%20CDTICA> (Consultado, Setembro, 2010).

espectro da direita ideológica, declinam tal projecto, já que o que entendem como um plano político de importação de soluções adoptadas nos denominados países do terceiro mundo, ou, poder-se-ia inferir, países recentemente libertados dos seus sistemas colonialistas, ou países satélites da influência soviética. Mesmo sem o produtor textual o mencionar directamente, percepção-se no cerne dessas soluções o objecto de receio para a direita: um "novo socialismo em que os direitos colectivos, o desenvolvimento económico e a procura de uma identidade cultural se sobrepõem aos direitos humanos e às liberdades e garantias individuais." Os direitos que suscitam da parte de Maria Velho da Costa a observação sobre "a direita dos direitos ó tão individuais e tristes e a extrema esquerda dos direitos ó tão colectivos mas poucos." (*O Jornal*, 27 Julho).

O olhar analítico do editorial do *Expresso* ("[...] Por isso, nos vamos alimentando de mitos, do spinolismo ao gonçalvismo, do eanismo ao neo-gonçalvismo de saias, [...]") permite identificar a pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo na referência: "neo-gonçalvismo de saias". E, uma vez mais, poder-se-á descortinar uma parte da ideologia dominante formatada por preconceitos de género.

Ao produtor textual não foi suficiente recorrer-se da expressão "neogonçalvismo" para classificar, o que entendia ser, uma continuação de algo já conhecido, expressão esta que, por si só, seria, para a direita, claramente, identificada com algo negativo e indesejado. Foi necessário acrescentar-se de que se trata de uma mulher e, em tom, dir-se-ia, com pretensões causticamente irónicas. Porque, quando em discurso público e político se aponta "de saias", não se está apenas e tão só a reparar que se trata de um sujeito do sexo feminino. Neste sentido, é, sobretudo, uma forma de minimizar, desvalorizar e ridicularizar a intervenção da mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo. Repare-se, será que, no caso de um sujeito masculino, o produtor textual faria uma apreciação como, por exemplo: "neogonçalvismo de calças"? "meloantunismo de calças"? "terceiro-mundista de calças"?

Retome-se alguns exemplos das "«munições»" exemplificativas do arsenal bélico oriundo da direita: "Melo-antunista", "neogonçalvista", "neotomista" e "terceiromundista". Todas estas expressões têm como objectivo depreciar politicamente Maria de Lourdes Pintasilgo. Desde logo, porque entendida como '...ista', seguidora de uma qualquer corrente ou de um qualquer '...ismo', já conhecido e contrário ao que os seus oponentes preconizam. Sob esta perspectiva, Maria de Lourdes Pintasilgo é, negativamente, classificada como 'neo...' e '...ista', ou seja, continuadora de, mas, não originadora de algo. Não obstante a presença do prefixo 'neo', que poderia induzir a ideia de algo novo, na realidade, estas criações discursivas foram usadas no sentido de lesar qualquer capital político, que Maria de Lourdes Pintasilgo pudesse usufruir junto da opinião pública. Poder-se-ia, ainda, inferir que sob a carga semântica ideológica subjacente a estes rótulos, qualquer possibilidade de começo de algo novo estaria, à partida, dificultada, quando confrontada pela repercussão na opinião pública de comentários como: "«Portugal está numa fase de neogonçalvismo rococó, de saias e espartilhos»".

Por outro lado, *O Jornal* (10 Agosto) faz eco das palavras espirituosas de Maria de Lourdes Pintasilgo: "«Não, não sou meloantunista. Melo Antunes é que é «marialurdista»". Permite-se-lhe, deste modo, em voz própria contribuir para a desconstrução do discurso dominante.

Com a ajuda do seguinte quadro poder-se-á confrontar as diferentes perspectivas sobre o mesmo assunto, neste caso, o cognome de "Melo-antunista", registado desde o *Expresso* de 14 de Julho.

Um cruzar de olhares sobre o rótulo de
"Melo-antunista"

O OLHAR DO OUTRO		O OLHAR DA PRÓPRIA
<i>O Jornal</i>	<i>Expresso</i>	Maria de Lourdes Pintasilgo
<p>" [...] golpes baixos de que um dos mais óbvios e gastos, já começou, aliás, a ser utilizado: chamar «melo-antunista» ao indigitado Primeiro-Ministro [...]." (20 Julho)</p> <p>" [...] Muito atacada por certos conservadores, sectores designadamente do PSD e CDS, e considerada como "melo-antunista". (20 Julho)</p> <p>"[...] ao cúmulo de, na mais baixa demagogia e fazendo apelo a invencionices e aos fantasmas de um passado pidesco e censório, lhe dar o imbecil e desonesto rótulo de "melo-antunista" (que pelas razões aqui expostas há uma semana [...] ou não significa nada ou só pode ser, para qualquer democrata, um elogio) [...]" (27 Julho)</p> <p>"[...] Psicologicamente liberta, ela escapa a</p>	<p>"[...] Maria de Lourdes Pintasilgo poderia suscitar uma "ponte" no Conselho da Revolução com o chamado "sector Melo-antunista". [...]" (14 Julho)</p> <p>"[...] alegando uma identificação do novo Primeiro-Ministro com algumas das teses de política externa perfilhadas pelo conselheiro da Revolução e presidente da Comissão Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes. [...]" (Marcelo Rebelo de Sousa, 21 Julho)</p> <p>"[...] qualificada de «excessivamente terceiro-mundista ou Melo-antunista» [...]" (revista, 21 Julho)</p> <p>"[...] fala-se da necessidade que Eanes teria sentido de acordar com o grupo dito Melo-antunista a escolha do futuro Primeiro-Ministro [...]"</p>	<p>"[...] Lourdes Pintasilgo com o ataque-identificação a Melo Antunes. [...] responde convicta: «Não sei se existe uma linha Melo-antunista, mas verifico que o Major Melo Antunes tem consciência, como eu – e muitas outras pessoas que conheço pelo mundo fora – de que os modelos de sociedade considerados paradigmáticos, os das sociedades do Hemisfério Norte, estão a ser radicalmente postos em questão não só pela dinâmica das relações Norte-Sul, mas pela própria lógica ao seu hiperdesenvolvimento. As implicações que esta tomada de consciência tem para a nossa sociedade são múltiplas. Daí a afinidade que poderá ter sido revelada entre as acções do major Melo Antunes e as minhas ao nível da intervenção política nacional e internacional. Aquilo a que aqui, provincianamente, se chama "melo-antunismo" não é senão uma expressão de valores reconhecidos e aceites no contexto das Nações Unidas, como parte do movimento mundial para uma nova ordem internacional baseada no desenvolvimento endógeno de cada sociedade.» [...]" (revista, 21 Julho).</p> <p>"[...] Maria de Lourdes Pintasilgo confrontada com a sempre pronta «acusação» de ser «meloantunista» teria respondido: «Não, não sou Melo-antunista. Melo Antunes é que é «marialurdista»." (O Jornal, 10 Agosto)</p>

todos os rótulos.
Meloantunista?
Marxista?
Terceiromundista? São
palavras.[...]" (27
Julho)

"[...] Que sabem que
os que te chamam
comunista e
meloantunista te estão
só a chamar nomes
que acham feios, sinal
certo de raiva
impotente. [...]".
(Maria Velho da Costa,
27 Julho)

(são conhecidas as
ligações entre Melo
Antunes e Lourdes
Pintassilgo). [...]".
(*revista*, 21 Julho)

"[...] Maria de
Lourdes Pintassilgo
conhece de perto o
então major Melo
Antunes, e pode
colaborar
intensamente com ele
no chamado "Plano
Melo Antunes"
preparado entre o fim
de 74 e o começo de
75. A inteligência de
cada qual
sensibilizaria o outro
e começam para
certos observadores,
a definir-se afinidades
de Projecto para
Portugal. [...]".
(*revista*, 21 Julho)

"[...] Por outro lado,
o fascínio pelo repto o
"Terceiro Mundo" que
Lourdes Pintassilgo já
experimentara na
ONU (em 71 e 72)
também a aproximara
de Melo Antunes na
visão de muitos dos
problemas à escala
universal. [...]".
(*revista*, 21 Julho)

Legenda a uma foto de Melo Antunes:
"Melo Antunes – Afinidades quanto a uma nova "ordem internacional"." (p.7) (*revista*, 21 Julho)

"[...] No fundo verberam uma linha de política externa [...] e que é qualificada de «excessivamente terceiro-mundista ou Melo-antunista»." [...]. (*revista*, 21 Julho)

"[...] Por isso, nos vamos alimentando de mitos, do spinolismo ao gonalvismo, do eanismo ao neo-gonalvismo de saias, baseado em pessoas, porque não há confiança nas instituições e tão efémeros como o D. Sebastião do momento. [...]. (editorial, 11 Agosto)

Não obstante o peso da ideologia dominante, a verdade é que Maria de Lourdes Pintasilgo acabou por conseguir introduzir no espaço mediático uma reflexão mais alargada sobre a visibilidade e participação das mulheres no palco público, especialmente na liderança governativa. Junto dos seus opositores, as suas palavras não parecem causar ressonâncias, que pudessem levar a uma reflexão mais profunda, objectiva, menos partidariamente enviesada, sobre todas as problemáticas que dizem respeito ao ser humano. Dir-se-ia que a voz de Maria de Lourdes Pintasilgo encontrava-se na vanguarda relativamente à moldura portuguesa.

Na sua rubrica Periscópio (p.15) *O Jornal* reproduz algumas das réplicas de Maria de Lourdes Pintasilgo aos seus opositores acerca do seu posicionamento político-social, como, por exemplo: "Não me afecta, não me preocupa e não me tira o sono a crítica que me é feita de eu ser uma pessoa "engagée", uma pessoa empenhada na vida social. [...] o incolor é absurdo ". A questão é que as suas palavras acabaram por ser usadas pelos seus adversários como forma de estes sustentarem os seus argumentos e defenderem as suas teses que proclamam a desconfiança e a desvalorização sobre a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Desde logo, um dos artigos na *Expresso – revista* (21 Julho) auxilia-se de estruturas como: "[...] Dizia ela [...]" , "[...] É ela que o diz [...]" e "[...] São suas estas palavras [...]" para reforçar e escudar a posição do produtor textual, ou seja, não é este que está a induzir interpretações, não é este que está a lançar suposições.

Ainda no âmbito desta rubrica faz-se eco da mais recente comparação a Maria de Lourdes Pintasilgo. Desta vez trata-se da 1ª Ministra britânica Margaret Thatcher. Como se sabe, esta política inglesa desempenhou tais funções entre 1979 e 1990¹⁶⁹. Seria, portanto, inevitável referenciar tal facto, tendo em conta que, opositores e apoiantes de Maria de Lourdes Pintasilgo alinhavam pelo mesmo diapasão, isto é, ambos os sectores reconheciam que estas duas figuras tinham apenas como característica comum o facto de serem mulheres. No que diz respeito ao posicionamento político, Maria de Lourdes Pintasilgo classificada como a «*Thatcher roja*» ser-lhe-ia colada mais uma marca de identificação.

¹⁶⁹ Cf. <http://www.margarethatcher.org/essential/biography.asp> e http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/thatcher_margaret.shtml (Consultado em Agosto, 2010).

A crónica de Augusto Abelaira intitulada "A conspiração" (*O Jornal*, p.11) ironicamente, alveja os argumentos e receios da direita.

[...] Que se prepara em Portugal, perante a nossa inconsciência, uma revolução marxista conduzida pelo Presidente Eanes e executada por Maria de Lurdes Pintasilgo [...] Sob os auspícios do marxista papa João XXIII muitos outros marxistas disfarçavam-se de católicos para no momento oportuno assassinares as nossas liberdades. [...]

Como já observado, o facto de Maria de Lurdes Pintasilgo ser, assumidamente, católica proporcionou um vasto debate, com diferentes ondas de reacção. Umas a reflectirem uma aproximação sócio-política positiva entre a dimensão cristã/católica e princípios ideológicos de esquerda e outras a considerarem como negativo e suspeito essa mesma ligação. Acrescentar-se-á, agora, que de acordo com a perspectiva ideológica de cada parte, assim era a sua perspectiva mais conveniente. Se de esquerda, então a vivência religiosa de Maria de Lurdes Pintasilgo conceder-lhe-ia a deferência devida; se de direita, então, Maria de Lurdes Pintasilgo seria "catalaica" e militante da teologia de libertação, demasiado próxima de determinados "...ismos", como o socialismo e o marxismo.

"Alternativas e futuro. Em vez de Lurdes Pintasilgo o quê?", *O Jornal* (p.9)

Sob este título *O Jornal* apresenta um trabalho de recolha dos pontos de vista de dirigentes dos partidos da direita. Sá Carneiro incide sobre o facto de a escolha de Ramalho Eanes ter ido ao encontro, especificamente, dos partidos da esquerda, acentuando o desejo do PCP em ver na pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo uma boa solução governativa. Como tal, para este político a decisão presidencial é alvo de duras críticas. Basílio Horta reitera a sua desconfiança e cepticismo na imparcialidade deste Executivo e Gonçalo Ribeiro Teles condena o passado político "marcelista" de Maria de Lourdes Pintasilgo e entende a constituição deste Governo em tons pejorativos, imputando aos seus membros uma formação tecnocrata, insuficiente para a resolução dos problemas nacionais.

O *Expresso* destaca sobretudo assuntos de campanha partidária eleitoral. A curta referência a Maria de Lourdes Pintasilgo é realizada no âmbito da sua ida às Nações Unidas e possível encontro com o Papa, neste artigo intitulado: *EANES COM NETO (E TALVEZ MACHEL) E PINTASILGO NA ONU (E TALVEZ COM O PAPA)*, (p.6).

Uma "surpresa" é como se considera a futura intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo na Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste caso, desprovida de qualquer expectativa positiva, o vocábulo "surpresa" transmite, sobretudo, a ideia de que Maria de Lourdes Pintasilgo não irá respeitar a tradicional "[...] prática entre nós nos últimos anos" que, de acordo com a informação dada, deveria ficar a cargo do "[...] representante permanente do nosso país naquela organização internacional, ou quando muito do ministro dos Negócios Estrangeiros, [...]". Acresce, ainda, o entendimento que se faz sobre o actual Executivo. Uma das mensagens subliminares é a de que se trata de um Governo de nomeação presidencial, não sufragado e não investido de todos os poderes constitucionais, como se se tratasse de um Governo de categoria e reconhecimento político menor. Daí que, se considere estranho e fora dos trâmites habituais, tal decisão da 1ª Ministra.

Em termos de polarização 'nós' *versus* 'os outros', poder-se-ia desocultar a macroproposição:

M1) Maria de Lourdes Pintasilgo para além de desacatar o que nós consideramos serem os nossos ritos, revela uma atitude de ingerência ao pretender discursar em plena Assembleia Geral das Nações Unidas.

Uma outra mensagem, esta menos subliminar, aponta para uma possível divergência entre as figuras do Presidente da República e a 1ª Ministra, agora, em discurso que sugere a expectativa de um confronto ou cisão entre estas duas personalidades. Motivo, aliás, de regozijo por parte dos seus oponentes.

Cartas dos leitores

Inserida na rubrica dizes tu ... direi eu (p.11), ou seja, a zona do *Expresso* dedicada à correspondência dos leitores, regista-se a seguinte carta com o título: "Pintasilgo, o irrealismo e o catolicismo".

O discurso plasmado vai ao encontro da perspectiva paradigmática do *Expresso*, já bem divulgada e conhecida. Pode-se, por isso, inferir que esta carta representa para este

semanário mais uma forma de repercutir as apreciações negativas sobre a actualidade política portuguesa, especificamente na figura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

A pessoa autora desta epístola aponta a falta de objectividade aliada a um censurável irrealismo presentes nas palavras e nos planos políticos da 1ª Ministra. Isto porque, na óptica do/a autor/a, o horizonte temporal é bastante reduzido e que, ainda por cima, coincide com os meses de verão, época balnear, portanto. O que leva a supor que a generalidade do público português alheia-se das questões políticas, sem as acompanhar devidamente. No mesmo registo, Maria de Lourdes Pintasilgo é reprovada por recorrer às suas convicções religiosas como forma de agenciar capital político e reconhecimento público.

Por tudo isto, a crítica é elevada ao dito popular que alerta para a venda de gato por lebre. Ora, este tipo de comparações e imagens reforçam, indubitavelmente, as teses defendidas pelo *Expresso*, ao longo deste corte temporal.

Conclusão

Leituras transversais

Coerência com as primeiras perspectivas

Ao longo deste corte temporal, ambos os semanários manifestam coerência na apresentação e defesa dos seus pontos de vista.

Em termos de visibilidade e destaques em primeira página, *O Jornal* publica, sempre, a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo, seja na forma de fotos, fotomontagem ou caricatura. Associada a esta exposição, registam-se títulos que contribuem, fundamentalmente, para alicerçar o seu agrado e a sua aclamação à individualidade nomeada. *O Jornal* expressa, sem margens para dúvidas, o seu padrão na promoção e defesa de Maria de Lourdes Pintasilgo, a par de um crescendo nas críticas e réplicas aos argumentos dos opositores. Conclui-se, portanto, que dedicar quatro primeiras páginas, seguidas, insere-se numa estratégia de divulgação e louvor da personalidade indigitada.

O Expresso, ao contrário, concede uma visibilidade mínima, associada ainda a títulos e manchetes promotoras de sentimentos de desconfiança, suspeição e receio. A figura de Maria de Lourdes Pintasilgo é, discursivamente, apresentada de forma a suscitar dúvidas e apreensão, aprofundando-se, deste modo, o distanciamento entre aquela personalidade e o público. Aliada a esta estratégia discursiva, verifica-se um *modo operantis* de colocar Maria de Lourdes Pintasilgo em segundo plano, evoluindo até à opacidade total, como foi o eloquente silêncio após a tomada de posse. Não obstante a fidelidade a estes esquemas, detectam-se, amiúde, algumas referências, breves, que parecem contrariar a finalidade principal de lesar e danificar qualquer capital político e empatia junto da opinião pública. Talvez se possa inferir a partir deste tipo de alusões, menos prejudiciais, uma estratégia em

que se procura incitar receios baseados nas qualidades de Maria de Lourdes Pintasilgo, mais do que encetar uma via de constante combate aos seus atributos e aptidões que, por sua vez, eram reconhecidos transversalmente por uma variedade de actores sociais. Ou seja, em vez de se procurar negar, procura-se assustar a opinião pública criando uma imagem de alguém que possui capacidades que podem ser prejudiciais aos 'nossos' interesses e valores.

As referências políticas

Ambos os semanários diligenciam formas de associar Maria de Lourdes Pintasilgo ao espectro ideológico da esquerda.

O Jornal preocupa-se em mapear a personalidade indigitada numa esquerda "progressista e moderada", de maneira, a distanciá-la dos '...ismos': comunismo e marxismo. Por outro lado, o *Expresso* veicula a mensagem central de que Maria de Lourdes Pintasilgo representa a defesa dos ideais dos 'outros' contra os 'nossos'. É, por isso, localizada numa esquerda, na qual são difusas ou quase inexistentes as fronteiras entre os '...ismos': socialismo e comunismo.

Também em comum, estes dois periódicos recorrem a sujeitos político-partidários de fácil reconhecimento público, como forma de aproximar Maria de Lourdes Pintasilgo destes. *O Jornal* incide sobretudo numa contiguidade entre Mário Soares e a 1ª Ministra indigitada. *O Expresso* invoca várias figuras públicas, desde Melo Antunes, Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal, Ramalho Eanes e até Marcello Caetano, como estratégia subliminar de promoção de uma identidade política que muda consoante os ventos do poder.

A este propósito, Maria de Lourdes Pintasilgo deu conhecimento sobre a sua leitura relativa a estes procedimentos. Numa reflexão promovida pela SEDES, em 1984, dizia a própria: "[...] a maioria dos meios de comunicação e a classe política tentavam, por todos os meios, situar a P M à esquerda [...]". No entanto, nas suas visitas de trabalho, Maria de Lourdes Pintasilgo apercebeu-se de que "[...] o sentir popular exprimia-se segundo a sua própria apreensão que não foi convergente com essa perspectiva dos fazedores de opinião."¹⁷⁰ Sobre estas denominadas visitas de trabalho, dever-se-á realçar o seu significado de empenho numa aproximação do poder local ao poder centralizado, ou seja, como a própria o explicou, estes encontros com as populações locais foram realizados no sentido de,

¹⁷⁰ Cf. <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0074.010.pdf>, p.23. (Consultado Novembro, 2010).

efectivamente, resolver os problemas mais prementes das pessoas distantes do poder central e com poucos recursos de se fazerem ouvir, rápida e eficientemente. Era, também, uma forma das estruturas centralizadas conseguirem estabelecer vias de intercomunicação com as estruturas locais, institucionais ou não. Maria de Lourdes Pintasilgo acreditava no poder do diálogo aberto, o que facilitava a emergência de cidadãos e cidadãs da sociedade civil de se aproximarem e fazerem-se ouvir pelo poder central.

No seio da discussão acérrima política que perpassa este espaço temporal, constata-se um abismo de difícil transposição. Cada uma das perspectivas entende-se como a melhor, procurando, por isso, desvalorizar e criticar negativamente as propostas e soluções dos 'outros'. Neste cenário, a emergência de Maria de Lourdes Pintasilgo no espaço público/político do poder governativo acicatou por parte dos sectores da direita todo um corpo argumentativo e retórico que para além de ferir a figura pública da 1ª Ministra indigitada, inquinou qualquer hipótese de empatia entre esta e o público leitor. Em consonância com as suas interpretações iniciais, o *Expresso* incrementa o receio e a desconfiança através das dúvidas político-ideológicas em torno de Ramalho Eanes e Maria de Lourdes Pintasilgo.

A dimensão cristã/católica

Na sequência das estratégias já mencionadas, também, a vivência religiosa de Maria de Lourdes Pintasilgo foi exposta de modo a originar factores de identificação e de distanciamento.

O Jornal, por um lado, investe numa associação positiva e respeitosa entre esta figura pública e valores éticos, morais e religiosos. Neste aspecto, várias figuras femininas históricas, ou lendárias são articuladas com o sujeito Maria de Lourdes Pintasilgo, evocando-se, também, a personagem masculina: *Sir Galahad*. No fundo, todas emanam uma grandiosidade espiritual, um profundo decoro e uma entrega total à resiliência e à superação de obstáculos. É, igualmente, salientada categoricamente a *praxis* cristã de Maria de Lourdes Pintasilgo, inculcando-lhe um valor político-ideológico de esquerda e, como tal, susceptível de um arrebatado aplauso do ponto de vista dos produtores textuais de *O Jornal*.

Por outro lado, o *Expresso* transporta Maria de Lourdes Pintasilgo para movimentos do laicado, aproximando-os das teologias de libertação e denotando-os com ideologias

políticas de esquerda, representativas de algo, linearmente, rejeitado e indesejado pela direita.

Também, no âmbito da descrição da vertente religiosa desta figura observa-se um extremar das posições antagónicas entre os defensores e opositores de Maria de Lourdes Pintasilgo. Discursivamente, chega a ser perceptível uma analogia a uma mundivivência divina, através dos horizontes semânticos presentes, por exemplo, nos textos de Augusto Abelaira ("criava a expectativa, algo perigosa, do milagre."), de Remy Freire ("pendor espiritual e talvez até místico da actual Premier") e de Maria Velho da Costa ("uma aparição"). Por outro lado, a estratégia discursiva de o *Expresso* é sempre a de associar, directa ou subliminarmente, a malquerença, o repúdio a Maria de Lourdes Pintasilgo, personalidade escolhida por Ramalho Eanes que, por sua vez, já iniciara o seu distanciamento político com os sectores da direita que apoiaram a sua primeira eleição.

As questões de género

Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto interveniente do espaço público/político, foi, na grande maioria das vezes, representada num discurso exclusivamente masculino. Partindo da premissa de que linguagem e pensamento são indissociáveis, verificou-se que a ideologia hegemónica subtraiu, frequentemente, a identidade feminina, sobrepondo-lhe descritores masculinos.

Da parte do *Expresso* foi mais evidente a presença de modelos mentais que deixaram transparecer exemplos de coordenadas sexistas e estereotipadas. Pese embora o facto de *O Jornal* ter reflectido, também, a mesma ideologia dominante, esta acabou por manifestar-se através de princípios de etiqueta cavalheirescos. Por ser mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo deveria receber um tratamento ainda mais brioso e cortês, acreditando-se, igualmente, na sua capacidade de trazer algo de novo, de renovação política, ética e moral no palco da governação.

Ora, se com a sua chegada esperar-se-ia uma regeneração, então, é porque o próprio clima público/político vigente estaria a evidenciar carências em termos de carácter ético e de honestidade na intervenção dos conhecidos actores sociais e políticos na esfera governativa e do poder de decisão.

O Jornal proporciona ressonâncias sobre os ditos relativos à figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. De todos, aquele que poderá ser o mais significativo em termos de

domínio ideológico sexista é o que aponta a emergência da intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, nas áreas do poder executivo e de decisão, como um "neo ...ismo de saias e de espartilhos". Parece querer dizer que a actuação desta figura feminina segue um "...ismo", por 'nós' totalmente rejeitado, tratando-se, para além do mais, de uma mulher com pretensões em alcançar uma imagem feminina airosa e esbelta recorrendo aos "espartilhos", inferindo-se, portanto, de que se trata de uma mulher que não se encaixa nos 'nossos' padrões de beleza.

O *Expresso* reflecte a perspectiva de que Maria de Lourdes Pintasilgo é uma mulher com um percurso público ao qual se deve prestar a devida atenção, já que teve início no antigo regime e continuação imediata no *pós-25 de Abril*. Instiga-se, desta forma, a ideia de que Maria de Lourdes Pintasilgo caminha sempre na direcção do poder, independente do cariz ideológico do mesmo, fomentando-se a imagem de alguém interessada, antes de tudo, no poder.

Conclui-se, assim, que Maria de Lourdes Pintasilgo foi eleita pelos sectores da direita como o alvo preferencial de todas as críticas, de todo um depositário de descrença na sua imparcialidade governativa e de enorme desconfiança nos seus objectivos políticos, apresentados como se escondidos estivessem ou como se fossem de índole nada democrática. De uma perspectiva totalmente oposta, a imagem transmitida pelo *O Jornal* é a de alguém em quem se pode, finalmente, acreditar e confiar. Este semanário chega mesmo a considerar tardia a sua indigitação. Entendida como uma personalidade competente e íntegra, deveria Ramalho Eanes já a ter nomeado e poderia ter evitado os desastres políticos dos executivos anteriores.

As imagens construídas a partir da pessoa de Maria de Lourdes Pintasilgo revelam, desde logo, as suas origens. Os seus adversários, temendo qualquer fortuna na sua actuação, tratam de orientar a atenção do seu público para o que seria socialmente partilhado e entendido como maléfico. Os seus defensores, para além, de revelarem a sua constante e genuína exaltação, têm de empreender um esforço de refutação e réplica às investidas mal-intencionadas oriundas dos discursos críticos e enviesados dos oponentes.

Maria de Lourdes Pintasilgo, a primeira mulher, 1ª Ministra parece, portanto, continuar a necessitar de renovadas e actualizadas narrativas, de modo a retirá-la de um certo obscurantismo que a tem empurrado para as margens da nossa memória colectiva.

BIBLIOGRAFIA

AMÂNCIO, Lúgia, (org.), *Aprender a Ser Homem, construindo masculinidades*, Livros Horizonte.

AMÂNCIO, Lúgia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa Sousa de, (org.), *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Dom Quixote, Lisboa, 2007.

AMORÓS, Celia, *Tiempo de Feminismo*, Ediciones Cátedra, Madrid, 2000.

BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da, *Novas cartas portuguesas*. Edição anotada, org. Ana Luísa Amaral, Dom Quixote, Lisboa, 2010.

BACCHI, Carol Lee, *Women, Policy and Politics. The construction of policy problems*, Sage, London, 1999. Leitura parcial disponível em:

http://books.google.pt/books?id=iBOEtI4PCIAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (Consultado em Maio, 2010).

BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Trad. Luís Antero Recto e Augusto Pinheiro, Edições 70, Lisboa. Primeira edição, Presses Universitaires de France, 1977.

BELTRÃO, Luísa e HATTON, Barry, *UMA HISTÓRIA PARA O FUTURO, MARIA de LOURDES PINTASILGO*, Tribuna da História-Edição de Livros e Revistas, Lisboa, 2007.

BRAYBON, Gail, *Women Workers in the First World War*, Routledge, London, 2nd ed. 1989. Leitura parcial disponível em:

http://books.google.pt/books?id=rrkNAAAAQAAJ&printsec=frontcover&vq=male+breadwinner&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=male%20breadwinner&f=false (Consultado em Fevereiro, 2008).

BRAYBON, Gail, "Winners or losers Women's Symbolic Role in the War Story", in Gail Braybon, *Evidence, history, and the Great War: historians and the impact of 1914-18*, Berghahn Books, 2005. Leitura parcial disponível em:

http://books.google.pt/books?id=hFgZcQmlOBsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (Consultado em Fevereiro, 2008).

BRODY, Miriam, *Mary Wollstonecraft, a vindication of the rights of woman*, London, Penguin Classics, 1992. Leitura parcial disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=KuVmU4IqbBkC&printsec=frontcover&dq=wollstonecraft&ei=a8j2S9HWKpmOzgSkjM3dCg&hl=pt-BR&cd=2#v=onepage&q&f=false>

(Consultado em Fevereiro, 2009).

DAHLERUPE, Drude, "Comparative Studies of Electoral Gender Quotas", artigo apresentado no International IDEA workshop intitulado *The Implementation of Quotas: Latin American Experiences*, pp.1-13, Lima, Peru, 23–24 Fevereiro, 2003.

Disponível em: http://www.quotaproject.org/CS/CS_Dahlerup_25-11-2003.pdf (Consultado em Maio, 2009).

DESHAIES, Bruno, *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais*, Instituto Piaget, Lisboa, 1992.

DIJK, Teun A. van, "Critical Discourse Analyses", in D. Tannen, D. Schiffrin & H. Hamilton (Eds.), *Handbook of Discourse Analysis*. Blackwell, Oxford, 2001.

Disponível em: <http://www.discourses.org/OldArticles/Critical%20discourse%20analysis.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

DIJK, Teun A. van, *Discurso, Notícia e Ideologia*, Trad. Zara Pinto Coelho, Campo das Letras, Porto, 2005.

Entrevista a Teun van Dijk; "El análisis crítico del discurso y el pensamiento social" Teun Van Dijk y Athenea Digital Universitat Pompeu Fabra, Athenea Digital, núm. 1: 18-24, 2002.

Disponível em: <http://antalya.uab.es/athenea/num1/vandijk.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

DUBY, Georges, PERROT, Michelle, *História das Mulheres, O Século XIX*, direcção de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, Trad. Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Edições Afrontamento, Porto, 1991.

Ex aequo, Um legado de Cidadania. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo, org. Fernanda Henriques, nº. 12, Edições Afrontamento, Porto, 2005.

Ex aequo, Género, Problemáticas e Contextos Educacionais, org. Helena Costa Araújo, nº. 15, Edições Afrontamento, Porto, 2007.

FLAX, Jane, *Thinking fragments: Psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press, 1990, in Conceição Nogueira, "Análise de Discurso", in, Fernandes, Eugénia M.; Almeida, Leandro S., ed. lit. – *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos Educação e Psicologia, 2001.
Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355> (Consultado em Setembro, 2009).

FAIRCLOUGH, Norman, "Critical and Descriptive Goals in discourse analysis." *Journal of Pragmatics*, n. 9, p. 739-763, 1985, in Wodak, Ruth "Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos", *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman, "Critical Discourse Analyses in the 1990s: Challenges and Responses", pp.289-302, in Emília Pedro, *Proceedings of First International Congress on Discourse Analyses*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman, *Language and Power*, Longman (second edition), 2001.

FOWLER, Roger, *Sobre a Lingüística Crítica*. (s.d.).

Disponível em:

<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10%20art%209.pdf>

(Consultado em Setembro, 2009).

GAUTRAND, Jean-Claude, *BRASSAI PARIS*, Taschen. (s.d.).

GOMES, Adelino, *A JUC, o jornal ENCONTRO e os Primeiros Inquéritos à Juventude Universitária: Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal*, pp.1-21. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a06.pdf> (Consultado em Maio, 2010).

GOODMAN, Dana, "Enlightenment Salons: the converge of female and philosophic ambitions", in *Eighteenth-Century Studies*, Vol. 22, No. 3, Special Issue: The French Revolution in Culture, pp.329-350.

Disponível em: <http://web.leedstrinity.ac.uk/histcourse/suffrage/document/goodmana.htm>

(Consultado em Fevereiro, 2008).

GOUVEIA, Carlos, "Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico", in Maria Helena Mateus, & Clara Nunes Correia, (eds.): *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp.335-351.

Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf> (Consultado em Setembro, 2009).

HABERMAS, Jürgen, "The Public Sphere: an Encyclopedia Article (1964)", in, Jürgen Habermas, Sara Lennox, Frank Lennox, *New German Critique*, No. 3, (Autumn,1974), pp.49-55. Disponível em:

HENRIQUES, Fernanda, "Elisabeth Badinter: racionalismo, igualdade e feminismo",

Comunicação apresentada ao Congresso Evocativo do Primeiro Congresso Feminista em Portugal, Lisboa, 2005. Disponível em:

<http://www.filosofia.uevora.pt/fhenriques/badinter.pdf> (Consultado em Novembro, 2008).

HENRIQUES, Fernanda, "Concepções Filosóficas e Representações do Feminino", Comunicação apresentada no Colóquio internacional Pessoa e Sociedade: Perspectivas para o Século XXI Braga, 17-19 de Novembro, 2005.

Disponível em: <http://www.filosofia.uevora.pt/fhenriques/feminino.pdf> (Consultado em Novembro, 2008).

HENRIQUES, Fernanda, "Subsídios epistemológicos para pensar a temática do empowerment e da cidadania das mulheres: María Zambrano, Paul Ricoeur e a construção de uma racionalidade integradora e prospectiva", in *ex aequo*, nº 7, 2002.

Disponível em: <http://www.filosofia.uevora.pt/fhenriques/empowerment.pdf> (Consultado em Novembro, 2008).

HENRIQUES, Fernanda, (Organização) *Género, Diversidade e Cidadania*, Edições Colibri, 2008.

KENDALL, Gavin, "What is Critical Discourse Analyses? Ruth Wodak in Conversation with Gavin Kendall", *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 2007.

Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/viewArticle/255/561> (Consultado em Setembro, 2009).

KONING, Maria Helena/Marijke de, *Lugares Emergentes do Sujeito-Mulher. Viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintasilgo*, Edições Afrontamento, 2006.

KRESS, Gunther, "Multimodal Texts and Critical Discourse Analyses", pp. 367-385, in Emília Pedro, *Proceedings of First International Congress on Discourse Analyses*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

KRISTEVA, Julia, *História da Linguagem*, Edições 70, Lisboa, 2007.

LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

MAGALHÃES, Isabel Allegro, (Coor), *Palavras Dadas de Maria de Lourdes Pintasilgo, Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

MAGALHÃES, Izabel, "Introdução: a análise de discurso crítica", Universidade de Brasília, DELTA vol.21 no. spe São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502005000300002&script=sci_arttext&tlng=pt (Consultado em Setembro, 2009).

MATTOSO, José, *História de Portugal, Portugal em Transe*, VIII volume. Autor, coordenação e colaboração: José Medeiros Ferreira. Cronologia: Maria de Lurdes Rosa. Índices: Leonel de Oliveira. Editorial Estampa.

NOGUEIRA, Conceição, "Análise de Discurso", in, Fernandes, Eugénia M. ; Almeida, Leandro S., ed. lit. – *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos Educação e Psicologia, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355> (Consultado em Janeiro, 2009).

PEDRO, Emília Ribeiro, *Análise Crítica do Discurso*, Organização de Emília Ribeiro Pedro, Editorial Caminho, Lisboa, 1998.

PEDRO, Emília Ribeiro "The Unbearable Lightness of Being", in Emília Pedro, *Proceedings of First International Congress on Discourse Analyses*, pp.157-162, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Sulcos do Nosso Querer Comum*, Edições Afrontamento, Porto, 1980.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, *Dimensões da Mudança*, Ed. Afrontamento, Porto, 1985.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, "As Mulheres, a cidadania e a sociedade activa", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50, Lisboa, CES, 1998, pp. 15-26.

RAEVAARA, Eeva, "Talking about Equality Acting for Change: conceptualizations of Gender Equality in Parliamentary Debates in Finland and France", artigo apresentado na *2nd Conference of the European Consortium for Political Research*, Marburg, 18-21 Setembro, 2003, pp.1-15. Disponível em:
<http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/generalconference/marburg/papers/2/2/Raevaara.pdf>
(Consultado em Setembro, 2009).

RÊGO, Maria do Céu da Cunha, "Um pensamento novo", in *Ex aequo, Um legado de cidadania. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, nº12, p.139, pp.139-148. 2005.

RICOEUR, Paul, *Do texto à acção*, "A tarefa da hermenêutica, no rasto de Schleiermacher e de Dilthey", Porto, Rés, p.87 (Texto policopiado: pp.83-107).

RUEDA, Lupicínio, Iñiguez, *Análisis del discurso: manual para las ciencias sociales*, editado por Lupicínio Iñiguez Rueda, Universitat Oberta de Catalunya, 2ª Edi. 2006.
Leitura parcial disponível em:
http://books.google.pt/books?id=qmo9npQn510C&source=gbs_navlinks_s (Consultado em Setembro, 2009).

SANTOS, Maria Teresa, "Marcas Identitárias da Mulher Europeia: contributo para a esperança relacional", in, *CULTURA Revista de História e Teoria das Ideias*, Ideias de Europa: rumos e dinâmicas. Cord. Maria Filomena Enes, Cristina Montalvão Sarmento. VOL. XIX/2004, IIª Série, Lisboa.

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Ed. Europa América, Lisboa, 1983.

SGIER, Lea, "Gender quota debates as discourses on the public sphere", artigo apresentado no workshop dedicado ao tema: *Working With Ideology in a Post-Ideological Age*, 13-18 Abril, Uppsala, Suécia, 2004, pp.1-23. Disponível em:

<http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/uppsala/ws3/Sgier.pdf>
(Consultado em Setembro, 2009).

SILVA, Maria Regina Tavares da, *Carolina Beatriz Angélo (1877-1911)*. Coleção Fio de Ariana. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 2005.

SIMÕES, Maria da Saudade de Oliveira, *Olympe de Gouges, a mulher que inscreveu as mulheres na agência da cidadania*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2008.

SOUZA, Maria Reynolds de, "Cronologia da vida e obra de Maria de Lourdes Pintasilgo", in *Ex aequo, Um legado de cidadania. Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, nº12, pp.45-57. Edições Afrontamento, Porto, 2005.

STUURMAN, Siep, *François Poulain de la Barre and the invention of modern equality*, Harvard University Press, 2004. Leitura parcial disponível em:
http://books.google.pt/books?id=y7s_ACCqg88C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (Consultado em Março, 2009).

TOLDY, Teresa, "A democracia e o feminino na Igreja", in *Deus no século XXI e o futuro do cristianismo*, ed. Borges, Anselmo, pp.107 - 123. Campo das Letras, Porto, 2007.

VALCARCEL, Amelia, "La memoria colectiva y los retos del feminismo", in, Amelia Valcárcel y Rosalia Romero (eds.) *Los desafíos del feminismo ante el siglo XXI*, col. Hypatia, Instituto Andaluz de la mujer, Sevilla, 2000, pp.19-54.

Disponível em: http://www.egeneros.org.mx/admin/archivos/memoria_colectiva.pdf
(Consultado em Julho, 2008)

VALCARCEL, Amelia, *Sobre el genio de las mujeres*.

Disponível em:

<http://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/326/327> (Consultado em Julho, 2008).

VANCOURT, Raymond, *Kant*, Lisboa, edições 70, 1ªed. 1967.

WODAK, Ruth, "Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos", *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004.

Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm>
(Consultado em Setembro, 2009).

WOLLSTONECRAFT, Mary, *A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects*, London, third edition, 1796.

Disponível em:

http://books.google.pt/books?id=qhcFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=mary+wollstonecraft&hl=ptBR&ei=iq_2S8WgPNCrsAb2lun0BQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCQ6AEwAA#v=onepage&q=power%20over%20themselves&f=false
(Consultado em Fevereiro, 2008).

Bibliografia Electrónica sítios, páginas ou portais específicos

Assembleia da República

<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Paginas/default.aspx> (Consultado em Janeiro, 2009).

Caricaturista António

http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/antonio/ (Consultado em Agosto, 2008).

Comissão para a Igualdade de Género

<http://www.cig.gov.pt/> (Consultado em Outubro, 2008).

Comissão Nacional de Eleições

<http://www.cne.pt/index.cfm> (Consultado em Janeiro, 2009).

Constituição dos Estados Unidos da América

<http://www.usconstitution.net/declar.html> (Consultado em Março, 2009).

Diário da República electrónico

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16000/58965897.pdf> (Consultado em Janeiro, 2009).

Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas

<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/Paginas/home.aspx> (Consultado em Janeiro, 2009).

Expresso

<http://aeiou.expresso.pt/coimbra-tese-de-mestrado-revela-primeiros-anos-de-vida-publica-de-maria-de-lourdes-pintasilgo=f340130>. (Consultado em Agosto, 2010).

Encyclopaedia Britannica's Guide to Women's History

<http://www.britannica.com/women> (Consultado em Janeiro, 2009).

Filipa Vilhena.

<http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc019.htm> e

<http://www.arqnet.pt/dicionario/vilhenafilipa.html> (Consultado em Outubro, 2010).

Fundação Cuidar o Futuro – Arquivo Pintasilgo

www.arquivopintasilgo.pt (Consultado em Setembro, 2008).

Global Database of Quotas for Women

<http://www.quotaproject.org/index.cfm> (Consultado em Janeiro, 2009)

Graal

<http://www.graal.org.pt/> (Consultado em Março, 2009).

História das Mulheres e do Género

<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/852> (Consultado em Fevereiro, 2009).

IDEA International Institute for Democracy and Electoral Assistance

<http://www.idea.int/gender/> (Consultado em Janeiro, 2009).

I know politics

<http://www.iknowpolitics.org/en/node/9077> (Consultado em Janeiro, 2009).

Inter-Parliamentary Union

<http://www.ipu.org/english/home.htm> (Consultado em Março, 2009).

Internet Women's History Sourcebook

<http://www.fordham.edu/halsall/women/womensbook.html> (Consultado em Março, 2009).

Joana d'Arc

<http://www.joana-darc.net/index.html> (Consultado em Outubro, 2010).

Maria Velho da Costa

http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Maria_Velho_da_Costa.htm (Consultado em Outubro, 2010).

Melo Antunes

<http://ernestomeloantunes.com.pt/painel4desenvolvimento.htm> e

http://dn.sapo.pt/especiais/interior.asp?content_id=1210653&especial=A%20revolu%20de%20Abril&seccao=POL%20CDTICA (Consultado, Setembro, 2010).

Nuevo mundo

<http://nuevomundo.revues.org/> (Consultado em Outubro, 2009).

Online Women in politics

<http://www.onlinewomeninpolitics.org/Statistics.htm> (Consultado em Março, 2009).

O.N.U.

<http://www.un.org/>

<http://www.un.org/millenniumgoals/>

<http://www.un.org/womenwatch/>

United Nations Development Fund for Women: <http://www.unifem.org/> (Consultado em Fevereiro, 2009).

Padeira de Aljubarrota

http://www.vidaslusofonas.pt/brites_de_almeida.htm (Consultado em Outubro, 2010).

Pax romana: IMCS-Pax Romana-MIEC

http://www.imcs-miec.org/Past_IT-English,s,59 (Consultado em Março, 2009).

Portal do Governo – V Governo Constitucional 1979-1980

http://www.mne.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC05/

http://www.mne.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC05/Composicao/?ti po=2 (Consultado em Novembro, 2008).

Portal da História

<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/agosto07.html> (Consultado em Março, 2009).

Rádio Clube Português Programa: "Minuto a Minuto", Entrevista do dia: Ramalho Eanes. 7 Julho, 2009, Rádio Clube Português.

<http://radioclube.clix.pt/> (Consultado em Julho, 2009).

Sir Galahad

<http://www.kingarthursknights.com/knights/galahad.asp> (Consultado em Outubro, 2010).

Women in the History of Europe

<http://www.helsinki.fi/science/xantippa/wee/weetext/wee214.html> (Consultado Maio, 2009).

Women in politics

<http://www.ipu.org/wmn-e/web.htm> (Consultado Maio, 2009).

CORPUS

ÍNDICE

Apresentação de o <i>Expresso</i> : o número um	p. 2
Pós 25 de Abril: editorial	p. 3
Apresentação de <i>O Jornal</i> : o número um	p. 9
As Vésperas da Indigitação: 13, 14 de Julho, 1979	p. 14
Maria de Lourdes Pintasilgo, 1ª Ministra do V Governo Constitucional: os primeiros ecos: 20, 21 de Julho, 1979	p. 16
Uma semana depois: continuação do retrato de Maria de Lourdes Pintasilgo: 27, 28 de Julho, 1979	p. 61
A «marcha dos cem dias»: Ecos e silêncios: 3, 4 de Agosto, 1979	p. 93
As vésperas da apresentação parlamentar do Programa do Governo: 10, 11 de Agosto	p.115